

**UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA – UDESC
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO – FAED
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH**

JULIANO CABRAL PEREIRA

**SANTA CATARINA SOB SUSPEITA: A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE
SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA DITADURA MILITAR EM TERRITÓRIO
CATARINENSE (1964-1985)**

FLORIANÓPOLIS

2021

JULIANO CABRAL PEREIRA

**SANTA CATARINA SOB SUSPEITA: A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE
SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA DITADURA MILITAR EM TERRITÓRIO
CATARINENSE (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente. Orientadora: Profa. Dra. Mariana Joffily.

FLORIANÓPOLIS

2021

**Ficha catalográfica elaborada pelo programa de geração automática da
Biblioteca Setorial do FAED/UDESC,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

Pereira, Juliano Cabral

Santa Catarina sob suspeita : a atuação dos órgãos de
segurança e informação da ditadura militar em território
catarinense (1964-1985) / Juliano Cabral Pereira. -- 2021.
213 p.

Orientadora: Mariana Joffily

Dissertação (mestrado) -- Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis,
2021.

1. Ditadura Militar. 2. Repressão política. 3. Santa
Catarina. I. Joffily, Mariana. II. Universidade do Estado de
Santa Catarina, Centro de Ciências Humanas e da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História. III. Título.

JULIANO CABRAL PEREIRA

**SANTA CATARINA SOB SUSPEITA: A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE
SEGURANÇA E INFORMAÇÃO DA DITADURA MILITAR EM TERRITÓRIO
CATARINENSE (1964-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História, área de concentração em História do Tempo Presente. Orientadora: Profa. Dra. Mariana Joffily.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Mariana Joffily
Universidade do Estado de Santa Catarina

Profa. Dra. Angela Moreira Domingues da Silva
Fundação Getúlio Vargas

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn
Universidade do Estado de Santa Catarina

Florianópolis, 06 de setembro de 2021.

Dedicado às famílias catarinenses que
ainda buscam justiça pelas arbitrariedades
cometidas ao longo da ditadura militar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, por todo o incentivo e esforço para que eu pudesse estudar.

À minha companheira Bruna, por todo o carinho e amparo durante o percurso.

À minha orientadora, professora Mariana Joffily, pela paciência e pelo conhecimento compartilhado.

Aos meus e minhas colegas de curso, pelas contribuições a esta pesquisa.

Faço ainda um agradecimento especial ao professor Jean-Marie Farines, do Instituto Memória e Direitos Humanos, pela solicitude e boa vontade em compartilhar documentos para auxiliar na construção deste trabalho.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado constitui um estudo acerca das instituições da ditadura militar responsáveis pela “segurança política” no estado de Santa Catarina, as quais atuaram em ações repressivas entre os anos de 1964 e 1985. O objetivo do trabalho consiste em identificar estes órgãos, entender como eram seus modos de agir e de operar, averiguar em quais regiões do estado atuavam, compreender sua cadeia hierárquica e o que enxergavam no cenário catarinense enquanto espaço a ser vigiado. As principais fontes de pesquisa são documentos produzidos pelas próprias instituições, como prontuários, pedidos de busca, correspondências, relatórios e dossiês diversos, além das requisições indenizatórias apresentadas em 1998 à Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina, que contêm testemunhos dos perseguidos e de seus familiares. O primeiro capítulo é dedicado à listagem dos órgãos e a discorrer acerca de suas atividades, sobre os locais que utilizavam como prisão e sobre o cotidiano daqueles que eram presos em suas instalações. O segundo capítulo trata da participação destes órgãos em três momentos distintos da ditadura militar em Santa Catarina: a Operação Limpeza, em 1964; a Operação Barriga Verde; em 1975; e a Novembrada, em 1979. O terceiro e último capítulo tem como enfoque a identificação dos alvos cotidianos, além de evidenciar os impactos causados na vida dos atingidos pela repressão empreendida por estas instituições. Os rastros deixados pelas atividades de tais instituições na vida dos catarinenses perseguidos envolvem desde o desemprego duradouro e a dificuldade de acesso a direitos básicos, tais quais educação e moradia, até sequelas físicas e psicológicas, como problemas cardíacos, dificuldades motoras, depressão e tendências suicidas. Isto tudo evidencia como a ditadura militar marcou com sua cota de dor e sofrimento as trajetórias de parte da população do estado, proporcionada pelos órgãos estudados neste trabalho.

Palavras-chave: Ditadura Militar. Repressão política. Santa Catarina.

ABSTRACT

The present master's thesis is a study about the military dictatorship institutions that were responsible for the "political security" in the state of Santa Catarina, which had operated in repressive actions between the years 1964 and 1985. The objective of this work consists in identify and listing these institutions, understanding how they act and operate, ascertaining in what regions of the state it had an act, to comprise its hierarchy and what it saw in the Santa Catarina's scenario as a space to be watched. The main research sources are documents produced by the institutions, like enchiridions, search requests, correspondences, relators, and many dossiers, besides indemnity requests gave in 1998 to the Compensation Commission for Former Political Prisoners of Santa Catarina, which contains the testimonials of the chased people and they relatives. The first chapter is dedicated to the listing of the institutions and to discourse about its activities, about the places that are used as prisons and about the days of whose were arrested in its installations. The second chapter is about the participation of these institutions in three different moments of the military dictatorship in Santa Catarina: the Cleansing Operation, in 1964; the Green Tummy Operation, in 1975; and the "Novembrada", in 1979. The third and last chapter has the focuses on the identification of the daily targets, besides the evidence of the impacts in the lives of the people who have been chased by the repression engaged by these institutions. The trail left in the lives of the persecuted by these institutions involves unemployment and the difficulty of access to basic rights, like education and habitation, until physical and psychological sequels, like heart problems, mobility difficulties, depression and suicidal tendencies. All of this evidences how the military dictatorship marked with its pain and suffering quota the trajectories of part of the population of the state, provided by the institutions that are studied in this work.

Keywords: Military Dictatorship. Political Repression. Santa Catarina.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabela final das instituições responsáveis pela segurança política em Santa Catarina	57
Tabela 2 – Cidades catarinenses e os locais utilizados como prisão em seus territórios	86
Tabela 3 – Órgãos que participaram de ações repressivas em 1964 e suas regiões de atuação	101
Tabela 4 – Lista de presos da Operação Barriga Verde, de acordo com o Relatório Especial nº 2	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Hierarquia do Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina....	33
Figura 2 – Desenhos de Julio Adelaido Serpa detalhando os interrogatórios realizados no prédio da Polícia Federal em Florianópolis-SC	83
Figura 3 – Lista de distribuição do Relatório Especial de Informações nº 2	109

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC/SNI – Agência Central do Serviço Nacional de Informações
ACT/SNI – Agência Curitiba do Serviço Nacional de Informações
ASI – Assessoria de Segurança e Informações
BASAER FL – Base Aérea de Florianópolis
BI – Batalhão de Infantaria
BC – Batalhão de Caçadores
CISA – Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica
CGI – Comissão Geral de Investigações
DCI – Divisão Central de Informações
DOPS – Delegacia/Departamento de Operações Políticas e Sociais
DOI-CODI – Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna
DN – Distrito Naval
DPF – Departamento de Polícia Federal
GPT L CAT – Grupamento Leste Catarinense
IDCH – Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas
IMDH – Instituto Memória e Direitos Humanos
IPM – Inquérito Policial Militar
NAFL – Núcleo Agência de Florianópolis
OBV – Operação Barriga Verde
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PM – Polícia Militar
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RM – Região Militar
SAMDU – Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência
SISNI – Sistema Nacional de Informações
SISSEGIN – Sistema Nacional de Segurança e Informações
SNI – Serviço Nacional de Informações
SSI – Secretaria de Segurança e Informações
SSP – Secretaria de Segurança Pública
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 O APARATO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES EM AÇÃO: INSTITUIÇÕES, AGENTES E ATIVIDADES	32
1.1 A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES E OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA NO ESTADO DE SANTA CATARINA.....	32
1.2 <i>MODUS OPERANDI</i> : A PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS E AS AÇÕES REPRESSIVAS.....	60
1.3 OS DESTINOS DOS SUBVERSIVOS E OS DIAS NO CÁRCERE	76
2 AS GRANDES OPERAÇÕES: O PAPEL DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO NAS AÇÕES REPRESSIVAS DE MAIOR EXPRESSÃO EM SANTA CATARINA.....	90
2.1 O ESTOURAR DO GOLPE: 1964 E A “OPERAÇÃO LIMPEZA”	90
2.2 1975 E A CAÇA AOS “COMUNISTAS”: A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPRESSIVAS DE SANTA CATARINA NA OPERAÇÃO BARRIGA VERDE.....	106
2.3 ESTUDANTES, PROFESSORES, REPRESSÃO: A “NOVEMBRADEIRA” E OUTRAS CONSIDERAÇÕES.....	121
3 A REPRESSÃO “JUSTIFICADA”: OS “SUBVERSIVOS” EM SANTA CATARINA	144
3.1 PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS MEMBROS: OS ADVERSÁRIOS ELEITORAIS	144
3.2 A LÓGICA DA SUSPEIÇÃO: PODERIA SER EU, VOCÊ, O SEU VIZINHO.....	163
3.3 AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA CARNE E NA VIDA: AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE AS PESSOAS ATINGIDAS PELA REPRESSÃO EM SANTA CATARINA	176
CONSIDERAÇÕES FINAIS	193
FONTES.....	202
REFERÊNCIAS.....	209

INTRODUÇÃO

O dia é 7 de setembro, comemoração da independência do Brasil. Na televisão, as imagens das câmeras mostram centenas de pessoas em diversos estados portando bandeiras do país, camisetas verde e amarelas, pinturas de rosto nas mesmas cores, entoando o Hino Nacional e carregando faixas de protesto. As demandas? Fechamento do Supremo Tribunal Federal e do Congresso Nacional, erradicação do comunismo, intervenção militar. Não, não estamos falando de fatos da primeira metade da década de 1960 – tudo isto ocorreu em pleno ano de 2021. E aliás, talvez a principal semelhança com aqueles tempos seja a centralidade da figura do Presidente da República, embora com intuitos opostos: se em 1964 pediam a derrubada de João Goulart do mais alto cargo do Executivo brasileiro, em 2021 parte da população empurra marchas em tom quase messiânico a favor do presidente Jair Bolsonaro.

Em Santa Catarina, o recorte espacial desta dissertação, tal tipo de postura não seria surpresa. Afinal, foi o estado que mais votou em Bolsonaro nas eleições de 2018: 75% dos eleitores catarinenses teriam escolhido o então candidato nas urnas (PORTAL, 2018). O número é alto e mostra o tamanho da alarmante adesão a um sujeito que, dentre outros absurdos proferidos, se elegeu com discursos saudosistas em relação à ditadura militar. Mais preocupante ainda quando, depois de eleito, passou a não somente atacar as instituições democráticas brasileiras, tais quais os supracitados Supremo Tribunal Federal e Congresso Nacional, como também a ameaçá-las com o poderio das Forças Armadas.

A cereja do bolo, no entanto, talvez venha de seus seguidores, dentre os quais é possível ver uma parcela que pede a volta do Ato Institucional nº 5 (AI-5) – o dispositivo mais autoritário dos anos do regime militar, baixado em 1968 pelo general-presidente Costa e Silva. O ato aboliu o *habeas corpus* e autorizou o Executivo a suspender os direitos de qualquer cidadão por 10 anos, além de conceder permissão para decretar recesso do Congresso Nacional, para cassar mais mandatos, para intervir diretamente nos estados, para confiscar bens. Em Santa Catarina, diante do contexto de grande apoio eleitoral a um entusiasta da ditadura militar e aos seus discursos autoritários, a impressão do público catarinense sobre o período ditatorial

parece seguir o sentido de que o regime foi brando no tratamento com os moradores do estado, como se tivesse sido uma época de bem-estar social, de estabilidade política e de segurança. Isto pode ser compreendido se nos atentarmos à própria recepção e desenrolar da ditadura militar sob a ótica das lideranças estaduais:

O regime militar teve pontos de apoio notórios no estado e seus mecanismos de controle político e de gestão econômica encontraram ressonância entre políticos e empresários. Além disso, mesmo que a oposição tenha obtido grande espaço de atuação a partir da segunda metade da década de 1970, não deixa de ser relevante que os apoiadores da ditadura mantiveram posição proeminente nas eleições e no controle sobre o aparelho de Estado, ao longo e depois do processo de abertura e redemocratização. (BRANCHER e LOHN, 2014, p. 14)

Assim, é nítida a necessidade de se aprofundar na temática, devido à centralidade do tema da ditadura militar ainda no século XXI e das permanências no cenário catarinense de determinados aspectos da ditadura militar. Na linha da História do Tempo Presente, isto seria aquilo que se convencionou chamar de “um passado que não passa”. Tais visões distorcidas não surgem de forma espontânea no presente; suas raízes são mais profundas e alimentadas durante décadas: “essas memórias subterrâneas que seguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa” (POLLAK, 1989, p. 4). Elas são fruto do tratamento dado às questões referentes à ditadura militar no Brasil e, em especial, no estado de Santa Catarina. É precisamente neste sentido que a História do Tempo Presente nos convida a refletir sobre determinadas permanências, conforme aponta François Dosse: “a História do Tempo Presente está na intersecção do presente e da longa duração [...] esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 6).

Desta maneira, pesquisas acadêmicas que sejam dedicadas a explorarem arquivos e testemunhos que retratem os acontecimentos dos tempos da ditadura militar, com o rigor metodológico que garanta tanto a consistência da argumentação quanto a seriedade do trabalho, são de suma importância. A presente dissertação de mestrado se apresenta justamente neste sentido, tendo como objetivo analisar a repressão política em Santa Catarina a partir das ações dos órgãos de segurança à serviço da ditadura militar que atuavam em seu território, evidenciando as marcas

deixadas nas vidas da outra parcela de sua população, composta por mulheres e homens que foram perseguidos de diversas maneiras.

Assim, este trabalho se enquadra no nicho dos estudos sobre a repressão política empreendida pelo regime militar, o qual é bastante amplo e reúne trabalhos de grande qualidade. *No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)*, de Mariana Joffily (2013), traz análises refinadas sobre as práticas repressivas que envolveram uma das maiores operações de perseguição política do período. Durante os primeiros anos do regime, os órgãos responsáveis pela repressão política careciam de mais organização, inteligência e efetividade. Após 1968, quando grupos como os estudantes, os artistas e os operários foram às ruas demonstrar sua insatisfação com os governos militares, as Forças Armadas responderam aprofundando e institucionalizando a violência de Estado. Assim, em julho de 1969 é deflagrada a Operação Bandeirante (Oban), que seria substituída em 1970 pelo DOI-Codi, dando início a um dos períodos mais violentos da ditadura militar em São Paulo. Reunindo o *know-how* das forças policiais com a lógica militar, tanto a Oban quanto posteriormente o DOI-Codi tornaram-se o braço extralegal do regime, realizando atividades clandestinas que envolviam sequestros, torturas, mortes e desaparecimentos.

Outro trabalho bastante lembrado quando se pensa em temáticas ligadas à repressão pertence a Carlos Fico (2001): *Como eles agiam – Os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política*. Fico se dedica a estudar detalhadamente a estrutura institucional que dirigiam as ações de espionagem e perseguição política durante o período ditatorial, analisando elementos como o Serviço Nacional de Informações (SNI), o DOI-Codi, as CGIs e suas atuações em diversos setores, como nos Ministérios Civis, na imprensa, no clero e no meio estudantil. O historiador discute os processos de criação e modos de operar destes órgãos em diferentes momentos da ditadura militar, demonstrando padrões e rupturas, bem como as hierarquias e embates entre os diferentes setores das Forças Armadas em decorrência das diferentes visões sobre a repressão que haviam em seu interior.

O livro *Ditadura Militar na Bahia: Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes*, organizado por Grimaldo Carneiro Zachariadhes (2009), traz uma compilação de artigos produzidos por diferentes autores, cujos assuntos variam dentro da temática da ditadura militar. Desde a mobilização das “donas de casa” baianas pela

deposição de João Goulart até a resistência de movimentos como a Ação Popular (AP) naquele território, os vários escritos presentes na obra acabam por tocar, em algum momento de seus desenvolvimentos, a questão das perseguições políticas perpetradas na Bahia. Destaco três destas produções: *O golpe de 1964 e as dimensões da repressão em Vitória da Conquista*, de José Alves Dias; *Salvador em 1968: um breve repertório de lutas estudantis universitárias*, de Antonio Maurício Freitas Brito; e *A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do trabalho conjunto da cidade de Salvador*, de Maria Victória Espíneira.

Em *Ousar lutar, ousar vencer: histórias da luta armada em Salvador (1969-1971)*, Sandra Regina Barbosa da Silva Souza (2013) discute o suposto clima brando que teria permeado o período ditatorial na Bahia, que o senso comum coloca como um estado onde a ditadura militar não teria sido tão dura quanto em outras partes do Brasil. A autora enfrenta esta concepção ao analisar os grupos de resistência armadas presentes em território baiano, como o Movimento Revolucionário 8 de Março (MR-8), a Vanguarda Revolucionária (VAR-PALMARES) e o Partido Comunista do Brasil (PCBR), evidenciando suas estruturas, modo de agir, de se organizar e de resistir. A partir das atividades destas agremiações, a autora revela também como se davam as ações repressivas na Bahia.

Em sua pesquisa intitulada *Informação, repressão e memória: a construção do Estado de exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE*, Marcília Gama da Silva (2007) recorre às reflexões de Michel Foucault acerca do *saber-poder* para analisar a atuação do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE). Neste sentido, a autora trabalha sob a perspectiva da informação como um dos pilares de sustentação das ações repressivas, sendo fundamental para a consolidação não somente do sistema de segurança que se desenvolveu ao longo da ditadura militar, mas também do próprio regime. Para tanto, suas análises se dirigem à vigilância enquanto prática de controle social, discorrendo sobre a criação e evolução do DOPS-PE e suas relações com a rede nacional de informações. Mais do que isso, relata as ações empreendidas pelo órgão contra opositores do regime em Pernambuco, evidenciando práticas como prisões e torturas.

Caroline Silveira Bauer (2006) analisou também a atuação de uma das unidades do Departamento de Ordem Política e Social. Sua dissertação de mestrado,

Avenida João Pessoa, 2050 – 3º Andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982), é composta por três capítulos que dão conta de discutir o processo de transformação das ações de polícia política do DOPS-RS em ações de terror, especialmente após a efetivação do golpe de 1964. Dentro desta concepção, a autora discorre acerca das práticas empreendidas pelo órgão, como sequestros, torturas e mortes, bem como a centralidade das instituições de ensino enquanto alvos da repressão. Por fim, aborda as conexões do DOPS-RS com o aparato repressivo nacional e das demais ditaduras que estiveram em vigor no Cone Sul ao longo daquele período.

Ainda sobre a região sul do Brasil, há o trabalho de Rodrigo Pereira da Silva (2017), intitulado *Os informantes da polícia política e o anticomunismo durante a ditadura civil-militar (Paraná, 1964-1985)*. Através de bilhetes, relatórios, cartas, informes e ofícios, o autor analisa a atuação de informantes do regime no estado paranaense, oriundos principalmente de dois grupos: o conjunto de agentes do Departamento de Ordem Política e Social do Paraná (DOPS-PR) e os civis que colaboravam compartilhando informações com o órgão. Influenciados por suas crenças ideológicas, estes civis se valiam do discurso anticomunista como maneira de se sentirem úteis à manutenção da ordem e ao combate à disseminação de ideias “subversivas” entre a população do local.

Estas são algumas das produções que tratam do tema da repressão no Brasil, as quais discutem as conformações institucionais dos órgãos envolvidos nas perseguições políticas, bem como seus alvos e modos de agir. Aliás, alguns deles tratam sobre ocorrências de determinados estados e regiões, contribuindo grandemente para a compreensão do que foi a ditadura militar brasileira enquanto fragmentos de uma história que atingiu o país de norte a sul, de leste à oeste. No meio deste inventário, a presente dissertação de mestrado busca inserir o estado de Santa Catarina no quadro dos trabalhos que tratam da repressão durante o regime ditatorial que vigorou entre 1964 e 1985. Isto porque os trabalhos que tratam sobre a ditadura militar no estado catarinense possuem como foco diversos aspectos do regime: partidos políticos, movimentações estudantis e a recepção do golpe de 1964 em determinadas cidades costumam ser os assuntos mais abordados – entretanto, pouco

se trata especificamente da repressão política desencadeada em Santa Catarina naquele período.

O trabalho de Jaci Guilherme Vieira (1994) constitui pesquisa sobre o Partido Comunista Brasileiro em Santa Catarina, desde sua fundação em 1922 até as perseguições sofridas por seus membros durante a Operação Barriga Verde, iniciada em 1975. Devido ao recorte temporal escolhido, o autor aborda também questões referentes às décadas anteriores ao golpe de 1964, mas traz interessantes contribuições acerca das ações repressivas da ditadura militar no estado catarinense. Utilizando entrevistas e documentos “oficiais”, menciona lugares utilizados como cárcere político e relatos acerca do modo como as prisões ocorriam – sua proposta em relação às ações repressivas, no entanto, não é listar ou analisar estes aspectos, e sim compreender o que foi a Operação Barriga Verde e como ela se abateu sobre parte da população de Santa Catarina.

Algo semelhante ocorre com a dissertação de mestrado de Mateus Gamba Torres (2009), cujo enfoque é a Operação Barriga Verde. Diferentemente de Jaci, que se atenta mais ao desenrolar dos acontecimentos e aos impactos causados pela OBV nos militantes comunistas do estado, Torres analisa questões referentes aos trâmites jurídicos da operação. Ainda que também traga o nome de um ou outro local de encarceramento e mencione resumidamente como eram realizadas as prisões, seu intuito é refletir sobre os embates entre as vítimas e a justiça militar dentro dos tribunais. Assim, ambos os trabalhos trazem contribuições para a historiografia acerca da ditadura militar em Santa Catarina, mas não caracterizam estudos *específicos sobre a repressão* em território catarinense, já que possuem outros temas centrais que apenas abordam aspectos referentes às ações repressivas quando necessário.

Sirlei de Souza (1998) tem como foco de seu trabalho a repercussão do golpe civil-militar de 1964 na cidade de Joinville, no norte de Santa Catarina. A autora aborda aspectos relacionados principalmente às ações de atores políticos locais em relação ao novo momento político que se instaurava, como as festividades realizadas pela população com o intuito de comemorar a derrubada do então presidente João Goulart, a convivência da câmara dos vereadores e o posicionamento de prefeitos e governadores. No que diz respeito à repressão, a pesquisadora coloca seu enfoque sobre a Operação Barriga Verde – mesmo que transpasse o recorte temporal do golpe, a OBV é utilizada pela autora para tecer discussões acerca das ações em

Joinville de um dos principais adversários do regime: o PCB. Aborda ainda a questão de incêndios criminosos que teriam ocorrido no município, desencadeando prisões com conotação política e mesmo casos de tortura.

Para um trabalho cuja proposta é analisar como o *golpe* repercutiu na cidade, Sirlei de Souza (1998) traça um panorama geral da repressão bastante coerente dentro de seu recorte espacial. Devido à delimitação bem definida do espaço em que ocorreram as ações narradas em sua pesquisa, a historiadora traz bastante informações sobre as perseguições desencadeadas apenas em Joinville, não caracterizando um estudo sobre ações repressivas em Santa Catarina como um todo – até por esta não ser a proposta de sua produção.

Mateus Bandeira Vargas estudou em seu Trabalho de Conclusão de Curso (2016) as relações da ditadura militar com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fazendo uso de entrevistas com ex-estudantes e ex-professores da instituição, bem como de documentos produzidos por órgãos de segurança da época, discorre sobre os embates entre os sujeitos inseridos no espaço universitário e os agentes da repressão de Florianópolis. Seu intuito parece ser o de trazer à tona a memória destes indivíduos, abordando através delas o recorte da história da UFSC referente ao contexto período ditatorial; deste modo, as menções a lugares utilizados como prisões políticas e a descrição das ações repressivas não ocorrem de maneira sistemática. Quando os entrevistados mencionam onde ficaram detidos e por quais agentes foram presos, ou quando algum documento cita estes aspectos, tais nomes aparecem; do contrário, não há a busca por parte do autor por estas informações. Afinal, este não é o seu foco e, de forma compreensível, o mesmo não faz menção a elas. Além disso, de modo semelhante ao caso de Sirlei de Souza, o recorte espacial da pesquisa de Vargas está circunscrito a apenas uma cidade, trazendo informações bastante significativas acerca da repressão apenas em Florianópolis e não sobre o restante de Santa Catarina.

Já a dissertação de mestrado de Diego Pacheco (2012) tem como eixo central os Grupos dos 11 Companheiros em Santa Catarina. Primeiramente, seu recorte temporal é anterior ao período da ditadura militar: 1961 a 1964. Pacheco discute a formação destas agremiações, como se organizavam, o que debatiam, seus objetivos, sua postura ante as ocorrências políticas nacionais e estaduais, entre outros fatores conectados à sua *composição e atuação*, não sendo um estudo acerca de ações

repressivas. As mesmas são mencionadas quando o autor versa sobre a onda de prisões ocorridas entre o dia 31 de março e o início do mês de abril de 1964 em Santa Catarina – como o objetivo da pesquisa é estudar os Grupos dos 11 e não a ditadura militar, não há a menções a lugares utilizados como cárcere de presos políticos ou mesmo a identificação de agentes e instituições responsáveis pelas operações, sendo referidas genericamente por termos como “polícia” e “forças policiais”.

Todos estes trabalhos contribuíram em muito para a construção de minha pesquisa. Mas é fato não haver entre os temas estudados o enfoque na repressão ocorrida no estado, tampouco sobre pontos mais específicos como as instituições envolvidas, as ações executadas pelas mesmas, o *modus operandi* dos agentes de segurança do regime e os lugares utilizados como prisão política. É aqui que a presente dissertação se encaixa: dialogando com a contribuição dos referidos autores sobre o assunto, bem como fazendo uso das fontes disponíveis, pretende-se dissertar acerca das ações repressivas no estado do ponto de vista institucional, buscando visualizar os atores e entidades envolvidas.

O objetivo é identificar quais eram estas instituições e como operavam, compreendendo como foram suas participações nos eventos mais conhecidos da ditadura militar em Santa Catarina e suas ações no cotidiano da população catarinense entre 1964 e 1985 – é importante definir quais tipos de instituições envolvidas em ações repressivas serão abordadas. Afinal, entidades “burocráticas” como os tribunais, por exemplo, também foram de fundamental importância para que o autoritarismo dos governos militares pudesse ser sustentado por tanto tempo, mas não serão abordadas (pelo menos não de forma profunda) neste trabalho. Friso que os órgãos estudados são aqueles de caráter *militar e policial*, os quais atuaram *em campo* perseguindo, prendendo e violentando pessoas. Assim, buscaremos compreender quais eram seus principais alvos, qual era o seu *modus operandi* e o que enxergavam enquanto “politicamente perigoso” no estado. Aliás, muitos pesquisadores acreditam que estudar o local é simplesmente discorrer sobre algo que ocorreu em determinado espaço, como se o local fosse um reflexo direto do geral. É por isso que ao longo desta pesquisa tentar-se-á observar em primeiro plano os acontecimentos em Santa Catarina, bem como as características de suas regiões e municípios, em *diálogo* com as circunstâncias nacionais.

Para tanto, devemos olhar para o contexto em que ocorreu aquilo que está presente na documentação referente à ditadura militar em Santa Catarina. Para Serna e Pons, o contexto pode ser definido como a “reconstrucción cuidadosa del espacio local em el que se insertan la vida de los sujetos que estudiamos. Y ¿por qué local? Porque la vida real siempre tiene un *locus* concreto del cual los individuos emprenden sus acciones” (2002, p. 120). Por isso a importância de contextualizar não somente as circunstâncias dos locais onde se passa o que é narrado nas fontes, mas também os acontecimentos prévios ao golpe de 1964 e ao início da atuação dos órgãos de segurança e informação. As ações das vítimas, os detalhes observados pelos agentes, os espaços utilizados como prisão, as justificativas dadas para perseguições são todos elementos presentes em determinado cenário que provavelmente não seriam os mesmos em outro espaço e contexto. Ao longo desta dissertação haverá a tentativa de se pintar o quadro catarinense ao longo da ditadura militar em contraste com as ocorrências presentes nas fontes utilizadas, averiguando se há ou não elementos locais que possam ter interferido nas ações dos agentes de segurança.

O tratamento com as fontes – desde sua coleta até a sua análise – foi realizado pensando em encontrar vestígios referentes a este recorte. As principais fontes utilizadas são constituídas de dois conjuntos diferentes: documentos produzidos pelos órgãos de Segurança e Informação (de Santa Catarina ou de outras localidades que tratavam de assuntos envolvendo o estado catarinense) e requisições indenizatórias provenientes do acervo da Comissão Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina, sendo utilizadas de forma complementar entrevistas realizadas pela Comissão Memória e Verdade da Universidade Federal de Santa Catarina (CMV-UFSC) com ex-estudantes e professores da instituição à época da ditadura militar.

O primeiro grupo foi obtido através do SIAN – a plataforma *online* do Arquivo Nacional, que disponibiliza documentos digitalizados gratuitamente e de acesso livre à população. O conteúdo dos documentos é constituído basicamente por pedidos de busca, prontuários de suspeitos, correspondências trocadas entre os agentes/comandantes das entidades, relatórios sobre ocorrências, listas de alvos, etc. Já os pedidos da Comissão de Indenização estão disponíveis também em formato digital no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), vinculado à Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), mais especificamente no “Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados,

desaparecidos e presos políticos em Santa Catarina (Lei nº 10.719/98)”; são requisições indenizatórias contendo relatos dos requerentes e material comprobatório. Por fim, as entrevistas produzidas pela CMV-UFSC estão disponíveis *online* em formato de áudio e texto, trazendo falas de antigos professores e estudantes da instituição à época da ditadura militar.

O processo de seleção das fontes na plataforma SIAN foi realizado por meio da utilização de palavras-chave, sendo elas os nomes e siglas dos órgãos de Segurança e Informação atuantes no estado catarinense. Estas nomenclaturas foram obtidas em um pequeno volume de documentos – muito parecidos, inclusive, com aqueles obtidos na plataforma SIAN – cedidos ainda na fase inicial da pesquisa pelo Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina (IMDH/UFSC)¹, os quais eram constituídos basicamente por pedidos de busca e correspondências da Secretaria de Segurança e Informações do estado (SSI/SC) referentes à década de 1970.

Aliás, gostaria de dedicar um espaço para falar um pouco sobre o IMDH, do qual faço parte, e destacar a importância que o mesmo teve para a construção desta pesquisa. Fundado em 2019, o Instituto possui entre seus membros pesquisadores de diversas áreas, como da História, do Direito, das Relações Internacionais, dentre outras. O IMDH vem desenvolvendo projetos que contemplam não somente pesquisas científicas de maneira interdisciplinar, mas que também contribuem de forma prática em assuntos que envolvam os Direitos Humanos no estado de Santa Catarina, como observatórios na área de segurança pública, a organização de um acervo sobre a Ditadura Militar no estado e a realização de eventos que discutam assuntos afins. Esta dissertação pode ser considerada uma das primeiras “filhas” do Instituto – não teria sido possível dar início a mesma sem os documentos disponibilizados pelo professor Jean-Marie Farines, coordenador do IMDH, tampouco aprofundar certas discussões

¹Os documentos em questão foram obtidos pelo IMDH no Arquivo Público do Estado de São Paulo com a finalidade de constituírem um acervo sobre a ditadura militar em Santa Catarina. Entretanto, como a instituição ainda é jovem e o referido projeto se encontra em fase embrionária, os documentos cedidos ao mestrando não possuíam organização clara e não é possível afirmar, em termos quantitativos, seu volume em relação ao todo de arquivos provenientes da SSI/SC. O conteúdo do material contribuiu significativamente para as análises presentes nesta dissertação e alguns materiais foram utilizados, mas devido à imprecisão metodológica elencada, sua importância fundamental foi proporcionar um ponto de partida ao pesquisador através do contato inicial com documentos desta natureza, permitindo a observação de sua estrutura e da coleta de vestígios tanto para a obtenção de mais fontes quanto para a elaboração de uma metodologia mais consistente.

presentes ao longo destas páginas sem a troca de ideias com outros membros. É fundamental dar estes créditos.

O trabalho com a documentação cedida pelo IMDH foi realizado observando as demais entidades com as quais a SSI/SC se comunicava, sendo possível listar algumas das instituições atuantes em Santa Catarina ao longo do período ditatorial iniciado em 1964. Desta maneira, foram elencados como palavras-chave os seguintes órgãos: Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina (SSI/SC), Base Aérea de Florianópolis (BASAER FL), 5º Distrito Naval, NAFL, Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina (DPF/SC), Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC), Departamento de Ordem Política e Social de Santa Catarina (DOPS/SC), 2º Batalhão Rodoviário, 14º Batalhão de Caçadores e Agência Curitiba do SNI (ACT/SNI). A plataforma SIAN possui quatro diferentes mecanismos de busca, sendo eles: Pesquisa Livre, Pesquisa Avançada, Pesquisa Multinível e Pesquisa Digital. Foi utilizado o recurso da Pesquisa Livre pelo fato de que nesta modalidade, ao ser digitado o termo que se deseja buscar, é realizada uma varredura em todos os fundos e coleções disponíveis no acervo, tornando a tarefa mais prática e com resultados mais abrangentes.

Materiais que não trouxessem conteúdos sobre ocorrências dentro do território catarinense foram descartados, assim como aqueles gerados a partir das Comissões Gerais de Investigação (CGIs). No caso destes últimos, a escolha por sua exclusão se deu por se tratarem de processos administrativos por vezes restritos a apenas uma instituição, sendo realizadas investigações internas em que os órgãos de segurança e informação pouco ou nada atuavam. Além disso, nem sempre um caso ocorrido em uma entidade localizada em Santa Catarina discorria sobre acontecimentos dentro deste estado; se os alvos da investigação tivessem vivido a maior parte de suas vidas em outros locais do Brasil, era comum que os laudos e relatórios trouxessem conteúdos que versavam majoritariamente sobre estas localidades. Além disso, casos de indivíduos nascidos em SC, mas que foram alvos em outros estados brasileiros também foram deixados de fora. Em suma: foram selecionados os materiais especificamente voltados a fatos ocorridos dentro de Santa Catarina, com participação ativa dos órgãos de segurança e informações responsáveis por sua vigilância.

Tal documentação foi organizada na plataforma SIAN através de conjuntos que reúnem todos os arquivos disponíveis sobre uma mesma ocorrência; por exemplo, a

Superintendência Regional da Polícia Federal em Santa Catarina solicitou para a agência de Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT/SNI), em 09 de fevereiro de 1978, informações sobre a atuação da “Seita Testemunhas de Jeová” em seu território (AGÊNCIA CURITIBA, 1978a). Está reunida em um arquivo em formato PDF toda a documentação relacionada ao caso, desde a solicitação do DPF/SC com a descrição dos motivos pelos quais requeria aquelas informações, até as respostas da agência SNI da capital paranaense contendo detalhes acerca das atividades de tais religiosos e prontuários com o histórico de vida dos mesmos. Todos os materiais recolhidos na plataforma possuem este padrão, sendo denominados pelo Arquivo Nacional como *Dossiês*.

A dificuldade em se utilizar este recurso para a obtenção de fontes é o próprio funcionamento do mecanismo de busca da plataforma. Ele procura a palavra-chave em todo o conteúdo textual dos arquivos em seu armazenamento; assim, as supracitadas nomenclaturas/siglas digitadas na barra de pesquisa por vezes eram encontradas no cabeçalho dos arquivos ou estavam localizadas em alguma frase no corpo do texto. O primeiro caso indicava que o documento havia sido produzido pelo órgão buscado, enquanto o segundo trazia documentos que apenas citavam estas instituições. Ou seja, a busca por materiais produzidos por um determinado órgão poderia trazer como resultado produções *de outras entidades* que mencionavam em seu conteúdo a palavra-chave utilizada. Assim sendo, após selecionada, fez-se necessário dividir a documentação a partir de determinados critérios, tanto para fins organizacionais quanto analíticos.

Deste modo, houve a elaboração de listas elencando os dossiês por autoria, data de produção, local das ocorrências e assunto central dos documentos. Isto possibilitou observar aspectos importantes acerca da atuação dos órgãos de segurança e informação em Santa Catarina, como seus principais focos de preocupação, intensidade de suas atividades em cada região do estado, variações/padrões ao longo do tempo, quais eram as entidades mais ativas e como se relacionavam entre si. É importante destacar que, obviamente, por se tratar de conjuntos documentais obtidos em uma plataforma que disponibiliza apenas arquivos digitalizados, torna-se difícil precisar a quantidade exata de materiais disponíveis em relação ao todo do acervo – afinal, nem todos os documentos do Arquivo Nacional passaram por processo de digitalização. Entretanto, dentre aqueles que estão em

formato digital e aptos à consulta, foram coletados todos que se enquadravam nos critérios de seleção elencados pelo pesquisador, sendo a busca realizada mais de uma vez. Além disso, foram obtidos também documentos do acervo do Serviço Nacional de Informações (SNI) sobre Santa Catarina que está sob guarda do Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas em formato digital, os quais se enquadram nos mesmos padrões daqueles obtidos através da plataforma SIAN.

Pensando em facilitar a averiguação das informações retiradas destes materiais e que serão apresentadas nos capítulos desta dissertação, as referências aos documentos conterão o *link* da página de busca da plataforma SIAN e o código do documento citado. Assim, basta ir até as referências, copiar o código escrito na parte “Documento”, acessar o endereço eletrônico presente na parte “Disponível em:” e colar na caixa de busca. O resultado apresentará unicamente o documento referenciado, independentemente do acervo em que o mesmo se encontre, já que a busca terá sido realizada utilizando o código que pertence unicamente ao mesmo. Entretanto, caso seja necessário, os acervos de onde a documentação provém são: Fundo Serviço Nacional de Informações, Fundo Conselho de Segurança Nacional, Fundo Divisão de Inteligência do Departamento de Polícia Federal, Fundo Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Justiça e Fundo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Além disso, como se tratam de documentos digitalizados, dos quais muitos não possuem paginação, as páginas referenciadas dizem respeito ao arquivo em PDF, facilitando assim encontrar os locais de onde foram retirados os trechos citados. Isto se aplica também à documentação da Comissão de Indenização. Aliás, falemos agora um pouco sobre ela.

Em 13 de janeiro de 1998 era promulgada a Lei Estadual nº 10.719, a qual instituía a Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina – uma comissão especial cuja função era analisar pedidos de indenização das vítimas da repressão da ditadura militar no estado catarinense. Era composta por nove membros, sendo quatro escolhidos pelo governador do estado, um pelo Conselho Regional de Medicina, um pela Seção Regional da Ordem dos Advogados do Brasil, um pelo Ministério Público, um pela Assembleia Legislativa e um representante dos perseguidos políticos.

Seu estabelecimento era não apenas uma maneira de compensar financeiramente aqueles que sofreram com a violência de Estado, mas também de

reconhecer que as instituições catarinenses participaram de forma ativa em ações repressivas ao longo do período ditatorial. Desta maneira, o grupo fazia parte daquilo que se entende por justiça de transição, a qual possui como alguns de seus objetivos a reforma das instituições para consolidar a democracia, o reparo às vítimas, o estabelecimento do direito à memória e à verdade, a investigação das violações praticadas em contextos autoritários e o julgamento dos perpetradores da violência (SCHINCARIOL, 2014; THIESEN, 2019).

Assim, a documentação da Comissão Especial de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina é composta de processos requisitando compensação financeira às pessoas que tenham sido perseguidas pela ditadura militar no estado catarinense. Para tanto, os solicitantes deveriam contar por escrito sobre as perseguições que sofreram e as situações a que foram submetidos com motivações políticas, devendo comprovar suas histórias com materiais que atestassem a veracidade dos fatos narrados. Para tanto, eram anexados às requisições elementos como partes de Inquéritos Policiais Militares (IPMs), transcrições de interrogatórios, notícias de jornal, atestados de prisão, depoimentos de testemunhas, etc.

Como dito anteriormente, os processos estão em formato digital e disponíveis para consulta no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH), no centro de Florianópolis. O regulamento da instituição não permite a cópia integral do mesmo, tendo sido assim recolhidos 77 processos pelo pesquisador. A seleção deu-se a partir de consulta presencial em que foi realizada a leitura das requisições e escolhidas aquelas que trouxessem conteúdos mais densos, com descrições mais elaboradas acerca das ocorrências e maior volume de material comprobatório.

As narrativas trazidas pelos requerentes por vezes citavam os locais em que ficaram detidos e os nomes dos agentes envolvidos (ou mesmo de seus superiores em alguns casos), havendo também detalhes acerca das situações em que foram realizadas as prisões. Desta maneira, organizei três tabelas a partir do conteúdo dos processos: uma contendo os locais utilizados como prisão em Santa Catarina, outra listando os responsáveis pelas operações no estado e uma última apontando características das vítimas, contendo ainda a descrição do *modus operandi* dos agentes repressores ao efetuarem as prisões.

Foram elaboradas em diálogo com os relatórios da Comissão Nacional da Verdade, da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright e da Comissão Memória e Verdade da UFSC; as referidas tabelas permitiram complementar a lista de instituições, agentes e vítimas da repressão no estado presentes nos trabalhos das comissões. É importante ressaltar que estas tabelas tiveram também adições vindas dos materiais recolhidos no SIAN e das entrevistas realizadas pela CMV-UFSC. O principal conjunto de fontes utilizadas para a sua elaboração foram os processos da Comissão de Indenização pelo fato de que, por se tratarem de requisições indenizatórias, era necessário que os solicitantes trouxessem detalhes sobre o que lhes ocorrera e consequentemente citar de forma direta seus locais de detenção, bem como os responsáveis pelas operações que os levaram ao cárcere.

O conjunto de fontes complementar – as entrevistas produzidas pela CMV-UFSC – foi elaborado para compor o escopo documental do relatório da comissão, o qual discorre sobre as ocorrências arbitrárias na Universidade Federal de Santa Catarina ao longo do período localizado entre 1964 e 1985. O acervo dispõe de 20 entrevistas realizadas por pesquisadores da própria instituição. Apesar de o objetivo das perguntas feitas aos entrevistados ter o direcionamento voltado para assuntos referentes aos fatos transcorridos dentro das instalações universitárias, as respostas obtidas foram, de modo geral, abrangentes o bastante para trazerem informações sobre diversos temas relacionados à ditadura militar não somente no espaço acadêmico, mas também no próprio estado catarinense. Refiro-me a este material enquanto “complementar” pelo fato de que os consultei com frequência ao longo da pesquisa, mas por não terem sido entrevistas realizadas por mim e especificamente para este trabalho, os menciono e analiso ao longo dos capítulos seguintes apenas quando seu conteúdo se enquadra nos assuntos discutidos, não colocando enquanto objeto central das análises.

Podem ser considerados uma boa alternativa durante os limitantes tempos de pandemia, em que a realização de entrevistas por parte do pesquisador torna-se inviável – especialmente em se tratando das vítimas da ditadura militar, que atualmente são em sua maioria pessoas idosas e, portanto, que compõem o grupo de risco de contração da doença. Sendo assim, foi realizada a leitura das transcrições destas entrevistas (também disponíveis no site da CMV-UFSC) e produzido um “mapa de cores” para melhor identificar os assuntos abordados e organizar as informações

referentes a cada um deles. Os temas eram localizados nas falas dos entrevistados e recebiam uma cor respectiva, permitindo observar os assuntos mais levantados pelos entrevistados e encontrar com agilidade aquilo que se desejava².

Diante dos três conjuntos documentais à disposição, o aspecto fundamental para a pesquisa foi o diálogo estabelecido entre eles. Além de informações detalhadas que se complementam em relação a entidades, *modus operandi* e agentes envolvidos, alguns casos possuem descrições detalhadas em cada um dos conjuntos simultaneamente; certos personagens concederam entrevista para a CMV-UFSC, entraram com pedidos de indenização e foram encontrados relatórios produzidos pelos órgãos de segurança e informações sobre suas atividades. Mesmo quando tal convergência não vinha a ocorrer, em certos momentos também era possível encontrar informações ausentes (ou insuficientes) de determinado documento em materiais de outro grupo. Por trabalhar com documentos “oficiais”, a narrativa dos atingidos pela repressão foi fundamental durante a pesquisa – afinal, como afirma Carlos Fico, a constituição de materiais oriundos das narrativas daqueles e daquelas que foram alvo de perseguições durante a ditadura militar “permitirá outra forma de ‘justiça’, na medida em que, agora, temos a versão dos que foram espionados, presos e torturados e não apenas a dos que espionaram, prenderam e torturaram” (2012, p. 54).

Mas dificuldades também foram encontradas ao longo do processo de produção deste trabalho. A maior delas, sem dúvidas, foi o caráter fragmentário dos materiais da Comissão de Indenização e dos documentos produzidos pelos órgãos oficiais – dilema tipicamente encarado por pesquisadores da ditadura militar no Brasil. Fatores como a apropriação de documentos por parte de militares ou de famílias de vítimas, a dificuldade em localizá-los e organizá-los em acervos (o que implica em seu espalhamento por diferentes locais do país), queimas de arquivo ainda à época do

²Os assuntos identificados foram distribuídos da seguinte maneira: Novembrada; oposição ao regime (atuação política, militância e apoio aos opositores/militantes); vida no exterior, fugas do país, exílios, visões sobre o contexto internacional; Visões pessoais sobre o contexto geral da ditadura (cenário político, articulações dos governos militares, cultura da época, etc.), PCB, comunismo; Assuntos diversos (Sentimentos em relação às vivências pessoais na ditadura, relatos em tom de curiosidade, opiniões pessoais sobre determinados fatos, relatos de vida, assuntos indiretamente ligados às temáticas sobre a ditadura militar); Operação Barriga Verde; Anistia, perdões, reintegrações ao cotidiano; Repressão (censura, espionagens, atentados, prisões, mortes, torturas, dispositivos repressivos, consequências na vida pessoal das vítimas, etc.); Ideário acerca da ditadura (aspectos doutrinários, suposta brandura, silenciamentos, revisionismos, pensamento de grupos sociais coniventes com o regime, etc.).

regime e após sua queda, arquivos danificados pela ação do tempo e por más condições de armazenamento, entre outros, são alguns dos complicadores já conhecidos. Assim, é bastante frequente que faltem páginas em documentos, que um dossiê esteja pela metade, que os IPMs trazidos pelos solicitantes de indenização estejam incompletos, que trechos estejam ilegíveis, que imagens estejam apagadas; por isso, o mestrando buscou incessantemente pelo maior volume possível de documentos, na tentativa de que a fragmentação pudesse ser compensada com quantidade.

Entretanto, houve um agravante atípico. O contexto pandêmico gerado pela COVID-19, que assolou o planeta à época de produção desta pesquisa, intensificou ainda mais as dificuldades. Com os arquivos fechados e as recomendações de isolamento, a possibilidade de se buscar fontes de pesquisa em diversos locais tornou-se inviável, não me permitindo acessar tantos arquivos quanto gostaria e tendo limitado o volume documental disponível. Apesar disso, graças a tecnologia e ao belo trabalho dos profissionais arquivistas, foi possível amenizar este problema por meio de consultas *online*. Deste modo, mesmo com as dificuldades de acesso à documentação, seja para servir de aporte bibliográfico ou para gerar discordâncias que impulsionem debates, ainda foi possível produzir algo que ao menos possa servir de ponto de partida para próximas pesquisas sobre a ditadura militar em Santa Catarina – tema ainda pouco abordado na historiografia local acerca do regime iniciado em 1964.

Materiais de outras fontes também contribuíram para a construção da pesquisa. Foram também consultados os relatórios do projeto Brasil Nunca Mais, bem como seu acervo disponibilizado na *internet*, denominado Brasil Nunca Mais Digital. Pouco consta em ambos sobre o estado catarinense; portanto, seu conteúdo foi utilizado mais como bibliografia do que necessariamente enquanto fonte para análise. Além disso, há também outro elemento importante: as produções da imprensa da época. Devido ao enfoque da pesquisa ser voltado para as atividades dos órgãos de segurança e informações, tratando muitas vezes de aspectos não tão evidentes de sua atuação e que se revelam em elementos de difícil acesso à época do regime (como documentos oficiais e testemunhos das vítimas), as notícias de jornais catarinenses foram mencionadas em determinadas discussões.

Sua relevância para esta dissertação foi a contextualização dos conteúdos das fontes principais elencadas anteriormente. Foram úteis para o entendimento das circunstâncias locais das diferentes regiões de Santa Catarina, através da percepção dos jornalistas do estado acerca das circunstâncias daqueles tempos. Alguns dos periódicos consultados foram *O Estado*, *Correio Lageano*, *A tribuna Criciumense*, *Correio do Povo*, entre outros.

A estrutura da dissertação foi elaborada pensando em um “fio condutor” que segue o seguinte raciocínio: atua em Santa Catarina um conjunto de entidades responsáveis pela segurança política no estado; tais órgãos certamente possuem alvos que são perseguidos; após 21 anos de sua presença, teriam ficado marcas de sua atuação na sociedade catarinense? Sendo que cada tópico representa um capítulo desta produção. Assim, o primeiro capítulo, intitulado “O aparato de segurança e informações em ação: instituições, agentes e atividades”, tratará especificamente dos órgãos que coletavam informações sobre a população catarinense e realizavam as buscas de supostos subversivos. Listaremos quais eram as principais entidades atuantes e sua hierarquia, onde se localizavam, como se comunicavam, de que maneira realizavam suas operações, para onde eram levados os indivíduos apreendidos, o que entendiam por criminalidade (diferença entre crimes comuns e políticos), entre outros fatores. Para tanto, será dividido em três subcapítulos, denominados *A comunidade de informações e os órgãos de segurança no estado de Santa Catarina*; *Modus operandi: a produção de documentos e as ações repressivas*; e *Os destinos dos subversivos e os dias no cárcere*.

Já o segundo capítulo, *As grandes operações: o papel dos órgãos de segurança e informação nas ações repressivas de maior expressão em Santa Catarina*, analisa a participação dos órgãos apresentados no primeiro capítulo nos três mais conhecidos eventos da ditadura militar ocorridos no estado catarinense, sendo divididos em três subcapítulos: *O estourar do golpe: 1964 e a “Operação Limpeza”*; *1975 e a caça aos “comunistas”: a atuação das instituições repressivas de Santa Catarina na Operação Barriga Verde*; e *Estudantes, professores, repressão: a “Novembrada” e outras considerações*. Quais instituições se envolveram em cada um destes momentos, como atuaram, quem perseguiram e os motivos para tanto serão discutidos aqui, buscando visualizar a perspectiva dos órgãos e agentes do regime sobre os fatos.

Por fim, *A repressão “justificada”: os “subversivos” em Santa Catarina*, terá a proposta de compreender como era a atuação dos órgãos responsáveis pela “segurança” política no cotidiano da população catarinense. É importante ressaltar aqui certa ruptura em relação ao olhar lançado sobre a temática central da dissertação no subcapítulo 3.3. As frações anteriores da dissertação tratam da visão das próprias instituições repressivas e de seus agentes sobre os “perigos” em Santa Catarina entre 1964 e 1985 – no terço final deste terceiro capítulo, há uma inversão: o centro das análises passa para os perseguidos pelo aparato institucional da ditadura militar, incluindo suas situações de vida para além do referido recorte temporal. Pontuo este fato e a minha intencionalidade em fazê-lo desta maneira, pois julgo que poderiam haver implicações de caráter metodológico em se inverter o foco analítico de maneira tão brusca. Apesar disso, julgo ser de fundamental importância trazer os efeitos causados pelas ações analisadas nos dois primeiros capítulos do trabalho, especialmente no longo prazo. A pesquisa não me pareceria completa se não nos ajudasse a visualizar o que fica para nós (e especialmente para aqueles que foram perseguidos), no tempo presente, daquilo que me propus a evidenciar sobre parte de um passado tão sombrio.

Assim sendo, os subcapítulos que o compõem são intitulados: *Partidos Políticos e seus membros: os adversários eleitorais*; *A lógica da suspeição: poderia ser eu, você, o seu vizinho...*; e *As marcas da violência na carne e na vida: as consequências sobre as pessoas atingidas pela repressão em Santa Catarina*. O primeiro deles trata das perseguições contra políticos e partidos ao longo da ditadura militar, evidenciando os discursos construídos pelos agentes do regime em torno destas figuras. O segundo visa evidenciar os perseguidos que fugiam das características mais comuns dos alvos encontrados na documentação utilizada na pesquisa e que, para quem analisa os casos com décadas de distância para o período dos acontecimentos, eram visados apesar de aparentemente nada possuírem que pudesse ser considerado perigoso. O terceiro e último contém algumas das histórias daqueles que foram presos e carregaram durante o restante de suas vidas as marcas da repressão – fosse com as sequelas em seus corpos, fosse com os distúrbios psicológicos que desenvolveram em decorrência das ações das instituições que apresentamos e analisamos ao longo de toda a dissertação.

1 O APARATO DE SEGURANÇA E INFORMAÇÕES EM AÇÃO: INSTITUIÇÕES, AGENTES E ATIVIDADES

1.1 A COMUNIDADE DE INFORMAÇÕES E OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Segundo a Informação nº 0909 da Agência Curitiba do Serviço Nacional de Informações (ACT/SNI), de 11 de setembro de 1978, cujo assunto eram os “Sistemas de Segurança e Informações nos Estados” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978a, p. 4)³, Paraná e Santa Catarina compunham o que se chamava Comunidade Regional de Segurança Interna. Em território catarinense existia o Sistema de Segurança e Informações – conjunto de entidades responsável pela coleta informacional e execução de medidas que visavam manter a Segurança Nacional a partir dos domínios do referido estado. O documento versa sobre os órgãos com os quais a ACT/SNI se relacionava em Santa Catarina, detalhando a organização do SSI/SC, contendo as instituições que o compunham e sua hierarquia. Vejamos.

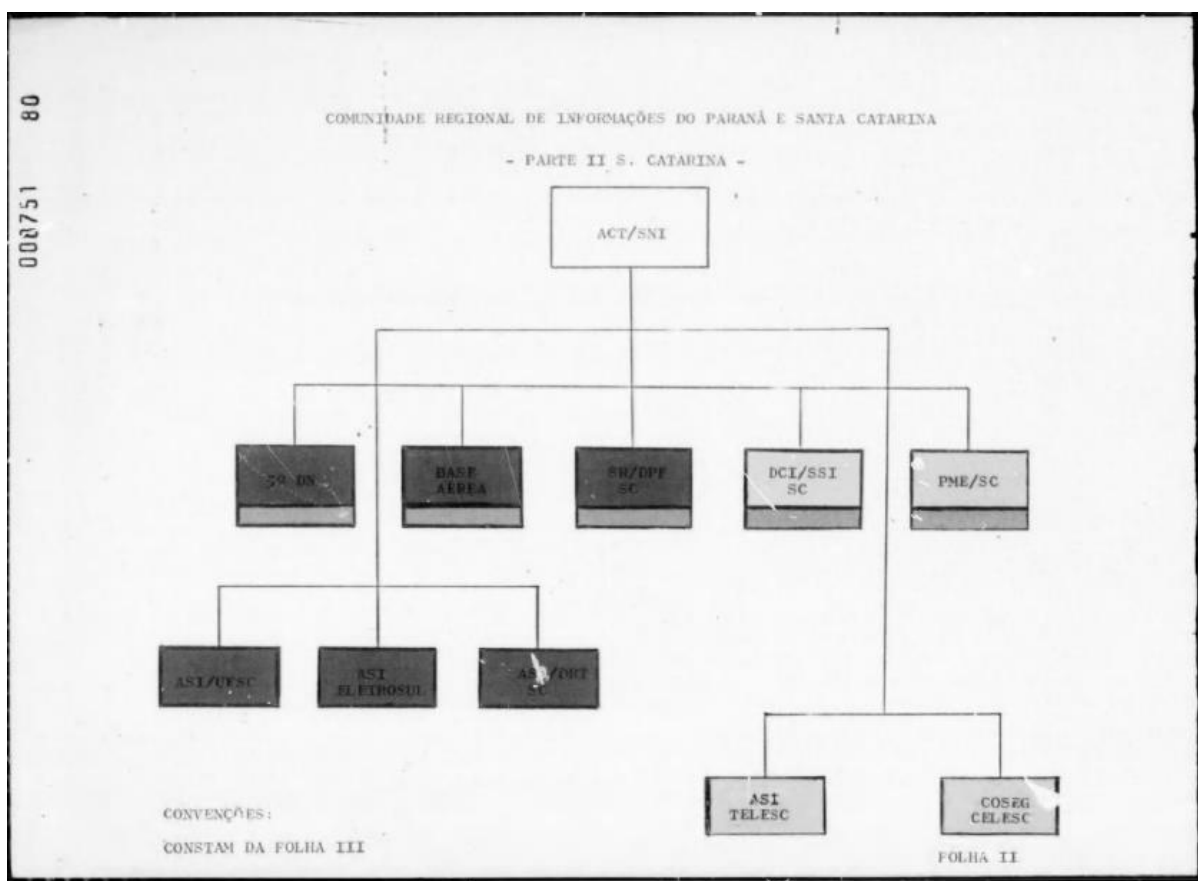
De acordo com o mesmo, os órgãos de segurança e informações que faziam parte deste sistema e que atuavam de maneira conjunta eram o 5º Distrito Naval (5º DN), a Base Aérea de Florianópolis (BASAER-FL), a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Estado de Santa Catarina (SR/DPF/SC), a Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina (DCI/SSI/SC) e a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (PME/SC), sendo as duas últimas instituições comandadas diretamente pelo governo estadual.

Além disso, compunham também esta célula da comunidade de segurança e informações núcleos inseridos no interior de determinadas entidades civis, caracterizados como órgãos *administrativos*, sendo elas a Assessoria de Segurança e Informações da Universidade Federal de Santa Catarina (ASI/UFSC), Assessoria de Segurança e Informações da Eletrosul (ASI/Eletrosul), Assessoria de Segurança e Informações da Delegacia Regional do Trabalho em Santa Catarina (ASI/DRT/SC), Assessoria de Segurança e Informações da Telecomunicações de Santa Catarina S/A (ASI/TELESC) e Coordenadoria de Segurança das Centrais Elétricas de Santa Catarina (COSEG/CELESC). Para resumir este quadro, a Informação 0909 traz ainda

³AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Sistemas de Segurança e Informações nos estados**, 1978a. Documento: AC_ACE_8751_80. Localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo, p. 4.

um organograma ilustrando a hierarquia do Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina:

Figura 1 – Hierarquia do Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina



Fonte: AGÊNCIA CURITIBA, 1978a, p. 15.

Em termos hierárquicos, os órgãos estaduais – a Divisão Central de Informações (DCI/SC) e a Polícia Militar do Estado (PME/SC) – estavam subordinados a Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina (SSI/SC). A DCI/SC, em qualidade de Órgão Central, possuía como principais atribuições “Planejar, organizar, orientar, supervisionar e controlar o funcionamento do sistema (...); Requisitar documentos, dados, relatórios e outros informes inerentes à segurança e informações dos órgãos setoriais e seccionais” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978a, p. 9).

Tais incumbências são perceptíveis ao se manejar a documentação obtida na plataforma SIAN do Arquivo Nacional – entre os materiais coletados para esta pesquisa, a maioria era endereçada a DCI/SSI/SC, a qual transmitia relatórios, prontuários e tabelas produzidos pelas entidades regionais para os principais órgãos federais (5º Distrito Naval, Agência Curitiba do SNI e mesmo para a Agência Central

do SNI). Isto demonstra a importância em termos operacionais da Divisão Central de Informações (e consequentemente da Secretaria de Segurança e Informações, seu “órgão chefe”) para o combate à “subversão” em Santa Catarina, servindo como mediador entre os níveis local e federal do sistema de segurança do regime militar.

É de suma importância ressaltar que este sistema não se estabeleceu prontamente, como em um passe de mágica, a partir da declaração do golpe civil-militar de 1964. O referido documento data do ano de 1978 e trata de uma estrutura que estava em vigor já no andamento da reabertura política, após 14 anos de ditadura militar; diversos momentos e processos diferentes ocorreram ao longo deste período. Não quero “colocar a carroça à frente dos bois”, como se diz popularmente, e adiantar o conteúdo da presente dissertação, mas pontuo de antemão que analisar as atividades destes órgãos nos primeiros anos da ditadura nos proporciona o encontro com aspectos diferentes daqueles que encontramos ao estudarmos os documentos entre o fim dos anos 1960 e início da década de 1970. As hipóteses e constatações diferem ainda se pensarmos no período que concerne ao fim do regime, como é o caso do documento em questão.

Infelizmente não foram detectadas outras fontes que pudessem indicar como se estruturava o conjunto de entidades de vigilância política antes do estabelecimento do Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina (ou mesmo quando ele próprio se efetivou com tal denominação). No entanto, o modo com que se organizam os materiais que estes órgãos trocavam em sua comunicação pode nos dar indícios, pelo menos em termos aproximados, de quando um determinado órgão entrou, saiu ou foi substituído por outro. Os indicadores que podem nos ser úteis são os cabeçalhos dos documentos, os quais indicam a proveniência dos mesmos, e a “difusão” – linha que informa para quais órgãos determinada documentação foi ou iria ser enviada. Carimbos e assinaturas também podem ajudar nesta tarefa.

Para tanto, detalharemos a seguir as atividades de cada entidade pertencente ao Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina, distribuídos em subtítulos separados para fins de organização, buscando detectar ao fim de cada um quando e por quanto tempo o determinado órgão atuou em solo catarinense. Deste modo poderemos ter ideia do período em que se estabeleceu esta estrutura repressiva, bem como permanências e rupturas em termos institucionais. Vejamos.

- **5º Distrito Naval (5º DN)**

A principal instituição militar responsável por lidar com questões de subversão em solo catarinense durante todo o período ditatorial, tanto para coleta de informações quanto para o despacho de mandados de busca, era o 5º Distrito Naval (5º DN), o qual era subordinado à Agência Curitiba do SNI, agência superior responsável pela coordenação dos serviços informacionais do Paraná e de Santa Catarina. Localizado em Itajaí, todas as outras entidades – especialmente a supracitada Divisão Central de Informações (DCI/SSI/SC) – com frequência relatavam suas atividades ao 5º DN. Diversos foram os seus comandantes ao longo da ditadura militar, estando entre eles José da Silva de Sá Earp (NÚCLEO, 1971, p. 2), Átilla Franco Aché (DIRETORIA... online) e Murillo Vasco do Valle Silva (VARGAS, 2016, p. 13).

Suas atividades eram cruciais para a vigilância política em Santa Catarina: foi uma das primeiras instituições do estado a declarar apoio ao golpe de 31 de março de 1964 (COMISSÃO DA VERDADE PAULO STUART WRIGHT, 2014); na Universidade Federal de Santa Catarina, era o órgão que chefiava a comissão responsável por lidar com os riscos de “subversão” no meio universitário (VARGAS, 2016; OLIVEIRA, 2019); entrevistou diretamente nos Correios, liderando investigações sobre supostas violações de encomendas por parte de infiltrados do PCB na instituição (PACHECO, 2012); suas instalações serviram como prisão e local de coleta de depoimentos (VARGAS, 2016) – em suma, como aponta Clarissa Grahl dos Santos (2015), foi protagonista nas ações repressivas em solo catarinense.

Mesmo não sendo especificamente um órgão informacional, já que pertencia à estrutura das Forças Armadas, preparava dossiês e relatórios individuais sobre as atividades de sujeitos suspeitos no estado. Addo Vânio de Aquino Faraco, por exemplo, que era suplente de Deputado Estadual pelo PTB e tesoureiro auxiliar do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Estivadores e Transportes de Cargas (IAPETEC) de Criciúma-SC, tivera um relatório detalhado produzido pela entidade em 1965 acerca de suas ações.

O documento de 106 páginas contém resumos sobre o que fazia Addo mesmo nos anos anteriores ao golpe (há registros de seu cotidiano desde 1961), citando sua naturalidade, sua data de nascimento, seu local de residência, os nomes de seus pais, suas ocupações, seu estado civil, seu grau de instrução e seu apelido. Diversos

documentos compõem as páginas da produção, como correspondências de outras entidades contendo informações sobre sua pessoa, tais quais a Secretaria de Segurança Pública do estado e a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional – sendo este último um órgão federal vinculado diretamente à Presidência da República.

Há também seu prontuário pessoal, organizado em uma tabela, reunindo informações que estas outras instituições possuíam sobre ele, a qual indica a data em que foram obtidos os informes listados, a fonte que os concedeu e uma coluna denominada “Histórico”, na qual foram feitos os registros dos fatos. Somam-se a isso relatórios obtidos junto a seus locais de trabalho, panfletos e cartas contra a intervenção em Cuba assinados por Addo, transcrições de seu interrogatório prestado na sede do Núcleo Regional de Santa Catarina da Comissão do Plano Nacional do Carvão (Criciúma) e mais uma série de materiais com diversos assuntos pessoais que fariam inveja a qualquer escritor de biografias (5º DISTRITO NAVAL, 1965).

Tudo isto encontrado, produzido e organizado pelo 5º Distrito Naval, seguindo este padrão todos os dossiês elaborados pelo órgão acerca de sujeitos catarinenses – figuras mais conhecidas, como o ex-deputado Paulo Stuart Wright e Armindo Doutel de Andrade, o localmente famoso presidente do PTB no estado, também tiveram suas vidas registradas em dossiês do 5º DN com características semelhantes. Vê-se um órgão militar, cuja função em tese girava em torno de conflitos bélicos e de zelar pelo território nacional, desempenhando papel de entidade investigativa em casos pertencentes ao nicho das ocorrências políticas.

Ao menos no que tange aos limites da documentação disponível para esta pesquisa, a estrutura de segurança e informações no estado não parecia ser muito desenvolvida; em termos de vigilância especificamente política, os únicos órgãos atuantes eram a Delegacia de Operações Políticas e Sociais (DOPS) e o Núcleo de Agência do SNI local (NAFL), ambos localizados na capital Florianópolis. As demais entidades atuantes em Santa Catarina pertenciam ao quadro da segurança pública ou eram vinculadas às Forças Armadas, como a polícia civil, o Departamento de Polícia Federal (DPF) e batalhões do exército estabelecidos em alguns municípios do estado, bem como o supracitado 5º Distrito Naval. Assim, percebe-se que não havia um conjunto de entidades especializado em coletar informações e realizar operações de perseguição política, sendo aproveitados órgãos com atribuições referentes a

ocorrências “cotidianas” ou que pertenciam às Forças Armadas. Não à toa, certos documentos que compunham os relatórios do 5º DN eram assinados pelo Secretário de Segurança *Pública* (5º DISTRITO NAVAL, 1965, p. 5).

Ademais, fica evidente que 5º Distrito Naval atuou em solo catarinense durante todo o regime. Foram encontrados materiais de sua emissão desde o ano de 1964 até 1985, dos quais podemos citar alguns exemplos breves, apenas à título demonstrativo. Em 24 de maio de 1964 o comando do 5º DN encaminhou ao Chefe do Estado Maior da Armada (que à época possuía *status* de ministro) o processo de averiguações sobre Osmar Conte, ex-prefeito do município de Xaxim, localizado no oeste de Santa Catarina (5º DISTRITO NAVAL, 1964, p. 4). Já em 14 de janeiro de 1969 o comandante do órgão, Contra-Almirante Átila Franco Aché, enviou uma espécie de “carta de recomendação” também para o Chefe do Estado Maior da Armada, sugerindo a aplicação do Ato Institucional nº 5 ao juiz Lauro Pereira e Oliveira, acusado de organizar Grupos dos 11 em Santa Catarina (5º DISTRITO NAVAL, 1969a, p. 5).

Em 1973, a DCI/SSI-SC enviou a transcrição da entrevista realizada por um repórter (não identificado) com Felício Mascaro Neto, o qual teria sido preso por porte de armas e entorpecentes – um dos órgãos que recebeu o documento foi o 5º Distrito Naval (SECRETARIA, 1973a, p. 144). Uma missa em homenagem aos mortos pela ditadura militar foi realizada no centro de Florianópolis, tendo sido reportada em 06 de setembro de 1981 pela DCI/SSI-SC ao 5º DN. Por fim, o referido órgão recebeu em 25 de março de 1985 um informe acerca de uma delegação de Florianópolis que teria ido a São Paulo participar da comemoração do aniversário do jornal “Voz da Unidade”, que teria vínculos com o PCB. Fica explícita a longeva atuação do 5º Distrito Naval na vigilância política em Santa Catarina, desde o início até a derocada do regime militar.

- **Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS)**

Aliás, a Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina (DOPS-SC) é curiosamente pouco mencionada na historiografia catarinense sobre a ditadura militar. Foram encontradas menções acerca de sua existência em duas produções acadêmicas, sendo elas o trabalho de conclusão de curso de Mateus Bandeira Vargas, intitulado “Dossiê UFSC: As ações da ditadura na Universidade Federal de

Santa Catarina”, e a dissertação de mestrado de Veridiana Bertelli Ferreira de Oliveira, “A UFSC na Ditadura Civil-Militar: Um projeto de desenvolvimento com segurança”; no sentido oposto, a dissertação de mestrado de Paulo Valério M. Silva, “O Momento da contracultura em Santa Catarina: Palhostock – 1974, um festival de paz, amor e música” (2004), traz entrevista com Marcio Santos, vocalista de uma banda que participou do evento, em que o entrevistado afirma que não existia um DOPS *declarado* na capital e que o trabalho de segurança ficava ao encargo das polícias Civil e Federal (2004, p. 34).

Não há produções que especificamente discutam e explicitem suas atividades ou que ao menos utilizem em grande escala documentos elaborados pelo órgão. O trabalho de Vargas (2016) traz diversas menções a DOPS-SC, especialmente a partir da fala de ex-estudantes, militantes e professores da UFSC: informa, na página 54, que agentes da DOPS-SC intervieram nas eleições para a reitoria da universidade em 1972 apreendendo a urna de votação e, na página 98, que o órgão produziu fichas dos candidatos a reitor; afirma que Manoel Antonio Fogaça era o delegado da instituição no ano de 1964 e que o mesmo frequentava as festas universitárias, na página 61; cita uma matéria do jornal catarinense *O Estado* na página 71, em que consta a informação de que um estudante foi preso por policiais da DOPS-SC; por fim, na página 140, aponta que agentes catarinenses participaram de sessões de tortura no Paraná durante o desenrolar da Operação Barriga Verde, estando entre eles membros da DOPS-SC.

Apesar destas referências às atividades do órgão, não há análises acerca das mesmas – a narrativa predominante ao longo de toda a produção é majoritariamente descritiva – nem a presença de grandes detalhes sobre as ações elencadas. Além disso, por ser um trabalho da área de jornalismo, sua estrutura é em formato de uma grande reportagem, tendo certa “liberdade de escrita” que foge ao rigor típico da academia. O que certamente não é um problema; o impasse vem do fato de que a tal escrita livre acaba por remover boa parte das referências aos materiais utilizados na pesquisa. Isto faz com que as menções ao órgão não tenham um embasamento *explícito*, tornando difícil comprovar a sua procedência.

Já Veridiana Oliveira (2018), apesar do menor número de menções a DOPS-SC, faz as referências citando inclusive os títulos dos documentos (provavelmente digitalizados em formato PDF) semelhantemente ao que é feito na presente

dissertação, mas também não traz grandes detalhes sobre a entidade em si. Aponta a DOPS-SC, entre outros órgãos, como responsável pela vigilância da universidade, na página 85, ainda que não se aprofunde ou diferencie os papéis desempenhados por cada uma destas instituições; na página 96, cita um trecho do relatório da Comissão Verdade e Justiça-UFSC falando da apreensão da urna durante as eleições para reitor em 1972; e, na página 114, ao abordar o tema da espionagem praticada por agentes da repressão, traz a citação do prontuário de um ex-aluno em que consta a breve informação de que agentes da DOPS estariam fotografando um mural na universidade.

O ponto em comum entre os dois trabalhos é o fato de serem os únicos encontrados na presente pesquisa que fazem menção a Delegacia de Ordem Política e Social, sendo produções com o mesmo objeto: a Universidade Federal de Santa Catarina. A ausência de demais bibliografias com temas diversos que explicitem as atividades da entidade demonstra o quão limitado é o conhecimento acadêmico acerca do mesmo; é como se as ações do órgão tivessem sido voltadas especificamente para a UFSC. Mesmo trabalhos que tratam de assuntos diretamente conectados à repressão no estado e que poderiam trazer mais informações sobre a DOPS-SC não a mencionam – é o caso da dissertação de mestrado de Diego Pacheco (2012), “Ecos da resistência: os Grupos dos 11 e os trabalhismos em Santa Catarina (1961-1964)”.

Chama a atenção o fato de que não sejam utilizadas fontes ou ao menos mencionadas operações da Delegacia de Ordem *Política e Social* no combate a agremiações *populares* de cunho *político* como os Grupos dos 11. Acredito que este quadro possa estar relacionado muito mais com o problema da fragmentação dos documentos da ditadura militar (não só aqueles referentes a Santa Catarina, mas no Brasil como um todo) do que a qualquer tipo de deficiência no trabalho dos colegas. A dificuldade de localização e acesso à acervos que contenham fontes ditas “oficiais” produzidas por órgãos como a DOPS-SC culmina na escassez de pesquisas sobre determinados temas, deixando nas sombras lugares e personagens que podem ter sido bastante ativos em determinados processos históricos e, conseqüentemente, abrindo lacunas na historiografia.

Outro aspecto que chama a atenção é o fato de que boa parte dos autores tratam o referido órgão no masculino: “O DOPS”. Em contrapartida, e ao menos no

que diz respeito à documentação consultada, seu nome sempre aparece no feminino. Esta confusão se deve provavelmente ao fato de a sigla comumente significar “*Departamento de Ordem Política e Social*”⁴, enquanto em Florianópolis recebera a alcunha de “*Delegacia de Ordem Política e Social*”, conforme apontam os documentos produzidos pelas próprias instituições do Sistema de Segurança catarinense. Não foi possível comprovar o motivo para esta distinção, mas é provável que esteja relacionada ao tamanho e grau de importância da região de Santa Catarina no quadro da Segurança Nacional. O termo “departamento” pode indicar uma ramificação de um conjunto maior e mais elaborado (como em uma empresa que é composta por diferentes departamentos – de marketing, de planejamento, de finanças, etc. – sem os quais o funcionamento da mesma pode ficar comprometido), enquanto “delegacia” traz o sentido de uma única instituição. Obviamente, mesmo com este caráter unitário, a DOPS-SC fazia parte do Sistema de Segurança e Informações do estado; a questão é que, por Santa Catarina estar sob comando e jurisdição militar paranaenses, a DOPS-SC estava incumbida de vigiar uma área menor que também era cuidada por instituições do estado vizinho, não chegando assim a conformar um *departamento do sistema maior* que cobria ambos os estados.

Para além das pesquisas acadêmicas, os relatórios finais da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright e da Comissão Memória e Verdade da UFSC trazem afirmações sobre a existência da DOPS-SC – apesar disso, não há qualquer informação acerca de suas instalações, sua localização, seus comandantes, seus agentes. Tampouco, no que diz respeito à matéria prima para o trabalho de historiadores e historiadoras, há ciência de acervos documentais devidamente organizados contendo material produzido pela própria entidade. Até então, existem apenas menções pouco detalhadas por parte de algumas vítimas que teriam sido interrogadas na DOPS-SC, sem detalhes sobre as instalações e qualquer outro indício

⁴Alguns trabalhos referentes a outros estados ou à conjuntura nacional normalmente utilizam o termo “departamento”. Ver como exemplos: JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2013. v. 1. 348p. BAUER, Caroline Silveira. O Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS): terrorismo de Estado e ação de polícia política durante a ditadura civil-militar brasileira. **Revista Agora**, Vitória, n. 5, 2007, p. 1-31; SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória**: a construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

de que se tratava do mesmo local ou de espaços diferentes que se *acreditava* ser a Delegacia de Ordem Política e Social.

Entretanto, e apesar da névoa que envolve o órgão, quanto a sua existência não há o que duvidar, de tal modo que podemos trazer contribuições complementares aos supracitados escritos. Na noite do dia 5 de dezembro de 1973 um carro Corcel de cor marrom era ocupado por três indivíduos e circulava pelas ruas de Criciúma, em Santa Catarina. O objetivo? Assaltar outro veículo na cidade: uma pasta contendo 22.000,00 cruzeiros da Cooperativa de Eletrificação Rural teria sido roubada. No dia seguinte, quando informações acerca do automóvel utilizado na ocorrência foram divulgadas para diversas entidades de segurança, o patrulheiro Vivaldo Souza, do Posto de Polícia Rodoviária de Barreiros (no município de São José-SC), viu o carro passando em frente ao seu local de trabalho e saiu em perseguição do mesmo, auxiliado pelo também patrulheiro Henrique de Bem. A perseguição se estendeu por um longo trecho e, na altura do município de Canelinha, os supostos assaltantes teriam perdido o controle do veículo, que capotou; apesar disso, fugiram pela mata vizinha, ainda com o patrulheiro Henrique em seu encalço.

Esta emocionante história de polícia e ladrão, contada pelo informe nº 1156/73 da DCI/SSI/SC (SECRETARIA, 1973b, p. 150), nos interessa pois, a partir do momento em que os assaltantes fogem pelo matagal, é afirmado que o cerco a eles é realizado por policiais de diferentes entidades de segurança, entre os quais estariam agentes da DOPS-SC. Obviamente deve ser levado em consideração o testemunho de vítimas que alegam ter sido interrogadas por agentes do órgão ou mesmo em suas supostas instalações; entretanto, quando documentos produzidos pelas próprias instituições do aparato de segurança e informações à época dos acontecimentos mencionam sua existência, temos indícios mais concretos de que de fato o mesmo existia e fazia parte da rede oficial responsável pelo combate à subversão em Santa Catarina. Ainda neste sentido, na lista de destinatários de diversos relatórios, informes e pedidos de busca, consta a DOPS-SC: informes sobre um bispo de Tubarão-SC que teria mencionado Che Guevara em 1969 (SECRETARIA DE ESTADO, 1969, p. 1), sobre assalto a uma filial das lojas Koerich em Florianópolis no ano de 1972 (AGÊNCIA BRASÍLIA, 1972, p. 4), acerca de uma reunião de professoras de Joinville

em 1982 em que teriam distribuído panfletos subversivos para outros docentes⁵, sobre uma carta escrita em 1978 pelo deputado Jaison Barreto (SECRETARIA, 1978, p. 1), avaliações sobre o programa político da oposição catarinense em 1981 (SECRETARIA, 1981, p. 1)... Entre tantos outros exemplos. Em diferentes épocas e com diversos assuntos, a DOPS-SC era muitas vezes o destino do que era obtido pelo sistema de segurança e informações do estado.

Além disso, o “folhear” (se é que existe a possibilidade de se folhear páginas digitalizadas) mais atento dos dossiês obtidos na plataforma SIAN trouxe contributivas surpresas no que diz respeito à comprovação da existência e operacionalidade da DOPS-SC. Em meio a alguns relatórios que versavam sobre suspeitos individualmente e que continham uma série de documentos acerca de suas atividades, foram encontrados materiais com carimbos, cabeçalhos e, para a alegria deste pesquisador, assinaturas do delegado da Delegacia de Ordem Política e Social de Florianópolis. O informe número 0962/74, da Agência Curitiba do SNI, o qual versava sobre as atividades supostamente irregulares da Associação Catarinense de Estudantes, afirma que Domingos Romeu da Conceição da Luz e Marco Antônio Palles Mendes, respectivamente presidente e vice-presidente da agremiação estudantil, prestaram depoimento na DOPS-SC.

Consta na documentação comprobatória anexada ao dossiê os termos de declaração de ambos: há um cabeçalho com as linhas “Estado de Santa Catarina – Secretaria de Segurança e Informações – Divisão Central de Informações – Delegacia de Ordem Política e Social”, seguido por uma espécie de formulário com informações diversas sobre os rapazes (seus nomes completos, data de nascimento, filiação, naturalidade, estado civil, escolaridade, profissão e endereço de residência) e com a indicação dos presentes no momento: o escrivão Lourival Manoel de Sousa e o delegado da DOPS-SC, Nilson Landmann. Ao final dos documentos, há a assinatura de todos os personagens (AGÊNCIA CURITIBA, 1974, p. 5-9).

A Escola Superior de Guerra (ESG) promovia cursos destinados a civis para divulgar a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) entre a população. Wilson Vidal Antunes Sênior, juiz de direito do município de Lages-SC, estava na lista de

⁵SECRETARIA de Segurança e Informações. **Carta à população.** Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_82002672_d0001de0001. 1982, p. 1. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

participantes de um destes eventos, o qual seria realizado no ano de 1965; entretanto, ao puxar seu histórico de antecedentes, a DCI/SSI/SC encontrou indícios de seu suposto passado subversivo. O dossiê sobre o magistrado contém entre as provas de sua “subversão” o conteúdo transcrito do depoimento prestado por Jayme Garbelloto, liderança de Grupo dos 11 na serra catarinense, em que Wilson é mencionado. O local da coleta do depoimento? A DOPS de Florianópolis (AGÊNCIA CURITIBA, 1978b). Já em outro documento datado de 1982, o qual informava sobre um assalto a uma joalheria na capital catarinense, consta que teria sido acionado para cuidar da ocorrência o delegado da DOPS-SC; desta vez não se tratava do supracitado Nilson Landmann (delegado no ano de 1973), mas de um tal “Dr. Carlos”, sem menções a seu sobrenome. Além disso, consta o número de telefone da Delegacia de Ordem Política e Social: 0482-224078 – infelizmente, não foi possível encontrar um endereço que pudesse ser atribuído ao número, registrado em um pequeno material produzido há mais de 3 décadas.

Entretanto, em entrevista concedida à Comissão Memória e Verdade da UFSC, o ex-militante e líder estudantil Heitor Bittencourt Filho afirma ter descoberto recentemente (sem afirmar como descobriu) o local de funcionamento da DOPS-SC. Ainda que se trate de um único depoimento dando a localização exata do órgão, é fundamental citá-lo:

Há uns anos atrás eu tive a informação de onde funcionava o DOPS, eu não sabia na época, ele funcionava na esquina da Avenida Mauro Ramos com a Rua Crispim Mira [centro de Florianópolis], uma casinha de dois andares e ali tinha uma porção de arquivos em fichas de cada um de nós (FILHO, 2018).

Para finalizar as comprovações de existência e operacionalidade da DOPS-SC, podemos agregar outros testemunhos de vítimas àqueles mencionados em alguns poucos trabalhos acadêmicos e no relatório final da Comissão Estadual da Verdade. O ex-bancário Ivan Kitto afirmava que, quando recluso na penitenciária do estado, teria sido levado durante a noite para interrogatório no prédio da DOPS no Centro de Florianópolis (sem mais detalhes que revelem com exatidão este local) (KITTO, 1998); Alberto André Ungericht (UNGERICHT, 1998) e Carlos Simão Brugger (BRUGGER, 1998), presos em 1964 sob acusação de pertencerem a Grupo dos 11 no município de Treze Tílias, alegam terem sido levados para o prédio da DOPS em Florianópolis; no dia seguinte a uma manifestação estudantil, Gil Braz de Lima teria sido preso em 1969 na avenida Hercílio Luz, na capital catarinense, por agentes da DOPS (LIMA,

1998); Itacir Cardozo de Aguiar foi detido mais de uma vez entre os anos de 1969 e 1972, tendo estado recluso também na DOPS (AGUIAR, 1998); em 1975 no município de Joinville, Julio Adelaido Serpa foi preso em seu local de trabalho por agentes da DOPS (SERPA, 1998); entre os anos de 1973 e 1976, Sadi Silveira da Silva foi preso diversas vezes – isto porque teria estado presente na residência de um conhecido para supostamente reorganizarem o PCB em Santa Catarina e passou a ser alvo constante de perseguições, tendo sido levado ao cárcere por agentes da DOPS de Florianópolis (SILVA, 1998).

O estoque de relatos colhidos nos processos da Comissão de Indenização ainda não acabou; entretanto, para não aborrecer o leitor e a leitora, podemos parar por aqui. Vimos provas mais do que suficientes de que não só existia uma Delegacia de Ordem Política e Social na capital catarinense, como também do fato de que suas atividades alcançaram diferentes regiões do estado (não somente a UFSC ou Florianópolis) e perduraram para além dos anos da chamada distensão, iniciada em 1974 durante o governo do general presidente Ernesto Geisel. O alcance e a longevidade de suas ações demonstram seu grau de importância na política de combate à subversão em Santa Catarina, tendo seus agentes participado diretamente em operações de busca, na coleta de informações e mesmo como suporte para operações de outras entidades de segurança; ao mesmo tempo, suas instalações – infelizmente não localizadas com exatidão – serviram como local de encarceramento e para a realização da coleta de depoimentos. Desta maneira, me parece sensato encerrar a discussão afirmando que *sim*, uma Delegacia de Ordem Política e Social operou em terras catarinenses ao longo da ditadura, sendo um órgão bastante participativo em operações do Sistema de Segurança e Informações do estado.

- **Núcleo Agência de Florianópolis (NAFL/SNI)**

Já o outro órgão especificamente voltado à vigilância política em Santa Catarina, ainda que com a função primária de coletar informações e não de orquestrar operações repressivas, era o Núcleo de Agência de Florianópolis (NAFL). Os Núcleos de Agência eram ramificações do SNI, normalmente instaladas nas capitais dos estados e que cobriam áreas menores; o NAFL era responsável pelo território catarinense, estando subordinado e respondendo ao comando da Agência Curitiba do

SNI (ACT/SNI), que era responsável pelos estados do Paraná e de Santa Catarina, estando por sua vez subordinada a Agência Central do SNI (AC/SNI). Dentro da organização do Sistema Nacional de Informações (SISNI), ocupavam a prateleira dos órgãos auxiliares do Serviço Nacional de Informações (FICO, 2001, p. 83).

A única menção ao NAFL em produções acadêmicas foi feita na anteriormente citada dissertação de Veridiana Oliveira (2016). Na mesma citação que demonstra que agentes da DOPS estavam fotografando um mural na UFSC, somos informados de que cartazes recolhidos pelos agentes na universidade seriam levadas ao chefe (não identificado) do NAFL (OLIVEIRA, 2016, p. 113). Para se ter uma ideia de como se trata de órgão tão nublado quanto a DOPS-SC, nesta única produção acadêmica em que é mencionado não consta na lista de siglas da dissertação nem mesmo o significado das letras que compõem seu nome.

Com a criação do SISNI em 1970, a fiscalização sobre as agências menores da rede informacional tornou-se mais rígida mediante a necessidade, especialmente na visão da chamada “linha-dura”, de qualificar e aumentar a produtividade das entidades responsáveis pela segurança interna (FICO, 2001, p. 112-113). Assim, em 14 de agosto de 1971 foi realizada em Florianópolis a 6ª Reunião do Conselho de Defesa Interna (CONDI), planejada pelo comandante do III Exército, general Breno Borges Portes, que visava discutir as atividades do NAFL (NÚCLEO, 1971). Em tal oportunidade aconteceu o encontro de lideranças de diversos órgãos do aparato de segurança e informações não somente de Santa Catarina, como também do Paraná e do Rio Grande do Sul.

Eram elas: Leonardo Teixeira Collares (Brigadeiro do ar, Comandante Interino da 5ª Zona Aérea), Airton Pereira Tourinho (General de Divisão, Comandante da 5ª Região Militar – região onde se enquadra Santa Catarina), Francisco Esteliano Bastos de Aguiar (General de Brigada, Comandante da 3ª Região Militar), José da Silva de Sá Earp (Contra-Almirante, Comandante do 5º Distrito Naval), Milton Batista Pereira (General de Divisão, Chefe da APA-SNI), Álvaro Veiga Lima (General de Brigada, Chefe do NAFL), Alcindo Pereira Gonçalves (General de Brigada, Delegado Regional do Departamento de Polícia Federal no PR e SC), José Magalhães da Silveira (Coronel, chefe da Agência Curitiba do SNI, também responsável por Santa Catarina), Solon Rodrigues D’Avila (Coronel Regional do Departamento de Polícia Federal do Rio Grande do Sul), Athos Cesar Baptista Teixeira (Coronel, Secretário de Estado dos

Negócios da Segurança Pública do Rio Grande do Sul), Pérsio Ferreira (Coronel, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública do Paraná) e Delso Lanter Peret Antunes (Tenente Coronel, Secretário de Estado dos Negócios da Segurança Pública de Santa Catarina).

O encontro gerou um relatório bastante interessante sobre as atividades do NAFL até 1971. O material foi organizado em tópicos diversos versando sobre a finalidade do encontro, descrevendo brevemente o “Quadro da Subversão em Santa Catarina”, trazendo as “Informações Principais sobre Subversão”, dissertando sobre a “Colaboração prestada por outros órgãos” e listando as sugestões recebidas durante o evento para que o trabalho da entidade fosse aprimorado. O objetivo do relatório, de acordo com o mesmo, era “Apresentar ao CONDI, em traços gerais a produção do NAFL/SNI, relativamente às suas tarefas na área de Santa Catarina”, a partir das “Instruções emanadas pela Chefia do SNI, e tendo por escopo o atual Plano Nacional de Informações” (NÚCLEO, 1971, p. 6).

É afirmado que o volume de trabalho do órgão naquela época girava em torno da conceituação de pessoas, as quais teriam sido “escolhidas, convidadas e designadas pelo novo governo do Estado/SC para os mais variados cargos, desde o Secretariado do Governo, até as funções de 3º e 4º escalões” (NÚCLEO, 1971, p. 6). Mais do que isso, tais atividades estariam sendo realizadas em diálogo com a Agência Central do SNI e em contato diário com o Secretário de Segurança e Informações de Santa Catarina.

Com relação ao “Quadro da Subversão”, o relator informa que o estado não vinha apresentando casos de ações subversivas, com raríssimas exceções. Esta seria a

Razão por que temos apenas registrado e focalizado nas Informações produzidas [em] casos passados, pronunciamentos com tendência esquerdista, atitudes suspeitas de elementos fichados, ligações ou presença de elementos subversivos, levantamento de passado subversivo de vários elementos, correspondência e propaganda oriundas da área socialista, especialmente da Rússia, Tchecoslováquia, China Comunista, Cuba e Chile, etc... (NÚCLEO, 1971, p.6).

Tal afirmação vai ao encontro daquilo que observamos ao analisarmos a documentação do período. No início dos anos 1970 parecia haver volume considerável de ocorrências *suspeitas*, não necessariamente contendo fatos concretos, qualquer tipo de ação comprovadamente subversiva ou, ao menos, que

denotasse oposição explícita ao regime. Situações comuns eram vistas com desconfiança e serviam de base para a criação de narrativas pouco convincentes. É o caso, por exemplo, das investigações em torno de Elias Adaime, iniciadas com a informação número 174 do NAFL de 29 de agosto de 1970 (NÚCLEO, 1970, p. 1) – o sujeito havia sido deputado estadual pelo PTB (1955-1961) e Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina (1960-1961).

A suspeita levantada acerca de Elias teria origem em uma matéria do jornal “A Tribuna”, de Blumenau-SC, datada de 11 de julho de 1960, em que diversos adjetivos nada amigáveis eram direcionados a sua pessoa – “Estelionatário, vigarista, leviano, irresponsável, foragido da justiça, megalomaniaco, mentiroso” (NÚCLEO, 1970, p. 2) – e eram apontadas supostas irregularidades em negócios firmados em sociedade com diversas pessoas. No caso, ele seria o dono de uma rede de farmácias denominada “Farmácia da Sociedade dos Trabalhadores e Menores”, oriunda de uma sociedade de mesmo nome fundada em Itajaí (tendo sido criada uma filial tempos depois em Florianópolis), sem fins lucrativos e com o objetivo de “dar assistência médica, farmacêutica, hospitalar, dentária, alimentícia, educacional, jurídica e social aos trabalhadores e menores desamparados” (NÚCLEO, 1970, p. 2).

Com o tempo, as farmácias passaram a ser conhecidas como “Farmácia do Elias Adaime”, com a matriz localizada no bairro Estreito, uma filial no bairro Centro (ambos da capital) e outra filial em Itajaí. Os medicamentos eram vendidos à preço de fábrica, sendo, portanto, mais baratos e mais acessíveis a população; os lucros obtidos com as vendas eram destinados a Sociedade dos Trabalhadores e Menores. De acordo com as informações colhidas pelo NAFL, além das trocas de nome dos estabelecimentos terem sido realizadas fora dos ditames da lei, intensas movimentações de grandes quantias de dinheiro, as quais teriam sido recebidas do governo federal para financiar o negócio, estavam sendo feitas na conta bancária do próprio Elias e que impostos estavam sendo sonegados.

O primeiro ponto a se destacar nesta confusão é a diferença de dez anos entre a publicação da tal matéria do jornal “A Tribuna”, datada de 1960, e a produção do dossiê, iniciada em 1970. Além da longa distância temporal entre as suspeitas e uma de suas possíveis provas, a reportagem em questão dizia respeito ao passado ainda mais distante do indivíduo: acusações feitas entre os anos de 1949 e 1953, quando ainda residia na cidade gaúcha de Passo Fundo. Não por coincidência, as referidas

acusações são os primeiros itens do dossiê: em 1949, teria mandado atear fogo em uma loja de sua propriedade por estar endividado; foragido, foi preso no Rio de Janeiro em 1953.

O detalhe: sendo isto o primeiro tópico apresentado na documentação, vêm na sequência a explanação acerca das supostas ilicitudes cometidas por Elias, versando sobre as atividades de sua vida empreendedora até a data do dossiê – após sete páginas com tais descrições, consta que ele foi *absolvido* das acusações referentes aos acontecimentos ocorridos no Rio Grande do Sul. Ou seja, criou-se uma teia investigativa em cima de processos já encerrados em que o réu foi declarado inocente. Além disso, não há qualquer menção no dossiê à legislação ou suporte constitucional que comprove ser ilegal a utilização de sua conta pessoal para gerir o dinheiro destinado a rede de farmácias de sua propriedade.

Entre as páginas do dossiê, consta uma espécie de “carta” do Sindicato do Comércio Varejista de Produtos Farmacêuticos do Vale do Itajaí direcionada ao diretor do NAFL, General Veiga Lima, em que a entidade denuncia diversas irregularidades supostamente cometidas por Elias e adiciona algumas novidades, como o fato de que ele imprimia notas fiscais com nomes de outros estabelecimentos visando sonegar impostos. O 30º tópico listado pelo sindicato afirma que *ouveu-se dizer* que ele estaria recebendo “cobertura financeira e ideológica de políticos asilados e subversivos” (sem citar nomes), fato que, na visão do próprio redator do documento, enquadraria o suspeito na Lei de Segurança Nacional. Além disso, é dito ser

indispensável registrar que a política de preços e atendimentos adotada pela organização farmacêutica de ELIAS ADAIME, gera, indiscutivelmente, clima dos mais propícios à subversão da ordem social, já que o povo, iludido em sua bôa fé, acredita que as vantagens oferecidas por ELIAS ADAIME, poderiam existir também da parte dos demais comerciantes do ramo gerando, conseqüentemente, profundo descontentamento entre a clientela de produtos farmacêuticos, em todo o vale do Itajaí, com relação às farmácias que não pertencem à Organização Farmacêutica de ELIAS ADAIME (NÚCLEO, 1970, p. 31).

Assim, parece estar subentendido que o problema do Sindicato com os empreendimentos de Elias Adaime não diz respeito a preocupação com a ética nos negócios ou com a Segurança Nacional, mas com a preferência da população pelos produtos vendidos abaixo do preço de mercado – o que certamente gerava prejuízo para a concorrência; este aspecto é reiterado em outras passagens do documento.

Para tanto, além das acusações já firmadas contra Elias, referentes às irregularidades fiscais, é adicionada sem qualquer tipo de prova concreta a vinculação dele com políticos subversivos, soando como uma forma apelativa de incriminá-lo de algo a qualquer custo.

Não há o intuito de defender um ou outro lado do conflito, tampouco julgar os envolvidos – até porque esta não é a função dos historiadores – mas o fato é que o NAFL acabou por construir um enorme dossiê em cima de suposições, com pouquíssimos fatos comprovados, politizando uma situação não-política e utilizando denúncias feitas por uma entidade que, aparentemente, enxergou a oportunidade de vencer a concorrência comercial buscando brechas na Segurança Nacional.

Carlos Fico (2001, p. 182-183) traz a perspectiva de que os documentos produzidos pelos órgãos de segurança e informações por vezes pareciam imbuídos de certa paranoia, em que qualquer circunstância mínima poderia ser transformada em atentado contra a segurança interna; entretanto, no caso do Núcleo de Agência de Florianópolis, acredito o motivo tenha sido outro. Com a rigidez na fiscalização e a cobrança por produtividade após o estabelecimento do SISNI, havia a óbvia necessidade de se “mostrar serviço” – era preciso ao menos encontrar focos de desconfiança, demonstrar que o órgão estava de olhos bem abertos e atento às ocorrências do território pelo qual era responsável. Assim, situações como as que Elias Adaime estava envolvido ganhavam imensa magnitude e caráter político – a ideia de que os agentes eram movidos por mera “paranoia” acaba por minimizar ações que costumeiramente eram muito bem estudadas, elaboradas e planejadas antes de serem postas em prática, as quais seguiam o planejamento do topo da hierarquia militar que governava o país.

Esta hipótese é reforçada por um aspecto ressaltado com frequência nas páginas do supracitado relatório acerca das atividades do NAFL: a queixa da falta de contingente humano para que o órgão atingisse as metas impostas pelo Plano Nacional de Informações (PNI – Decreto nº 66.732/70). A demanda exigia que fossem produzidos um mínimo de 58 relatórios (chamados de “Informações Necessárias – IN”), enquanto o NAFL teria produzido apenas 12; a justificativa apresentada para o número muito abaixo do requisitado era o fato de que Santa Catarina estaria se desenvolvendo cada vez mais, tanto em sua demografia quanto em termos políticos,

ao passo que o número de funcionários do Núcleo de Agência de Florianópolis se mantinha curto e não conseguia acompanhar tal crescimento.

Seguindo nosso intuito de rastrear a entrada e a duração das atividades dos órgãos de segurança e informação do sistema montado em Santa Catarina, ao que tudo indica o NAFL entrou em cena somente por volta de 1968 e teria durado até cerca de 1974. Não foram encontrados materiais datados de antes ou depois deste recorte; há a possibilidade de que tal fato possa ser explicado pelo contexto nacional da época, especialmente pela chegada da linha dura ao governo federal.

As demandas da linha dura adivinham do fato de que, com o endurecimento das medidas autoritárias e a situação econômica complicada (especialmente para as classes populares) (NAPOLITANO, 2014), junto de um contexto internacional recheado de movimentos contestatórios, o período entre os anos de 1966 e 1968 foi marcado por manifestações de setores da população contrários ao regime ditatorial. Protestos de estudantes e greves de operários (das quais algumas apoiadas também por grupos estudantis, como as realizadas na região do ABC Paulista) tornavam-se um “calo nos coturnos” das Forças Armadas. O modelo econômico adotado pelos militares, o qual se alinhava com as políticas ortodoxas do FMI e com os anseios do capital internacional, não gerara por completo os efeitos desejados – a inflação seguia alta e vinha apresentando poucos sinais de melhora, ao mesmo tempo em que os novos planos que regulavam o salário mínimo faziam os vencimentos dos trabalhadores baterem recorde negativo e figurarem entre os mais baixos desde a década de 1940.

Somavam-se ainda a esta situação tentativas de privatização do ensino superior através dos acordos MEC-USAID, que provocavam indignação entre estudantes tanto universitários quanto secundaristas; e havia ainda a Frente Ampla, movimento organizado por Carlos Lacerda que visava a união com Juscelino Kubitschek e João Goulart para se opor formalmente ao governo militar. Este quadro político-econômico instável e as ações repressivas aos movimentos contestatórios ocasionados por ele ferveram o caldo da indignação popular para com o regime, culminando nas turbulências ainda mais profundas de 1968 e nas ações de guerrilha urbana que se seguiram em 1969 e 1970 (ALVES, 1985).

Não nos cabe aqui um aprofundamento detalhado sobre estas manifestações; o que nos interessa é visualizar como os militares lidaram com o clima efervescente

daqueles tempos, bem como o surgimento de um sistema que colocava entidades informacionais e de segurança para trabalharem de maneira mais próxima. Primeiramente, é preciso fazer a ressalva de que, de acordo com Carlos Fico, seria um equívoco apontar a criação de um setor repressivo especializado como uma *reação* a insatisfação popular (FICO, 2001, p. 63). O mais provável é que as ocorrências do período tenham servido como justificativa para um projeto de Estado previamente estabelecido, em que pese o fato de que artifícios que visavam reprimir opositores em nome da segurança nacional e esconder movimentos inconstitucionais (através da censura e da propaganda pró-regime) já vinham sendo utilizados desde a execução do golpe de 1964.

Maria Helena Moreira Alves é outra autora que trabalha em semelhante concepção. Para ela, episódios como o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick e a revolta de Carlos Lamarca, ambos ocorridos no ano de 1969, serviram para *confirmar as teorias* da Junta Militar acerca dos perigos à segurança interna (ALVES, 1985, p. 157). Tanto Fico quanto Alves concordam ainda que o AI-5, dispositivo que em muito contribuiu para o endurecimento da repressão e consequentemente para as ações dos modelos aprimorados dos serviços de segurança e de informação que seriam criados alguns meses depois, já estaria pronto desde julho de 1968 – muito antes da ofensiva armada da oposição e ainda durante o período de manifestações pacíficas de cunho democrático.

Deste modo, os militares, especialmente a linha dura – que ocupava a presidência da República nas figuras de Costa e Silva e Médici – teriam a justificativa que necessitavam para colocar em prática seu desejo de políticas de segurança mais duras. Os objetivos com a obtenção de informações estratégicas excediam as prerrogativas imaginadas por Golbery do Couto e Silva à época de criação do SNI, em 1964; o contexto dos anos finais da década de 1960 acentuava a concepção, evidenciada principalmente nos termos do AI-5, de que o Brasil vivia uma guerra interna em que o adversário se infiltrava silenciosamente na população (FICO, 2001, p. 76). Era preciso integrar o aspecto informacional às ações práticas, investigando cada brasileiro e brasileira para detectar aqueles que compunham as fileiras inimigas. Além do supracitado Ato Institucional nº 5 e de revisões que endureciam a Lei de Segurança Nacional no ano de 1969, em junho de 1970 era estruturado o Sistema

Nacional de Informações (SISNI) e o Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN).

Para a criação do SISSEGIN, além da turbulenta situação em que se encontrava o país em diversos setores, outro fator teria sido crucial: no entendimento dos integrantes da linha dura, a Justiça era branda demais com os acusados de apresentarem risco à Segurança Nacional. Os Inquéritos Policiais Militares (IPMs) eram instaurados, operações de busca e apreensão eram deflagradas, suspeitos eram capturados e, ao atingirem o nível da Justiça, eram processados de maneira lenta e com desfechos pouco satisfatórios para os perseguidores (FICO, 2001).

Por isso, para a consolidação do sistema de segurança, foi fundamental a suspensão de determinados direitos individuais que deixavam brechas que poderiam beneficiar os acusados, como o *habeas corpus*, excluído desde o AI-5 em 1968, e a adoção do foro especial para crimes políticos – que desde o AI-2, de 1965, significava que julgamentos seriam realizados pelos tribunais militares, tendo sido esta medida incorporada oficialmente às Constituições de 1967 em diante através da Lei de Segurança Nacional (FICO, 2001, p. 112-113).

Em maio de 1970, as Divisões de Segurança e Informações (DSI), entidades vinculadas aos diferentes ministérios do governo militar⁶ e que antes eram órgãos auxiliares do Conselho de Segurança Nacional, estando, portanto, acima dos órgãos de informações vinculados ao SNI, sofrem uma pequena embora bastante significativa alteração em sua estrutura. Seguiam sendo órgãos subordinados diretamente a cada ministério, mas a partir de então em condição de entidade sob comando e superintendência do Serviço Nacional de Informações (FICO, 2001, p. 79).

Ou seja, a influência do SNI sobre a coleta e produção informacional fora amplificada. Se puxarmos um pouquinho da memória, lembraremos que já fora dito que o chefe do SNI possuía *status* de ministro e compunha o Gabinete Ministerial – agora, em termos práticos, pode-se considerar que estava acima dos próprios ministérios em termos de assuntos referentes à Segurança Nacional. Formava-se assim, através do SISNI, um sistema de informações mais organizado e com melhor fiscalização na tentativa de maximizar sua eficiência, encabeçado pelo SNI, seguido

⁶As DSI eram responsáveis por lidar com situações referentes às atribuições de cada ministério. Por exemplo, se havia conturbações no meio estudantil, a DSI do Ministério da Educação estaria encarregada de tratar do assunto; se operários estivessem planejando greves, a DSI do Ministério do Trabalho deveria agir sobre tais circunstâncias; e assim sucessivamente. Ver: FICO, 2001.

pelos DSI dos ministérios, por agências regionais e, por fim, pelos Núcleos de Agência locais.

Diante disso, é bastante provável que o Núcleo de Agência de Florianópolis tenha surgido por volta do ano de 1968, tanto pelo que foi possível constatar empiricamente na documentação aqui utilizada quanto pelos contextos nacional e estadual. Afinal, além dos anseios da linha-dura por maior rigor contra supostos “subversivos” a partir de 1967, é justamente neste período que movimentações como a dos estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina, por exemplo, como veremos no próximo capítulo, se intensificam e passam a ser vigiadas mais de perto, sendo o NAFL um dos órgãos mais atuantes no cotidiano desta e de outras instituições. Com o clima à nível nacional se tornando cada vez mais efervescente e aparentemente influenciando nos ânimos em Santa Catarina, nada mais prudente por parte do regime do que colocar um Núcleo de Agência do SNI na capital catarinense.

Para fecharmos este subtítulo fazendo um “gancho” para o próximo, voltemos para o relatório acerca do NAFL buscando observar um último ponto. Em outro trecho do documento há a afirmação de que o quadro limitado de funcionários restringia a ação do órgão, fazendo com que suas atividades principais apenas girassem em torno da troca de informações com outras entidades⁷:

Há fatores diversos que condicionam a produção por este Núcleo de Agência, de um maior volume de Informações, entre os quais ressalto o diminuto quadro de funcionários, que, assim nos impõe tarefas muito restritas, circunscritas apenas à troca de expedientes burocráticos com os órgãos de Informações, *Autoridades Militares* (grifo nosso), *Autoridades Cíveis*, entidades privadas, órgãos de classe, etc... e que nos tem proporcionado bastante colaboração (NÚCLEO, 1971, p. 5).

Dois aspectos chamam a atenção nesta passagem. O primeiro, já citado, diz respeito ao carente quadro de funcionários da instituição, enquanto o segundo é a menção às relações com as “autoridades militares”. À primeira vista, este último ponto pode parecer pouco relevante e mesmo desconexo em relação ao problema da falta de profissionais da entidade; entretanto, quando colocado lado a lado com a escassez

⁷Por mais que o próprio NAFL tivesse suas atividades restringidas pelos fatores elencados no relatório, outros órgãos seguiam coletando informações sobre a população. É provável que o pouco que o órgão conseguiu produzir à época (início dos anos 1970) tenha sido em boa parte obtido junto às outras entidades mencionadas pelo redator; como vimos nos exemplos citados ao longo deste primeiro subcapítulo (e como veremos ao longo de toda a dissertação), as atividades de outras instituições acerca da vigilância dos cidadãos e cidadãs catarinenses seguiu por todo o período da ditadura militar, especialmente por parte das forças policiais do estado.

de funcionários, tal fator explicita o papel fundamental das organizações militares (incluindo aqui as forças policiais) no combate a subversão em Santa Catarina.

- **As forças policiais e as unidades militares**

Suas incumbências não se limitavam ao policiamento ostensivo e a colocar em prática as ações de repressão aos “subversivos”, mas também se estendiam ao fornecimento de informações para os próprios órgãos de informação – o que significa a manutenção do contexto institucional anterior ao estabelecimento do SISNI e do SISSEGIN, sem alterações na estrutura institucional responsável pela segurança no estado ao longo da ditadura militar. Não raros são os documentos dos órgãos da comunidade de informações que trazem conteúdos obtidos justamente a partir das atividades de policiamento em Santa Catarina e não através dos meios típicos utilizados pelos órgãos informacionais, como espionagem, informantes e mesmo notícias de jornais. O prontuário montado pela Agência Curitiba do SNI sobre as atividades de Dalmo Bastos da Silva (AGÊNCIA, 1969a, p. 4), juiz e professor de direito residente em Florianópolis, traz diversas informações sobre sua vida pessoal.

Sabia-se, além de sua profissão e de seus dados pessoais, que Dalmo havia sido preso pela DOPS-SC em 1964 acusado de conceder “Mandado de Segurança” a um sujeito expurgado de um sindicato (não especificado), de se relacionar com a União Catarinense de Estudantes (UCE), de fazer “pregações” na faculdade e de utilizar o cargo de juiz para constantemente desprestigiar policiais (AGÊNCIA, 1969a, p. 4). Tendo lutado contra sua condenação durante os anos seguintes, as acusações teriam sido excluídas em 1967, embora conste no prontuário que em 1968 a ACT/SNI não soubesse que fim levou o Inquérito Policial Militar que dizia respeito a Dalmo (AGÊNCIA, 1969a, p7).

O que chama a atenção no documento são as fontes que teriam fornecido tais informações: além das entidades de direito por onde circulou o processo, constam a DOPS de Florianópolis, o 5º Distrito Naval e o 14º Batalhão de Caçadores, sendo o NAFL o único órgão especificamente informacional mencionado – e apenas uma única vez. Diante disso, é possível que, na ausência de mão de obra exclusiva, o Núcleo Agência de Florianópolis se valesse do trabalho de agentes cuja atribuição primária deveria ser realizar operações de *combate* aos “inimigos” da Segurança Nacional, e

não a coleta de informações. Esta tese é reforçada pelas palavras do Coronel Reformado da Polícia Militar de Santa Catarina Sigfrido Maus, trazidas por Eliton de Souza (2015, p. 104):

Na década de [19]60, início de [19]70, aí a polícia militar participava também, *de buscas de informação, de levantamento de pessoas, de comportamento de pessoas* e, via de regra, a polícia militar cumpria, também, missão de fazer a detenção, ou a prisão, mesmo, de algum elemento indicado pelas autoridades judiciais ou militares. Ela recebeu essas missões (grifos nossos).

Dentre estas entidades, as principais encontradas na presente pesquisa foram o 2º Batalhão Rodoviário (Lages), o 13º Batalhão de Caçadores (Joinville), o 14º Batalhão de Caçadores (Florianópolis), o 62º Batalhão de Infantaria (Joinville) e o 63º Batalhão do Exército (Tubarão), além das Polícias Militar, Civil (de todo o estado) e Política (DOPS de Florianópolis). É importante ressaltar que, mesmo que suas bases estivessem sediadas em determinada localidade, suas tropas se deslocavam para regiões próximas conforme a necessidade; muitos municípios pequenos, principalmente no interior do estado, recebiam reforços de cidades maiores que estivessem mais próximas.

Ardoino Amirquerle Antonioli (ANTONIOLI, 1998), por exemplo, morador do município de Xanxerê (oeste catarinense), teria sido preso em sua residência por uma patrulha militar vinda da capital Florianópolis; Inácio Palma Neto, bancário em São Joaquim (região serrana), foi preso por policiais civis e agentes do 2º Batalhão Rodoviário de Lages (NETO, 1998); Helio dos Santos (SANTOS, 1998a), residente em São José (litoral) foi detido por militares do Batalhão de Infantaria da capital.

Apesar disso, por mais que as deficiências dos órgãos de informação os levassem a recorrer às entidades militares e de policiamento, as polícias atuantes em Santa Catarina também possuíam problemas estruturais. De acordo com a Informação nº 49 da DSI do Ministério da Justiça, datada de 29 de abril de 1983, cujo assunto eram os “Fatores que afetam a eficiência dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela segurança pública e segurança interna” (MINISTÉRIO, 1983, p. 2), o relacionamento entre as diferentes corporações policiais não era dos melhores em alguns estados – inclusive em Santa Catarina.

Primeiramente, o documento aponta que a principal dificuldade dizia respeito a Polícia Civil catarinense, cujo recrutamento não obedeceria a processo seletivo adequado, com candidatos de formação acadêmica extremamente teórica e deficitária por motivos complexos (não mencionados); assim, “o despreparo de seu contingente,

o descrédito dispensado ao Órgão por uma ponderável parcela da comunidade e os focos de corrupção existentes vulneram a própria Polícia” (MINISTÉRIO, 1981, p. 6). Já em relação às forças de segurança do estado de modo geral, interesses de setores com influência considerável no cenário local seriam também fator condicionante sobre a qualidade do trabalho destas entidades:

A intimidação de cunho político afeta sobremaneira a classe policial que, antes de proceder as investigações, procura saber o “status” social do investigado, para a partir daí decidir se prossegue ou não, face ao receio de uma remoção, ameaça de destituição de função etc., o que desmotiva os policiais mais novos, bem como enfraquece a repressão, gerando críticas da população quanto à incapacidade e ausência de fibra do Órgão (MINISTÉRIO, 1981, p. 6).

Nesse sentido, é possível que a causa de tão poucos casos conhecidos de perseguições ou problemas de cunho contestatório ao regime no estado catarinense não fosse a ausência de engajamento político de sua população, tampouco fatores socioeconômicos por si só sejam o suficiente para explicar a suposta falta de rigidez dos órgãos de segurança e informações em Santa Catarina. Como se viu, a estrutura repressiva do estado era precária tanto em termos materiais quanto quando o assunto era mão de obra, o que certamente afetava as ações e implicava em rendimento abaixo do esperado.

Tal fato é corroborado pelo relatório acerca das atividades do NAFL – o órgão não conseguia acompanhar o crescimento do estado, havendo suspeitos demais para poucos agentes trabalhando. Soma-se a isso o contexto local marcado por famílias dominantes política e economicamente, o que fazia agentes de segurança pensarem duas vezes antes de avançar em determinadas investigações. Considerando que, com o quadro de funcionários reduzido das instituições locais as polícias por vezes agiam tanto como coletoras de informações quanto em operações de apreensão, estando elas subordinadas diretamente ao governo estadual, é bastante provável que as afirmações sobre o “carteirão” da alta classe catarinense sejam verdadeiras. Clarissa Santos (2015, p. 8-9) aponta relações entre o comando da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina com as elites do estado, em que pese o fato de que os secretários compareciam a festas, jantares e espaços de socialização deste grupo social, sendo recebidos com grande respeito e euforia.

Vamos chegando ao final desta sessão e deixo na sequência a tabela final⁸ destes órgãos, os quais compunham o chamado Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina:

Tabela 1 – Tabela final das instituições responsáveis pela segurança política em Santa Catarina

Órgão (Período de atividade)	Local de atuação	Principais atribuições
5º Distrito Naval (1964 – 1985)	Todo o estado, especialmente no litoral.	Comandava as operações, estando no topo da hierarquia em Santa Catarina. Produzia também dossiês sobre suspeitos.
Delegacia de Ordem Política e Social – DOPS (1964 – 1976)	Todo o estado, principalmente na região da Grande Florianópolis.	Produzia dossiês, relatórios e informes sobre suspeitos. Atuava diretamente em prisões, com suas instalações servindo também como local de encarceramento.
Núcleo Agência de Florianópolis – NAFL (1968 – 1981)	Todo o estado.	Ramificação do SNI em Santa Catarina, não se envolvia diretamente em ações repressivas. Suas principais atividades diziam respeito à coleta de informações e à produção de documentos sobre sujeitos e atividades suspeitas.

⁸As datas finais presentes na tabela são referentes à última atividade encontrada na documentação. É possível que tenham se prolongado para além dos anos mencionados.

Secretaria de Segurança e Informações – SSI (1964 – 1980)	Todo o estado, principalmente no litoral.	Através de sua Divisão Central de Informações (DCI), compilava informações de diversas instituições, estabelecia a comunicação entre as mesmas e comumente organizava as operações executadas por outros órgãos. Há indícios de que suas instalações tenham sido utilizadas como local de prisão.
Polícia Militar – PM (1964 – 1985)	Todo o estado.	Atuava diretamente em ações repressivas. Seus quartéis serviam como local de prisão. Em municípios menores, onde não havia unidades das Forças Armadas, aparecia como o principal ator nas perseguições políticas.
Polícia Civil	Todo o estado.	Teria atuado em ações repressivas; entretanto, foi encontrado volume menor de participações em relação às atividades da PM ao longo da pesquisa. Suas delegacias serviram como locais de prisão provisória.
Departamento de Polícia Federal	Todo o estado.	Efetuiu prisões durante praticamente todo o

		período ditatorial. Destaque para as buscas dos estudantes envolvidos na Novembrada e para as torturas praticadas em suas instalações durante a Operação Barriga Verde.
Grupamento Catarinense	Leste Litoral.	Não há muitas informações sobre este órgão, apenas que seus agentes teriam participado da Operação Barriga Verde.
63º Batalhão de Infantaria	Grande Florianópolis.	Perseguiu e prendeu pessoas nas cidades próximas à capital catarinense. Suas instalações também serviram prisões preventivas.
62º Batalhão de Infantaria	Norte.	Foi o principal ator da repressão no norte do estado, especialmente em Joinville.
Base Aérea de Florianópolis	Litoral.	Há relatos de que seus agentes participaram de ações repressivas. Suas instalações teriam servido como prisão.
23º Batalhão de Infantaria	Blumenau.	Seus agentes teriam participado da Operação Barriga Verde.

Fonte: elaborada pelo autor com base na documentação obtida através da plataforma SIAN.

Juntamente com o estado do Paraná, Santa Catarina fazia parte da 5ª Região Militar, estando sob a tutela da Agência Curitiba do SNI e, como ficou evidente ao longo do capítulo, mesmo com o estabelecimento do SISNI e do SISSEGIN em 1970, do ponto de vista organizacional, o sistema de segurança e informações não teria sido alterado, continuando com estrutura precária e carente de mão de obra. Entretanto, operações de busca de suspeitos e ações repressivas seguiram ocorrendo em Santa Catarina. Mesmo com os problemas registrados, o trabalho precisava continuar – é sobre a atuação destas entidades que trataremos a seguir.

1.2 *MODUS OPERANDI*: A PRODUÇÃO DE DOCUMENTOS E AS AÇÕES REPRESSIVAS

Os documentos produzidos pelos órgãos de informação eram comumente aqueles que compilavam dados e a trajetória não somente de figuras suspeitas, mas também de cidadãos e cidadãs sem qualquer tipo de conexão aparente com a oposição ou com questões políticas. Eram dossiês, pedidos de busca, prontuários, fichas criminais e relatórios individuais ou de eventos coletivos, todos elaborados com base em diferentes tipos de fontes cuja confiabilidade era, por vezes, bastante questionável. Mas começemos do início: como eram produzidos, como se estruturavam e para que serviam esses materiais?

Os pedidos de busca constituem o conjunto documental mais simples e tudo começava com eles. Se havia uma denúncia ou era observado algum comportamento suspeito de alguém, a Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina (DCI/SSI/SC) enviava ofícios às demais entidades que compunham o Sistema de Segurança e Informações do estado ou mesmo para outras unidades da federação. Quando se comunicava com o sistema local, mandava o pedido de busca não somente para os órgãos informacionais, mas também para os de segurança, como a PM, a DOPS-SC e o DPF. No caso de o pedido ter sido difundido para outros estados, o mesmo era encaminhado para a respectiva Secretaria de Segurança e Informações (ou “Segurança Pública” em alguns lugares), que tratava de divulgar entre as polícias sob sua jurisdição.

Com o pedido enviado, o próximo passo era aguardar as respostas, as quais poderiam demorar semanas ou meses até chegarem, podendo conter prontuários, relatórios, dossiês e fichas criminais ou a informação de que nada constava naquela unidade sobre o objeto solicitado. A suspeição poderia ter origem em delitos comuns ou em atitudes com suposta conotação política, como o contato do suspeito com indivíduos já conhecidos enquanto subversivos pela comunidade de informações. No dia 11 de julho de 1980, por exemplo, a DCI/SSI/SC recebeu uma resposta da Coordenadoria de Informações e Operações (CIOp) da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a qual possuía no topo um cabeçalho indicando o órgão remetente (“Secretaria de Segurança Pública – Coordenadoria de Informações e Operações – Serviço de Informações”), e o local e a data de redação do documento (“São Paulo, 30 de junho de 1980”). Em seguida, uma sequência de tópicos: o assunto (“Odair Lúcio”), a origem (a DCI de SC), a difusão (o DOPS de São Paulo, onde provavelmente foram obtidas as informações enviadas como resposta, já que consta na folha um carimbo do órgão), a referência (o código do pedido de busca da DCI/SSI/SC) e o anexo enviado (“cópia xerográfica – 21 fôlhas (sic)”). Depois, o número daquela informação (“0397/1980/CIOp”) e, por fim, a resposta afirmando que estavam enviando documentos referentes à prisão em flagrante de Odair Lúcio pelo porte de “tóxicos”, em Criciúma-SC (SECRETARIA, 1980, p. 194). A sequência da resposta é um prontuário sobre Odair, contendo todos os seus antecedentes, desde atividades cotidianas até a descrição do momento em que foi apreendido.

O curioso sobre este caso é que o prontuário em questão foi elaborado pela Polícia Civil *catarinense*, conforme indica o seu cabeçalho; por que um documento produzido por uma entidade de Santa Catarina estaria sob guarda do DOPS de São Paulo? Poderíamos alegar que, como foi dito anteriormente, o contingente militar do estado era tão enxuto que nem mesmo havia uma Auditoria Militar para julgar as ocorrências de seu território – mas isto também nos levaria a outro impasse: o sistema repressivo superior mais próximo se encontrava no Paraná, havendo em Curitiba tanto a agência do SNI responsável pela região quanto um DOPS (e até mesmo um DOI-CODI). A hipótese mais provável é a de que, na verdade, Odair talvez não tenha sido detido pelo fato de estar portando drogas, mas sim por estar carregando materiais supostamente subversivos; desta maneira, com um “terrorista” (como exageradamente eram chamados pelos agentes de segurança os militantes da

oposição) em potencial sob custódia, era melhor informar o principal centro repressivo do país. Peço calma ao leitor e a leitora mais rígidos com questões metodológicas, pois não estou levantando esta teoria a partir de um simples exercício de imaginação. O documento traz, além do prontuário sobre Odair, a transcrição dos depoimentos dele e do policial que o abordou.

O agente Luiz Carlos Costa afirmava que circulava a pé pelas imediações do “Bar e Café São Paulo”, em Criciúma-SC, quando avistou dois sujeitos caminhando na sua frente. Um deles era Odair, que portava uma bolsa – fato suficiente para despertar a desconfiança do policial, que passou a segui-los com certa distância. As figuras suspeitas teriam caminhado até o antigo cemitério da cidade e parado em uma barraca existente no local, até que um dos rapazes teria entregue alguma coisa ao outro. Neste momento, Luiz Carlos fez a abordagem solicitando que o acompanhassem até a delegacia e apreendeu a tal bolsa, mas decidiu não os revistar naquele instante. No meio do caminho, a dupla saiu correndo em direções opostas; o policial perseguiu Odair e lhe deu voz de prisão, já que, de acordo com seu relato, havia visto o rapaz atirar fora um pacotinho de maconha quando foi abordado. Esta versão é confirmada ainda pelos soldados da PM Nereu Silva Luz e Lourival Frasson, que estavam por perto no momento da correria e prestaram auxílio a Luiz Carlos (SECRETARIA, 1980, p. 197-198).

Odair conta que o motivo de sua apreensão teria sido outro. Jornalista desempregado à época, o rapaz alega que estava indo para sua residência quando encontrou um conhecido, que o acompanhou no restante do caminho. Conversavam sobre política e, no momento em que entregou um *panfleto* para o outro sujeito, o policial interveio. Mais do que isso, afirma que não conhecia aquele pacotinho de maconha; confessa ser usuário da erva, sim, mas segundo ele o produto que o policial dizia ter apreendido era diferente do que estava sob sua posse, pedindo que fossem comparados para atestar a veracidade de sua alegação. Conta que estava desempregado, que não usava maconha quando tinha trabalho, que não conseguia se alimentar direito e que fumava para disfarçar a fome, afirmando que a solução para o seu problema seria um governo que melhor prestasse auxílio ao povo com empregos e condições dignas de sobrevivência. Por fim, se defendia das acusações de comunismo, dizendo ser apenas contrário ao regime vigente e que por isso estava sendo preso (SECRETARIA, 1980, p. 199-200).

Obviamente devemos considerar que Odair poderia estar fazendo uso da polarização política para tentar se safar de um possível delito; entretanto, é no mínimo estranho que um caso como esse tenha tido espaço nas incumbências do DOPS de São Paulo. Infelizmente, não há como conferirmos o fim da história, mas um ponto fica bastante evidente: informes e pedidos de busca expedidos em Santa Catarina eram direcionados para o centro do país não apenas com o intuito de receber informações sobre suspeitos, mas também de deixar as entidades de regiões como São Paulo, um dos centros da repressão durante a ditadura militar, à par daquilo que ocorria dentro dos domínios catarinenses. Esta ideia é reforçada pelo fato de que outros pedidos de busca com os mais variados temas percorreram trajetos semelhantes: sobre a realização do I Conclave Nacional dos Estudantes Universitários na UFSC, sobre um sujeito acusado de chefiar uma quadrilha de assaltantes de supermercado, sobre um “falso padre” que estaria aplicando golpes em Santa Catarina, sobre o Seminário de Liderança da Pastoral Operária de Joinville, sobre um encontro da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior na UFSC (SECRETARIA, 1973c, p. 1-255), e por aí vai. Assim, a rede de contatos do Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina era mais abrangente do que os limites de seu próprio território, respondendo não apenas aos seus superiores diretos do Paraná, mas prestando contas também às entidades de São Paulo.

Além dos pedidos de busca, outro tipo de documentação produzida em grandes quantidades pelos órgãos de segurança e informação catarinenses eram os prontuários (ou registros de antecedentes). Se tratavam de compilados de informações *resumidas* sobre alguém; quando se investigavam agremiações, eventos e reuniões, eram observados os prontuários individuais de cada um dos envolvidos. No caso de Santa Catarina, eram elaborados pelos órgãos de informações – pela Agência Curitiba do SNI (ACT/SNI), pelo Núcleo de Agência de Florianópolis (NAFL) ou pela Divisão Central de Informações (DCI/SSI/SC). O material era composto primeiramente por uma espécie de ficha localizada no topo da primeira página, a qual continha o nome do sujeito, o endereço, a profissão, o estado civil, a filiação, a data de nascimento (contendo também a cidade, o estado e o país de origem) e o número do prontuário, campo este nem sempre preenchido pelos redatores.

Abaixo disso, havia os registros das atividades do indivíduo em questão, organizados em uma espécie de grande tabela contendo três colunas: Data, Fonte e

Histórico. A “Data” era referente ao dia em que determinado informe foi registrado no órgão que o cedeu ao responsável pelo prontuário; a “Fonte” era justamente o órgão em que tal informe foi obtido; o “Histórico” era o seu conteúdo, trazendo de forma sucinta as informações sobre a pessoa. Estes prontuários ou registros de antecedentes são encontrados com bastante frequência entre as páginas de dossiês, nas respostas à pedidos de busca, em relatórios sobre atividades de agremiações suspeitas e mesmo em Inquéritos Policiais Militares, sendo bastante importantes para o andamento das investigações por condensarem de forma objetiva os passos mais relevantes dos investigados, agilizando o estudo dos casos por parte das instituições de segurança e informações.

Já os informes eram registros acerca de atividades de pessoas e grupos ou de acontecimentos pontuais, como eventos e reuniões, semelhantes a um relatório; vários informes sobre determinado objeto formavam uma informação (FICO, 2001, p. 95). Aqueles presentes entre o escopo documental desta pesquisa foram escritos por algum agente (incluindo os pertencentes às polícias) que tenha presenciado as ocorrências, descrevendo a situação com os detalhes observados: o local onde se passavam os fatos, quem estava presente, para onde se encaminhavam os alvos, com quem se encontravam, quais pessoas discursavam nos eventos, quem coordenava as ações, etc. Poderiam ser curtos ou longos, dependendo da duração do desenrolar dos acontecimentos e do grau de detalhamento observado pelo redator.

O informe de número 0309 da Agência Curitiba do SNI, datado de 10 de setembro de 1981, versava sobre uma homenagem em forma de missa às vítimas da repressão, realizada na catedral de Florianópolis, no centro da capital catarinense. Tendo sido realizada no dia 04 de setembro de 1981, foi promovida pelo diretório central dos partidos políticos PDT, PT e PMDB, juntamente com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Florianópolis, a Associação dos Licenciados de Santa Catarina, Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina (APUFSC), o Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina (DCE/UFSC), a União Catarinense dos Estudantes (UCE) e a Sociedade Antonieta de Barros (SCAB) (AGÊNCIA CURITIBA, 1981, p. 1).

Os relatos, apesar de curtos (o documento possui apenas duas páginas), trazem alguns detalhes que só alguém presente no local poderia ter observado: o início foi às 18:25, tendo durado uma hora; cerca de 400 pessoas teriam participado,

compondo o público militantes, políticos e familiares das vítimas; foram homenageados em torno de 50 pessoas, entre os quais Paulo Stuart Wright, Arno Preis, João Batista Rita e Rui Pfuetzenreuter; o celebrante teria enaltecido o nome dos falecidos e incitado os presentes a lutarem por justiça, pedindo mudança de regime político. Na sequência do documento, há um breve resumo sobre o padre que celebrou a missa: José Edgar de Oliveira era coordenador da Pastoral Rural da Juventude da Arquidiocese de Florianópolis e exercia atividades no meio estudantil, tendo atuado junto com os estudantes contra a “revolução” de 1964 e sendo crítico contumaz da ditadura em Santa Catarina (AGÊNCIA CURITIBA, 1981, p. 2-3).

O informe de número 0127, da Agência Curitiba do SNI tratava de ocasião semelhante. Datado de 26 de abril de 1979, versava sobre movimentações civis em prol da anistia, como a criação do Comitê Brasileiro pela Anistia/Florianópolis (CBA) – que foi oficializado numa reunião na Assembleia Legislativa do estado no dia 12 de março de 1979 – e a realização de um ato público no dia da anistia (18 de abril) no centro da capital catarinense. O redator do documento (não identificado) traz descrições de algumas passagens dos dois acontecimentos: na Assembleia, o escritor e ex-presos político Roberto Ribeiro Martins lembrou as diversas anistias que já foram concedidas no Brasil, pediu urgência na libertação de cativos e lançou seu livro “Liberdade para os brasileiros – Anistia ontem e hoje”; o jornalista Valdir Alves anunciou a duração da comissão provisória que presidiria o comitê até a aprovação de seus estatutos, que seria de três meses.

Já na manifestação de rua, o autor do informe conta que foi lido em conjunto o manifesto “Anistia para os brasileiros”, o qual era assinado pelo CBA/Florianópolis, pela Comissão Pontifícia Justiça e Paz de Santa Catarina, pelo Instituto de Estudos Políticos Pedroso Horta e pelo Movimento Feminino pela Anistia/SC. De acordo com o informante, o documento lido trazia pedidos de anistia ampla, geral e irrestrita, citando como exemplo de figura que foi perdoada o pai do então Presidente da República, João Batista Figueiredo, que “duas vezes se insurgiu em armas contra o poder, e duas vezes foi anistiado” (AGÊNCIA CURITIBA, 1979, p. 3). Por fim, traz uma cópia do material e destaca alguns dos participantes do evento, como Delfim de Pádua Peixoto Filho (à época deputado pelo MDB) e Nelson Wedekin (advogado lembrado pela sua luta contra a ditadura em Santa Catarina).

Estes pequenos informes não devem ser subestimados pela quantidade enxuta de páginas que possuem. Eram eles que, coletados aos poucos e enviados aos órgãos de informação, compunham o conteúdo de documentos maiores e melhor elaborados, como os prontuários/registros de antecedentes e os dossiês individuais. Além disso, como ficou evidente nos exemplos citados, os agentes observavam não somente os responsáveis pelas circunstâncias, mas todo o funcionamento da cadeia de ações: horários de início e fim, duração dos acontecimentos, espaço utilizado, a capacidade de mobilizar um determinado número de pessoas, as entidades envolvidas, recortes de discursos proferidos, cópias de materiais usados... Isto tudo poderia indicar para a comunidade de informações padrões e rupturas nas atividades da oposição, contribuindo para que ações preventivas ou de combate fossem elaboradas de maneira precisa e aumentando assim as chances de garantir o sucesso de futuras operações repressivas.

Outras produções destas entidades bastante úteis para o planejamento de combate aos opositores do regime eram os dossiês. Constituíam compilados de documentos bastante densos e diversificados, normalmente seguindo estrutura que pouco variava de órgão para órgão; além das instituições responsáveis pela coleta de informações (ACT/SNI, NAFL e DCI/SSI/SC), podiam ser elaborados também por instituições militares, como o 5º Distrito Naval, e diferenciavam-se dos prontuários/registros de antecedentes por seu volume. Enquanto os prontuários traziam as informações de forma resumida e apenas mencionavam os órgãos que lhes dispunham as informações, os dossiês continham a fonte na íntegra, compilando uma série de documentos completos sobre os investigados, incluindo os próprios registros de antecedentes. Tomemos como exemplo um dossiê montado pelo Núcleo de Agência de Florianópolis (NAFL) sobre Manoel Marchetti, ex-prefeito de Ibirama.

O documento é iniciado com uma espécie de capa, em que constam o cabeçalho indicando o órgão de sua procedência: “Presidência da República – Serviço Nacional de Informações – SNI/NAFL”; o título do dossiê: “Dossiê do Sr. Manoel Marchetti, ex-prefeito municipal e político de Ibirama-SC”, e uma lista de anexos que compunham o conjunto documental: Ficha individual Nº 2.10.3, Prontuário existente no SNI-NAFL, Fotocópia da Folha de Anotações e Antecedentes passada pela DOPS/SC, Fotocópia do PB Nº 81/SNI/ACT/67 de 10 de Mar 67, Fotocópia de Certidão passada pelo Cartório do Crime da Comarca de Ibirama-SC e Fotocópia de

Informação inserida no original do Ofício nº 395/68, da DOPS/SC. Na sequência, ainda nesta capa, consta um breve resumo, chamado “Conceito Geral”, das motivações que levaram à montagem do dossiê:

MANOEL MARCHETTI, está envolvido em processo crime, por ter se locupletado ilicitamente de terras devolutas e madeira pertencentes ao Serviço de Proteção aos Índios. O processo encontra-se no STF. Está citado na relação de pessoas envolvidas em IPM por delito de corrupção, subversão ou delito de opinião fichados na jurisdição da DOPS/SC. Ex-Prefeito municipal de Ibirama-SC, político inescrupuloso, oportunista e bajulador. Não deve voltar mais a política, pelo menos, por algum tempo (AGÊNCIA CURITIBA, 1969, p. 3).

Por fim, há ainda um quadro de sugestões em que eram colocadas indicações de como proceder em relação ao sujeito da investigação, baseando-se naquilo que foi coletado e descrito no material. Com relação a Marchetti, foi sugerido “Suspender os Direitos Políticos por 10 anos, de acordo com o artigo 4º do AI/5” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969, p. 3). As páginas seguintes contêm todos os materiais que foram possíveis de se encontrar em diferentes órgãos sobre o investigado, nominados na supracitada lista de anexos.

Um detalhe chama a atenção neste dossiê: Marchetti estaria sendo acusado de se apropriar de terras e madeiras pertencentes ao Serviço de Proteção aos Índios, mas tal fato é seguido de informações que dizem respeito a sua postura ideológica. Além do suposto delito de corrupção, foi fichado em outro momento por *subversão* e *crime de opinião* na Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina; acompanham estas informações uma série de ofensas que o pintam enquanto um sujeito terrível. Esta característica é bastante comum nos dossiês montados pelos órgãos de informação, em que a primeira denúncia muitas vezes diz respeito a um delito ou irregularidade comum, vindo em sequência acusações de crimes contra a Segurança Nacional.

Pode-se deduzir que se tratava de uma estratégia para reforçar acusações pouco fundamentadas, já que ser atrelado a crimes ideológicos significava serem baixas as chances de não ser investigado à fundo e, caso a irregularidade “comum” não se sustentasse, havia sempre uma ficha ou prontuário apontando posturas subversivas que permitiam dar sequência aos processos. Ou poderiam ainda caracterizar tentativas de se fazer o caminho inverso – buscava-se acusar alguém de subversão, levantando suspeitas acerca de demais crimes para sustentar a

incriminação de cunho político. Tudo isto reforçado por adjetivos que desqualificavam o caráter, a postura profissional e a índole dos suspeitos, criando personagens aparentemente indefensáveis cuja suspeição era justificada por cada traço de suas vidas pessoais.

Para além da produção de documentos, o trabalho principal dos órgãos de segurança e informações era, obviamente, combater possíveis focos de subversão em Santa Catarina. Para tanto, eram montadas operações com base em toda a “papelada” disponível, denúncias de civis ou em flagrantes, nas quais eram mobilizados policiais e soldados para apreender os alvos. Primeiramente, é importante ressaltar que, dentro do escopo documental desta pesquisa, não foram encontrados registros de grandes operações de combate à oposição em Santa Catarina para além da famosa Operação Barriga Verde. Os acontecimentos com detenções de grandes grupos se deram em abril de 1964 (logo após o golpe, com uma onda de prisões de suspeitos de subversão e de opositores); em dezembro de 1968, quando estudantes do curso de engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina convidaram o general presidente Artur da Costa e Silva para ser paraninfo em sua formatura, o que levou a manifestações contrárias por parte de outros estudantes; e no episódio conhecido como “Novembrada”, em que o então general presidente João Figueiredo viria a Florianópolis, sendo detidas lideranças universitárias antes de sua chegada como forma de prevenir atos de rebeldia, havendo outras detenções após sua aparição em público (já que a estratégia não funcionou e manifestações ocorreram durante o princípio da fala do militar).

Fora isto, a maior parte das ações repressivas no estado do início ao fim do período ditatorial foi caracterizada por operações menores, como a busca de pessoas suspeitas, o confisco de objetos pessoais (como livros, por exemplo), a apreensão de material de militância (panfletos, principalmente), a coleta de informações, a vigilância sobre figuras que poderiam liderar ações da oposição (principalmente políticos), a contenção de “tumultos” (greves de trabalhadores) e pelo embate com os estudantes, especialmente em Florianópolis, devido a estarem localizadas as universidades na capital. Todas estas atividades ocorriam com rápida duração, em espécies de “batidas policiais”, sem constituírem parte de operações maiores.

As ações nem sempre seguiam um padrão específico; no entanto, quando os alvos já estavam delimitados – como no caso das operações iniciadas após o

processo de levantamento de informações sobre os suspeitos – possuíam semelhanças bastante visíveis. Comumente era deslocado número considerável de contingente (nos casos observados na documentação disponível, a quantidade chegou a quase 30 agentes em algumas operações, mesmo que o objetivo fosse lidar com um ou dois sujeitos), armado com metralhadoras e fazendo bastante barulho, chamando a atenção de vizinhos e pessoas que transitavam nos arredores dos locais – provavelmente no intuito de utilizar estas operações como “lição exemplar”, em que o restante da população poderia se sentir intimidada a se opor ao regime quando presenciava punições a opositores. Alguns casos ilustram este quadro.

Abilio dos Santos era enfermeiro e vereador na cidade de Criciúma, militante e eleito pelo PTB local com mandato de 1962 a 1967. Era uma noite do mês de abril do ano de 1964 quando descansava em sua residência junto da esposa e de seus 6 filhos. Em algum instante entre às 22 e 23 horas, no exato momento em que sua filha de 14 anos fazia a lição de casa, barulhos vindos do quintal puderam ser ouvidos: cerca de duas dezenas de soldados fortemente armados pulavam os muros de sua casa com grande estrondo, chamando a atenção de vizinhos e pessoas que se encontravam na região. Para os outros moradores que não puderam presenciar ações do tipo, o jornal *A Tribuna Criciumense* tratou de informar: “O Dr. Helvídio Veloso, delegado regional de Criciúma, recebeu e está cumprindo ordens de Florianópolis para deter e interrogar diversas pessoas de nossa cidade” (SANTOS, 1998b). Levado para a delegacia de polícia do município, Abilio foi registrado e em sua ficha constava o motivo da prisão: suspeita de subversão pelo uso do “credo vermelho”. A família passara dias sem qualquer notícia sua.

Salim Miguel protagonizara um dos casos mais emblemáticos da repressão em Santa Catarina. Dono de uma livraria no centro de Florianópolis, no ano de 1964, várias das obras que estavam à venda foram queimadas na calçada, formando uma imensa fogueira no meio da rua. Além deste bastante chamativo espetáculo autoritário, o próprio momento da prisão de Salim certamente atraiu as atenções da população: estava em um dos locais mais conhecidos e frequentados da capital, o *Ponto Chic*, tomando seu cafezinho como habitualmente fazia – com a xícara na mão, observou a Praça XV de Novembro sendo cercada. Dois carros recheados com agentes da Polícia Militar se dirigiram ao estabelecimento, os policiais desembarcaram e uma discussão com Salim se iniciou. Em certo ponto do “bate-

boca”, um dos agentes afirmou que *toda aquela equipe fora mobilizada para prendê-lo*, confirmando sua prisão (SANTA CATARINA, 2014, p. 112).

Na noite de 4 de abril de 1964, Benjamin Ferreira Gomes estava em sua casa na cidade de Joinville, também na companhia de sua família, quando uma *tropa* de soldados do 62º Batalhão de Infantaria invadiu sua propriedade, apontou metralhadoras para ele, sua esposa e seus filhos pequenos (de 3, 5 e 7 anos) e o levou para a sede do batalhão. No dia seguinte, Benjamin foi transferido para Florianópolis, deixando também seus familiares sem notícias (GOMES, 1998). E o mesmo se repetiu com José Adil de Lima, que foi preso por um grupo de policiais fortemente armados que cercaram sua residência – nas palavras de seu filho: “despediu-se de nós e dirigiu-se a viatura policial, bem vestido e de cabeça erguida, seguido pelo delegado, diante do silêncio da *pequena multidão que se formara na rua* (grifo meu)” (LIMA, 1998).

Era 1975 e Célio Espíndola, estudante da Universidade Federal de Santa Catarina à época, estava em sala de aula quando seu amigo Pinduca lhe informou que outro amigo, o Motta, havia sido preso – eles precisavam encontrar um advogado. Juntaram-se a outro colega e caminharam em direção ao centro de Florianópolis em busca de algum profissional de advocacia que pudesse ajudá-los; quando chegavam nas proximidades da Praça dos Bombeiros, uma caminhonete azul, já um tanto velha e com policiais civis a bordo, lhes rondava. Os jovens foram abordados, encapuzados *em plena luz do dia em via pública* e jogados dentro do veículo, que em seguida ficou dando voltas pela cidade no intuito de desorientar os rapazes (ESPÍNDOLA, 2018).

Além da questão do “barulho” feito e das ações realizadas em público para chamar a atenção de pessoas que se encontravam nos arredores, outras práticas eram frequentemente utilizadas pelos agentes da repressão – como observado neste último exemplo, em que os três estudantes tiveram o rosto encoberto e rodaram pela cidade para não saberem para onde estavam sendo levados. Eliton de Souza, além de mencionar este método de desorientação dos apreendidos (2015, p. 110), traz mais detalhes sobre os procedimentos de sequestro de vítimas ao citar a Operação Barriga Verde, desencadeada em 1975 em Santa Catarina. A ação poderia acontecer na rua, nas casas dos indivíduos e em seus locais de trabalho (como vimos em exemplos também citados na presente dissertação), colocavam uma máscara de solda no rosto dos suspeitos e cobriam o pequeno espaço de vidro dedicado a visão com fita isolante,

impedindo-os assim de identificarem os raptos. Com armas apontadas, os agentes não possuíam mandado de prisão ou sequer informavam o motivo da captura, transportando as vítimas em furgões e caminhonetes da marca Chevrolet (como ocorreu com Célio e seus amigos), os quais não possuíam manivela para abrir os vidros nem trinco nas portas para que os presos não escapassem (SOUZA, 2015, p. 114).

Outro recurso bastante utilizado eram as infiltrações e a espionagem, fosse para a obtenção de informações ou para a apreensão de suspeitos, inclusive fazendo uso de civis para tanto: Otávio Montenegro, ex-presidente da câmara dos vereadores de Joaçaba, foi líder de um Grupo dos 11 na região; o delegado Silvio Dias, apontado como implacável “caçador de subversivos”, teria comprado Montenegro com proposta de anistia e feito do vereador o seu informante pessoal (BRAND, 1998). Em São Francisco do Sul, policiais que estavam de olho no estivador Cassiano da Soledade patrulhavam cotidianamente a sua rua e com frequência pediam para se higienizarem no poço ao fundo de seu quintal, assim podendo observá-lo mais de perto (SOLEDADE, 1998). Eustácio Odorico Padilha trabalhava no antigo Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência – SAMDU da região serrana, em que um médico referido apenas como “Dr. Alceu”, ferrenho anticomunista que era, propunha-se “a ajudar, indiretamente, no expurgo de comunistas da cidade”, dedurando colegas e pacientes que julgava serem suspeitos (PADILHA, 1998).

A colaboração de civis certamente não era nenhuma novidade, mas em estados como Santa Catarina, que à época ainda estava em processo de modernização e possuía municípios bastante pequenos em seu interior (SIQUEIRA, 2015), o popularmente chamado “boca a boca” poderia fazer toda a diferença. Em regiões pouco populosas, em que o convívio entre os moradores costuma ser bastante próximo e boa parte da vizinhança sabe de detalhes a respeito do cotidiano dos outros membros da comunidade, de tal modo que as notícias se espalham rapidamente. Em um contexto ditatorial baseado numa suposta guerra ideológica, em que a coleta de informações era de suma importância no quadro de combate a um inimigo que se infiltrava silenciosamente na sociedade, a “fofoca” pode ter feito chegar aos ouvidos dos órgãos de segurança e informações uma série de nomes e endereços. É preciso considerar ainda que a principal ideologia do regime (a Doutrina de Segurança

Nacional), especialmente quando manifesta na Constituição de 1967, colocava cada cidadão como também responsável pela vigilância da segurança interna.

Mas se parte da população estava disposta a colaborar com o regime, outra parcela ficava de olhos bem abertos com possíveis espiões à espreita. Lúcia Schinato Schatzmann, moradora de Joinville cujo marido (Edgar Schatzmann) era um dos mais conhecidos militantes do PCB na cidade, estava em sua residência por volta das 14h de algum dia do ano de 1975, quando um sujeito irradiando simpatia a abordou. Tapinhas nas costas, sorriso no rosto, perguntou com intimidade onde estava o “Ed”. Desconfiada, Lúcia disse que seu marido estava viajando (na verdade, estava no trabalho), ao que o desconhecido respondeu que era amigo de Edgar, que voltara fazia pouco tempo para a cidade e que gostaria de dar um abraço nele. Insistindo, perguntou quando o esposo de Lúcia voltava; ela, firme em sua desconfiança, replicou que voltaria somente dali uma semana – o indivíduo então disse que retornaria após aquele prazo, se despedindo. Pela noite, ela contou ao marido sobre o ocorrido. Ele não conhecia aquele sujeito, alertando a esposa de que se tratava de um “sinal”. No dia seguinte, Lúcia soube por meio dos colegas de trabalho de Edgar que ele havia sido preso quando chegava para trabalhar, sendo encapuzado e jogado dentro de um carro (SOUZA, 2015, p. 115-116).

Estas aproximações amistosas e aparentemente sem quaisquer segundas intenções eram uma estratégia simples, mas utilizada com frequência; situações como aquela vivida pelo casal Lúcia e Edgar eram comuns. Heitor Bittencourt Filho, liderança estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina nos tempos da ditadura, relata que um dos delegados da DOPS-SC – o Coronel Fogaça – tinha como estratégia a cooperação e o diálogo “com os estudantes, mostrando-se amigo: “Eu comentava com os meus colegas que ele era o mais perigoso, porque justamente ele queria dar uma de amigo e no fundo ele queria era informações, reprimir e neutralizar o nosso movimento” (FILHO, 2018). De acordo com Vargas (2015, p. 61), o referido delegado frequentava até mesmo as festas universitárias, interagindo e se misturando aos estudantes. Além disso, era difícil distinguir amigos e inimigos: Célio Espíndola, um dos rapazes que foi capturado no anteriormente citado episódio envolvendo a polícia civil, afirmava que havia

o tipo do policial que está ali morando, dormindo na cama ao teu lado. E mais tarde ele é o policial que vai te... Como aqui aconteceu muito, a Lelê e outras

peçoas falaram, de gente que estava na sala de aula, que eram amigos ou pelo menos colegas de sala de aula e que depois estavam lá, fazendo questionamento, exigindo: “vai tirar algumas coisas deles sobre suas relações com o movimento” e tudo mais (ESPINDOLA, 2018).

Aliás, por falar nas atividades das polícias, devemos nos lembrar que o sistema de segurança de Santa Catarina não possuía organizações especializadas em operações de cunho puramente político além da DOPS, fazendo uso de instituições militares e/ou responsáveis pela segurança pública. Neste sentido, o envolvimento da Polícia Militar, da Polícia Civil e do departamento catarinense da Polícia Federal em ações repressivas e nos flagrantes de “subversão” era constante, de tal modo que raros foram os casos encontrados na documentação utilizada nesta pesquisa em que pelo menos uma delas não tenha cedido tropas em tais operações.

É interessante observar que, durante a onda de prisões ocorridas no início do mês de abril de 1964 em diversas regiões do estado (tantas que o comandante do 5º DN teve de pedir para que fossem cessadas, pois não estavam conseguindo registrar todas elas), as polícias atuaram em grande quantidade para que fosse possível cobrir todos os mandados de prisão. E mais: isto antes mesmo da efetivação do golpe, que teria sido posto em prática durante as horas do dia 31 de março – detenções ocorreram em várias regiões de Santa Catarina ao longo de todo aquele dia, enquanto os fatos ainda se desenrolavam e o desfecho era incerto; tal tese é corroborada por Souza (2012, p. 77) ao afirmar que “Em Joinville, a repressão foi logo caindo sobre os ombros da população. Ainda no dia 31 de março, antes mesmo do golpe ser consolidado, os primeiros cidadãos começaram a ser detidos”. No estado, agentes das três instituições policiais atuaram tanto quanto contingentes oriundos das Forças Armadas, demonstrando sua cooperação com os militares muito antes da reforma das instituições de Segurança e Informações em 1970, a qual teria estreitado os laços entre as FFAA e as polícias. Em regiões como Santa Catarina, onde não havia uma grande entidade especializada em perseguições políticas, as forças policiais já eram fundamentais para o desenrolar da repressão desde a contagem regressiva para o momento do golpe civil-militar.

Inácio Palma Neto foi uma destas vítimas: alega ter sido preso por policiais civis e soldados do exército no dia 31 de março de 1964, enquanto outro contingente da polícia revistava sua residência e apreendia diversos livros (NETO, 1998, p. 2). Helio dos Santos foi preso em Florianópolis no dia 1 de abril de 1964 também por policiais civis que o levaram para o quartel da Polícia Militar da capital (SANTOS, 1998a, p. 4).

Higino João Pio, prefeito de Balneário Camboriú em 1969, foi preso na quarta-feira de cinzas daquele ano juntamente com outros funcionários da prefeitura por agentes da Polícia Federal (SANTA CATARINA, 2014, p. 19).

Geni de Oliveira Ramos entrou com pedido de compensação financeira que lhe era de direito na Comissão de Indenização, devido às perseguições sofridas por seu falecido marido; uma das provas que reuniu foi uma declaração assinada pelo ex-policia militar Pedro Patrício de Souza, o qual afirma que a operação que prendeu o então esposo de Geni teria sido executada por soldados da Marinha e do Exército *em conjunto* com a Polícia Militar (RAMOS, 1998, p. 20). De forma semelhante, João Rath de Oliveira foi preso em Lages em uma operação de agentes da Polícia Militar e de soldados do Exército; mais do que isso, em seu depoimento prestado no 2º Batalhão Rodoviário, estavam presentes o capitão da entidade e um escrivão da mesma juntamente de outro escrivão, oriundo da Delegacia Regional de Polícia (OLIVEIRA, 1998, p. 8). Estes são alguns exemplos que demonstram a importância das unidades policiais na repressão política dentro do território catarinense do início ao fim da ditadura militar.

Um aspecto interessante a se pontuar é o fato de que, dentro destas redes institucionais responsáveis pela segurança no estado, estavam trabalhando profissionais que nem sempre pensavam da mesma maneira, atuando por vezes com autonomia e discordando uns dos outros. Arnaldo Francisco da Rosa foi preso na cidade de Lages sob acusação de ser comunista; o redator do Inquérito Policial Militar que tratou de seu caso afirmava que Arnaldo havia sido fichado anteriormente na DOPS de Florianópolis pelo mesmo motivo. Isto porque, de acordo com a Delegacia de Ordem Política e Social, o sujeito estaria em posse de uma caderneta do PCB em que constava seu nome, sendo prova de sua adesão ao comunismo. O capitão do exército Hiram de Aguiar e Souza, encarregado do IPM, foi até a DOPS averiguar a tal caderneta, em que constatou “não ter a assinatura do indiciado ou de qualquer outra pessoa, o preenchimento da mesma foi feito à máquina e é o único documento em que se baseia a DOPS para tachar o indivíduo de comunista” (OLIVEIRA, 1998, p. 26). Assim, o agente julga não ser o suficiente para incriminar Arnaldo, já que o homem não participou de reuniões suspeitas e ainda teria negado assinatura a uma lista de adesões aos Grupos dos 11. “Não considero um elemento subversivo e

consequentemente não está incluso no Ato Institucional” (OLIVEIRA, 1998, p. 26), finaliza o encarregado do inquérito, contrariando a DOPS.

Em sua dissertação de Mestrado, Edison Fabricio traz semelhante concepção ao apresentar a fala do capitão Horácio dos Santos Rebelo, do 23º RI. O capitão afirma que o delegado de polícia de Blumenau e mais algumas pessoas influentes na cidade (pertencentes a chamada “Liga da Defesa Democrática”) queriam prender os comunistas locais, efetuando eles mesmos as apreensões – de acordo com o depoimento, cerca de 100 pessoas teriam sido presas logo após o golpe de 1964. O superior do capitão Rebelo lhe solicitou que fosse aberto um inquérito para apurar todos aqueles sujeitos; nomeou um escrivão e começou a ouvi-los. Segundo a fala do ex-militar, dos cerca de 100 indivíduos apreendidos apenas 9 permaneceram em cárcere, sendo todo o resto liberado. Para ele, as atividades da maioria daquelas pessoas eram apenas de cunho político normal, sem necessariamente possuírem ligação com a doutrina comunista (FABRICIO, 2011, p. 97-98). Baseando-se em seu senso crítico e sua leitura da situação, não acatou totalmente o desejo da polícia local de expurgar da cidade qualquer *suspeito* de subversão.

Bom, vimos até aqui detalhes acerca do trabalho dos órgãos que compunham o Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina. Recapitulemos: primeiramente, havia o trabalho com a “papelada”, em que se produziam diversos documentos contendo informações sobre possíveis focos de subversão. Os principais encontrados na documentação disponível foram os pedidos de busca, os informes, os prontuários/registros de antecedentes e os dossiês – sendo estes últimos grandes compilados de informações sobre determinado sujeito ou agremiação, contendo em suas páginas cópias dos demais tipos de documentos. As produções do Sistema circulavam entre as entidades que o compunham, revelando assim uma rede de cooperação para que todos os detalhes da vida das pessoas investigadas fosse coletado: cada órgão contribuía com as informações de que dispunha, traçando ao final o perfil completo de cidadãos e cidadãs catarinenses. Além disso, tais documentos eram enviados também para fora do estado – não apenas para trocar “conhecimentos” com outras unidades da federação, mas também para deixar o centro do país à par das ocorrências em seu território. Aqui, destaca-se a comunicação com o estado de São Paulo.

Ainda que a coleta informacional fosse constante, as ações de combate não costumavam ser duradouras ou atingir grandes focos de subversão. Não foram encontradas nesta pesquisa operações de maior magnitude além da Operação Barriga Verde; os registros de maiores números de detenções são referentes às perseguições do início de abril de 1964 e a embates com estudantes universitários em 1968 e 1979, na chamada “Novembrada”. De resto, as perseguições consistiam em prender por pouco tempo indivíduos suspeitos, apreender material considerado subversivo, conter manifestações e vigiar figurões da oposição. Mesmo assim, várias destas pequenas ações eram realizadas com toda a pompa das grandes operações: mobilizavam quantidade considerável de soldados fortemente armados e deslocavam diversos veículos oficiais, chamando assim a atenção de pessoas nos arredores. Pelo baixo contingente militar de Santa Catarina, as polícias eram as principais forças atuantes – fossem as estaduais Polícia Militar, Civil e política (DOPS) ou mesmo a Polícia Federal. Realizavam sequestros, infiltravam agentes nas comunidades e contavam ainda com colaboradores civis, sempre dispostos a cumprir seu papel de defesa da Segurança Nacional – ou de aproveitar a oportunidade para prejudicar desafetos pessoais. Agora que observamos quais entidades atuavam em Santa Catarina e que tipo de trabalho realizavam, nos atentaremos para os locais utilizados como prisão no estado e o cotidiano das vítimas no cárcere.

1.3 OS DESTINOS DOS SUBVERSIVOS E OS DIAS NO CÁRCERE

Como vimos, não houve registro de grandes operações no estado catarinense – entretanto, batidas relativamente frequentes culminavam em prisões de suspeitos, levando trabalho aos responsáveis pela gestão dos lugares utilizados como prisão. Mas afinal, quais locais seriam esses? Seriam os mesmos utilizados para a “criminalidade comum”? Quem estava incumbido de administrar estes espaços? O que era feito dentro das paredes destas instalações? Tentaremos responder a estas questões neste subcapítulo; começemos identificando os locais registrados na documentação utilizada nesta pesquisa, dialogando diretamente com os relatórios da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright e da Comissão Nacional da Verdade, as quais trazem suas próprias listas.

A Comissão Nacional da Verdade (BRASIL, 2014) menciona a Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santa Catarina (Florianópolis), o Hospital da Polícia

Militar (Florianópolis), o Quartel da Polícia Militar (Florianópolis), a Secretaria de Segurança Pública/Informações (Florianópolis), o 5º Distrito Naval (Itajaí), a Delegacia de Polícia de Lages e o 5º Batalhão de Engenharia de Combate (Porto União). No caso da Comissão Catarinense, a apuração levantou oito estabelecimentos atrelados à graves violações dos direitos humanos em que houve o encarceramento de perseguidos políticos. São eles: Colégio Estadual Professor Lapagesse (Criciúma), Edifício do Plano Nacional do Carvão (Criciúma), Estádio Heriberto Hülse, do atual Esporte Clube Criciúma (Esporte Clube Comerciarío, à época), Delegacia Estadual de Biguaçu (Biguaçu), Colônia Penal de Canasvieiras (Florianópolis), Hospital Naval (Florianópolis), somados ainda aos supracitados Escola de Aprendizes de Marinheiros de Santa Catarina (Florianópolis) e quartel da Polícia Militar de Santa Catarina (Florianópolis).

Para a escrita desta dissertação, foram apurados os mesmos locais e encontrados outros que podem integrar a lista, mas não foi possível confirmar que em todos estes estabelecimentos tenha havido “graves violações de direitos humanos”, como coloca os relatórios das comissões, ou se apenas foram utilizados como espaço de encarceramento. Em todo caso, são eles: Cadeia Pública de Joaçaba, Tiro de Guerra/TG-287 (Joaçaba), Delegacia de Polícia de Luzerna, Delegacia de Polícia de Itajaí, Delegacia de Polícia de São Francisco do Sul, Forte Marechal da Luz (São Francisco do Sul), Grupo Escolar Visconde de Tonay (Lauro Müller), Presídio Público de Tubarão, 63º Batalhão do Exército (Tubarão), Clube Xanxerense (Xanxerê), galpão do Parque de Exposições (São Joaquim), 2º Batalhão Rodoviário (Lages), Quartel do 13º Batalhão de Caçadores (Joinville), Cadeia Pública de Imbituba, Sindicato dos Trabalhadores Portuários (Imbituba), prédio da Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS (Florianópolis), Base Aérea de Florianópolis, 63º Batalhão de Infantaria (Florianópolis), Penitenciária de Florianópolis e porões do Teatro Álvaro de Carvalho (Florianópolis).

Já na bibliografia consultada, outras produções acadêmicas também mencionam algumas localidades de Santa Catarina em que perseguidos políticos ficaram detidos. Eliton de Souza aponta que na onda de prisões ocorridas entre 31 de março e o início do mês de abril de 1964, os perseguidos foram levados para a sede do 13º Batalhão de Caçadores (2015, p. 77); afirma também que os presos na Operação Barriga Verde eram levados para Curitiba e depois transferidos para a

Colônia Penal Urbano Salles, no bairro Canasvieiras, em Florianópolis (2015, p. 64). Mais do que isso, informa de que alguns teriam sido transportados de Joinville para a penitenciária da capital catarinense em um caminhão do exército, apenas trajando cuecas e presos à carroceria do veículo (2015, p. 77). E, adicionando um novo local à lista, aponta que Edgar Schatzmann (sim, ele mesmo, o marido de Lúcia que conhecemos no subcapítulo anterior) foi condenado a dois anos de prisão no Instituto de Identificação de Florianópolis (2015, p. 85).

Edison Fabrício (2011, p. 97) traz a informação de que em Blumenau as prisões ocorridas no início de abril de 1964 tiveram como locais de encarceramento a Delegacia de Polícia da cidade e as instalações 23º Regimento de Infantaria (unidade do Exército), afirmando ter havido transferências para o quartel da Polícia Militar de Florianópolis. O referido quartel é também apontado na dissertação de mestrado de Diego Pacheco (2012, p. 116) e por Clarissa Santos (2015, p. 4), como local de prisão do jornalista Salim Miguel; Santos (2015, p. 4) afirma ainda que o quartel em questão e a Penitenciária do Estado teriam sido os locais que mais receberam presos políticos na capital. Jaci Vieira e Mateus Gamba Torres informam que militantes do PCB em Santa Catarina foram raptados durante a Operação Barriga Verde e levados para o 63º Batalhão de Infantaria (TORRES, 2009, p. 132; VIEIRA, 1994, p. 71-72), para a cadeia pública/Penitenciária de Florianópolis (VIEIRA, 1994, p. 83), para a Colônia Penal de Canasvieiras (TORRES, 2009, p. 140; VIEIRA, 1994, p. 83) e para o 4º Batalhão da Polícia Militar (TORRES, 2009, p. 71, 98 e 121; VIEIRA, 1994, p. 87), todos localizados na capital catarinense. Sobre a repressão a estudantes e professores, Mateus Bandeira Vargas afirma que docentes e discentes da Universidade Federal de Santa Catarina foram presos diversas vezes, tendo como locais de detenção a Cadeia de Biguaçu (VARGAS, 2016, p. 71), a Penitenciária de Florianópolis (VARGAS, 2016, p. 146), o quartel da Polícia Militar de Florianópolis (VARGAS, 2016, p. 76) e o Hospital Celso Ramos, no centro da capital (VARGAS, 2016, p. 141).

Deste modo, juntando todas as menções à lugares de cárcere de presos políticos em Santa Catarina, presentes nos relatórios finais da CNV e da CEV-SC, nas fontes utilizadas nesta pesquisa e em produções acadêmicas sobre a ditadura militar no estado, podemos organizar a lista da seguinte maneira: Quartel do 4º Batalhão de Polícia Militar, Penitenciária de Florianópolis, Penitenciária do Estado, Colônia Penal

de Canasvieiras, Escola de Aprendizes de Marinheiros, Base Aérea de Florianópolis, prédio da Delegacia de Ordem Política e Social de Florianópolis (DOPS-SC), 63º Batalhão de Infantaria, Hospital Naval, Hospital Celso Ramos, Hospital da Polícia Militar, Teatro Álvaro de Carvalho, Instituto de Identificação de Florianópolis e Secretaria de Segurança Pública/Informações; 5º Distrito Naval (Itajaí), Delegacia de Polícia de Lages, 2º Batalhão Rodoviário de Lages, Parque de Exposições de São Joaquim, Colégio Estadual Professor Lapagesse (Criciúma), edifício do Plano Nacional do Carvão (Criciúma), Estádio Heriberto Hülse (Criciúma), Grupo Escolar Visconde de Tonay (Lauro Müller), Presídio Público de Tubarão, 63º Batalhão do Exército (Tubarão), Cadeia Pública de Joaçaba, Tiro de Guerra/TG-287 (Joaçaba), Delegacia de Polícia de Luzerna, Delegacia de Polícia de Itajaí, Delegacia de Polícia de São Francisco do Sul, Forte Marechal da Luz (São Francisco do Sul), Quartel do 13º Batalhão de Caçadores (Joinville), Cadeia Pública de Imbituba e Sindicato dos Trabalhadores Portuários (Imbituba).

Um aspecto que chama a atenção nas detenções de vítimas da ditadura militar em Santa Catarina é a frequência das transferências entre os locais de prisão. Agenor Duarte de Oliveira foi preso em abril de 1964 em sua residência, no município de Lauro Müller, por pertencer ao Sindicato dos Mineradores do Carvão e ser apontado como subversivo. A prisão foi efetuada pelo delegado de polícia local, o qual levava Agenor para o Grupo Escolar Visconde de Tonay – espaço utilizado de forma improvisada para encarcerar perseguidos políticos. Já sob guarda de soldados do exército, foi encaminhado para outro Grupo Escolar (não especificado), desta vez em Urussanga, um município vizinho. Após passar a noite no local na companhia de vários outros detidos da região sul de Santa Catarina, Agenor foi enviado para o 63º Batalhão do Exército de Tubarão e posteriormente transferido ao presídio público da cidade, ficando sob a custódia da polícia. Por fim, foi transportado para o prédio do Plano Nacional do Carvão em Criciúma, encerrando assim seu nomadismo (OLIVEIRA, 1998).

Carlos Gonzaga Tornier foi preso também em Lauro Müller, por volta das onze e meia da noite do dia 31 de março de 1964, sendo levado primeiramente para o sótão do Colégio Estadual Professor Lapagesse, em Criciúma, onde ficou por cerca de 15 dias; assim como Agenor, Carlos foi transferido para o prédio do Plano Nacional do Carvão e posteriormente para a delegacia de polícia da cidade (TORNIER, 1998).

Inácio Palma Neto foi preso em São Joaquim no dia 31 de março de 1964, ficando detido no galpão do Parque de Exposições de São Joaquim por oito dias, até ser transferido para as instalações do 2º Batalhão Rodoviário de Lages (NETO, 1998, p. 2). Ivan Kitto ficou preso inicialmente no 13º Batalhão de Caçadores de Joinville, sendo movido dias depois para a Penitenciária de Florianópolis (KITTO, 1998, p. 3). Ardoino Armirquerle Antonioli foi preso em algum dia não especificado do mês de abril de 1964, por volta das 18 horas, quando estava em sua residência. Ficou detido no Clube Xanxerense, onde afirma ter sido chicoteado sob a mira de metralhadoras; nos dias que se seguiram, foi transferido com cerca de outras 30 pessoas para a delegacia de polícia de Chapecó (ANTONIOLI, 1998, p.3).

Entre outros exemplos, podemos perceber que, naquela onda de prisões que se seguiram entre o dia 31 de março e o mês de abril de 1964, os detidos frequentemente pulavam de cárcere em cárcere. A hipótese mais provável – e mais óbvia – para isto é o fato de que o desenrolar dos acontecimentos relacionados ao golpe civil militar ainda estava acontecendo, não havendo tempo hábil para que fosse elaborada uma estrutura coesa para abrigar tantos presos políticos. Afinal, ao longo dos anos 1960 e 1980, Santa Catarina estava passando por seu processo de desenvolvimento – antes da conclusão deste processo, as estruturas do estado provavelmente não eram suficiente para abarcar um aumento repentino de encarcerados, sendo necessário transportá-los para onde havia espaço.

Em sua dissertação de mestrado, Mateus Gamba Torres afirma que os presos da Operação Barriga Verde eram levados para o Paraná, onde ficavam detidos, eram torturados e aguardavam o andamento dos processos. Tempos depois, já em fins de conclusão dos trâmites jurídicos, eram enviados para diferentes espaços de encarceramento em Santa Catarina (2009, p. 160, p. 171 e p. 173). O mesmo é corroborado por Jaci Vieira, que aponta para o fato de que o julgamento dos indiciados por tentativa de fundação do PCB em Santa Catarina se deu somente em fevereiro de 1978, quase três anos após as detenções. Após a absolvição de 26 dos 42 réus, os 16 condenados – que já estavam presos no Paraná – deveriam cumprir penas de 2 a 4 anos, sendo transferidos para Florianópolis; além destes, havia o caso específico de Teodoro Ghercov, que foi transferido de Curitiba para São Paulo antes de ser enviado novamente para Santa Catarina (VIEIRA, 1994, p. 85-87). Estas, inclusive, foram as prisões mais longas encontradas ao longo da presente pesquisa.

Assim, a maioria das detenções ocorridas em território catarinense foram de caráter provisório ou de curta duração, normalmente enquanto as acusações eram apuradas e decidia-se se os suspeitos poderiam ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional. Aqueles que realmente apresentavam risco no entendimento dos militares eram levados para estados cujas instâncias da Justiça Militar possuíam autoridade para julgar e definir a sentença final dos indiciados, mantendo-os presos em regiões de proximidade às instituições mais proeminentes na hierarquia do aparato repressivo do regime.

As cidades mais desenvolvidas abrigavam também os presos provenientes de municípios menores, os quais já não contavam com grandes espaços de encarceramento e não tinham condições de abrigar novos presos. É importante ressaltar que muitas das rodovias intermunicipais de Santa Catarina têm sua abertura ou melhoria das condições de uso efetuadas justamente ao longo dos anos 1970 (FILHO, 2005, p. 638), o que acrescia no tempo de deslocamento entre diferentes cidades. Afinal, como vimos em alguns dos casos supracitados, os presos eram levados para as instalações policiais ou militares mais próximas (quando não, para locais improvisados), passavam a noite por lá e eram transferidas para prisões em outros lugares, onde dormiam e eram levados a outra localidade, e assim sucessivamente. Apesar do caráter provisório de tais detenções, não devemos subestimar o pouco tempo passado atrás das grades; alguns meses, semanas ou mesmo dias encarceradas eram o suficiente para que as vítimas sofressem nas mãos de agentes de polícia e membros das Forças Armadas.

É importante lembrarmos que não há a confirmação de que tenha havido a prática de sevícias físicas, como técnicas de tortura, em *todos* os lugares listados como prisões políticas em Santa Catarina – apesar disso, há registros de tais violências em parte deles. Célio Espíndola conta que, após ter sido preso com seus colegas na Praça dos Bombeiros, foi levado ao prédio do 14º Batalhão de Infantaria, em Florianópolis, oportunidade em que teria ouvido os gritos de outros presos em sessões de tortura (ESPÍNDOLA, 2018). Gil Braz de Lima, que foi preso em 1969 quando caminhava pela avenida Hercílio Luz, na capital catarinense, ficou preso na Cadeia Pública de Biguaçu; sua esposa conta que ele teria permanecido cerca de 15 a 20 dias no local sendo torturado. Ao ir visita-lo, ela conta que teria visto uma das práticas utilizadas: “Eles botavam em cima de uma lata de Leite Ninho, em pé,

chegava a cortar a sola do pé. Quando um já estava sangrando, botava o outro pé e ficava trocando” (LIMA, 2018).

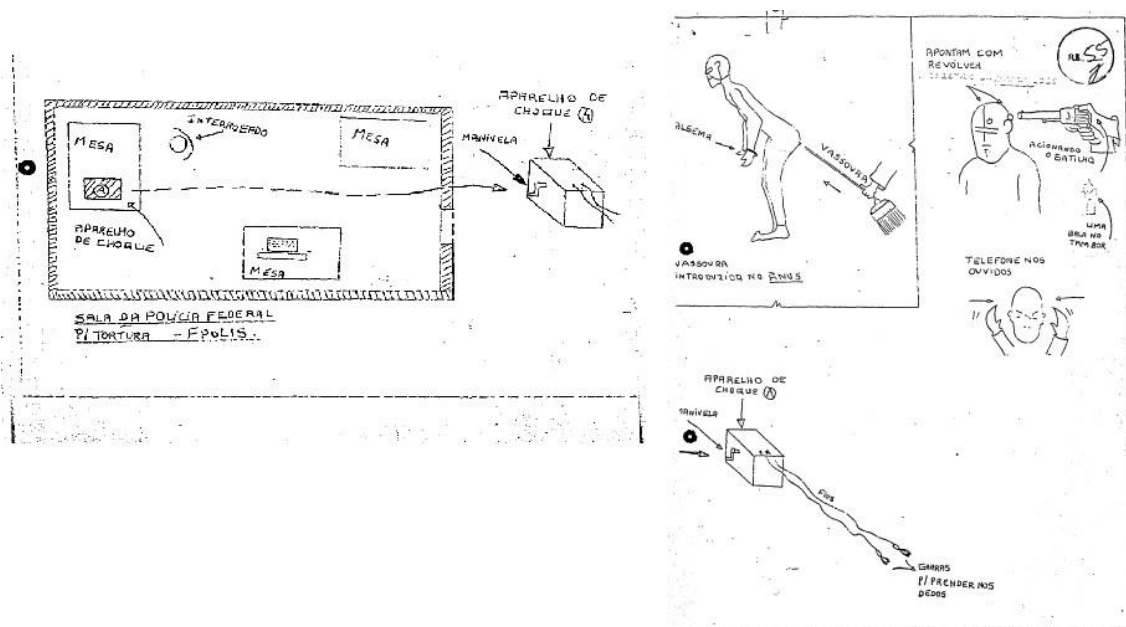
O supracitado Dibo Elias foi um dos grandes nomes do PC do B em Santa Catarina, como vimos, somando 16 prisões ao longo da ditadura militar e sendo um dos perseguidos mais notórios do estado. Seu filho, Pedro Paulo Elias, conta que em uma destas ocasiões seu pai foi preso em Florianópolis – Pedro tinha apenas 7 anos quando presenciou o espancamento de Dibo por parte de policiais militares à mando de um tal Miranda (sem identificar o primeiro nome), que Pedro diz que ser o comandante da DOPS-SC à época dos fatos. Foram levados para o quartel da Polícia Militar da capital, local em que ambos teriam sido torturados: o pai levava seguidas pancadas nas solas dos pés e nas palmas das mãos; ao filho, além de surras que lhe renderam o nariz quebrado, coube a tarefa de capinar todo o pátio do estabelecimento, ainda que não houvesse qualquer tipo de vegetação no solo. Mas este não foi o único episódio em que os dois foram presos e torturados... Na delegacia de Blumenau, ficaram também detidos:

Onde por mais de (15) quinze dias sofria as torturas com agulha debaixo das unhas, e com cordão amarrados (sic) em seus escrotos. O cordão passavam (sic) por cima do cano do chuveiro, com as mãos já aleijadas das agulhas, amarradas para traz (sic), puxavam até desmaiar. Toda esta tortura era feita à noite com tudo trancado, para que ninguém visse. (...) Depois de vários dias começaram a me levar para fora da cidade, uns (15) quinze KM. De madrugada, os policiais militares a comando de Miranda, atiravam para me assustar. (...) Inocente por não saber de nada, sofria mais ainda (ELIAS, 1998, p. 39-40).

Outro estabelecimento com indícios de práticas de tortura é o prédio do Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina. Em documento intitulado “Sinopse das Declarações dos Presos Políticos da ‘Operação Barriga Verde’”, produzido pelos catarinenses perseguidos durante a OBV, consta que o bacharel Lúcio Jaimes Acosta buscava as vítimas ainda pela manhã ou início da tarde com o intuito de interrogá-las, esperando passar das 18 horas para intensificar as atividades. A partir deste horário, quando a noite já caía, bofetadas eram distribuídas sem remorso, ameaças de levá-los para o pau-de-arara eram feitas e choques elétricos eram aplicados na tentativa de convencer os interrogados a assinarem depoimentos forjados. A máquina de choques era operada pelo próprio Acosta, acompanhado por um tal “agente Nobre”, numa sala localizada no térreo do prédio da Polícia Federal em Florianópolis (SOUZA, 1998, p. 103). Julio Adelaido Serpa, que vivenciara tais

experiências naquela saleta, desenhou o local e algumas das práticas realizadas em seu interior:

Figura 2: desenhos de Julio Adelaido Serpa detalhando os interrogatórios realizados no prédio da Polícia Federal em Florianópolis-SC.



Fonte: SERPA, 1998, p. 57-58.

Além do prédio da Polícia Federal em Florianópolis, há a possibilidade (no que tange à esta pesquisa, não foi possível confirmar) de que tais práticas tenham ocorrido também em outras cidades do estado, já que no documento produzido pelos presos catarinenses da Operação Barriga Verde consta a informação de que teriam sido levados para “dependências de delegacias de Polícia de Santa Catarina e para unidades do exército, situadas em Tubarão, Florianópolis e Joinville” (SOUZA, 1998, p. 96). Se o encarceramento das vítimas visava não somente puni-las por supostas transgressões, como também a obtenção de informações sobre a (irreal) tentativa de rearticular o PCB no estado, é bastante provável que interrogatórios desta natureza também tenham ocorrido nas localidades mencionadas.

Além disso, há indícios de que presos políticos foram torturados no prédio da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina, em Florianópolis. Telmo Vieira Sático foi preso diversas vezes ao longo da ditadura por ter sido figura bastante ativa em greves e manifestações de trabalhadores em Joaçaba; em uma destas prisões, ocorrida em dezembro de 1976 quando discutia a formação de um sindicato

dos vigilantes na casa de seu pai, teria sido levado para a DOPS em Florianópolis e torturado no local (SATICO, 1998, p.6). De modo semelhante, Sadi Silveira da Silva, liderança dos trabalhadores da construção civil do mesmo município de Joaçaba, teria ficado detido no Tiro de Guerra da cidade (TG-247) até ser transferido para a DOPS da capital catarinense, onde teria sofrido tortura (SILVA, 1998, p. 5).

Se a tortura física destruía o corpo e a mente das vítimas, a tortura psicológica trazia à tona os mais diversos sentimentos. O mesmo documento contém informações de que Acosta ameaçava os presos políticos com afirmações de que torturaria seus familiares; quando as esposas se dirigiam ao prédio da Polícia Federal nos dias de visita, o bacharel levava as mulheres para uma sala privada onde as tratava como “sem vergonhas e putas” (p. 102-103), indicando prováveis assédios como maneira de atingir os maridos detidos. Júlio Adelaido Serpa, além das próprias torturas físicas de que fora vítima, afirma que quando seu companheiro Antônio Justino era retirado da cela, era possível ouvir seus gritos e gemidos, reduzindo Júlio e os demais presos “psicologicamente a trapos. Sabíamos que nosso companheiro estava sendo torturado, o que constatávamos na sua volta para a cela” (SERPA, 1998, p. 6). Rogério Queiroz, ex-estudante da UFSC nos tempos da ditadura, conta que ficou detido na Penitenciária de Florianópolis entre os meses de abril e julho de 1964. Conta que, apesar de não ter sofrido sevícias físicas, as histórias inventadas que circulavam entre os presos causavam agonia: “Aqueles informações que tinham jogado gente da ponte. (...) Havia informações disparatadas, criava um ambiente diferente, que alguém tinha sido jogado da ponte Hercílio Luz. Essa parte mental funcionou” (QUEIROZ, 2018).

A tortura psicológica não necessariamente precisava ser aplicada por algum agente. O próprio encarceramento, o clima de incerteza que se abatia sobre os presos políticos e a preocupação com a família eram mais do que suficientes para tornar traumatizante a experiência, independente do período em que ficavam reclusos. Ivan Kitto, detido por cerca de 3 meses em 1964 na Penitenciária de Florianópolis, recebera informações por parte de visitantes de outros presos (que o conheciam) de que sua casa havia sido invadida por soldados e que seus pais estariam sendo repreendidos; mais do que isso, seu pai foi até a penitenciária tentar falar com o filho, tendo sido impedido – ele queria saber se Ivan havia sido assassinado. A angústia levou o senhor a um infarte que, apesar de não o ter matado, deixou sequelas. De tudo isto Ivan ficou

sabendo enquanto estava preso, tornando a situação atrás das grades ainda mais dura (KITTO, 1998, p. 7).

Tal qual era a preocupação de Benjamin Ferreira Gomes, detido em Joinville em abril de 1964 e transferido para a penitenciária de Florianópolis, com as condições de sua esposa e filhos enquanto ele se encontrava recluso. Engenheiro agrônomo, trabalhava em uma repartição do Ministério da Agricultura em Santa Catarina, mantendo emprego estável por 15 anos até ser apreendido no alvorecer da ditadura militar. Apontado enquanto comunista por seu envolvimento com as demandas dos trabalhadores rurais, sua imagem foi atrelada à casos de corrupção e pintada como a de um mal profissional, preguiçoso, sem pontualidade – a soma de tudo isso com a sua detenção culminou no desemprego.

Na prisão, Benjamin enviava cartas ao diretor da penitenciária, quase sempre tratando de checar a situação de sua família e pedir que suas orientações, relacionadas a como obter dinheiro, fossem repassadas a sua esposa. Pedindo que entrassem em contato com um conhecido seu, queria saber “se é possível o recebimento do que tenho a haver da repartição até a presente data. É que necessito enviar à minha família, que se quedou desamparada em Joinville. Grato, nº 29 Benjamin Gomes” (GOMES, 1998, p. 67). Dias depois, reforça o pedido solicitando que converse com “Agenor Bareta, informando se tudo vai bem e se a repartição poderá pagar-me o que tenho em haver”. Foram mais de dois meses nesta dinâmica, dependendo da boa vontade do diretor da penitenciária para garantir o sustento provisório de sua família.

Aliás, o caso de Benjamin é deveras curioso. Ele se comunicava com certa frequência com o diretor da penitenciária de Florianópolis – o cuidado com sua família costumava ser a pauta principal, mas nem sempre era o único assunto dos bilhetes. Em várias oportunidades são solicitados materiais de uso pessoal, como creme dental, além de alimentos específicos, tais quais bananas, laranjas, café, biscoitos, queijo (GOMES, 1998, p. 71) e “uma lata de leite em pó do mais solúvel” (GOMES, 1998, p. 68). As cartas eram sempre escritas em tom respeitoso e, ao que tudo indica, os pedidos eram atendidos; constam junto das cartas listas de artigos recebidos por ele, contendo objetos e alimentos semelhantes aos que comumente eram solicitados.

Não foram encontrados outros casos de relação tão amistosa com o contexto das prisões de cunho político, mas o exemplo de Benjamin pode significar que

determinados fatores influenciavam nas circunstâncias vividas no cárcere. Se tratava de um prisioneiro com grau de escolaridade elevado (um engenheiro agrônomo), com um cargo de respeito em repartição pública (delegado do Ministério da Agricultura), em um momento em que os rumos do novo regime ainda eram bastante incertos (abril de 1964) e sob custódia de um diretor que, fosse qual fosse o motivo, parecia bastante disposto a ser generoso com ele. Em todo caso, talvez o mais correto fosse afirmar que tudo isso tornara os dias de prisão de Benjamin *menos duros*, e não mais fáceis.

Para os que não tiveram a mesma sorte, mais do que a tortura, o próprio ambiente disponibilizado em certos espaços era inadequado e causava os mais severos prejuízos à saúde mental e física dos presos. Isto porque nem sempre os acusados de subversão dividiam as mesmas celas dos apenados “comuns”; é o que descreve, por exemplo, João Jorge Machado de Sousa, ex-advogado trabalhista preso em 1976 na cidade de Joinville, que foi transferido para o quartel da Polícia Militar em Florianópolis, onde ficou detido no subsolo do local. As subumanas condições oferecidas pelas instalações da PM na capital fizeram João e um companheiro (de nome Marcos Cardoso filho) redigirem uma carta endereçada ao Tenente Coronel Paulo Nascimento Muller, comandante do 4º Batalhão de Polícia Militar de Santa Catarina:

1. O presídio onde nos encontramos não oferece condições de habitação, por se tratar de uma masmorra (abaixo do nível do solo – porão), o local é insalubre, com umidade excessiva, iluminação precária (posto que a iluminação solar nele não penetra, havendo necessidade de se permanecer o tempo todo com iluminação artificial), ventilação inadequada, poluição do ar (local fétido, devido estar o sanitário junto ao dormitório, sem paredes divisórias), as normas de higiene, em muitos aspectos não são seguidas (p. ex.: lavagem de roupa, troca semanal de roupa de cama) e instalações sanitárias deficientes. Infestam o ambiente insetos (tais como pulga, baratas, mosquitos e traças) e ratos. (...)
2. Foram suspensas as assistências médico-hospitalar e dentária, fornecimento de medicamentos e assistência religiosa. Não está sendo proporcionada recreação para efeitos de lazer e ocupação. Está havendo discriminação no tratamento para conosco em relação a outros presos (SOUZA, 1998, p. 27).

Para finalizar, segue a tabela final dos locais utilizados como prisão política no estado de Santa Catarina:

Tabela 2 – Cidades catarinenses e os locais utilizados como prisão em seus territórios

Cidade	Estabelecimentos
--------	------------------

Florianópolis	Quartel do 4º Batalhão de Polícia Militar, Penitenciária de Florianópolis, Penitenciária do Estado, Colônia Penal de Canasvieiras, Escola de Aprendizes de Marinheiros, Base Aérea de Florianópolis, prédio da Delegacia de Ordem Política e Social de Florianópolis (DOPS-SC), 63º Batalhão de Infantaria, Hospital Naval, Hospital Celso Ramos, Hospital da Polícia Militar, Teatro Álvaro de Carvalho, Instituto de Identificação de Florianópolis e Secretaria de Segurança Pública/Informações (SSI).
Joinville	63º Batalhão de Caçadores
Itajaí	Delegacia de Polícia, 5º Distrito Naval
Imbituba	Cadeia Pública, Sindicato dos Trabalhadores Portuários
Criciúma	Colégio Estadual Professor Lapagesse, edifício do Plano Nacional do Carvão, Estádio Heriberto Hülse.
Lauro Müller	Grupo Escolar Visconde de Tonay
Tubarão	Presídio Público, 63º Batalhão do Exército
Lages	2º Batalhão Rodoviário, Delegacia de Polícia
São Joaquim	Parque de Exposições
Joaçaba	Tiro de Guerra (TG-287), Cadeia Pública
Luzerna	Delegacia de Polícia
São Francisco do Sul	Forte Marechal da Luz, Delegacia de Polícia
Chapecó	Delegacia de Polícia

Fonte: elaborada pelo autor com base em documentos obtidos através da plataforma SIAN e em pedidos indenizatórios da Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina, disponíveis no IDCH.

Como vimos ao longo deste primeiro capítulo, o estado de Santa Catarina não dispunha de um sistema repressivo composto por órgãos especificamente voltados à segurança política, “reciclando” instituições do ramo da segurança pública para efetuar prisões de supostos subversivos e opositores do regime. Concomitantemente, eram reutilizadas instalações já existentes como locais de encarceramento de presos políticos: delegacias de diversos municípios, quartéis de polícia, batalhões de segmentos das forças armadas, cadeias públicas e mesmo espaços improvisados, como escolas e hospitais. Tudo isto passa a impressão de um cenário pouco organizado e disfuncional, o que certamente contribui para a falsa ideia de que a repressão em solo catarinense tenha sido esporádica, branda ou mesmo inexistente.

Tal aspecto é manifestado em ocorrências já da segunda década do século XXI, como no caso da homenagem prestada na Assembleia Legislativa de Joinville ao 62º Batalhão de Infantaria de Joinville pelos serviços prestados *nos últimos cem anos* – o que inclui as mais de duas décadas de ditadura militar. Como vimos, a referida unidade militar foi uma das responsáveis pelas ações repressivas ocorridas em Santa Catarina; exaltá-la em uma repartição pública e que deveria ser tanto símbolo quanto executora de preceitos democráticos é não somente fato contraditório, como também dá indícios da maneira com que é tratada a memória da ditadura militar no estado. Depois de todas as fontes que consultamos, dos fatos que apresentamos e das histórias que contamos, está mais do que evidente que, mesmo com todos os problemas operacionais, o Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina operou de forma ostensiva, não sendo “brando” pelas deficiências e dependências de que padecia.

O ponto central deste primeiro capítulo era apresentar a estrutura repressiva existente em Santa Catarina, dissertar acerca dos trabalhos desenvolvidos pela mesma e o tipo de tratamento dado àqueles que eram capturados pela mesma. Ficou mais do que evidente que sua existência não era meramente ilustrativa ou por simples precaução: perseguições diversas, prisões e mesmo casos de tortura ocorreram em terras catarinenses. Aliás, o próprio fato de não haver autoridade competente para dar veredicto final às vítimas, atribuindo caráter provisório à maior parte das detenções no estado, pode ser encarada como um agravante.

Afinal, além de não serem cumpridos os direitos básicos de cada cidadão e cidadã, violentos interrogatórios eram realizados em casos de prisões *preventivas*, em

que alguns dias eram o suficiente para que o terror se instalasse para sempre na vida e na memória dos perseguidos. Agora que identificamos as instituições atuantes em Santa Catarina, seu *modus operandi* e os destinos que relegavam aos seus apreendidos. No próximo capítulo, veremos como estas instituições participaram dos três eventos mais conhecidos da ditadura militar em Santa Catarina.

2 AS GRANDES OPERAÇÕES: O PAPEL DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA E INFORMAÇÃO NAS AÇÕES REPRESSIVAS DE MAIOR EXPRESSÃO EM SANTA CATARINA

2.1 O ESTOURAR DO GOLPE: 1964 E A “OPERAÇÃO LIMPEZA”

O pesquisador que se debruçar sobre os documentos pertencentes ao acervo da Comissão de Indenização aos Ex-Presos de Santa Catarina perceberá que as primeiras horas que se seguiram após o golpe civil-militar foram bastante agitadas no estado. Como constam em várias das requisições indenizatórias, prisões e violência se espalharam por todo o território catarinense a partir do dia primeiro de abril de 1964, configurando o primeiro momento do período ditatorial com volume considerável de ações repressivas em Santa Catarina. De acordo com a Comissão Nacional da Verdade, o regime não esperou ser formalizado para dar início à repressão em todo o território brasileiro: “desde o primeiro dia, os diversos comandos militares procederam a centenas de prisões, entre elas a de dois governadores de estado: Seixas Dória, de Sergipe, e Miguel Arraes, de Pernambuco” (BRASIL, 2014, p. 98).

Centenas de Inquéritos Policiais Militares (IPMs) foram instaurados, tendo como objetivo apurar atividades supostamente subversivas e levando à prisão milhares de pessoas. No dia 9 de abril de 1964, a onda repressiva iniciada nas primeiras horas do regime foi formalizada e ficou conhecida como “Operação Limpeza”, tendo como base o Ato Institucional nº 1, que foi efetivado naquela mesma data. Apesar do enfoque ter recaído principalmente sobre congressistas, militares, sindicalistas, governadores, diplomatas e ministros no âmbito nacional, localmente seus efeitos atingiram mais do que as cúpulas política e militar (BRASIL, 2014, p. 98). O motorista catarinense Domenico Giuseppe Detofol é um exemplo a ser citado.

Domenico foi preso por suspeita de subversão no dia 9 de abril de 1964 em Lages, na serra catarinense, quando estava em casa com sua família. A prisão ocorreu em operação conjunta da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina e do Exército, sendo o homem levado para o 2º Batalhão Rodoviário de Lages e lá tendo ficado incomunicável até o dia 11 de abril daquele mesmo ano (DETOFOL, 1998, p. 2). De acordo com seu advogado, o local de cárcere foi o referido batalhão por não existir quartel da PM naquele município; mais do que isso, a busca por Domenico fazia parte de uma operação que prendeu várias outras pessoas na região, tal qual fica evidente no Inquérito Policial Militar (IPM) anexado ao seu pedido de indenização. A

ordem para a operação teria sido dada pelo comando da 5ª Região Militar no dia 8 de abril de 1964 (DETOFOL, 1998, p. 2).

O primeiro ponto a ser observado diz respeito às forças de segurança envolvidas na ocorrência e ao lugar escolhido para reter os presos. Se não havia quartel da Polícia Militar em Lages e policiais militares participaram da ação, conforme aponta o documento, é porque provavelmente se deslocaram de outras regiões para atuarem na cidade – prática comum nas ações repressivas em Santa Catarina, como vimos no primeiro capítulo. E mais: agentes do 2º Batalhão Rodoviário também tomaram parte em outras prisões efetuadas naquele mês de abril de 1964. Por que então envolver forças vindas de outras localidades, sendo que havia um estabelecimento policial ativo no próprio município? Isto pode ser um primeiro indício de que o volume de buscas na região serrana pode ter sido expressivo naquele momento, não sendo suficiente o contingente do Batalhão local para lidar com todas as ocorrências. Sigamos com o caso.

De acordo com seu “Térmo de perguntas a indiciado” (DETOFOL, 1998, p. 7), realizado pelo comandante do referido Batalhão, o Capitão Jorge Feijó, e na presença do escrivão e 2º Sargento Waldir Corrêa, Domenico teria sido preso por sua conexão tanto com a célula local do PTB quanto por sua amizade com outros “subversivos” de Lages que estariam recrutando membros para Grupos dos 11. Estes sujeitos seriam Eurávio Zanoni, Armando Muniz, Ulisses Martins e o então deputado estadual pelo PTB, Evilásio Caon. A ligação de Domenico com a sigla partidária adviria de seu desejo de conseguir um emprego; primeiramente, havia se filiado ao PSD por terem lhe oferecido um cargo (não mencionado). Não sendo cumprida a promessa, e sendo ele amigo de Evilásio Caon, “sentiu inclinação pelo PTB, partido que vinha admirando ultimamente” (DETOFOL, 1998, p. 7). Ele afirmou que admirava a eloquência de Brizola e simpatizava com as reformas que João Goulart pretendia realizar, ainda que tivesse se afastado do mesmo após os acontecimentos então recentes. Dizia o sujeito que sua aproximação com o PTB possuía o único intuito de conseguir trabalho para sustentar sua família, frisando não ser comunista (DETOFOL, 1998, p. 7).

Com relação à sua amizade com os “subversivos” da cidade, Domenico não a negava. Contou que Zanoni, Armando Muniz e Ulisses Martins costumavam procurá-lo para ouvirem música juntos em seu carro, onde conversavam sobre aspectos da política nacional. Dos Grupos dos 11 os três lhe falaram algumas vezes, mas não

chegaram a conclusões acerca do que deveria ser feito, tampouco lhe apresentaram qualquer lista de adesão para que fosse assinada por ele; nada sabia também sobre a entrada de armas em Lages. Sobre Evilásio Caon e seu irmão (Edésio Caon), afirmou que os dois não possuíam inclinação para o comunismo, sendo apenas muito “janguistas” (DETOFOL, 1998, p. 7).

Não há como passar os olhos pela transcrição das respostas de Domenico sem perceber sua insistente tentativa de se desvincular do comunismo. Aliás, mais do que se afastar da tal “doutrina”, há o intuito de evidenciar que nem toda prática, segmento ou partido político inclinado à esquerda seria necessariamente comunista. Fica evidente como o imaginário acerca do comunismo era confuso e nublado tanto por parte dos militares quanto por parte dos próprios civis. Para os militares, um sujeito que é conectado ao PTB, que é amigo dos principais suspeitos da região e admira Brizola/Jango certamente é um comunista em potencial; enquanto isso, para o próprio cidadão comum, ele poderia muito bem ser e fazer isto tudo sem, no entanto, enquadrar-se enquanto adepto do comunismo.

Afinal, não podemos saber se nosso personagem tinha consciência de que os agentes poderiam confundir sua proximidade ao PTB com adesão ao comunismo, ou se o próprio Domenico considerava tais práticas enquanto “comunistas”, mas acreditava que a simples admiração por algumas figuras vinculadas ao partido não o colocava em posição de “praticante” da doutrina. Em todo o caso, a falta de uma definição precisa acerca de tais termos levava à prisão pessoas que, por mais que possuíssem alguma conexão com políticos e partidos, nem sempre possuíam uma vida política ativa. Entretanto, a ligação entre o PTB, João Goulart e Brizola com o comunismo não era apenas um exercício infundado da imaginação de setores conservadores e dos próprios militares – alguns acontecimentos na política externa ajudam a compreender a fonte desta associação.

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2002, p. 290), no início da década de 1960 o Itamaraty adotou uma postura mais aberta aos países socialistas, tendo por objetivo diminuir a dependência do Brasil em relação aos Estados Unidos, e João Goulart deu continuidade a esta política ao assumir a Presidência da República em 1962. Considerando as circunstâncias internacionais daquele período, as quais estavam inseridas no contexto da Guerra Fria, a opinião anticomunista não enxergava razões para aberturas em direção aos soviéticos e diversos protestos foram realizados

contra o governo. E havia um agravante na situação: a reaproximação com a URSS e os países adeptos ao socialismo foi anunciada às vésperas do aniversário da Intentona Comunista de 1935, sendo interpretada como provocação (MOTTA, 2002, p. 291).

Há ainda outro episódio relacionado à política internacional do governo Jango que também contribuiu para associá-lo ao comunismo. Os Estados Unidos vinham realizando um esforço constante para convencer os países que compunham a Organização dos Estados Americanos (OEA) a isolarem Cuba diplomaticamente, visando impor um bloqueio comercial, expulsar o país da OEA e mesmo retirar Fidel Castro do poder. O governo brasileiro, apesar de não desejar o rompimento das relações com os estadunidenses, não apoiava tais ações e rejeitava a possibilidade de intervenção armada no país caribenho, se constituindo em um obstáculo aos planos dos EUA). Foi mais um movimento da política externa de João Goulart que trouxe desconfiança aos setores anticomunistas – e, como se não bastasse, em fevereiro de 1962 os representantes brasileiros em uma das conferências de Punta del Este votaram contra a expulsão de Cuba da OEA (MOTTA, 2002, p. 292).

Deste modo, não é assim tão estranho que, no ano de 1964, muitas das prisões tenham sido efetuadas com base em um temor sobre partidários do PTB, admiradores de João Goulart e seguidores de Leonel Brizola por conta de sua suposta associação ao comunismo. Se considerarmos ainda o contexto de Lages, cidade em que Domenico e os outros sujeitos trazidos em seu IPM foram presos, as razões para este medo são ainda mais visíveis. Não obstante a proximidade geográfica com o estado vizinho, nicho eleitoral de Leonel Brizola, a “Campanha da Legalidade” iniciada em 1961 por este mesmo personagem, visando assegurar a posse de João Goulart após a renúncia do então presidente da república Jânio Quadros, teve ampla repercussão e apoio no sul, na serra e no oeste catarinenses.

O apoio à Campanha da Legalidade foi declarado e o III Exército, situado no Rio Grande do Sul, deslocou suas tropas para o território de Santa Catarina. Cidades próximas à fronteira entre os dois estados foram ocupadas, como Lages e Criciúma – esta última de suma importância no tenso e incerto contexto que poderia caminhar para um confronto bélico, haja vista a economia do município ser baseada na produção carvão. Santa Catarina era um lugar estratégico para ambas as partes envolvidas no conflito – para os rio-grandenses, era o último *front* antes de seus

domínios, ao passo que para as tropas contrárias a posse de Jango, vindas do centro do país, era o local mais próximo do comando adversário.

Lages, região fronteira com o estado gaúcho, apoiou integralmente a campanha e o principal periódico local, o jornal *Correio Lageano*, teceu grandes elogios a Leonel Brizola. Ele teria se transformado “realmente no líder incontestado desta cruzada de civismo”, seu gesto era “realmente digno de nossos aplausos, pois o bastão que empunhou é o de respeitar em toda sua integridade a nossa constituição” e que “a coragem, o dinamismo e o espírito demonstrado pelo Governador Leonel Brizola o capacita a ser denominado o GIGANTE DA DEMOCRACIA” (GIGANTE..., 1961, p. 1). E o apoio veio não apenas por parte dos editores do jornal; o próprio prefeito da cidade, Wolny Della Rocca, utilizou um espaço no topo da primeira página para divulgar uma mensagem à população:

Meus Conterrâneos

Na missão de governar o maior município de Santa Catarina, queremos neste momento deixar claro ao Povo de Lages a posição de seu Prefeito.

Estamos vivendo um problema crucial que aflige e atinge todo o povo brasileiro.

Nossa posição deve ser definida; e assim declaramos a Lages e ao seu grande povo que não fugiremos dos direitos e deveres que nos foram dados pelo povo:

DEMOCRACIA E O FIEL CUMPRIMENTO DA NOSSA CONSTITUIÇÃO.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lages, em 29 de agosto de 1961 (ÍNTegra..., 1961, p. A1).

Não foi possível apurar se Della Rocca sofreu algum tipo de perseguição durante a ditadura militar por seu apoio à Campanha da Legalidade, mas é possível imaginarmos que o temor das autoridades de segurança (no caso em questão, a Polícia Militar, o Exército e o 2º Batalhão Rodoviário de Lages) em relação às pessoas que de alguma maneira se ligavam ao PTB e à figuras como Brizola e Jango, pode ter sido agravado pelo histórico recente do município, que contou inclusive com o posicionamento favorável de seu prefeito a tais personagens da política nacional.

Entretanto, somente isto não bastava para efetivamente *condenar* um suspeito por subversão – o que é perceptível se analisarmos com atenção o IPM a que foi submetido Domenico. O inquérito em questão foi comandado por Hiram de Aguiar e Sousa, Capitão do Exército (DETOFOL, 1998, p. 33), possuindo como principais

pontos observados por ele os seguintes assuntos: o lançamento de boatos sobre a “comunização” em decorrência da “campanha de desagregação” de Brizola e dos comícios realizados por João Goulart, a imprensa que supostamente fazia propaganda “subversiva” ao levar estas informações para os lares da serra, a política sindical, a atuação do PTB em Lages e a formação dos Comandos Nacionalistas (DETOFOL, 1998, p. 9).

Além da já mencionada desconfiança em relação ao PTB em Lages, intensificada pelo histórico da região, pelo que se observa no IPM todo comunista era subversivo, mas nem todo subversivo era comunista na visão dos militares – ou ao menos no entendimento do Capitão Hiram de Aguiar e Sousa, responsável por sua condução. Afinal, há exemplos que demonstram como o sinal de alerta estava aceso sobre certas figuras “subversivas” do município em decorrência de sua ligação com pelo menos um dos pontos observados pelo condutor do inquérito, sem que, no entanto, fossem atreladas ao comunismo.

Uma destas figuras é Nelson José Sartor, sobre quem é dito que se tratava de um “entusiasta de Brizola” e, nas palavras do próprio Capitão do Exército: “foi componente do grupo dos onze, organizado pelo Sr. Ariovaldo Nery Caon; *não é comunista*” (DETOFOL, 1998, p. 13, grifo nosso). A descrição sobre o líder do Sindicato da Construção Imobiliária, Arilistiano Paes Rodrigues, segue a mesma linha: apontando o sujeito como vinculado ao PTB enquanto eleitor, sendo dito que “nada indique ter vínculo com o comunismo” (DETOFOL, 1998, p. 13).

Em alguns casos, apesar do passado “comprometedor” de seus personagens, não eram considerados nem subversivos nem comunistas – Hugo Borges de Melo era alfaiate residente em Lages no ano de 1964 e foi fiscal de partido nas eleições de 1945 pelo Partido Comunista Brasileiro. Era apontado na cidade como comunista não somente por seu antigo vínculo com o partido, mas também por sua alfaiataria ser frequentada por um suposto organizador de Grupo dos 11, tendo inclusive ficha como suspeito na DOPS-SC. Apesar disso, pelo não envolvimento do homem em qualquer tipo de ação política desde 1945, afirmou o Capitão Hiram de Aguiar e Sousa sobre ele no IPM: “Não considero o Sr. Hugo Borges de Melo como elemento subversivo, embora tenha tido vínculos ao Partido Comunista na época de sua legalidade” (DETOFOL, 1998, p. 23). Para o condutor do inquérito, nenhum deles se enquadrava

nos termos da Lei de Segurança Nacional de 1953, a qual era o pilar jurídico que fundamentava as investigações desta onda de prisões do início de abril de 1964⁹.

Diante disso, é perceptível como havia de fato a preocupação de que aqueles que de algum modo se ligavam ao PTB e suas lideranças pudessem estar envolvidos com o comunismo e com ações “subversivas”; entretanto, apesar da opinião pública anticomunista comumente não fazer distinção entre os casos, como vimos a partir das ideias de Motta (2002), a conexão entre ambos não parece ter sido feita de forma automática pelos militares. Mais do que isso, as informações contidas no IPM trazido por Domenico Detofol à Comissão de Indenização dos Ex-Presos Políticos parecem evidenciar uma busca bastante específica por parte das autoridades responsáveis pela busca de “subversivos” na serra catarinense. Vejamos.

Procuravam de fato indivíduos próximos ao PTB, a João Goulart, Brizola e Grupos dos 11 naquela região, mas não quaisquer sujeitos – ao que tudo indica, seu interesse estava em potenciais lideranças *ativas* que estivessem em condições de engrossar as fileiras da oposição com o recrutamento de novos adeptos. Além dos supracitados casos de pessoas que não foram entendidas enquanto comunistas ou “subversivas” nem enquadradas na Lei de Segurança Nacional então vigente, outras partes do inquérito nos permitem forjar esta hipótese.

Pareciam buscar nomes em listas de participação em reuniões, comícios e afins, filtrando posteriormente a partir de interrogatórios aqueles que acreditavam possuir posições influentes nos âmbitos citados e inocentando aqueles que se restringiam a conexões de menor importância, como no caso de eleitores do PTB. Além disso, o inquérito trazido por Domenico demonstra também que foram liberados também os sujeitos que possuíam conexões com o PTB e o PCB, e até mesmo desempenhando atividades mais explícitas, mas que possuíam algum tipo de “restrição”. Laudelino José Rosar, o suposto fundador do PCB em Lages, esteve durante muito tempo afastado da política e tornou-se incapacitado por um acidente que lesionou seu fêmur para sempre (de acordo com o IPM), não tendo sido enquadrado na LSN e apresentando pouco perigo na visão dos militares (DETOFOL, 1998, p. 17).

⁹Ao fim das descrições sobre as atividades de cada um dos investigados o Capitão Hiram de Aguiar e Sousa dava seu parecer sobre o enquadramento ou não dos suspeitos na referida Lei.

Otacílio Calixto dos Santos foi um vendedor ambulante analfabeto que se inscrevera numa lista de grupo dos 11 em troca de um favor, mas que nem mesmo sabia do que se tratava e foi apontado como inocente pelo próprio redator do inquérito (DETOFOL, 1998, p. 21). Outros dois casos são os de Jonas Ramos Martins que, apesar de líder sindical, ocupava o cargo supostamente por se aproveitar da proximidade com o PTB (cargo comissionado) e participava de greves por *imposição* do cargo que ocupava, não demonstrando ser de fato subversivo na visão do Capitão Hiram de Aguiar, e de Dimarte Pereira Brasil, que era vinculado ao PSD e distribuía um jornal do partido por exigência do mesmo, não por ímpeto de subversão – não tendo “expressão na cidade, não tem condições de arregimentar simpatizantes” (DETOFOL, 1998, p. 27). Luiz Assunção Vieira Valente, professor de direito residente em Bom Retiro, município próximo a Lages, possuía ideias socialistas, mas por ser um “ébrio contumaz” (estar frequentemente sob efeito de bebidas alcóolicas) não tinha condições de liderança (DETOFOL, 1998, p. 29).

O método utilizado para concluir se havia ou não focos de subversão na região serrana de Santa Catarina através do referido IPM foi o cruzamento dos depoimentos. Ao final das análises do inquiridor sobre cada um dos suspeitos, ele assinalava se o indivíduo havia sido mencionado nas respostas de algum dos detidos; em caso afirmativo, informava quem o mencionou. Assim, o Capitão Hiram de Aguiar e Souza, após a devida filtragem entre os inquiridos, chegou aos supostos organizadores de Grupos dos 11 e principais “subversivos” da região: Nelson José Sartor, Vito Pedro Boscato, Wilmar Bertelli, Eurávio Guilherme Zanoni, Armando Muniz, Ariovaldo Neri Caon, Alcebíades Cândido Pinheiro e Lineu Batista.

Todos foram enquadrados no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional de 1953, o qual dizia respeito à fundação ou manutenção de “partidos, associações em geral, ou, mesmo, o particular, milícias ou organizações de tipo militar de qualquer natureza ou forma armadas ou não, com ou sem fardamento, caracterizadas pela finalidade combativa e pela subordinação hierárquica” (BRASIL, 1953). Não há detalhes acerca do que teriam dito os interrogados sobre estas figuras, não nos sendo possível definir se as denúncias foram “sinceras” ou por motivações diversas, como desavenças pessoais ou coação mediante ameaça/uso de violência.

Entretanto, há algo em comum nas descrições sobre todos eles feitas pelo condutor do IPM: teriam efetivamente reunido pessoas para formação de Grupos dos

11, se aproveitando dos cargos que ocupavam (sindicatos, salas de aula, jornais para os quais escreviam, comícios políticos) para tanto. Ou seja, eram elementos que não se limitavam apenas às tentativas de engrossarem as fileiras da oposição, mas que apresentavam o “perigo” *real* de mobilizarem os moradores da região para a formação de agremiações entendidas enquanto “subversivas” pelos militares.

Casos como este são de suma importância para o entendimento dos modos de agir das instituições de segurança envolvidas nesta primeira onda de prisões da ditadura militar. Afinal, analisando casos em recortes espaciais reduzidos, podemos não apenas elencar de forma mais precisa as entidades que atuaram em ações repressivas desde as primeiras semanas do regime, mas também perceber que a liberdade ou a detenção dos alvos poderia ser definida pelas interpretações dadas às suas ações pelos próprios agentes responsáveis pelos inquéritos.

Como vimos na análise anterior, o entendimento acerca dos termos utilizados para definir os adversários do regime (como “comunista” e “subversivo”) eram bastante imprecisos, sendo levados em consideração fatores como a efetividade das ações dos suspeitos e mesmo suas capacidades físicas, podendo ainda haver influência do próprio contexto das localidades onde se desenrolavam as ações.

Tal ideia é corroborada por Clarissa Grahl dos Santos, que escreveu também sobre as prisões ocorridas no início de abril de 1964 no território catarinense – mais especificamente em Florianópolis. A autora, que concentrou suas análises no período posterior ao dia 13 de abril daquele ano (após o decreto do Ato Institucional nº 1, como vimos anteriormente) e nos processos administrativos do período, aponta que foi criada a Comissão Estadual de Investigação (CEI), cujo objetivo seria encontrar focos de “subversão” nas instituições de Santa Catarina; o maior número de casos de investigações no funcionalismo público teria se dado em Florianópolis. Para Santos, a cidade não era a maior do estado, se localizava em uma ilha e possuía apenas a ponte Hercílio Luz como conexão com o continente, mas, apesar destes fatores, seu *status* de capital fazia com que se concentrasse em seu território grande parte dos funcionários públicos do estado (SANTOS, 2015, p. 13).

Ou seja, o contexto florianopolitano teria influenciado também nas ações dos órgãos responsáveis pela segurança política do estado. Se na região serrana a proximidade com o Rio Grande do Sul e a postura em relação aos movimentos de Brizola/João Goulart teriam chamado a atenção do 5º Distrito Naval (bem como de

seus “representantes” locais, como o 2º Batalhão Rodoviário de Lages, a PM e o próprio Exército), em Florianópolis a condição de capital do estado teria condicionado a maior parte das investigações para o setor da administração pública. Isto fortalece a hipótese de que as características de cada região de Santa Catarina podem ter influenciado nos alvos da ditadura militar em suas primeiras semanas e, de maneira convergente, Santos afirma:

Pode-se, contudo, destacar a ocorrência de um certo predomínio de motivações específicas para as investigações em algumas partes de Santa Catarina. Assim, tanto na região serrana quanto no Oeste, a maioria das pessoas indiciadas o foi por acusações de vinculação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) ou com comandos nacionalistas. Já na região Sul e no Vale do Itajaí, a maior porcentagem coube ao PCB. Embora seja uma informação pouco conclusiva, é importante levar em conta determinados traços políticos dessas regiões, os quais talvez possam ter influenciado em tal concentração. Dessa forma, cabe ressaltar que tanto a serra catarinense quanto o Oeste são regiões próximas territorialmente e culturalmente do Rio Grande do Sul e, por isso mesmo, tiveram maior contato com as ideias nacionalistas de Brizola. Já o Sul do estado, por sua vez, principalmente devido à forte tradição sindical, foi uma região na qual o PCB teve maior facilidade em penetrar e, embora a mesma assertiva não se aplique ao caso do Vale do Itajaí, região com forte influência alemã e que contou com a presença ativa do integralismo, cabe destacar que a década de 1960 marcou o período de organização dos comunistas em Blumenau, o que gerou fortes reações anticomunistas na cidade (SANTOS, 2015, p. 13).

A autora tece estas afirmações com base em dados obtidos através da análise dos processos da CEI encontrados ao longo de sua pesquisa (SANTOS, 2015, p. 2); dispomos de casos presentes na documentação do acervo da Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina que podem ser utilizados para ilustrar as informações trazidas por ela. José Adil de Lima foi preso em 04 de abril de 1964 na região do Vale do Itajaí. Por pertencer à Associação dos Sindicatos de Itajaí, foi preso e acusado de ser o mentor do Partido Comunista Brasileiro no município (LIMA, 1998, p. 4).

Já na região sul, em algum dia não especificado daquele mês de abril de 1964, Agenor Duarte de Oliveira foi preso por pertencer ao Sindicato dos Trabalhadores do Carvão de Lauro Muller (OLIVEIRA, 1998, p. 3) – no mesmo município, Carlos Gonzaga Tornier foi detido em 31 de março de 1964 por ter sido militante do PCB durante sua juventude e por ter concorrido à presidência do referido sindicato (TORNIER, 1998, p. 15). Na Grande Florianópolis, Helio dos Santos, então delegado regional do Ministério do Trabalho (funcionário público, portanto) foi detido e

perseguido também por ter sido membro do PTB catarinense (SANTOS, 1998a, p. 4). Entre outros exemplos, estes são alguns dos casos que convergem com as afirmações de Clarissa Grahl dos Santos e, mais do que isso, não apenas esta autora indica que as particularidades de cada região de Santa Catarina podem ter influenciado na execução das prisões durante o mês de abril de 1964.

Lembremos que, como foi mencionado ainda no primeiro capítulo, Edison Fabricio – citado também por Santos – afirma em sua dissertação de mestrado que em Blumenau até mesmo uma espécie de “milícia civil” foi criada para perseguir *comunistas* na cidade, os quais vinham se organizando na região nos anos proximamente anteriores ao golpe (FABRICIO, 2011, p. 47-52). Sobre Joinville, Sirlei de Souza nos diz que as prisões realizadas na primeira semana de abril de 1964 foram de “lideranças ligadas aos meios sindicais e de profissionais liberais” (SOUZA, 1998, p. 46). Já Luiz Fernando Hanauer afirma que em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, as prisões efetuadas na cidade ao longo do primeiro mês do regime se deram por motivações políticas, especialmente por ligações dos presos com as ideias de Brizola, com os Grupos dos 11 e com o PTB (HANAUER, 2016, p. 29-34).

Diante disso, é possível perceber como os focos das perseguições deste abril de 1964 variaram em Santa Catarina de acordo com as diferentes localidades do estado. É bastante provável que os motivos possam ter cruzado as fronteiras geográficas das regiões, mas como indicam tanto as fontes aqui utilizadas quanto a historiografia catarinense sobre o assunto, cada região parece ter tido focos baseados em seus próprios contextos.

Com relação aos órgãos envolvidos nas ações repressivas no primeiro mês do regime em Santa Catarina, a bibliografia sobre o tema também nos traz informações importantes. De acordo com Santos, para que a CEI pudesse efetuar e concluir seus trabalhos, foi muito importante as relações mantidas pela comissão com uma “cadeia de instituições com atribuições congêneres ou munidas de informações sobre as atividades políticas de diversas pessoas, tais como o DOPS e os IPMs realizados em diversos comandos das Forças Armadas” (SANTOS, 2015, p. 10). Mais do que a troca de informações, a vinculação da comissão com tais instituições teria expressado “a formação de uma rede local convergente em relação aos propósitos de ‘limpeza’ e ‘saneamento’ da sociedade brasileira” (SANTOS, 2015, p. 10).

Esta rede a qual se refere a autora (que apesar de ter sido fundamental para o funcionamento da CEI, atuava também fora das atribuições da comissão), contava com a já referida DOPS e é possível especificarmos quais instituições fizeram parte dos mencionados “diversos comandos das Forças armadas” (SANTOS, 2015, p. 10). O comando principal que coordenou a onda de prisões do mês de abril de 1964 no estado catarinense recaía sobre o 5º Distrito Naval. Na bibliografia consultada, Sirlei de Souza menciona o 5º DN ao citar uma nota expedida pelo próprio órgão, afirmando estar recebendo diversos pedidos para que os “comunistas” de Joinville não fossem punidos, justamente por estar no topo da cadeia de comando das ações (SOUZA, 1998, p. 47).

Assim, com base nas produções de Clarissa Grahl dos Santos (2015, p. 10), Sirlei de Souza (1998, p. 44-49) e Edison Fabricio (2011, p. 97), nos relatórios finais da CEV-SC e da CNV, bem como em requisições indenizatórias submetidas à Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina (dos quais podemos citar como exemplos os processos de Helio dos Santos, Ivan Kitto e Benjamin Ferreira Gomes), registremos na tabela a seguir os órgãos envolvidos nas ações daquele ano de 1964 e as regiões onde teriam agido:

Tabela 3 – Órgãos que participaram de ações repressivas em 1964 e suas regiões de atuação

Órgão	Regiões de atuação
5º Distrito Naval (comando principal)	Todas. Comandou as operações em toda Santa Catarina.
13º Batalhão de Caçadores	Norte, Vale do Itajaí
23º Regimento de Infantaria	Vale do Itajaí
2º Batalhão Rodoviário	Serra
14º Batalhão de Caçadores	Litoral
63º Batalhão de Infantaria	Litoral
62º Batalhão de Infantaria	Norte
Polícia Militar	Todas
Polícia Civil	Todas
DOPS-SC	Litoral

Fonte: elaborada pelo autor com base em documentos obtidos através da plataforma SIAN e em pedidos indenizatórios da Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina, disponíveis no IDCH.

É importante ressaltar que nas regiões do oeste e do meio-oeste de Santa Catarina a principal força atuante no momento em questão provavelmente tenha sido a Polícia Militar, conforme apontam os casos trazidos por Luiz Fernando Hanauer (HANAUER, 2016, p. 29-30).

Este olhar sobre os acontecimentos do primeiro mês do regime militar em Santa Catarina é fundamental para a compreensão do momento também à nível nacional. Na historiografia sobre a ditadura, há o mito de que os primeiros anos da mesma teriam sido mais calmos, que a repressão teria se concentrado acerca dos adversários políticos do regime e se limitado a pontuais cassações de cargos, sem grandes prisões ou ações violentas. Mais do que isso, o mito da “ditabranda” coloca o general-presidente Castelo Branco enquanto alguém que de fato gostaria de logo devolver o poder à sociedade civil, mantendo assim uma postura moderada (NAPOLITANO, 2014, p. 90).

É fato que o governo militar que ascendeu em 1964, ao menos no que tange à linha “castelista” que ocupava a presidência da República em seu início, buscava evitar o desencadeamento de uma onda repressiva de grandes proporções à base de ações policiais e paramilitares – afinal, não seria possível sustentar um governo estabelecido de forma inconstitucional (e conseqüentemente polêmica para parte da sociedade) sem obter certo respaldo político de ampla parcela da população brasileira. Ao mesmo tempo, não podia permitir ataques e críticas diretos ao novo regime, arriscando assim perder o suporte oriundo dos quartéis. Tendo o poder sido tomado das mãos da primeira grande “ameaça”, personalizada em João Goulart, o governo teria que manter o frágil equilíbrio entre o consenso golpista das classes média e alta e a unidade militar, permitindo certa liberdade de expressão aos civis e especialmente àqueles que não apoiaram o golpe (NAPOLITANO, 2014, p. 67).

Assim, de 1964 a 1968 a ordem autoritária do regime tinha mais interesse em blindar o “Estado diante das pressões da sociedade civil e na despolitização de setores populares (operários e camponeses) do que em impedir completamente a manifestação da opinião pública” (NAPOLITANO, 2014, p. 68). Entretanto, isto não deve ser confundido com escassez ou mesmo ausência de ações repressivas que tenham causado impacto significativo no cotidiano do povo brasileiro. Para possibilitar certa *margem* (e não completude) de expressão livre, é necessário pontuar os limites

de tal liberdade; para que se respeite estes limites, é preciso ser duro com aqueles que os cruzem, que os tenham cruzado e que poderiam cruzá-los.

De acordo com informações da embaixada americana no Brasil, cerca de pouco mais de 5 mil pessoas foram presas nas semanas seguintes à queda de João Goulart (GASPARI, 2002, p. 134). Nos dois primeiros anos da ditadura militar que se seguiu, em torno de 2 mil funcionários públicos foram demitidos ou aposentados, com 386 pessoas tendo seus mandatos cassados ou com direitos políticos suspensos por dez anos (GASPARI, 2002, p. 134). Mais do que isso, se considerarmos o período completo do mandato de Castelo Branco, seu governo foi aquele que estabeleceu de fato o regime autoritário institucionalmente. Foram produzidos quatro Atos Institucionais, além da Lei de Imprensa e da nova Constituição (de 1967) que firmaria a Lei de Segurança Nacional, a qual viria a reger a vida nacional tempos depois (NAPOLITANO, 2014, p. 69). Além disso,

A Comissão Geral de Inquérito esteve atuante, tocando mais de setecentos IPMs que alimentavam o furor persecutório da direita militar do que propriamente produziam resultados efetivos. Na dinâmica das sanções legais aos adversários do regime com base nos Atos Institucionais, o governo Castelo Branco se destaca: dos 5.517 punidos por este tipo de ato do regime, 65% (ou 3.644) o foram durante o governo Castelo. Além de civis, os militares afinados com o governo deposto foram particularmente punidos durante o governo Castelo, concentrando cerca de 90% das 1.230 sanções feitas aos militares ao longo do regime (NAPOLITANO, 2014, p. 69).

Concomitantemente a estes fatos, ocorriam situações a sujeitos anônimos, retirados do anonimato pela documentação posterior sobre o regime a qual temos acesso – o que nos auxilia a visualizar o que acontecia em localidades fora do eixo central do país, como em Santa Catarina, e nos permite entender a extensão das ações repressivas durante o período supostamente “brando” da ditadura. De acordo com o relatório final da CEV-SC, teriam sido perseguidas cerca de 451 pessoas somente em 1964 no território catarinense, sendo a grande maioria de modo provisório e sem mandado formal expedido (SANTA CATARINA, 2014, p. 177-202).

Ainda que muitas tenham ficado apenas algumas semanas ou meses encarceradas, poucos dias na prisão foram o suficiente para bagunçar a vida de homens e mulheres pegos de surpresa no período de ajustes do regime militar que se instaurava no país (como veremos no próximo capítulo). Mais do que isso, independentemente da duração das restrições de liberdade, foram detenções

realizadas com motivações políticas, fora dos ditames constitucionais e que serviram de suporte para o setor que havia acabado de ascender ao poder – ou seja, medidas autoritárias fundamentaram as ações governistas desde o alvorecer da ditadura militar. Mesmo que o general-presidente Castelo Branco transparecesse brandura e o desejo de devolver logo a direção do país à sociedade civil, o autoritarismo esteve presente antes mesmo de sua escolha para ocupar a presidência da República, em 15 de abril de 1964, e continuou ao longo de seu mandato.

Pesa ainda o fato de que, apesar da ciência acerca dos rumores referentes aos “excessos” nas perseguições daquele ano de 1964, pouco foi feito para investigar e solucionar o problema. A única atitude realmente posta em prática foi a chamada “Missão Geisel”, em que o então Chefe do Gabinete militar, Ernesto Geisel, foi enviado por Castelo Branco para averiguar denúncias de maus tratos aos presos políticos no Rio de Janeiro, em São Paulo e na região nordeste do país. No fim das contas, o relatório foi concluído com a afirmação de que as “poucas” ocorrências já estavam sendo averiguadas por meio de IPMs e que não teriam passado do mês de maio de 1964, caracterizando assim exageros cometidos no “calor do momento da revolução” (GASPARI, 2002, p. 148-151). Além de soar como tentativa de amenizar as denúncias de violência, nada foi averiguado em outros cantos do Brasil – o que inclui Santa Catarina.

Aliás, havia em território catarinense fatos a serem observados mais de perto. No processo do supracitado Agenor Duarte de Oliveira, preso em Lauro Müller por pertencer ao Sindicato dos Mineiros, em abril de 1964, enviado à Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina, há o testemunho do soldado da PM Silvio Geremias Filho afirmando que, no prédio do Plano Nacional do Carvão de Criciúma (local improvisado como prisão), os policiais militares responsáveis por vigiar os detidos não os deixavam dormir, os ameaçando e passando as armas nas grades das celas para fazer barulho. O objetivo era deixá-los cansados e desestabilizados emocionalmente, já que durante a madrugada eram retirados das celas para prestar esclarecimentos (OLIVEIRA, 1998, p. 12).

No mesmo mês e no mesmo ano, em Xanxerê, no oeste catarinense, Ardoino Armirquerle Antonioli foi preso por volta das 18h e levado à noite para as dependências do Clube Xanxerense, onde teria sido chicoteado sob a mira de metralhadoras por soldados do exército (ANTONIOLI, 1998, p. 3). Abílio dos Santos

afirma ter levado socos e pontapés enquanto prestava depoimento na Penitenciária de Florianópolis (SANTOS, 1998, p. 36). Ivan Kitto, levado ao 13º Batalhão de Caçadores de Joinville e transferido para a penitenciária da capital, afirma que ele e os demais presos transportados tiveram de passar por um “corredor polonês” quando se dirigiram para o ônibus que os levaria, sendo agredidos violentamente por vários soldados do exército (KITTO, 1998, p. 6). Estes são alguns dos casos que demonstram graves violações dos direitos humanos e da Constituição que então vigorava, sendo motivos mais do que suficientes para que se iniciassem averiguações por parte do governo – o que não foi realizado.

O fato é que a violência foi utilizada em diversos cantos do Brasil desde as primeiras horas após o golpe. O próprio general Golbery do Couto e Silva, vinte anos após a instauração do regime militar, admitia a utilização de violência (incluindo aqui a tortura) desde o início da ditadura: “Nos meses seguintes à revolução houve excessos. Eu achava que tudo não passava de acontecimentos produzidos pelo calor da hora (...) Você não faz uma omelete sem quebrar ovos” (GASPARI, 2002, p. 136). Para Elio Gaspari (2002, p. 145), os acontecimentos posteriores ao Ato Institucional nº 5, editado em 1968 e que escancararam a face ditatorial do governo, fizeram com que fosse dada pouca importância à violência de 1964 e a como ela foi encarada por Castelo Branco – ali, para o autor, estaria a gênese do que viria nos anos seguintes.

Diante disso, insisto: olhar para contextos de espaços como Santa Catarina, ainda pouco explorados pela historiografia sobre a repressão durante a ditadura militar iniciada em 1964, é fundamental para a compreensão das proporções da violência utilizada ao longo dos 21 anos de duração do regime e para repensarmos os tais períodos de brandura do mesmo. Coordenadas pelo 5º Distrito Naval, as diversas forças de segurança presentes no estado catarinense (listadas na tabela exposta anteriormente, incluindo as polícias civil e militar), não somente prenderam pessoas em todas as regiões do estado sem mandado, como violaram uma série de direitos garantidos constitucionalmente e usaram de força desproporcional contra os perseguidos. Os motivos teriam girado principalmente em torno de supostas conexões com o PTB e seus figurões (como Brizola e João Goulart), os Grupos dos 11, o PCB e o comunismo, os quais teriam tido mais intensidade em determinadas regiões – todos baseados em uma doutrina que não definia com precisão quem ou o que representava perigo para a segurança nacional. A Santa Catarina do ano de 1964, em

especial no seu mês de abril, foi palco de ações arbitrárias que deram o cartão de visitas do novo regime à parte de sua população.

2.2 1975 E A CAÇA AOS “COMUNISTAS”: A ATUAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES REPRESSIVAS DE SANTA CATARINA NA OPERAÇÃO BARRIGA VERDE

O ano era 1975 e as guerrilhas urbanas já haviam sido violentamente derrotadas. O Movimento Estudantil, em outros momentos bastante ativo e contestador, tocava suas atividades silenciosamente após a brutal violência sofrida no final da década anterior. A ressaca da sociedade brasileira após noites (e dias, para os prisioneiros do regime) regadas à sangue, suor e lágrimas, em doses patrocinadas pelos agentes dos diferentes órgãos de segurança espalhados pelo país ao longo do governo de Emílio Garrastazu Médici, era marcada pela inércia dos opositores do regime e por contestações mais discretas. Apesar do clima de depressão coletiva que se abateu sobre a população brasileira, as eleições legislativas de 1974, que propositalmente deram mais espaço para a oposição no intuito de testar a aprovação do governo ante os civis, mostraram que nem tudo estava perdido (NAPOLITANO, 2014, p. 220) – e os militares também perceberam isso.

Com a derrota no pleito eleitoral de 1974, o regime precisava recuperar seu prestígio ante a sociedade, especialmente pela intensa repressão praticada entre 1968 e 1972, e demonstrar que um sistema de governo centralizador ainda se fazia necessário para a segurança interna. Com seus antigos adversários agindo em silêncio, logo o SNI tratou de utilizar um velho temor para tentar reanimar o caráter “heroico e protetor” do Estado militarizado: sim, sempre ele, o comunismo.

As tentativas de se manter a base eleitoral governista consistente levaram à busca por militantes alistados entre as fileiras do MDB. Assim, no mês de janeiro de 1975 foram descobertas gráficas que estariam imprimindo edições do jornal “A Voz Operária”, o principal informativo do PCB, em São Paulo e no Rio de Janeiro (TORRES, 2009, p. 57). Teriam sido também encontrados nestes locais materiais que tratavam do apoio do PCB a candidatos do MDB nas eleições de 1974 – aí estava o motivo que faltava para que as ações repressivas em nome da ordem e da segurança voltassem à tona. Operações foram desencadeadas em diversos estados brasileiros, culminando em diversas prisões ilegais, sequestros e violências. Estas ações (incluindo a Operação Barriga Verde e a paranaense Operação Marumbi) pertenciam

ao desenrolar de uma operação de maior magnitude, iniciada antes mesmo das eleições de 1974, denominada “Operação Radar”. De acordo com Napolitano:

Desde 1973, a Operação Radar vinha dizimando o PCB, que, apesar de não ter aderido à luta armada, não foi poupado da repressão. Sintomaticamente, quando a esquerda armada tinha sido já liquidada, os esforços da repressão se concentraram na eliminação da “esquerda desarmada”, sob a máxima de que qualquer comunista solto ou vivo é inimigo e perigoso. É plausível que o “estouro” da gráfica do PCB em São Paulo, em fevereiro, tenha sido uma resposta direta à suspeita de participação dos comunistas na articulação da oposição eleitoral (NAPOLITANO, 2014, p. 224).

Em Santa Catarina, os primeiros passos foram dados após a prisão do catarinense Wladimir Amarante, membro do PCB e da Juventude do MDB (JMDB). Wladimir foi detido junto de Newton Cândido, militante de São Paulo que fazia parte do Comitê Central do PCB, tendo ambos sido acusados de participarem de reuniões clandestinas e de distribuírem material subversivo. Preso no DOI-Codi de Curitiba, o catarinense foi torturado junto de sua esposa e teria revelado nomes, endereços e locais de trabalho de opositores de Santa Catarina. Durante cinco meses, diversos órgãos do estado (os quais serão detalhados adiante) investigaram as informações obtidas, culminando com a espionagem dos supostos “subversivos” mencionados no interrogatório (VIEIRA, 1994, p. 58).

Analisaremos a partir daqui o relatório oficial que descreve o desenrolar dos fatos em território catarinense, intitulado “Relatório Especial de Informações nº 2/75 - Operação Barriga Verde”, produzido pela 5ª Região Militar. O sumário do material indica que a produção foi dividida em quatro capítulos: 1. Finalidade; 2. Operação Barriga Verde (a. Antecedentes, b. Objetivo, c. Finalidade, d. Faseamento, e. Prisões, f. Comunicados); 3. O PCB em Santa Catarina (a. Considerações Gerais, b. Reunião de Piçarras, c. Estrutura do PCB/SC, d. O CM de Florianópolis, e. O CM de Criciúma, f. O CM de Itajaí, g. Situação em Joinville, h. Apoio do PCB/SC a candidatos do MDB/SC, i. Controle de Juventude do MDB (JMDB) pelo PCB/SC) e 4. Conclusões (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 9).

De acordo com o documento, as prisões efetuadas em setembro de 1975 por decorrência da “Operação Marumbi” – operação de caça aos comunistas no Paraná – também serviram de base para justificar a necessidade de realizar movimentações operacionais semelhantes em território catarinense, já que os interrogatórios teriam confirmado as suspeitas levantadas (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 10). Assim foi deflagrada a Operação Barriga Verde, a qual tinha como objetivo “Capturar os

militantes e principais elementos de apoio do PCB em Santa Catarina” e por finalidade “Desarticular e neutralizar o PCB no estado de Santa Catarina” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 10).

O primeiro aspecto que nos interessa diz respeito à detecção dos órgãos envolvidos nas ações da Operação Barriga Verde, e tanto a historiografia quanto o relatório trazem informações importantes sobre este ponto. Mateus Gamba Torres afirma que o encarregado do IPM nº 482 de 1975, referente à OBV, era um inspetor da Polícia Federal de Florianópolis (não identificado no texto) que havia sido nomeado pelo Superintendente Regional de Polícia Federal do Estado de Santa Catarina. Ainda de acordo com o historiador, a Polícia Militar também teria participado das ações, já que os presos se encontravam detidos no 4º Batalhão da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina (TORRES, 2009, p. 98).

Além disso, Torres (2009, p. 98) tem a percepção de que as Forças Armadas não aparecem na documentação analisada por ele, a não ser nas palavras dos próprios perseguidos ante o Juiz auditor quando contam terem sido torturados no 63º Batalhão de Infantaria da capital. Conclui que, entretanto, quem se dirigiu

à imprensa para dar informações sobre as operações que estavam provocando o desaparecimento de presos políticos em Santa Catarina foi o Comandante do 5º Regimento Militar, em divulgação ocorrida em 08 de novembro de 1975. Ou seja, presume-se que era uma operação conjunta entre a Polícia Federal, Forças Armadas e Polícia Militar (TORRES, 2009, p. 99).

Jaci Vieira é mais direto em relação às entidades responsáveis pela repressão ao longo da Operação Barriga Verde, afirmando ter sido “comandada pelo Exército com a ajuda da Marinha, Aeronáutica, Polícia Federal, Polícia Civil e Polícia Militar” (VIEIRA, 1994, p. 59). Um ponto em comum levantado pelos dois autores é relativo a um dos locais de prisão e tortura dos suspeitos: os entrevistados por Vieira (Roberto Motta, Alécio Verzola e Valci Lacerda), presos durante a OBV, afirmam terem sido enviados para o 63º Batalhão de Infantaria de Florianópolis, onde foram interrogados e torturados (VIEIRA, 1994, p. 60-61).

Eliton de Souza (2015, p. 105), que trabalhou com as memórias de militantes comunistas de Joinville, também traz entrevistas que apontam o referido batalhão como local de tortura. Outro espaço utilizado como cárcere e para a realização de interrogatórios com tortura teria sido o prédio do Departamento de Polícia Federal de

Florianópolis, conforme aponta Eliton de Souza (2015, p. 122), o relatório final da CEV-SC¹⁰ (SANTA CATARINA, 2014, p. 9) e as alegações de Julio Adelaido Serpa (1998, p. 57-58) apresentadas ao final do primeiro capítulo desta dissertação.

Estas seriam as entidades envolvidas diretamente nas ações, cujos agentes teriam efetuado a parte “prática” da operação: perseguindo, prendendo, interrogando e torturando suspeitos. Entretanto, se considerarmos a colaboração informacional, a quantidade dos órgãos que contribuíram para o sucesso da OBV cresce consideravelmente. É o que indica, por exemplo, a lista de distribuição do relatório produzido pela 5ª Região Militar:

Figura 3 – Lista de distribuição do Relatório Especial de Informações nº 2

DISTRIBUIÇÃO	
III EXERCITO	1 Exemplar
C I E	1 "
2ª SBC/5ª IN/DE	2 Exemplares
5ª BDA INF BLD	10 Exemplares
2ª GPT PRON	7 "
GPT L CAT	9 "
AD/5	10 "
20ª B I B	1 Exemplar
5ª CIA PE	1 "
5ª CIA COM	1 "
CIA CHDO/5ª EN/DE	1 "
CRO/5	1 "
DOI/5ª IN/DE	2 Exemplares
ACT/ENI	1 Exemplar
5ª DI	1 Exemplar
BASE AEREA DE FLORIANÓPOLIS	1 "
DFP/SC	1 "
FM/SC	1 "
IJPS/SC	1 "
DCI/SGI/SC	1 "
TOTAL	54 Exemplares

Fonte: Relatório Especial de Informações nº 2
Operação Barriga Verde, 1975, p. 8.

Além das instituições de maior envergadura ao qual comumente eram reportadas as atividades das forças regionais, como a 5ª Região Militar e a Agência

¹⁰ O relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta as torturas ocorridas em Curitiba, não sendo por isso mencionado aqui.

Curitiba do SNI, é bastante provável que os demais órgãos listados tenham contribuído com informações que possam ter auxiliado na execução da OBV. Como vimos no primeiro capítulo, antes de saírem nas missões de busca, prisão e apreensão, as várias entidades responsáveis pela repressão política em Santa Catarina (fossem militares ou policiais) se comunicavam entre si e compartilhavam a documentação de que dispunham sobre os suspeitos. Considerando o que a operação foi arquitetada no Paraná, a partir de interrogatórios realizados em uma operação daquele estado, e que o maior número de exemplares do relatório foi enviado para entidades paranaenses (5ª Brigada de Infantaria Blindada, Artilharia Divisionária da 5ª RM e 2º Grupamento de Fronteira, em ordem decrescente), é possível que as mesmas tenham tido alguma participação na Operação Barriga Verde.

Se não há relatos das vítimas ou registros na documentação disponível que demonstrem sua atuação em prisões e interrogatórios (até por serem instituições de um estado diferente daquele em que a operação ocorreu), por que teriam recebido tantas cópias do relatório da OBV? Lembrando que não se tratavam de órgãos no topo da cadeia de comando das Forças Armadas aos quais poderiam se subordinar os órgãos catarinenses. Sendo assim, a possibilidade aparentemente mais cabível é a de que tenham atuado nos “bastidores” da Operação Barriga Verde, compartilhando informações que possam ter sido obtidas ao longo da Operação Marumbi. Tal hipótese é reforçada pelo que nos diz Jaci Vieira (1994, p. 58) e o próprio Relatório Especial (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 10), em que há a afirmação de que os interrogatórios da “prima paranaense” da OBV serviram de base para a confirmação das suspeitas sobre a reorganização do PCB em Santa Catarina.

Mais do que isso, ao tratar da execução das atividades, o Relatório Especial detalha os órgãos especificamente catarinenses envolvidos na Operação Barriga Verde. O primeiro ponto a ser observado é que o relatório divide oficialmente a mesma em quatro fases. A primeira ocorreu entre os dias 15 de julho e 27 de outubro de 1975, tendo por objetivo a coleta de dados (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 11). O relatório traz a informação de que, sob coordenação da 2ª Seção do Comando da 5ª Região Militar, uma ampla pesquisa foi realizada “junto às AI e Órgãos de Segurança e Informações sediados em SANTA CATARINA e outras áreas, objetivando o levantamento preliminar de elementos suspeitos de ligação com o PCB” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 11).

Confirmam também a alegação feita anteriormente acerca das informações obtidas junto aos presos da Operação Marumbi, ocasião em que buscaram detalhes sobre “o PCB de Santa Catarina, notadamente com os presos que já tinham militado ou estabelecido ligações com membros do ‘PARTIDO’ daquele Estado” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 11).

A segunda fase da operação teve início em 28 de outubro de 1975 e findou em 03 de novembro daquele mesmo ano, período de realização de diligências e investigações para localizar os suspeitos e acompanhar de perto suas atividades. É dito que nesta fase o “DOI/5ª RM/DE foi apoiado por elementos das Polícias Militar e Civil de SANTA CATARINA, do 5º Distrito Naval e do Cmdo. do Grupamento Leste Catarinense, totalizando 13 pessoas” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 11). A terceira fase, iniciada em 04 de novembro de 1975, marca o início declarado da OBV e foi caracterizada pela captura dos alvos selecionados, seu transporte às dependências da sede do DOI de Curitiba-PR, realização de interrogatórios preliminares, investigações baseadas nas informações obtidas com os interrogatórios e o encaminhamento dos presos para o prédio do Departamento de Polícia Federal, localizado em Florianópolis para serem submetidos a IPM (ênfatizando o fato de que ainda estavam no período de incomunicabilidade previsto na LSN).

De acordo com o que foi relatado no documento, esta fase teve a maior quantidade de órgãos de segurança e informação catarinenses trabalhando em conjunto. Organizados em equipes, seriam eles: Grupamento Leste Catarinense (3 elementos), 5º Distrito Naval (3 elementos), Polícia Militar de Santa Catarina (4 elementos), DOPS-SC (6 elementos), Base Aérea de Florianópolis (a partir de 7 de novembro – 2 elementos), 3ª Companhia de Infantaria (quantidade de elementos não especificada – sediada em Tubarão, atuou em prisões no município vizinho, Criciúma), 62º Batalhão de Infantaria de Joinville (quantidade de elementos não especificada) e 23º Batalhão de Infantaria de Blumenau. O relatório foi produzido enquanto a terceira fase ainda estava em andamento, sendo dito que a quarta consistiria na “Entrega dos indivíduos à Justiça Militar, a ser efetuada após a conclusão do Inquérito Policial instaurado pelo DPF/SC no dia 4 de Nov 75, cuja duração não poderá exceder – de acordo com a LSN – 60 dias” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 12).

Vemos então que a lista de entidades que atuaram na Operação Barriga Verde, a partir do relatório oficial produzido pelo comando das ações, foi bem maior do que a

memória das vítimas pode retratar; isto escancara a necessidade de se organizar de forma apropriada acervos que contenham a documentação oriunda dos órgãos e instituições da ditadura militar. Complementar as informações trazidas pelos perseguidos a partir do conteúdo das fontes oficiais significa não somente possibilitar a realização de pesquisas mais completas, como também honrar suas dolorosas lembranças ao nomear exatamente os responsáveis pelo terror de seus duros dias como presos políticos. É o que transparece a fala de Rosângela de Souza à CEV-SC, ao se referir à busca da Comissão Nacional da Verdade pelo processo da operação no Supremo Tribunal Militar: “lá eu vou tentar resgatar o nome de todo mundo, todos os responsáveis pelas arbitrariedades que a gente sofreu” (SANTA CATARINA, 2014, p. 129).

Aliás, os detalhes das ações que levaram estes sujeitos para o cárcere passam completamente batidas pelo relatório. As descrições são protocolares e fazem parecer que a OBV foi uma operação simples e cotidiana – a começar pelos relatos sobre as fases 2 e 3, que dizem respeito às prisões e interrogatórios. As prisões foram efetuadas sem mandado judicial ou qualquer dispositivo legal que lhes garantisse constitucionalidade, sem nem mesmo as detenções serem anunciadas; os alvos eram pegos de surpresa e de forma semelhante a um sequestro, como dão a entender os métodos utilizados para sua captura. Ronaldo Andrade, estudante da UFSC no ano de 1975 que teve amigos presos na operação, afirma:

O processo da Operação Barriga Verde não foi um processo de repressão oficial, foi sequestro. Se você lembrar como foi preso o Cirineu, foi na rua, o Marcos foi sequestrado, o Marcio Campos foi sequestrado. O Vilson Rosalino, tentaram sequestrar ele na engenharia, mas não tinha uma ordem judicial de prisão, nunca teve. Em todo processo de repressão militar, que eu tenho conhecimento, ordem oficial de prisão, legalizado... Não. Era sequestro mesmo, as pessoas sumiam. Sumiam mesmo. Eu lembro que na época da Operação Barriga Verde, que já foi em 75, né, a gente sabia... “Pô, o fulano sumiu” (...) aí dez dias depois aparecia preso. Mas o processo foi de sequestro na rua... A pessoa estava passando, passava um carro, três caras pegavam, enfiavam dentro do carro, levavam. Assim foi feito (ANDRADE, 2014).

Outros exemplos que convergem com as alegações de Ronaldo são encontrados no conteúdo das entrevistas concedidas a Jaci Vieira. Alécio Verzola conta que foi preso no centro de Florianópolis, quando se encaminhava para o trabalho: “O cara me deu uma porrada na cabeça com um revólver, um outro colocou um óculos de soldador, depois me algemaram e colocaram-me dentro de uma Brasília

e fui levado para o 63º BI” (VIEIRA, 1994, p. 60). De forma parecida, Roberto Motta relata que foi preso quando chegava em seu escritório “na rua Deodoro, centro de Florianópolis, no aterro da Baía Sul. Ali fui preso, algemado, encapuzado e encaminhado ao 63º Batalhão de Infantaria do Exército” (VIEIRA, 1994, p. 59-60).

Emboscadas também eram realizadas, como aquela em que caiu Amadeu Hercílio da Luz. Um garoto de aproximadamente 18 anos apareceu em seu cartório, localizado em Criciúma, afirmando que precisava de uma autorização para seu pai que estava com a perna quebrada, e perguntou se Amadeu poderia ir até a rua conversar. Ao chegar na porta do cartório, nas palavras do próprio homem: “um cara de quase dois metros de altura me deu um golpe no pescoço, algemaram pés e mãos e jogaram-me no porta-malas de uma Veraneio [caminhonete]” (VIEIRA, 1994, p. 59-60).

Semelhantemente ao que nos trazem estes relatos presentes no trabalho de Jaci Vieira, Eliton Felipe afirma que em Joinville a maioria das prisões foi efetuada quando os alvos chegavam ao trabalho e cita alguns exemplos. Lúcia Schatzmann, já mencionada no primeiro capítulo da presente dissertação, conta que seu marido Edgar foi preso quando chegava para trabalhar, sendo encapuzado e jogado dentro de um carro (SOUZA, 2015, p. 116). Rosimarie Cardoso Bittencourt, que era assistente social, relata que já vinha sendo observada por homens estranhos fazia algum tempo; era por volta das oito e meia da manhã quando chegou ao seu local de trabalho, quando foi forçada por três sujeitos a acompanhá-los (SOUZA, 2015, p. 116). Osni Rocha começava o expediente quando teria sido avisado de que o estariam procurando na portaria. Os colegas fizeram brincadeiras com o rapaz recém-casado, acreditando ser a esposa do mesmo que havia ido “fiscalizar” o marido; na verdade, eram os homens que efetuariam sua prisão (SOUZA, 2015, p. 116-117).

Outro aspecto a ser observado é o fato de que, entre o cárcere em Curitiba, o transporte para Florianópolis e a prisão no prédio do Departamento de Polícia Federal da capital catarinense, o autor do Relatório Especial enfatiza que os presos estavam ainda sob incomunicabilidade prevista na Lei de Segurança Nacional. A bibliografia disponível confirma a incomunicabilidade dos presos: Jaci Vieira nos informa que as famílias “não sabiam ao certo o que havia acontecido e para onde tinham sido levados. Bateram às portas do Exército, da Aeronáutica, da Marinha, da Polícia Federal e não obtiveram respostas de ninguém. Ao que tudo indicava, parecia que nada tinha

acontecido” (VIEIRA, 1994, p. 63). O dispositivo legal que trata deste ponto é o inciso 1º da LSN de 1969, que diz: “§ 1º - O Encarregado do Inquérito poderá manter incomunicável o indiciado até dez dias, desde que a medida se torne necessária às averiguações policiais militares” (BRASIL, 1969).

Mateus Gamba Torres, que realizou pesquisa acerca dos trâmites jurídicos do processo contra os indiciados na Operação Barriga Verde, afirma que os primeiros presos assim o ficaram ao menos até o dia 14 de novembro de 1975 (devido ao prazo de dez dias estabelecido em lei, o que vai ao encontro da alegação do encarregado do IPM). Entretanto, o autor destaca que, ao contrário do que previa a própria LSN em seu artigo 59, a autoridade judiciária não teria sido comunicada das prisões, sendo que nem mesmo os advogados poderiam ficar sem a devida comunicação sobre seus clientes. Desta maneira, ainda que “declarado incomunicável pelo encarregado do processo e tal prisão sendo encaminhada ao Juiz e este ainda mantivesse a incomunicabilidade, teria o réu direito a manter contato com seu advogado” (TORRES, 2009, p. 70).

O autor do Relatório Especial, então, não estaria errado em dizer que o período de incomunicabilidade estava dentro do previsto em Lei – o problema se situa no fato de ignorar que a ausência de comunicação extrapolava os limites impostos por esta mesma legislação. Torres frisa ainda que, de acordo com a Constituição de 1967, em sua Emenda nº 1 de 1969, a comunicação deveria ter sido feita imediatamente ao juiz; a única autoridade comunicada teria sido o Subcomandante do 4º Batalhão Policial Militar de Santa Catarina no dia 14 de novembro de 1975, devido aos presos terem ficado temporariamente sob sua custódia (TORRES, 2009, p. 70). Assim, a própria legislação criada e adaptada pelo regime militar para embasar “legalmente” suas medidas autoritárias foi violada desde o princípio da Operação Barriga Verde.

Se o não cumprimento de leis (por si só já pouco democráticas, diga-se) torna digno de repúdio o processo da OBV, os relatos dos indiciados e de seus familiares transparecem a angústia de quem sofreu com tais transgressões legais. Maria da Glória da Rocha, esposa do preso Osni Rocha, conta que estavam casados havia 15 dias quando Osni foi preso na empresa Cipla, de Joinville – local onde ambos trabalhavam. Como atuavam em setores diferentes, Glória soube da prisão do marido apenas quando chegou em casa e foi informada por seu cunhado. No dia seguinte, se dirigiu ao 62º Batalhão de Infantaria e lhe foi dito que nada sabiam sobre Osni, ficando

assim por quatro dias sem saber a situação de seu companheiro. Quando outras pessoas já começavam a se dirigir para Florianópolis em busca de seus conhecidos desaparecidos, alguém (não identificado) comentou com Glória que Osni estaria em Curitiba – entretanto, ela e o restante da família não sabiam em que lugar da capital paranaense ele poderia estar (SOUZA, 2015, p. 115). A aflição era constante.

Além disso, Eliton Souza pontua que, além da angústia por não saberem onde se encontravam seus entes desaparecidos (ou mesmo se estavam vivos), muitos dos familiares ficaram desamparados durante o período de prisão e incomunicabilidade dos perseguidos políticos. A supracitada Glória conta que, sem o marido ao seu lado, teve de pedir ajuda para os familiares em Itajaí e em Florianópolis, com um tio se dirigindo até Joinville para auxiliá-la. Com toda a confusão causada pela prisão de Osni, Glória ficou impossibilitada de trabalhar e teve de receber ajuda também da Assistência Social (SOUZA, 2015, p. 120).

Contextos assim marcaram os dias dos perseguidos pela Operação Barriga Verde e daqueles que os cercavam. Para ser mais preciso, cerca de 50 pessoas foram encarceradas ao longo da OBV naquele final de 1975 (SANTA CATARINA, 2014, p. 11). O relatório final da CEV-SC, através da transcrição de um questionamento feito por Jerônimo Vanderlei Machado durante a audiência pública elaborada pela comissão sobre as ações da ditadura militar em Santa Catarina, traz a informação de que 42 pessoas teriam sido capturadas em decorrência da operação (SANTA CATARINA, 2014, p. 126).

No capítulo “2. Operação Barriga Verde”, tópico “e. Prisões” do Relatório Especial, consta não somente a lista daqueles que foram capturados, mas também a ordem cronológica das prisões. Como o documento estava em produção ainda durante o andamento da operação, foram registradas apenas 38 pessoas presas; entretanto, na informação nº 270, de 27 de fevereiro de 1976, oriunda do comando da 5ª Região Militar, consta terem sido indiciados 43 indivíduos pela Justiça Militar (5ª REGIÃO MILITAR, 1976, p. 2-4). A tabela a seguir traz as informações contidas no Relatório Especial.

Tabela 4 – Lista de presos da Operação Barriga Verde, de acordo com o Relatório Especial nº 2

Data	Presos
------	--------

04 de novembro de 1975	Theodoro Ghercov, Alécio Verzola, Marcos Cardoso Filho, Roberto João Motta, Celso Padilha, Valci Lacerda e Cirineu Martins Cardoso
05 de novembro de 1975	Eleneide Lícia Martins, Márcio Campos, Sérgio Giovanella e Amadeu Hercílio da Luz
06 de novembro de 1975	Nahor Cardozo e Jorge João Feliciano
07 de novembro de 1975	Sebastião Ernesto Goulart e Roque Felipe
09 de novembro de 1975	Jobe Silva da Nova
10 de novembro de 1975	Ciro Manoel Pacheco
11 de novembro de 1975	Everaldo Brodbeck e Edésio Ferreira
12 de novembro de 1975	Círio Armando Vicente, Nelly Osmar Calduro Piccoli e Ury Coutinho de Azevedo
13 de novembro de 1975	Emmanoel Alfredo Maes
18 de novembro de 1975	Roberto Cologni
22 de novembro de 1975	Túlio Valmor Bresciani
26 de novembro de 1975	Lourival Spíndola, Paulo Antônio e Jorge Vieira
01 de dezembro de 1975	Luiz Jorge Leal
02 de dezembro de 1975	Waldemar João Domingos
03 de dezembro de 1975	Antônio Justino, Irineu Ceschin e Julio Adelaido Serpa
04 de dezembro de 1975	Osni Rocha e João Jorge Machado de Sousa
05 de dezembro de 1975	Edgard Schatzmann

Fonte: Relatório Especial nº 2 Operação Barriga Verde (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 12-14).

Eleneide Lícia Martins, João Augusto de Melo Saraiva, Luiz Geraldo Bresciani, Vladimir Salomão do Amarante e Walter Henrich Willy Horn, além de Newton Cândido (que já havia sido preso em Curitiba, antes da deflagração da OBV), são os nomes

que constam na lista de indiciados de 1976 que não estão presentes no Relatório Especial de 1975. De acordo ainda com a informação nº 270, foram no total 37 presos na Operação Barriga Verde, 02 capturados na Operação Marumbi (mas que estariam ligados à suposta célula do PCB de Santa Catarina) e mais 03 foragidos, totalizando assim 42 denunciados. Destes, 33 tiveram prisão preventiva decretada e 09 respondiam o processo em liberdade no ano de 1976 (5ª REGIÃO MILITAR, 1976, p. 4).

Todas estas pessoas foram presas na tentativa de se desarticular a suposta reorganização do PCB em Santa Catarina, como vimos até aqui. A historiografia sobre o tema reúne trabalhos de qualidade que contam esta história, principalmente a partir das memórias dos perseguidos políticos. Mas afinal, o que pensavam os integrantes do comando da 5ª Região Militar, a entidade que coordenou as ações, sobre o contexto da operação? O capítulo “3. O PCB em Santa Catarina”, do Relatório Especial, traz detalhes acerca do diagnóstico feito com as informações obtidas pelos diferentes órgãos envolvidos na OBV. Nos atentaremos ao terceiro capítulo do Relatório Especial para buscar compreender, exatamente, a narrativa que o comando da 5ª Região Militar construiu para justificar a realização da mesma.

É dito que em 1967 a o Comitê Central do partido deslocou Theodoro Ghercov para Santa Catarina – um antigo militante e “profissional do PCB”, com atuação marcante pelo PCB em São Paulo. Já em território catarinense, ele teria iniciado “intenso trabalho de aliciamento de jovens, notadamente na área universitária, visando, por um lado, renovar o PCB e, por outro, ampliar seus quadros e dar maior dinamismo ao ‘PARTIDO’” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 15). Entretanto, em 1968 Ghercov foi eleito para o Comitê Estadual de São Paulo, sendo então transferido para lá; com isso, o PCB em Santa Catarina teria se enfraquecido acentuadamente. Os partidários locais então solicitaram o retorno do militante, tendo seu pedido atendido pelo Comitê Central da sigla. É dito também que, ao retornar para Santa Catarina, Ghercov continuou o trabalho que havia sido interrompido, concentrando esforços em encontrar novos adeptos entre estudantes universitários (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 15-16).

É perceptível como o redator do relatório enfatiza que o foco do recrutamento feito por Theodoro Ghercov foi o meio estudantil. Esta ênfase se explica por ser a “cola” da narrativa, a qual conecta a “alta cúpula” do PCB, os principais adeptos do

mesmo em Santa Catarina (os estudantes) e o suposto apoio ao MDB nas eleições. Isto porque, de acordo com o Relatório Especial:

foi intensificado o aliciamento de jovens, utilizando-se, inteligentemente, da Juventude do MDB (JMDB) para esse fim; essa Entidade – criada em 1973 – ficou dominada pelo “PARTIDO” e passou a ser utilizada como “Órgão de Fachada” para a ação deletéria do PCB no estado (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 16).

Desta maneira, o “inimigo ressuscitado” para reativar as ações repressivas do regime (o PCB) foi ligado à verdadeira ameaça política (o MDB) e conectado ao contexto local catarinense (na figura daqueles que foram o principal foco de oposição no estado, os estudantes). Não à toa, o documento informa que no ano de 1974 “o PCB/SC desenvolveu intensa atividade durante a campanha eleitoral, trabalhando ativamente em favor de candidatos do MDB a Senador, Deputado Federal e Deputado estadual” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 16) em troca de recompensas materiais e políticas – o que conecta toda a narrativa ao resultado das eleições regionais de 1974, em que a ARENA teve desempenho abaixo do esperado.

A JMDB seria o principal meio pelo qual o PCB se estabeleceria no estado, utilizando a sigla para espalhar o comunismo entre a população politicamente ativa de Santa Catarina (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 17). O Relatório Especial cita, inclusive, uma suposta fala de Ghercov em uma reunião do Comitê Estadual do PCB catarinense, em que o militante teria dito que “o MDB é o único caminho e forma de trabalho viável para a mudança política do País, atingindo os plenos propósitos do PCB” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 17).

O que precisa ser observado aqui não é se Ghercov realmente proferiu estas palavras, mas o sentido das mesmas. Em 1975, o PCB já não apoiava a ideia de pegar em armas contra a ditadura militar, estabelecendo como prioridade a volta da democracia e dos direitos políticos através das eleições (NAPOLITANO, 2014, p. 216-217). Assim, é bastante provável que “os plenos propósitos do PCB” aos quais Ghercov teria se referido não diriam respeito à instauração do comunismo ou qualquer fator deste tipo, mas sim ao reestabelecimento do Estado Democrático de Direito – sendo o MDB o único partido permitido, é natural que os membros do PCB apoiassem candidatos da sigla. De qualquer maneira, os dizeres serviram como parte da justificativa para a realização da Operação Barriga Verde.

Se foi ignorado o objetivo principal do PCB no início dos anos 1970, o qual girava em torno do uso das eleições como maneira de atingir legalmente seus planos, o comando da 5ª Região Militar também ignorou o fato de que, para se vencer eleições, é preciso organizar campanhas eleitorais. O Relatório Especial coloca como uma das provas mais graves da suposta reorganização do partido em Santa Catarina uma reunião ocorrida em Piçarras, município do litoral catarinense, em dezembro de 1972, na chácara de Ury Coutinho de Azevedo.

Os principais assuntos abordados na reunião teriam sido o balanço das eleições de 1972, cujo resultado não teria sido satisfatório para o PCB; a análise do Programa do PCB para 1973, que envolvia a criação de novos Comitês Municipais, intensificação do recrutamento de novos adeptos, aumento da arrecadação de dinheiro e uma maior distribuição do jornal “Voz Operária”; por fim, elegeram também os integrantes do Comitê Estadual do PCB e definiram as seções que o comporiam (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 18). Ou seja, nada além do que faria qualquer partido que desejava concorrer e vencer eleições. E é “curioso” (ou conveniente) o fato de que a tal reunião teria ocorrido três anos antes da deflagração da Operação Barriga Verde, mas trazida à tona somente em 1975. Mais do que isso, como aponta Mateus Gamba Torres, os encontros políticos que embasaram as acusações e condenações de alguns dos perseguidos foram “provas colhidas na fase policial, sem nenhuma garantia de legalidade e, inclusive, com vícios no inquérito devido à ausência de testemunhas” (TORRES, 2009, p. 164).

Seguindo no que diz o Relatório Especial sobre a reunião, os tais Comitês Municipais (CMs) se localizariam em Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville, estando este último ainda em fase de estruturação. O CM da capital seria composto em sua maioria por jovens universitários, membros da JMDB, a qual estaria em crítico processo de “comunização” (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 21). Já em Criciúma, o CM seria composto principalmente pela ala sindical, tendo eleito através do MDB o militante comunista Lourival Spíndola como vereador, o qual teria recebido dinheiro do PCB entre 1972 e 1975 (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 26).

Em Itajaí, região apontada no documento como de tradicional atuação da sigla, teria apoiado o candidato a prefeito pelo MDB, Delfim de Pádua Peixoto Filho, em troca de apoio à candidatura do militante Edésio Ferreira a vereador. O envolvimento do CM de Itajaí na política local teria sido intenso entre 1972 e 1974, tendo Ghercov

vários contatos no município (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 26). Já em Joinville, Ghercov teria apenas conseguido estabelecer uma Organização de Base (OB) ainda em 1968, a qual seria o embrião do CM local, no bairro Botafogo. Em 1974, alguns anos após seu retorno de São Paulo, formou uma comissão encarregada de estabelecer efetivamente o CM de Joinville, da qual entre os membros estariam o supracitado Edgard Schatzmann (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 27).

Por fim, diante das exposições feitas ao longo do documento, o Relatório Especial chega às conclusões de que o PCB vinha se estabelecendo com sucesso em Santa Catarina desde 1973, estando mais desenvolvido em Florianópolis, Criciúma, Itajaí e Joinville; que participou ativamente de campanhas eleitoras entre 1972 e 1973 de candidatos do MDB em troca de compensações, tendo recomendado a seus militantes que se infiltrassem nas fileiras do partido para influir em suas decisões; que uma das principais características do PCB em Santa Catarina é o grande número de jovens, estudantes e professores universitários em suas fileiras; que vinha controlando a JMDB; e que todos estes elementos caracterizaram no estado

a vulnerabilidade do partido de oposição à infiltração e ao aliciamento; com isso, o PCB fica em condições de exercer influência, controle e até domínio sobre a orientação, as técnicas de propaganda e as decisões do MDB, que podem resultar na conquista da opinião pública, na contestação aberta à Revolução de 31 de Março, ou mesmo na subversão. Tal fato, caso ocorra em outros estados – a exemplo do que foi igualmente constatado no PARANÁ – poderá gerar situações sobretudo difíceis na área de Segurança (5ª REGIÃO MILITAR, 1975, p. 32).

Esta foi a narrativa criada pela 5ª Região Militar para dar fundamento à Operação Barriga Verde, cujos pilares eram o medo irreal do comunismo, sua suposta influência sobre o partido de oposição (MDB) e aspectos típicos de Santa Catarina, especialmente em relação aos principais opositores do regime no estado – os estudantes universitários. A partir desta história, quase 50 catarinenses foram presos em uma grande operação que mobilizou diversas forças de segurança atuantes no território estadual. É importante ressaltar que os fatos que permitiram sua construção foram obtidos principalmente por meio de interrogatórios; de acordo com as vítimas, as transcrições das respostas já estariam prontas antes mesmo de as perguntas serem feitas, sendo forçadas a apenas confessarem o que os interrogadores desejavam e a assinarem os termos transcritos (TORRES, 2009, p. 143).

Em 09 de fevereiro de 1978 teve início o julgamento derradeiro do processo, após quase três anos de prisões “provisórias”, tentativas de recursos e poucos frutos colhidos em favor dos acusados. Os juízes eram pertencentes à 5ª Circunscrição da Justiça Militar, sediada em Curitiba-PR, sendo composta pelo Conselho Permanente de Justiça, que por sua vez era formado por um juiz auditor militar (civil), um oficial superior e três oficiais ocupantes de patentes até o posto de capitão ou capitão-tenente (TORRES, 2009, p. 150). Como resultado final, parte dos acusados de Criciúma foi condenada através das confissões de outros réus, os quais repudiaram a doutrina comunista e clamaram por sua liberdade de trabalhar. Outros, como há muito tempo já não se envolviam em atividades “subversivas” e haviam “mudado de vida”, os magistrados entenderam que não apresentavam perigo à Segurança Nacional e decidiram por sua absolvição (TORRES, 2009, p. 165).

Já no caso dos acusados de Florianópolis, apesar de os advogados apresentarem argumentos semelhantes, os juízes decidiram pela condenação (TORRES, 2009, p. 166). É provável que esta diferença tenha ocorrido porque o eixo central da narrativa que dava sentido à OBV era justamente a suposta influência do PCB sobre a JMDB, composta em sua maioria por estudantes universitários; sendo a capital catarinense o local onde estava concentrada a massa estudantil, absolvê-los seria o mesmo que revogar a justificativa para o desencadeamento da Operação Barriga Verde. Afinal, se assim fosse, haveria praticamente a confissão de que o PCB não estaria influenciando no partido da oposição. Por fim, com relação a Itajaí e Joinville, ficou decidido que não houve qualquer tentativa de organização do PCB naqueles municípios (TORRES, 2009, p. 166).

Foram então condenados 17 dos 42 acusados, por tentativa de reorganizar partido político ilegal (Art. 43 da Lei de Segurança Nacional de 1969), com as penas variando entre 4, 3 e 2 anos de prisão. Todos recorreram das decisões, mas nunca foram julgados pelo Supremo Tribunal Militar – a Lei de Anistia de 1979 chegou mais rápido do que suas solicitações de recurso (TORRES, 2009, p. 166).

2.3 ESTUDANTES, PROFESSORES, REPRESSÃO: A “NOVEMBRADA” E OUTRAS CONSIDERAÇÕES

Outros dos alvos mais visados pelos órgãos de segurança e informação em Santa Catarina eram os estudantes e professores, especialmente os universitários.

De acordo com a documentação disponível para a escrita desta dissertação, a Universidade Federal de Santa Catarina foi sem dúvida um alvo importante. É possível que ações contra docentes e discentes tenham ocorrido também em outras regiões do estado, inclusive contra aqueles fora do ambiente acadêmico, como os estudantes secundaristas; entretanto, dentro do conjunto de fontes que me estavam disponíveis (limitado, sobretudo pela eclosão da pandemia) pouco foram os momentos em que este que escreve se deparou com fontes referentes à casos não relacionados aos discentes e docentes da UFSC¹¹.

Mas vamos ao que interessa. Para iniciarmos as discussões acerca do tema, o primeiro ponto a ser observado diz respeito a uma divisão nas preocupações dos órgãos de segurança de Santa Catarina em relação ao ambiente acadêmico: as atividades no interior dos muros da universidade e as ocorrências realizadas por estudantes/professores que de alguma forma iam além da circunscrição da UFSC.

Como dito anteriormente, o 5º Distrito Naval, a Delegacia de Ordem Política e Social-DOPS e as polícias Civil e Militar eram as principais entidades envolvidas na repressão aos docentes e discentes de Florianópolis. Os confrontos entre as partes vinham de antes mesmo do golpe civil-militar – nos dias 25 e 26 de março de 1964, um protesto pela redução da tarifa do transporte coletivo agitou o centro da capital. Os estudantes teriam, inclusive, realizado um enterro simbólico do prefeito e do Secretário de Segurança, sendo reprimidos com violência pela Polícia Militar (VARGAS, 2016, p. 13).

Mais do que isso, segundo Mateus Bandeira Vargas, na véspera do golpe, a União Catarinense de Estudantes (UCE) recebeu um relatório da presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE) alertando para a possibilidade da derrubada de João Goulart. Foi então organizado pelos discentes um grande comício repudiando a situação e novamente a polícia reprimiu os manifestantes. Na tarde seguinte a PM invadiu o prédio da UCE e o restaurante universitário, ao mesmo tempo em que o Secretário de Segurança Pública, Jade Magalhães, se dirigia para o setor administrativo com o objetivo de vasculhar os arquivos da agremiação estudantil (VARGAS, 2016, p. 14).

¹¹Isto pode ser fruto da dificuldade de acesso aos acervos das entidades do regime no estado ou realmente indicar que a atividade repressiva no campo da educação tenha ocorrido com maior intensidade na capital catarinense. De qualquer modo, nesta dissertação nos limitaremos ao que pode ser encontrado nas fontes e na bibliografia referente ao assunto, focando principalmente na UFSC.

O clima de tensão entre os universitários e a Polícia Militar possuía raízes mais profundas do que as contestações em relação ao golpe – relacionadas aos rumos que poderia tomar o ensino superior, o que incluía a UFSC, algumas demandas estudantis já existiam no início da década de 1960 e seriam intensificadas ao longo da ditadura militar. Mais especificamente,

Muitos desses conflitos remontam às disputas expressas em temas como federalização ou estadualização da Universidade, criação da Cidade Universitária ou de Conjunto Universitário, se o local seria no Centro, no bairro da Trindade ou no Continente, sobre a democratização dos espaços, papel dos estudantes e do movimento estudantil, entre outros, alguns inclusive prévios à própria constituição da Universidade Federal em si (OLIVEIRA, 2018, p. 138).

Em 1963, conforme aponta Veridiana Oliveira, a UCE e o Diretório Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF), do curso de Direito da UFSC, enviaram uma representação ao Ministério da Educação, ao Conselho Federal de Educação e ao Presidente da República. O ofício pedia “abertura de inquérito, intervenção federal e nomeação de reitor *pro tempore* até que as irregularidades apresentadas fossem sanadas” (OLIVEIRA, 2018, p. 18-139). Ainda de acordo com a autora, a ação dos estudantes teve como motivos o descumprimento das decisões do Conselho Universitário por parte do reitor David Ferreira Lima, a falta de atualização do estatuto, nomeações de cargos por apadrinhamento, ausência de prestação de contas, entre outros fatores. É importante ressaltar que o contestado reitor em questão esteve à frente da universidade até o início da década de 1970, sendo inclusive conivente com as determinações autoritárias do governo federal.

Além disso, no cenário nacional, pelo menos desde 1950 as universidades vinham deixando de ser simples locais de formação de bacharéis e se tornando ambientes propícios à propagação das ideias contestatórias de esquerda, conforme aponta Rodrigo Patto Sá Motta. Segundo o historiador, o acesso ao estudo de eventos internacionais como a Revolução Cubana e as guerras de libertação na Ásia e na África, bem como das transformações no cenário brasileiro, tais quais o crescimento urbano, a industrialização e a organização dos movimentos sociais, fizeram dos universitários o grupo social com maior visibilidade e influência ao longo daquela década (MOTTA, 2014, p. 20).

Representados pela UNE, eram eles que impulsionavam os debates políticos durante o mandato de João Goulart, com seus militantes chegando a ocupar cargos

oficiais no governo. Além, não nos esqueçamos, de sua ativa participação em atividades de mobilização popular como campanhas de alfabetização, de criação de sindicatos rurais e de organização da população das favelas nos centros urbanos (MOTTA, 2014, p. 20). Neste contexto que precedeu o golpe, um ponto interessante a ser observado é aquele trazido por Angélica Müller (2010, p. 21) quando nos diz que, ao mesmo tempo em que estruturas como as organizações estudantis contribuem para o estabelecimento de um *sistema* político, podem contribuir também para a desestruturação do mesmo – não à toa, com a queda de Goulart e o surgimento do regime ditatorial, uma das primeiras atitudes dos militares em 1964 foi incendiar o prédio da UNE em São Paulo. Os golpistas estavam cientes da força e capacidade de mobilização política dos estudantes.

Deste modo, as razões que tornavam estudantes universitários em Santa Catarina, ou pelo menos na capital do estado, alvos em potencial para os órgãos de segurança e informação refletiam a típica desconfiança com o meio estudantil que permeava o território nacional à época do golpe, tendo ainda a adição da luta por suas demandas no cenário local. O histórico recente já era marcado pelos atritos com a Polícia Militar e com certas práticas administrativas da UFSC, às quais seriam somadas posteriormente políticas educacionais que atacariam diretamente os direitos de docentes e discentes durante o período ditatorial.

Assim, com o golpe de 1964, o olhar sobre as ações estudantis em Florianópolis ganha forte caráter ideológico e outras entidades além da PM entram em cena para combatê-las. A onda de prisões do dia 1º de abril afetou também estudantes e professores, sendo que “seriam pegos os presidentes da UCE, Rogério Queiroz; da FEUSC, Francisco Mastella; do CAXIF¹², Eduardo Luiz Mussi e o Líder dos secundaristas, Manoel Soar” (VARGAS, 2016, p. 16). Em entrevista concedida à Comissão Memória e Verdade da UFSC, Manoel Soar conta sobre sua prisão naquele dia:

Em 64, quando anunciaram a “revolução”, eu estava no terceiro ano clássico e eu tinha um amigo extraordinário, que era o Dr. Renato Ramos da Silva. E aí eles anunciaram a minha prisão, que queriam me prender. Então o Dr. Renato Ramos (...) era ligado ao governo estadual e o que ele fez? Ele me pegou no carro dele lá na escola, porque na escola, lá no Instituto [Estadual de Educação] a polícia me cercou e eu saltei de um muro e pulei para outro e tal, e acabei fugindo. E o DOPS em cima de mim comandado pelo Orlando,

¹²Significado das siglas referidas na citação: União Central dos Estudantes (UCE), Federação dos Estudantes de Santa Catarina (FEUSC) e Centro Acadêmico XI de Fevereiro (CAXIF).

que era o delegado de ordem política e social da época. Então o Dr. Renato me colocou dentro do porta mala de um *Simca* que ele tinha e me conduziu até a penitenciária, que era o lugar onde eles colocavam os presos políticos. E aí fui pra penitenciária onde permaneci por algum tempo, respondi algumas perguntas... Enfim, sofri aquela, aquela formalidade que era normal na época: “O que que você faz?”, “O que é que você fez aqui?”, “Quem é que fazia isso? Quem é que fazia aquilo?”. E aí acabei liberado após algum tempo (SOAR, 2018).

Como é apontado na fala de Manoel, a Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina passa a se envolver diretamente na repressão aos estudantes, atuando juntamente com a Polícia Militar nas perseguições sofridas pelos mesmos. Mais do que isso, conforme veremos, foi neste contexto que a vigilância interna da Universidade Federal de Santa Catarina começou a ocorrer com a presença frequente de agentes de segurança em seu interior, incluindo aqueles que integravam as fileiras da DOPS-SC e de outras entidades, como o 5º Distrito Naval.

Esta presença diária fazia com que as intervenções se dessem não somente contra ações explícitas dos discentes em oposição ao governo militar, mas também em processos referentes ao cotidiano acadêmico em si e que não possuíam caráter diretamente contestatório. Foi o que ocorreu por exemplo no ano de 1965, época em que seria realizada a eleição para a diretoria do Centro Acadêmico XI de Fevereiro, do curso de Direito. De acordo com um informe obtido junto ao Núcleo Agência de Florianópolis (NAFL/SNI) e relatado no prontuário do reitor Ferreira Lima, datado de 30 de outubro daquele ano, o Secretário de Segurança Pública do estado, Coronel Danilo Klaes, teria impedido a realização do pleito. Havia apenas um candidato, Orestes Guerreiro, o qual seria “subversivo” bastante conhecido da comunidade da Secretaria de Segurança – o Coronel Klaes então adverte que o “nome não convinha e que por determinação superior não permitiria sua realização” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969, p. 7).

Os primeiros meses após o golpe de abril de 1964 foram marcados pelo “pente fino” do governo militar sobre os reitores das universidades – apesar disso, segundo Motta (2014, p. 35), a menor parte dos administradores das instituições de ensino superior foi destituída do cargo (das 25 universidades públicas existentes na época, incluindo as estaduais, apenas 6 tiveram seus reitores afastados¹³). Isso confirma a

¹³Foram elas: Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Rural do Rio de Janeiro (URRJ), Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Universidade de Goiás (UFG).

boa recepção que o golpe obteve junto aos líderes universitários, sendo a maioria deles confiável na visão dos militares (MOTTA, 2014, p. 35). Este parece ter sido precisamente o caso do reitor da UFSC, David Ferreira Lima; além de sua manutenção no cargo, colaborou com os planos do regime para a principal universidade de Santa Catarina.

Tivesse Ferreira Lima convicção ou não sobre os ideais da “revolução”, a presença de agentes de segurança – nem sempre explícita, haja vista a utilização de infiltrações, como vimos no primeiro capítulo – colocava pressão e exercia influência até mesmo nas decisões da reitoria da universidade. Como aponta Vargas, em 22 de abril de 1964, o ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda enviou um ofício ao reitor Ferreira Lima, solicitando investigação sobre atos “subversivos” e vigilância acerca de possíveis distúrbios à ordem causados pelos estudantes; de acordo com o autor, em termos práticos esta medida seria a instauração do Ato Institucional nº 1 no ambiente universitário (VARGAS, 2016, p. 28).

No dia seguinte, os membros do Conselho Universitário da UFSC se reuniram no prédio da reitoria para definir o que fazer diante daquela situação. A influência exercida pela possibilidade tão próxima de ações repressivas se exemplifica perfeitamente neste episódio, já que algumas horas antes da efetivação do golpe em 31 de março, os conselheiros haviam determinado a aprovação de uma moção de repúdio à violência da polícia nos atos de 24 e 25 de março, durante os protestos estudantis pela tarifa do transporte público (VARGAS, 2016, p. 28). Agora, com o cenário de um regime militar que ainda se estabelecia (portanto, imprevisível) e com a presença constante de agentes de segurança no interior da UFSC, as decisões a favor dos discentes eram pensadas com o dobro de cautela.

Estivesse convicto, temeroso ou um misto de ambos, nos conta Mateus Bandeira Vargas que o reitor Ferreira Lima alegava ser favorável à intervenção na FEUSC (equivalente à época ao Diretório Central dos Estudantes – DCE), propondo cassar os mandatos de suas lideranças. Estando preso Francisco Mastella, presidente da agremiação, coube ao vice Walmir Antônio Silva argumentar em favor do grupo, alegando que apenas alguns dos membros haviam participado de atividades “subversivas”, não sendo justo que a gestão inteira fosse penalizada (VARGAS, 2016, p. 28).

O professor da Faculdade de Direito, Waldemiro Cascaes, o qual era conhecido por seu posicionamento político à esquerda, afirmou ser exagerada a medida proposta por Ferreira Lima e sugeriu a instauração de uma comissão de inquérito, podendo assim os estudantes exercerem seu direito de defesa. Um meio termo foi encontrado: a cassação aconteceria, mas os discentes poderiam se defender em uma comissão. Os passos seguintes seguiram o caminho indicado pela nova ordem imposta pelo governo federal, qual seja:

Em abril de 1964, o Ministro da Educação Flávio Suplicy de Lacerda instalou oficialmente as comissões especiais de inquérito que levavam os IPMs a todas as universidades brasileiras, e o Ministério da Educação passou a envolver-se diretamente na contratação e demissão de pessoal universitário. (...) Uma Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS), composta de professores, reitores e funcionários indicados pelas autoridades foi instalada em cada universidade para levar a efeito os expurgos (ALVES, 1985, p. 66-67).

Na UFSC, o comandante do 5º Distrito Naval, Contra-Almirante Murillo Vasco do Vale Silva, escolheu os nomes que comporiam a comissão responsável pelos inquéritos da instituição, os quais não se limitariam somente aos expurgos na FEUSC, mas se alastrariam por diversos setores da UFSC. O indicado para a presidência foi o desembargador Vitor Lima, professor da Faculdade de Ciências Econômicas, acompanhado de outros dois membros: Bruno Ernesto Cossi, diretor da Escola de Engenharia Industrial, e Antônio Moniz de Aragão, professor da Faculdade de Medicina e Serviço Social. Foi decidido que cada centro acadêmico escolheria como a investigação se daria em seus domínios; o que nos interessa é que após isso, “Pelos corredores da reitoria tornaram-se frequentes as visitas de militares. Listas de alunos e servidores tidos como subversivos chegaram às mãos dos investigadores, enviadas pelos comandos militares” (VARGAS, 2016, p. 28-29).

Sendo assim, mais do que exercer pressão sobre as decisões dos administradores da instituição, a vigilância ao dia a dia da universidade se personificava e colocava tanto estudantes quanto funcionários individualmente como objeto de observância. Pelo menos é o que alega nosso já conhecido Heitor Bittencourt Filho, que afirma que a polícia civil era a responsável por monitorar os discentes e que ele mesmo era perseguido por um dos agentes: “Ele se plantava até na frente da minha casa, eu morava na rua Anita Garibaldi. No fim nós até já nos

cumprimentávamos, porque era conhecido, ele que me levou detido inclusive, uma vez” (FILHO, 2018).

Além disso, o olhar fixo sobre professores e estudantes concedia material para a produção de fichas individuais, de tal modo que vários sujeitos envolvidos no cotidiano universitário foram fichados nos órgãos de informação ao longo de todo o período ditatorial, especialmente de 1968 em diante. A vigilância era tão frequente que de tempos em tempos eram enviados novos relatórios para os órgãos de informação com a finalidade de complementar as fichas de cada estudante e funcionário da instituição.

Comumente elaborados pelo Núcleo Agência de Florianópolis (NAFL/SNI), estes documentos eram curtos e expressavam as preocupações das entidades de segurança em relação aos suspeitos, muitas vezes sugerindo a aplicação dos Atos Institucionais, como foi o caso do então professor da UFSC Armen Mamigonian. Após a apresentação dos dados pessoais (nome, data de nascimento, endereço, profissão), o documento produzido em março de 1969 já inicia dando ênfase aos posicionamentos políticos do discente: “Vale ressaltar nesta oportunidade a marcante ideologia esquerdista do nominado, bem como sua permanente e persistente atuação subversiva e desagregadora no meio universitário” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969b, p. 3). Por exercer cátedra e combater a direção da UFSC, de acordo com o redator do documento, Armen “torna-se passível de demissão do cargo de Professor de Geografia Humana da Faculdade de Ciências e Letras da U.F.S.C., com fundamento no parágrafo 1º do artigo 6º do Ato Institucional nº 5” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969b, p. 3).

Em 18 de abril de 1969, era encaminhada a Agência Central do SNI a ficha individual do já citado professor de direito da Universidade Federal de Santa Catarina, Waldemiro Cascaes, que foi “elaborada pelo SNI/NAFL, para efeito de aplicação do Ato Institucional nº 5” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969c, p. 2). Em informe obtido junto ao 5º Distrito Naval, é apontado como “Esquerdista Corrupto” e como “um dos 50 comunistas mais atuantes em Santa Catarina”; de acordo com o que foi coletado junto ao SNI, “é reconhecido como comunista e incitador de estudantes” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969c, p. 5). Segundo um informe da DOPS-SC, no caso do impedimento das eleições para o diretório acadêmico da faculdade de direito em 1965, Cascaes defendeu ferozmente o direito dos estudantes às eleições e dificultou assim a decisão

do reitor Ferreira Lima de apenas *adiar* o pleito, levando agentes da DOPS-SC a apreenderam a urna de votação. Por tudo isso e mais um pouco, o professor em questão foi enquadrado no AI-5 e em sua ficha individual foi recomendada a sua demissão (AGÊNCIA CURITIBA, 1969c, p. 3).

Outro exemplo a ser citado é o de Marcio Luiz Guimarães Collaço, também professor do curso de direito da UFSC. Assim como os outros dois, foi enquadrado no Ato Institucional nº 5 e teve sugerida a sua exoneração do cargo em dezembro de 1969. Apontado enquanto “comunista do tipo intelectual”, diz o documento que Collaço era discreto e trabalhava nos bastidores, sendo “Notável orientador comuno-socialista, prima por não deixar nada escrito de sua doutrina” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969d, p. 8). Termos como “esquerdista” e “comunista” aparecem em toda a sua ficha individual; no entanto, em um informe obtido junto a CGI que investigou irregularidades no TRE-SC, órgão do qual também era funcionário, consta que “não há prova de que o indicado tenha manifestado, na ministração de suas aulas, ou mesmo no recinto da Faculdade de Direito, por atos ou palavras, atitudes anti-democráticas” (AGÊNCIA CURITIBA, 1969d, p. 10). Apesar desta alegação escancarando a falta de evidências das acusações, Collaço era entendido como “subversivo” e “perigoso”, merecendo sofrer as implicações da legislação autoritária (AGÊNCIA CURITIBA, 1969d, p. 4).

Sobre os estudantes as narrativas não eram tão diferentes. Nelson Wedekin, que se tornaria um dos advogados mais engajados no combate à ditadura militar e no auxílio aos perseguidos políticos em Santa Catarina, era em 1969 ainda estudante de direito da UFSC e professor de filosofia na Escola Frei Roberto, em Joaçaba-SC. Sua ficha individual o aponta como comunista ativo e muito inteligente, que fazia uso de sua oratória e do cargo de discente escolar para promover o comunismo entre os jovens. Era acusado de ser contra a pena de morte, de criticar as despesas do regime cujo dinheiro poderia ser aplicado em outras áreas, de promover agitações na cidade e de todo tipo de discurso atribuído aos opositores do governo militar (AGÊNCIA CURITIBA, 1969e, p. 6-7).

Além disso, a documentação aponta que Wedekin viajava para Florianópolis para frequentar o curso de direito na UFSC; para isto, revezava as aulas lecionadas na escola em Joaçaba com outro estudante de direito e professor de filosofia, Markian Kalinoski (AGÊNCIA CURITIBA, 1969e, p. 7). Este último, assim como Wedekin, foi também advogado bastante combativo e atuante nas causas das vítimas da

repressão, vindo a representar posteriormente diversas delas diante da Comissão de Indenização aos Presos Políticos de Santa Catarina, no ano de 1998. Na requisição indenizatória de Antonio Brand há documentos escritos pelo próprio Kalinoski, que o representou ante a Comissão, contando suas experiências durante a ditadura militar – dentre o material, consta um breve depoimento elaborado por Wedekin confirmando as afirmações presentes em sua ficha individual e detalhando outras situações.

No escrito, Wedekin confirma que ele e Kalinoski eram professores em Joaçaba e estudantes do curso de direito na capital entre os anos de 1965 e 1969. Mais do que isso, explica que “Naquela época, existia a figura do *solicitador acadêmico* [grifo no original], que permitia a atuação de estudantes do 3º ano, em causas trabalhistas e criminais, sob supervisão de advogado formado” (WEDEKIN, 1998, p. 12), o que ambos aproveitavam prestando assistência jurídica aos sindicatos de Joaçaba. Os dois eram militantes no MDB e na política estudantil, tendo sido Kalinoski inclusive presidente do já mencionado centro acadêmico da faculdade de Direito – foi justamente esta militância que fez recair

uma forte repressão sobre nós. O Dr. Markian foi preso mais de uma vez, e tanto quanto isso possa ser ainda pior, os sindicatos dos trabalhadores de Joaçaba, Herval D'Oeste e região, para quem prestávamos assistência jurídica, e os colégios para quem dávamos aulas, dispensaram nossos serviços. Quando fomos perguntar as razões, ficou absolutamente claro que houve pressão dos representantes da ditadura, na época. (...) Foram 4 anos de incertezas, angústias e pressões, que não se esgotaram nos fatos relatados, mas que foram complementados com outras pressões exercidas, inclusive sobre familiares do Dr. Markian e meus (WEDEKIN, 1998, p. 13).

Há alguns aspectos interessantes para serem pontuados diante dos casos apresentados – o primeiro deles diz respeito às descrições dos agentes em relação aos estudantes e aos professores. Além das já típicas associações com a suposta “doutrina comunista” que estaria tomando conta do meio universitário, diversas passagens trazem adjetivos que enaltecem a *inteligência* dos investigados, sendo referidos como “muito inteligentes” e de “tipo intelectual”. No contexto de uma “guerra” contra inimigos invisíveis, o ambiente universitário seria, na visão dos militares, extremamente propício à disseminação de doutrinas “estrangeiras” como o comunismo; por sua posição de intelectuais e estudiosos, professores e estudantes seriam melhor capacitados para incutir na sociedade brasileira estas ideologias. Ainda que os partidos comunistas tradicionais estivessem em crise, Motta afirma que isto

não significa que os valores socialistas tivessem sido perdidos; parte importante da juventude intelectual sentia atração por eles, especialmente pela doutrina marxista. Assim, de acordo com o historiador, “se observarmos a situação de acordo com a perspectiva dos militares, sua ansiedade em relação à influência de esquerda nas universidades tinha fundamento” (MOTTA, 2014, p. 218).

Podemos citar como exemplo o material produzido por um grupo de participantes de um curso oferecido pela Escola Superior de Guerra ao público civil, denominado “1º Ciclo de Estudos sobre a Segurança Nacional”, realizado na cidade de Joinville em 1965. De acordo com o documento, a elite brasileira seria dividida em duas categorias: os democratas, que seriam conservadores estáticos e só atuariam politicamente quando necessário, e os extremistas, “da esquerda, minoria absoluta, integrada em sua quase totalidade por *intelectuais e universitários* [grifos meus] dirigentes, atuando em tôdas as oportunidades existentes ou criadas” (ESG, 1965, p. 52-53).

Além disso, o contexto da época que envolvia a União Nacional dos Estudantes (UNE) certamente impactava na vigilância “cerrada” exercida sobre os estudantes da UFSC. Conforme aponta Maria Helena Moreira Alves, a principal agremiação estudantil do Brasil se encontrava na clandestinidade, ainda que esta condição não tenha impedido o exercício de seus trabalhos. Uma votação teria sido feita entre os discentes de todo o país visando saber se apoiariam a continuidade da UNE, mesmo em sua situação delicada; cerca de 98% dos estudantes votaram afirmativamente. Ainda de acordo com a autora, a atuação da entidade, assim, prosseguiu – a partir de então, ao invés de grandes eventos como comícios públicos e passeatas, suas atividades voltaram-se mais para o âmbito interno das universidades (ALVES, 1985, p. 116).

De acordo com Angélica Müller (2018, p. 29), esta “internalização” das atividades estudantis perdurou ao longo dos anos seguintes, especialmente após 1968, devido à edição do AI-5 e da repressão aos estudantes que participaram do Congresso de Ibiúna¹⁴, em São Paulo. Enquanto parte do Movimento Estudantil enxergou a luta armada como a única maneira de responder à repressão, outros optaram por realizar atividades silenciosas e resistir no interior de suas instituições de

¹⁴O Congresso de Ibiúna foi uma tentativa de reunião dos membros da UNE com demais estudantes universitários de todo o país, interceptada pelas forças de segurança do regime, em 1968. Muitos militantes foram presos na ocasião.

ensino. Assim, para a historiadora, o recuo das ações da UNE no plano nacional não resultou na desarticulação total da entidade, mas no fato de que os estudantes encontraram outras formas de resistência após a violenta onda repressiva daquele ano de 1968. Nas palavras dela, “foi através desse processo de ‘microrresistências’ que o movimento estudantil pôde ‘reinventar-se’, renovar-se e voltar às ruas como pioneiro na luta pelas liberdades democráticas” (MÜLLER, 2018, p. 31).

Deste modo, o possível entendimento proporcionado pela Doutrina de Segurança Nacional acerca da intelectualidade enquanto potencializadora da capacidade de articular um levante comunista, somado às circunstâncias em torno da União Nacional dos Estudantes e ao contexto prévio ao golpe, que envolvia conflitos dos estudantes da capital catarinense com a ordem então estabelecida, podem ajudar a compreender o que levava os agentes de segurança a atuarem diretamente no cotidiano da UFSC. Mais do que cumprir uma agenda preestabelecida e realizar ações protocolares (já que estudantes e professores eram perseguidos em todo o país), os aspectos mencionados tornavam reais as preocupações sobre o ambiente universitário, tornando imprevisível o cotidiano da universidade e fazendo com que fosse necessário observar de perto qualquer movimentação estudantil.

Assim, a “internalização” das atividades estudantis não impediu que os órgãos de segurança e informação olhassem para as mesmas de forma integrada. Sendo a UNE uma agremiação de alcance nacional, como aponta a própria sigla, os agentes da repressão mantinham a desconfiança de que as ações promovidas pelos estudantes catarinenses não eram isoladas, constituindo parte menor de atividades de grande magnitude. É o que aponta uma série de documentos referentes a eventos realizados por discentes (e mesmo por docentes), os quais revelavam tanto as articulações de diferentes universidades do país com a UFSC quanto o trabalho conjunto dos órgãos do regime em Santa Catarina com as unidades localizadas em outros estados.

O I Conclave Nacional sobre o Ensino Universitário (I CONEU) foi realizado na Universidade Federal de Santa Catarina nos dias 22 e 23 de setembro de 1972. Reunindo estudantes de várias partes do país, sendo as delegações mais numerosas provenientes do Rio Grande do Sul e da cidade de Campinas-SP, seu objetivo era discutir as reformas universitárias pretendidas pelo governo federal, tais quais a cobrança de mensalidades e o fim dos Diretórios Centrais dos Estudantes (DCEs).

O evento rendeu um relatório detalhado sobre sua realização, elaborado pela DCI-SSI-SC e compartilhado com as secretarias de segurança do Rio Grande do Sul, do Paraná, e de São Paulo, além da DSI do Ministério da Educação e do Departamento de Polícia Federal de Santa Catarina (SECRETARIA, 1973c). No documento, fica evidente o aspecto da internalização das atividades estudantis e a percepção mais “global” dos órgãos de segurança.

O primeiro ponto se apresenta na alegação do redator de que “Houve um cuidado por parte dos estudantes de não dar divulgação ostensiva ao encontro, pois apenas um jornal de SC publicou uma pequena nota” (SECRETARIA, 1973c, p. 4). Ou seja, é provável que, tendo ciência das circunstâncias do momento, especialmente no que dizia respeito ao funcionamento das atividades patrocinadas pela UNE (como era o caso do evento em questão), os discentes buscaram se organizar de maneira discreta e manter a reunião circunscrita ao ambiente universitário para não chamar a atenção das entidades de segurança.

Por outro lado, estas últimas acompanhavam de perto o cotidiano da universidade e, como apontado anteriormente, por vezes era difícil identificar infiltrados; o evento foi descoberto, acompanhado e relatado. Mais do que isso, a preocupação com a conexão do mesmo com movimentos mais abrangentes fica explícita nas conclusões do agente relator:

Somente através de uma efetiva troca de correspondência, visitas, *realização de numerosos conclave regionais e nacionais*, absolutamente dentro da legislação em vigor, conseguirão uma *missão ampla* e o fortalecimento dos Diretórios para que, à primeira mudança do status vigente ou à primeira oportunidade válida seja feito o chamamento *de toda massa estudantil* para uma ação de envergadura que, em última análise, atenda aos objetivos expúreos do comunismo e não as verdadeiras reivindicações da classe (SECRETARIA, 1973c, p. 4, grifos nossos).

Sendo assim, foram elaboradas listas com os participantes de cada estado da federação, as quais foram enviadas para suas respectivas secretarias de segurança. Fica evidente a percepção dos órgãos de segurança e informação de Santa Catarina sobre os objetivos abrangentes deste tipo de acontecimento, bem como sua integração com entidades de outras regiões para a resolução dos casos.

Outro exemplo a ser citado, e que pode indicar que esta situação se manteve ao longo da década de 1970, diz respeito à realização da VI Semana de Estudos Sobre Saúde Comunitária (VI SESAC). Realizada entre os dias 08 e 14 de abril de

1979, sua finalidade primária seria a de promover discussões acerca de temas como saúde pública, meio ambiente e sustentabilidade; no entanto, aconteceram diversas manifestações contrárias ao regime vigente, estivessem ou não relacionadas aos temas do evento (SECRETARIA, 1979, p. 2-3). De acordo com o autor do relatório produzido pela DCI-SSI-SC, compareceram delegações de estudantes de onze estados da federação que se reuniram nas dependências da UFSC.

Dentre outros pontos observados pelo redator, as conclusões trazem a informação de que outro evento estudantil aconteceria em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, “com a participação de estudantes de Santa Catarina e entidades convidadas” (SECRETARIA, 1979, p. 6). Foi constatado ainda que “elementos” do Partido Comunista estavam infiltrados no Movimento Universitário, sendo “A primeira meta ressuscitar as organizações estudantis, principalmente a UNE para, posteriormente, assumindo o total controle, manobrar as entidades de acordo com os interesses do PC” (SECRETARIA, 1979, p. 6). Mais uma vez os estudantes são supostamente parte de um movimento que vai além das fronteiras catarinenses, compondo até mesmo planos ideológicos que transpassam a esfera universitária.

Aliás, o temor pelo domínio do Partido Comunista sobre estudantes e professores segue como pauta dos agentes de segurança e informação mesmo no crepúsculo da ditadura militar. No ano de 1982, o Ministério da Aeronáutica recebeu (provavelmente da Base Aérea de Florianópolis) um relatório analisando as atividades dos movimentos estudantis naquele período. O documento inicia afirmando que o Movimento Estudantil já não faz jus ao nome, pois, por meio do contato com “alguns conceitos de teoria política, especialmente os ligados ao teórico do PC italiano ANTÔNIO GRAMSCI, o que é denominado ‘Movimento Estudantil’, hoje, abrange atividades não somente de estudantes secundaristas ou universitários”, mas também dos professores, dos reitores e dos servidores das universidades (CISA, 1982, p. 2).

Mais do que isso, na visão do autor do material, através de uma visão mais ampla estes segmentos englobados pelo Movimento Estudantil alegavam que “estaria ocorrendo uma *‘proletarização’* [grifo no original] de diversas categorias profissionais, através do que procuram identificar as categorias discentes, docentes e os funcionários com o operariado” (CISA, 1982, p. 2). Este clima abria margem, de acordo ainda com o redator, para que infiltrados e dirigentes de classe induzissem as referidas

categorias a instaurarem clima de insatisfação nas universidades e levarem interessados a formarem greves (CISA, 1982, p. 3).

Por conta deste panorama, as manifestações e eventos (especialmente aqueles organizados por docentes, segundo o documento) ultrapassavam os limites desejados por suas principais lideranças, as quais seriam em sua maioria ligados ao PCB e preferiam atos curtos para evitar a dispersão dos envolvidos. Por conta da presença de militantes da ala prestista do partido, do MR-8 e do PCdoB, um movimento grevista de grandes proporções foi deflagrado no ano de 1981 (CISA, 1982, p. 6). A situação da influência de alas radicais de esquerda no Movimento Estudantil e nas atividades de professores universitários teria se agravado em fevereiro de 1982, quando ocorreu na UFSC o I Congresso Nacional de Docentes do Ensino Superior, em que teria se vislumbrado a possibilidade de promover ações mais radicais e penetrantes. Os apoios e custeios do evento teriam vindo

do Reitor ERNANI BAYER, esquerdista influente e ligado ao “CRUB”, entidade pró-marxista no âmbito das altas cúpulas universitárias, propiciando telefone, instalações, transporte, impressão gráfica de material ideológico e convites para o evento, assim como acesso à Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina para obtenção de outros apoios. A esse Congresso compareceram como convidados D. AFONSO NIEHUES, representando a CNBB; o Alienígena FRANCISCO JAVIER ULPiano DE ALFAYA RODRIGUES, representando a ilegal UNE; DANIEL VICTOROV, representando a “Federação Internacional Sindical de Ensino” (entidade de frente do Movimento Comunista Internacional); FRANCISCO ALONSO, membro da comissão pró-Central Única dos Trabalhadores (CUT); RAUL GUENTHER, elemento de esquerda em Santa Catarina, representando a Associação de Docentes da UFSC; e HILTON GOUVEIA LINS, representando a OAB (CISA, 1982, p. 7).

Nos dois últimos casos citados como exemplo (e principalmente neste último) são nítidas as marcas do contexto da reabertura política vivida entre meados dos anos 1970 e dos anos 1980. Primeiramente, é possível tecer uma comparação com aquilo que vimos no subcapítulo anterior acerca dos políticos catarinenses: estes se enquadravam na “oposição consentida”, tendo as narrativas construídas em torno de suas atividades características voltadas para sua suposta incapacidade de gerir o país, com apelo a temas como corrupção e falta de compostura. Já categorias como as dos estudantes, professores e mesmo servidores das universidades continuaram na mesma linha de vinculação ao comunismo e teorias conspiratórias de abrangência nacional – agora, no entanto, possuíam um *plus*: a conexão com o movimento

operário, como foi possível observar no supracitado documento enviado ao Ministério da Aeronáutica.

A parceria entre estudantes e o operariado na UFSC não era novidade, já que, como afirma o ex-estudante Célio Espíndola:

Quando havia movimentos sociais, ou melhor, dos trabalhadores, dos trabalhadores da água, dos trabalhadores do transporte, de várias... da construção civil, o movimento estudantil estava junto. E a liderança de Mastela e de outros era muito clara nos comícios que faziam na frente da prefeitura, na frente do departamento de obras, no centro da cidade. Se faziam esses movimentos. E os trabalhadores iam comer no Restaurante Universitário. Durante o tempo de greve eles comiam no Restaurante Universitário, de graça. Que era uma relação mais, então, mais de abraçar até na hora da comida (ESPÍNDOLA, 2018).

Apesar deste vínculo ter existido praticamente desde o início da ditadura militar, o intuito de construir narrativas que aproximassem ambas as categorias no período da reabertura política pode ser interpretado como tentativa de diferenciar que tipos de movimentos contestatórios eram permitidos e quais eram prejudiciais ao processo de reabertura controlada desejado pelo regime. Afinal, não foram encontrados na documentação utilizada na presente pesquisa outros materiais que pontuassem de maneira tão incisiva relações entre as partes em Santa Catarina, tampouco que construíssem teorias tão elaboradas envolvendo supostos planos da oposição para a subverter a ordem então vigente.

De acordo com Marcos Napolitano, o período que se seguiu a partir de 1975 foi marcado pelas negociações dos governos militares (sob a presidência de Ernesto Geisel e João Batista Figueiredo) com setores da “elite política” brasileira, representados em especial pela Ordem dos Advogados Brasileiros-OAB, por setores progressistas da Igreja Católica, pela Associação Brasileira de Imprensa-ABI e por políticos da oposição (NAPOLITANO, 2014, p. 236-251). Em contrapartida, as disputas entre os representantes do regime e os movimentos populares, dentre os quais o estudantil e do operariado, eram ainda marcados pela violência dos órgãos de repressão. Foi o caso das greves e comícios do ABC Paulista, liderados por Luís Inácio Lula da Silva, os quais foram intensamente reprimidos pelas forças de segurança (NAPOLITANO, 2014, p. 250), e das tentativas de reorganização da UNE em 1977, primeiro em Minas Gerais (na UFMG) e depois em São Paulo (na PUC), que

caracterizou o episódio de maior violência contra os estudantes desde 1968 (MOTTA, 2014, p. 352).

Logo, vincular estudantes e professores da UFSC à movimentos dos trabalhadores urbanos significava pontuar sobre quem a repressão deveria seguir atuando, sob a justificativa da ilegalidade deste tipo de oposição, e contra quem o combate deveria se dar na esfera da retórica, da propaganda e da difamação (tanto nos informes dos órgãos de segurança que circulavam internamente quanto na imprensa), sem necessariamente ser utilizado o recurso da violência.

A necessidade de se utilizar a força nos casos envolvendo estudantes, professores e sua parceria com os operários é explicitada no mesmo relatório enviado ao Ministério da Aeronáutica citado anteriormente: “A greve que atinge os docentes, os servidores e os alunos das Instituições de Ensino Superior, tem como antecedentes a impunidade diante de outros movimentos”, além de que “assim como a falta de uma linha de ação coerente para o trato desses assuntos (...) estimula a omissão” (CISA, 1982, p. 15). Ou seja, o remédio para as manifestações e greves seriam as punições – o que provavelmente recolocaria a oposição no estado de inércia em que esteve durante o governo Médici, quando a intensa repressão baixou sobre parte da sociedade brasileira o sentimento de incapacidade de resistir ao regime ditatorial.

Enfim, de 1964 em diante as entidades responsáveis pela vigilância e segurança política em Santa Catarina passaram a circular e a interferir frequentemente no interior da UFSC, tornando estudantes, professores e mesmo servidores alvos constantes de ações repressivas. As narrativas presentes na papelada produzida pelos agentes da Secretaria de Segurança e Informações, do NAFL, do 5º Distrito Naval, da DOPS-SC e possivelmente da BASAER-FL vinculavam tais figuras aos típicos chavões ideológicos dos militares, principalmente ao comunismo e seus partidos. Tal padrão foi encontrado tanto nos anos 1960 quanto nas décadas de 1970 e 1980, com a diferença de que nestes últimos dois períodos o meio universitário foi colocado em conjunto a outros movimentos populares entendidos enquanto a parte ilegal da oposição civil aos governos militares. Entretanto, tudo isso não impediria que em 1979 os estudantes da UFSC protagonizassem um dos episódios mais marcantes da oposição à ditadura militar em Santa Catarina: a Novembrada.

O discurso governista da segunda metade da década de 1970 já não poderia mais se ancorar em seu principal argumento: o chamado “milagre econômico”. O período se caracterizou pelo aumento dos preços da gasolina e de produtos básicos como o arroz e o feijão, impactando diretamente no cotidiano do povo brasileiro (IERI, 2011, p. 13). A política externa também não andava em seus melhores dias... Os Estados Unidos, antes os maiores parceiros do governo militar do Brasil, buscavam se desvencilhar do autoritarismo que eles mesmos auxiliaram a estabelecer nos países da América Latina, especialmente após as pressões vindas de organizações internacionais (como a *Human Rights Watch*, por exemplo).

O presidente James Carter, então, tomava medidas que auxiliavam a manter as aparências de “preocupação” com as violações de direitos humanos, tais quais a imposição de sanções econômicas e o rompimento de acordos estabelecidos ainda na década anterior, contribuindo para a crise de um Brasil já mergulhado em problemas políticos e sociais. Os efeitos também eram sentidos em Santa Catarina.

Se o presidente-general João Baptista Figueiredo buscava oportunidades de alavancar sua popularidade, os catarinenses talvez esperassem por uma chance de expressar seu descontentamento. Para o dia 30 de novembro de 1979 estava marcada uma visita do comandante à capital de Santa Catarina, Florianópolis – a brecha não demoraria a vir; faltava o “empurrão” para que cobranças e manifestações fossem realizadas. E quem impulsionaria a população local? Sim, eles mesmos: os estudantes.

O então governador do estado, Jorge Bornhausen, apoiou a visita de Figueiredo afirmando ser o povo catarinense ordeiro, com ânimos calmos, não dado a grandes distúrbios. A agenda do general envolvia uma fala ao público, feita das sacadas do Palácio Cor de Rosa (palácio do governo, à época, hoje conhecido como Palácio Cruz e Souza) e um encontro menos formal no “senadinho” do tradicional café Ponto Chic, ambos no centro da cidade. Além disso, haveria uma churrascada em um restaurante de Palhoça, município da Grande Florianópolis, com a presença de Bornhausen e de apoiadores do governo (UFSC, 2018, p. 230). Mais do que a tentativa de aumentar seu prestígio junto à população, o objetivo da visita de Figueiredo era inaugurar uma placa doada por ele à cidade, a qual homenageava Floriano Peixoto, e possivelmente anunciar a SIDERSUL, base energética de carvão (UFSC, 2018, p. 227).

Mas a confiança de que a paz seria mantida e de que a população receberia Figueiredo de bom grado subestimava a indignação de universitários que, como vimos neste mesmo subcapítulo, não se calavam ante ao autoritarismo; inclusive, uns tantos já haviam sido presos e torturados por isso. A leitura feita pelo governador do estado também ignorava o próprio contexto recente da cidade: os anos 1960 e 1970 marcaram o crescimento urbano de Santa Catarina e de sua capital. Os denominados Planos de Meta do Governo (PLAMEG I e II) possibilitaram a conexão entre cidades do interior e do litoral através da construção de novas rodovias, ampliaram o funcionalismo público com o estabelecimento de instituições do Estado e aumentaram o nível de vida da população catarinense de modo geral.

Tudo isso permitia a circulação de pessoas por mais áreas diferentes, o que contribuía para maior difusão de notícias; permitia também o transporte de presos políticos de um município a outros, tanto quanto o deslocamento dos amigos e familiares que buscavam por eles. A importância deste contexto vem do fato de que, na ânsia por demonstrar que Santa Catarina estava ao lado do regime, Jorge Bornhausen solicitou que os órgãos públicos de todo o estado enviassem seus funcionários para participar do evento (UFSC, 2018, p. 227).

Como é sabido, funcionários públicos foram perseguidos em todos os cantos do país e, bem como aponta Clarissa Santos, Santa Catarina teve sua cota de presos neste nicho (SANTOS, 2015, p. 9-14). Vimos também que durante a Operação Limpeza, em 1964, e a Operação Barriga Verde, em 1975, foram presos desde professores até bancários, oriundos de diversas partes do estado. Forçar a participação de trabalhadores do setor público em uma ocasião que visava homenagear o representante da ditadura que os violentou, ainda com a proximidade de indignados grupos estudantis, se mostraria um erro. Especialmente quando se recebe como presente uma placa que homenageia o homem que, durante a Revolução Federalista (1893-1895), executou 185 pessoas do local por oposição ao seu governo e ainda batizou a cidade com seu próprio nome. Em 1979 se discutia, inclusive, a troca do nome “Florianópolis” justamente pelo contexto que o envolvia (IERI, 2011, p. 15).

Chegou então o dia e a hora do general-presidente falar aos catarinenses. Momentos antes de sua aparição nas sacadas do Palácio Cor de Rosa, os estudantes já distribuíam panfletos às demais pessoas presentes. E eis a surpresa: mais do que

pegar o material, a população se engajou na distribuição do mesmo (UFSC, 2018, p. 229). Taxistas bradavam contra o aumento abusivo do preço da gasolina, enquanto donas de casa batiam panelas em protesto contra o valor de itens básicos da alimentação (IERI, 2011, p. 16); tudo isso enquanto o governador Jorge Bornhausen, juntamente do reitor da UFSC, Caspar Erich Stemmer, e do arcebispo de Florianópolis, Dom Afonso Niehues, foram receber o general-presidente no Aeroporto Hercílio Luz. Rosângela Souza, estudante à época, relembra o clima: “éramos 150 pessoas mais ou menos, e tinham uns 4.000 servidores públicos, tinha muita gente, e muitos servidores públicos” (UFSC, 2018, p. 227).

Montado o palco, ansiosos os espectadores, faltava a estrela do dia. Quando João Baptista Figueiredo se postou na sacada do Palácio e ensaiou suas primeiras palavras, foi prontamente abafado por vaias e brados indignados da população: “Abaixo Figueiredo!”, “Mais arroz e mais feijão!”, “Chega de sofrer, o povo quer comer!” (UFSC, 2018, p. 228). A reação do general-presidente foi encostar a ponta do dedo indicador à ponta do polegar, mantendo os três dedos restantes erguidos, de forma semelhante ao sinal de “OK” (IERI, 2011, p. 14). Os presentes interpretaram o gesto como uma ofensa e responderam com insultos à mãe do militar, iniciando-se assim um tumulto generalizado. Para piorar, a atitude de Figueiredo não poderia ter sido menos imprudente. Irritado, impulsivamente desceu da sacada do Palácio para confrontar o público, afirmando que “povo” não era aquele pouco de gente, que sua mãe não estava em pauta e por aí vai (IERI, 2011, p. 15). Foi como jogar gasolina em uma fagulha que momentos antes já dava os primeiros sinais de fumaça; até a placa em homenagem a Floriano Peixoto foi destruída na confusão (UFSC, 2018, p. 228).

Os agentes da Polícia Militar que estavam responsáveis pelo resguardo do general-presidente, em pequeno número devido à baixa expectativa de que algum distúrbio pudesse ocorrer, formaram um cordão entre o povo revoltado e Figueiredo. Apesar do frágil sistema de segurança montado para a ocasião, Figueiredo conseguiu se dirigir ao café Ponto Chic, localizado próximo ao Palácio, onde recebeu o diploma de cidadão de Florianópolis. Alguns dos presentes, especialmente os estudantes, ainda tentaram prosseguir com os protestos, mas nada de grande relevância ocorreu (IERI, 2011, p. 15). Em seguida, o militar rumou para o município de Palhoça para completar sua agenda.

Naquele dia nenhum dos envolvidos foi preso. As perseguições se iniciaram no dia seguinte, no sábado pela manhã, após fotógrafos infiltrados na multidão que acompanhava o evento registrarem os rostos de alguns dos manifestantes. Em entrevista a Luís Felipe Falcão¹⁵, a já mencionada Rosângela de Souza conta que morava com uma amiga nas proximidades da UFSC; por achar mais seguro, decidiu passar um tempo na casa dos pais, que residiam em um município vizinho, São José. Entretanto, a estratégia não deu certo e a jovem foi presa diante da família por três policiais federais armados com metralhadoras, às 6 horas da manhã. Para agravar a situação, ela portava uma grande quantidade de documentos clandestinos – prontamente orientou sua irmã a queimá-los no fogão. A irmã, paralisada e aos gritos, nada fez, levando Rosângela a jogar os papeis embaixo da cama. Sua chorosa mãe permitiu que os agentes vistoriassem a casa, confiante de que a filha não possuía ligações com “comunistas”; por sorte ou comoção, os policiais decidiram sair sem revistar o local, apenas levando a estudante e a conduzindo ao prédio do Departamento de Polícia Federal, em Florianópolis (SOUZA, 2014, p. 388-389).

Além dela, os outros estudantes identificados e perseguidos foram Marize Lippel, Geraldo Barbosa, Newton Vasconcelos Júnior, Hamilton Alexandre, Lígia Geovanella e Adolfo Dias, presidente do Diretório Central dos Estudantes – estes dois últimos fugiram para o município de Rio dos Cedros e se entregaram dias depois, sendo todos os outros detidos e enquadrados na Lei de Segurança Nacional naquele mesmo sábado (IERI, 2011, p. 16). Não há registros de torturas físicas aplicadas aos estudantes, apenas uso de ameaças e de artifícios de natureza psicológica, como a exposição a uma intensa luz visando desestabilizá-los durante os interrogatórios (IERI, 2011, p. 16). Ficaram também incomunicáveis por vários dias, até serem transferidos para Curitiba e julgados por um Tribunal Militar. Julgados em 1981, todos foram absolvidos por falta de provas (UFSC, 2018).

No que diz respeito aos órgãos catarinenses envolvidos, há menções apenas à Polícia Militar, a qual entrou em confronto com a população no momento das manifestações, e à Polícia Federal, que realizou as prisões no dia seguinte e os manteve encarcerados provisoriamente em suas dependências – como vimos até aqui. O interessante a se observar nas prisões decorrentes da Novembrada diz

¹⁵Falcão faleceu em 2020, tendo sido um dos grandes historiadores que a Universidade do Estado de Santa Catarina já teve em seu corpo docente. Aproveito o espaço para fazer uma reverência ao grande pesquisador e professor que ele foi.

respeito ao comportamento das instituições e de seus agentes em relação aos acusados. Se os estudantes presos não sofreram com a tortura, tal fato não se deve somente ao momento da reabertura política que permeava o contexto nacional do final da década de 1970; mesmo evitando criticar de forma contundente o regime, os jornais locais deram ampla cobertura para os acontecimentos, noticiando os passos seguintes à prisão dos jovens. E não tardou que a imprensa de outros estados também lançasse os holofotes sobre os desdobramentos da situação, levando periódicos como “O Estado de São Paulo” e o “Correio Braziliense” a acompanharem o caso (SILVEIRA, p. 27-28).

Além disso, os advogados e médicos insistiam em participar dos momentos em que os universitários eram interrogados, somados à pressão exercida pela própria população catarinense, estimulada pelas reportagens constantes sobre o assunto (IERI, 2011, p. 16). Toda esta mobilização, na verdade, ia muito além dos tumultos da Novembrada – as cicatrizes da Operação Barriga Verde, desencadeada quatro anos antes e que tivera seu fim somente alguns meses antes com a Lei de Anistia de 1979, ainda ardiam no povo de Santa Catarina. Novos excessos, torturas e violências não seriam tolerados (IERI, 2011, p. 16).

Como um tempero adicional, em 7 de julho de 1976, a “fama” de cidade pacata e conivente com o regime surgiu: um delegado prendeu e um juiz condenou Gilberto Gil à internação no Instituto Psiquiátrico de São José, por porte de maconha no hotel em que estava juntamente com Gal Costa, Maria Betânia e Caetano Veloso, sem que grandes manifestações de repúdio fossem realizadas em Santa Catarina (SOUZA, ANO, p. 384). Depois de uma operação que encarcerou e torturou quase 50 catarinenses, muitos deles então ainda presos e em agonia, o rótulo de tranquilidade e aceitação aos termos impostos pela ditadura soava quase como uma ofensa, a qual ficou engasgada até 1979. Uma recepção calorosa ao ditador na capital de seu estado, recebendo como presente uma placa em homenagem a outro governante autoritário que reprimiu cidadãos catarinenses, seria um escárnio. Na novembrada, Santa Catarina “revirava do avesso a aura que havia herdado e despontava como um símbolo de resistência ao regime ditatorial” (SOUZA, ANO, p. 384).

No centro de tudo estavam os estudantes. Fosse no estouro do golpe ou na demonstração de que a reabertura não apagava os terrores perpetrados contra a sociedade civil, a força estudantil resistia. Vigados de perto pela DOPS-SC e pela

Polícia Civil, acossados constantemente pelas polícias Militar e Federal, sempre no radar do 5º DN, foram o principal foco de embate ao governo dos militares em Santa Catarina. Suas memórias fazem parte de uma história do estado nem sempre lembrada, mas que não pode ser esquecida. Jamais.

3 A REPRESSÃO “JUSTIFICADA”: OS “SUBVERSIVOS” EM SANTA CATARINA

3.1 PARTIDOS POLÍTICOS E SEUS MEMBROS: OS ADVERSÁRIOS ELEITORAIS

Observou-se ao longo da presente pesquisa a busca por parte das referidas instituições em Santa Catarina, em um primeiro momento, por possíveis “subversivos” entre políticos de menor envergadura ou mesmo entre sujeitos que não possuíam carreira política, mas que de algum modo estavam conectados aos partidos da oposição. Neste sentido, dois elementos eram bastante recorrentes nos trabalhos dos órgãos envolvidos em ações repressivas no alvorecer da ditadura: os Grupos dos 11 Companheiros (também conhecidos como Comandos Nacionalistas) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Vejamos.

Como vimos no subcapítulo 2.1, algumas regiões do estado já possuíam certo histórico que envolvia de uma única vez os dois principais fatores ligados aos Grupos dos 11: o PTB e o próprio Brizola. Entretanto, a historiografia catarinense, através do trabalho de Diego Pacheco (2011), traz uma interessante concepção no que diz respeito à real influência do Partido Trabalhista Brasileiro nas células catarinenses dos “G11”:

Se considerarmos o PTB como o ventre dos grupos dos onze não conseguiremos avaliar com a devida atenção a formação dos comandos nacionalistas em Santa Catarina. Os petebistas catarinenses foram, tradicionalmente, uma terceira força nos ditames partidários do estado. Sempre ligados ao PSD – em alguns casos até a UDN – os petebistas possuíam pouca influência nas áreas rurais e pouco alcance em Florianópolis. Porém, se flexibilizarmos a avaliação sob o viés de uma nova concepção histórica política, perceberemos a ação de novos atores. Pessoas que enxergavam a atuação política como uma estratégia viável para garantir e aprofundar as suas conquistas sociais, dentro ou fora dos partidos políticos de então (PACHECO, 2011, p. 122-123).

Ainda de acordo com o autor, boa parte dos integrantes desses Grupos dos 11 eram trabalhadores essencialmente urbanos, como “operários, consertadores, funcionários públicos, bancários, carteiros, barbeiros, açougueiros, telegrafistas e comerciantes” (PACHECO, 2011, p. 125), os quais não necessariamente possuíam conexões com a vida política ou com qualquer partido. Seu objetivo era a luta por seus direitos – isso quando o recrutamento não era feito com indivíduos que nem mesmo compreendiam do que se tratava exatamente unir-se à agremiação, fazendo-o apenas por “camaradagem” com amigos que os convidavam a assinar as listas de filiação. De

qualquer modo, eram agrupamentos de caráter muito mais popular do que essencialmente ideológico.

Cabe ressaltar ainda que, como dito anteriormente, uma das poucas operações realmente grandes em Santa Catarina foi a “Operação Limpeza” deflagrada já no dia 31 de março de 1964, horas antes do golpe ser efetivado, e que se estendeu pelo restante do mês de abril daquele ano. Eustácio Odorico Padilha, citado no capítulo anterior quando falamos sobre as operações de busca dos suspeitos, era técnico em contabilidade e residente na cidade de Lages, na serra catarinense. Foi preso no dia 9 de abril de 1964 em sua casa, tendo ficado detido e incomunicável por 11 dias no 2º Batalhão Rodoviário do município. Lá foi interrogado pelo capitão do exército Jorge Feijó que, como primeiro questionamento, escolheu perguntar se Eustácio sabia dizer o motivo de ter sido preso; o interrogado afirmou que desde a infância, “por influência de seu pai admirava o Getúlio e votou em seus partidos desde a primeira vez em que votou; veio assim nos dias atuais a se sentir ligado ao PTB” (PADILHA, 1998, p. 8).

Filiado ao partido, Eustácio era amigo de Evilásio Caon (então deputado estadual e uma das principais lideranças da sigla), o qual lhe conseguiu um emprego no antigo Serviço de Assistência Médica Domiciliar de Urgência (SAMDU). Contou ao Capitão Jorge Feijó, durante depoimento prestado na delegacia municipal, ter tido um pequeno atrito com um tal Eurávio Zanoni, por este lhe chamar de “pelego” e dizer que ele estava no partido apenas para conseguir um emprego junto a um dos deputados, ao que Eustacio respondeu que era melhor ser pelego do que *comunista barato* (PADILHA, 1998, p. 8).

A estratégia de Eustácio de evocar o “comunismo” reforça algo que já vimos no capítulo anterior ao tratarmos da Operação Limpeza: os agentes da repressão possuíam uma visão não muito clara sobre o que ou quem seriam exatamente os comunistas. Aparentemente, prenderam Eustacio pelo simples fato de estar filiado ao PTB, partindo do pressuposto de que todos aqueles filiados aos partidos de oposição fossem adeptos do comunismo; a frase do depoente pode ser encarada como uma maneira de diferenciar as coisas, dizendo que ter ligação com o PTB não necessariamente o colocava na condição de comunista. Esta visão estreita, generalizante e acrítica dos militares, exemplificados aqui na figura de agentes do 2º Batalhão Rodoviário de Lages, levava para a detenção indivíduos que ligação alguma possuíam com os conceitos comunistas. Ou ainda que aparentemente até eram

contrários aos mesmos, como parece ser o caso de Eustácio, o qual negou veementemente qualquer posicionamento ideológico e sobre quem não foram obtidas provas do contrário.

Na mesma cidade de Lages, outros interrogatórios foram realizados procurando conectar células do PTB diretamente aos Grupos dos 11. João Rath de Oliveira, preso em sua residência por policiais militares e soldados do exército, teria sido um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro no município, estando na diretoria de 1945 a 1950 e permanecendo apenas como membro filiado a partir de então. Ficou detido no 14º Batalhão Rodoviário de Lages e foi interrogado também pelo capitão Jorge Feijó, que o questiona se um tal “Dr. Luiz Rodrigues Bicca” havia sido arregimentado pelo PTB – o sujeito seria um médico que estaria recrutando membros para os Grupos dos 11 na região (OLIVEIRA, 1998, p. 2-8).

A escolha de fazer este questionamento a João se dava pelo fato de que, antes mesmo de sua prisão, parecia já haver uma espécie de “teoria” sobre a formação de um destes grupos na região serrana de Santa Catarina. O Inquérito Policial Militar instaurado para investigar o caso, assinado pelo capitão do exército Hiram de Aguiar e Souza, traz a informação de que uma célula dos Comandos Nacionalistas estaria se formando em Lages como consequência do “acirramento político desenvolvido ultimamente no país, causado pelo ex-deputado Leonel Brizola” e que o PTB era “naturalmente ligado a ideias esquerdistas”, fazendo com que surgisse uma ala brizolista na cidade, a qual teria promovido uma reunião para formar a agremiação local. Foi a partir de uma suposta lista de assinaturas colhidas nesta reunião que o inquérito teve início (OLIVEIRA, 1998, p. 14).

Esta insistência na conexão dos políticos catarinenses do PTB com os Grupos dos 11 feita pelas polícias e pelos regimentos militares do estado pode ter duas justificativas. A primeira delas é o clima político turbulento ocasionado pela ruptura institucional decorrente do golpe civil-militar, o qual superdimensionou o suposto “perigo” representado pelas esquerdas do país, fazendo a política nacional operar na relação dual entre aqueles que queriam defender a ordem vigente e aqueles que queriam alterá-la. Esta dualidade acarretava na homogeneização de campos políticos heterogêneos e na dificuldade de estabelecer o que *exatamente* caracterizava o elemento perigoso, especialmente no que dizia respeito à oposição. A falta de precisão nas definições acerca do que eram de fato aspectos como o comunismo e

seus adeptos tornava qualquer pessoa um subversivo em potencial – fator que possuía como agravante ligações, mesmo que no passado, com partidos à esquerda do espectro político.

Assim, quando agentes de segurança enxergavam a liderança de um partido da oposição conclamando os trabalhadores a formarem grupamentos para lutarem por seus ideais, sem a necessária criticidade para perceber que nem todos os filiados e candidatos petebistas eram necessariamente concordantes com Brizola, o que se tem é a visão generalizante de que qualquer um que em algum momento tenha tido conexão com a sigla possa fazer parte de Grupo dos 11 por sua suposta inclinação “subversiva”.

A outra hipótese está relacionada à primeira, mas se diferencia pela intencionalidade. Como também vimos no primeiro capítulo, era comum que órgãos como o Núcleo Agência de Florianópolis (NAFL/SNI) e o 5º Distrito Naval criassem histórias com começo, meio e fim para justificar prisões e perseguições. Quando defrontados com um estado em que boa parte das cidades prestou apoio à Campanha da Legalidade Brizolista, os agentes do regime tinham todos os elementos necessários para criar uma narrativa coesa que atendesse às suas intenções. O que interessava era tanto desmobilizar políticos e partidos opositores quanto neutralizar possíveis focos populares de oposição, importando menos os detalhes que conectavam (ou distanciavam) estes fatores e mais como poderiam sustentar uma narrativa que servisse como base para efetuar operações repressivas.

Mais do que isso, a construção destas narrativas não se limitou em Santa Catarina somente aos Grupos dos 11, podendo ser reveladoras de aspectos sobre o trabalho dos diferentes órgãos de segurança e informações atuantes no estado, nos dando margem para tecer análises acerca de suas atividades para além dos atos de espionar, perseguir e prender pessoas. Para produzirmos algumas análises neste sentido, acompanharemos agora relatórios produzidos ainda na década de 1960 pelo 5º Distrito Naval sobre três políticos com mandatos em Santa Catarina: Francisco Dall’igna, Lecian Slowinski e Armínio Douzel de Andrade.

Francisco Roberto Dall’igna era médico e elegeu-se deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro em 1962, ocupando cadeira na Assembleia Legislativa catarinense; pela coligação PTB-PSD, foi eleito vice-governador de Ivo Silveira em 1965. Com a aproximação das eleições do ano de 1970, foram produzidos relatórios

pelo 5º Distrito Naval versando não somente sobre os possíveis candidatos ao pleito, como também acerca da situação de políticos cassados nos anos anteriores – foi este o caso de Francisco Dall’igna. Quando vice-governador, teve seu mandato interrompido em decorrência do Ato Institucional nº 2, ainda no ano de 1966. Em 1970, o 5º Distrito Naval produziu um dossiê sobre ele, tendo reunindo documentos obtidos na DOPS-SC, na agência nacional do SNI, no CENIMAR e nos arquivos do próprio 5º DN. O documento foi intitulado com o próprio nome do político.

De acordo com este dossiê, Dall’igna ocupava em 1968 o cargo de diretor da construtora COMASA e teria “enriquecido ilicitamente em transações desonestas de compra e venda de terrenos com a COHAB” (5º DISTRITO NAVAL, 1970a, p. 7). Mais do que isso, era apontado como o “testa de ferro” de Ivo Silveira, sendo seu intermediário nos negócios (não especificados) com os tais terrenos – o então governador de Santa Catarina, de acordo com o documento, teria sido eleito com propaganda eleitoral bancada por dinheiro público oriundo destas negociações (5º DISTRITO NAVAL, 1970a, p. 8). Além das conexões com Ivo Silveira, um documento que compunha o dossiê e que possuía o cabeçalho da agência nacional do SNI, indicava que Dall’igna era “Um dos principais dirigentes do PTB/SC e muito ligado a DOUTEL DE ANDRADE, LEONEL BRIZOLA e JOÃO GOULART (...) Considerado, ao lado de EVILÁSIO CAHON, o mentor intelectual do PC/SC” (5º DISTRITO NAVAL, 1970a, p. 8).

A leitura deste último ofício coloca o ex-vice-governador como uma pessoa inescrupulosa, corrupta e aproveitadora da máquina pública para benefício próprio. Ele era apontado em Brusque-SC, no ano de 1965, como “elemento espertíssimo. Tendo chegado, a poucos anos, do RS, hoje é homem de renda mensal de 3 milhões de cruzeiros” (5º DISTRITO NAVAL, 1970a, p. 9). Mais do que isso, controlaria os sindicatos deste mesmo município, além da Caixa Econômica Federal, o IAPI, o SESI e o SAPS, mantendo “ligações com elementos do Ministério do trabalho, acusados de corrupção” (5º DISTRITO NAVAL, 1970a, p. 9).

É dito que, quando deputados gaúchos (não especificados quais ou quando) visitaram a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, Dall’igna planejava tumultuar a sessão caso os parlamentares do Rio Grande do Sul atacassem a figura de Leonel Brizola. Diz o relatório que ele teria se reunido em junho de 1965 com os principais líderes do PTB, inclusive com o “criador dos ‘Grupos dos 11’”; que era porta-voz de

Doutel de Andrade, que ambos teriam viajado pelo interior de Santa Catarina pregando contra o regime, que era líder de G11 em Brusque, que era articulador do Partido Comunista no estado, que obtivera caminhões da Fábrica Nacional de Motores de forma irregular... E a lista vai longe. O documento se encerra com a informação de que Dall'Igna controlava documentos referentes ao comunismo e que teria se livrado dos mesmos quando o golpe ocorreu (5º DISTRITO NAVAL, 1970a, p. 10).

Já Lecian Slowinski foi deputado estadual pelo PSD (eleições de 1950, 1954, 1958, 1962) e pela ARENA (1966); em 1965 foi eleito presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (ainda no PSD), sendo reeleito em 1966-67. Do mesmo modo que Dall'Igna, Slowinski teve no ano de 1970 um dossiê preparado pelo 5º Distrito Naval acerca de suas atividades, também batizado com o nome do político, contendo documentos deste próprio órgão (incluindo o Inquérito Policial Militar a que o deputado havia sido submetido), do CENIMAR, da Assembleia Legislativa e da Comarca de Araranguá (5º DISTRITO NAVAL, 1970b).

O motivo da suspeita sobre Slowinski teria ligação com a suposta corrupção envolvendo a campanha eleitoral de Ivo Silveira para o governo do estado, em 1966. O engenheiro da 13ª Residência do Departamento de Estradas de Rodagem da Secretaria de Viação e Obras Públicas, Gerd Gustav Leyen, acusava o deputado de tê-lo coagido a desviar verbas da secretaria para financiar propagandas durante as eleições de 1965. Além disso, havia uma acusação inusitada: Slowinski teria utilizado o dinheiro para comprar máquinas fotográficas, as quais teriam sido usadas para fotografar pessoas na rua com o intuito de chantageá-las através das imagens, convencendo-as a votarem em Ivo Silveira (5º DISTRITO NAVAL, 1970b, p. 6).

O dossiê informa que antes de 1960 o então deputado era bastante ativo em ações de oposição aos governos udenistas do estado, principalmente porque sua região teria sido esquecida pelas gestões dos Konder-Bornhausen. Com a chegada de Celso Ramos ao posto de governador, boa parte das demandas de Slowinski teria sido atendida, elevando-o à posição de principal responsável pelo desenvolvimento do sul catarinense (5º DISTRITO NAVAL, 1970b, p. 7-8). É aqui que o dossiê segue rumos diferentes daquele produzido sobre Dall'Igna: os julgamentos de conduta sobre Lecian Slowinski são positivos.

Primeiramente, é dito que o deputado teria sido, na verdade, vítima de um golpe. O engenheiro Gerd Gustav Leyen seria viciado em jogos de azar e teria perdido

milhões de cruzeiros destinados ao Departamento de Estradas e Rodovias, fazendo então negócios com o delegado local para incriminar Slowinski e outros sujeitos (5º DISTRITO NAVAL, 1970b, p. 8). As acusações eram baseadas em bilhetes que o engenheiro teria recebido do político, em que dava orientações sobre como desviar o dinheiro. No fim das contas, o Tribunal de Justiça inocentou o deputado por falta de qualquer prova convincente que pudesse incriminá-lo, sendo o primeiro juiz (que decretara sua prisão preventiva) removido do caso e tendo suas atitudes avaliadas pelo Conselho Disciplinar de Magistratura. O delegado foi exonerado do cargo (5º DISTRITO NAVAL, 1970b, p. 9).

Esta justificativa é acompanhada por outros documentos que compõem o dossiê, como cartas de recomendação do governador Ivo Silveira enviadas diretamente para o general presidente Emílio Garrastazu Médici, indicando Slowinski para o Tribunal de Contas da União e exaltando os serviços prestados pelo sujeito ao estado de Santa Catarina (5º DISTRITO NAVAL, 1970b, p. 10). Além disso, consta um informe destinado a Agência Central do SNI contendo resumos sobre suas atividades enquanto deputado, no qual chegou-se à conclusão de que era “político moço, honesto, dinâmico e independente, qualidades que o projetam na política do estado” (5º DISTRITO NAVAL, 1970b, p. 7). As acusações foram julgadas improcedentes.

Antes de passarmos às análises, relataremos o último de nossos exemplos: Armindo Doutel de Andrade. Nascido no Rio de Janeiro, possuía ligações com João Goulart desde a época do governo de Getúlio Vargas, no qual fora nomeado advogado do Banco do Brasil. Homem de confiança de Jango, foi indicado pelo mesmo para chefiar a célula catarinense do PTB em 1958, elevando a importância da sigla no estado e vindo a ser eleito vice-governador de Celso Ramos em 1960. Com a imposição do bipartidarismo, articulou e liderou o MDB de Santa Catarina, tendo sido cassado pelo Ato Institucional nº 2 em 1966 e aposentado da profissão de advogado pelo Ato Complementar nº 1 do AI-5, em 1969. Participou também da elaboração da Frente Ampla (CARNEIRO, 2010).

Assim como os supracitados Francisco Dall’Igna e Lecian Slowinski, Doutel de Andrade também foi tema de um dossiê produzido pelo 5º Distrito Naval. As descrições das atividades de Doutel envolvem, para variar, participação em eventos contrários ao regime, assinaturas de documentos sobre a intervenção em Cuba,

contatos com líderes sindicais comunistas (nunca especificados), tentativas de reorganização do PCB, ligações com Grupos dos 11, visitas a lideranças da igreja, organização de manifestações junto ao movimento estudantil por ordem de Brizola, proximidade com figuras como Aldo Pedro Dittrich (um dos grandes opositores ao regime em Santa Catarina), conivência com guerrilheiros de Foz do Iguaçu e, como não poderia faltar, farra com dinheiro público – ele teria comprado um apartamento duplex e gastado 80 milhões de cruzeiros na decoração, de acordo com o documento. Ele teria ainda recebido carta de Juscelino Kubitschek criticando as medidas autoritárias do governo militar e assumido a posição de porta-voz de João Goulart (5º DISTRITO NAVAL, 1970c, p. 5-11).

Temos então três exemplos de políticos atuantes em Santa Catarina, sobre os quais foram produzidos dossiês pelo 5º Distrito Naval acerca de suas atividades ao longo do mesmo recorte temporal (até 1970, pegando o período de execução do golpe e estabelecimento da ditadura militar), sendo dois pertencentes às fileiras da oposição ao regime e um membro do partido governista. O primeiro ponto a ser observado diz respeito aos planos do governo federal em relação a Santa Catarina, com base em uma leitura acerca da política tradicional do estado, e em como tal planejamento possivelmente afetava o trabalho dos órgãos de segurança e informação. Explico.

Como vimos logo antes, Dall’Igna era apontado como “subversivo”, articulador do Partido Comunista em Santa Catarina, pregador contra o regime, corrupto, aproveitador e todo o resto - ao mesmo tempo, seria o “testa de ferro” de Ivo Silveira, chefiando seu esquema de corrupção e se expondo ao risco para utilizar dinheiro público na campanha eleitoral do ex-governador. Se Francisco Dall’igna era de fato o sujeito pintado pelos redatores dos documentos, inclusive tendo participação crucial em um suposto caso de desvio de verba para beneficiar Ivo Silveira, seu candidato ao governo catarinense, poderíamos supor que este mesmo candidato também fosse “comunista, subversivo e aproveitador”, merecendo ter seu mandato cassado pelo Ato Institucional.

No entanto, não foi o que aconteceu com Ivo Silveira. Diferentemente do ocorrido com Dall’igna, o então governador de Santa Catarina cumpriu integralmente seu período no executivo estadual e não há registros de perseguições mais incisivas sobre o mesmo ou que alguma acusação tenha saído do campo das especulações. O mais provável é que, por representar os interesses de uma das duas famílias

dominantes na política catarinense, as entidades responsáveis pela segurança no estado tenham tido cautela ao agir contra o ex-governador. A influência oligárquica era tão grande que desafiá-la de maneira mal calculada poderia prejudicar a legitimidade do regime diante da população de Santa Catarina.

Tal tese pode ser também desenvolvida e endossada através daquilo que Ricardo Duwe (2016) e Valdir Silva (1996) trazem em suas dissertações de mestrado, em que realizam discussões acerca da chegada de Colombo Machado Salles ao governo de Santa Catarina no ano de 1971. A ARENA catarinense foi articulada através de articulações entre as duas principais famílias do estado – os Ramos e os Konder-Bornhausen – quando Ivo Silveira, intimamente ligado ao primeiro clã, ocupava ainda o cargo de governador. A configuração bipartidária no estado era deveras problemática ao governo militar pois, de acordo com Silva (1996, p. 230), era desejo de Médici e de seus colaboradores o distanciamento da política oligárquica para dar seguimento ao ideal de se colocar tecnoburocratas na máquina pública. Deste modo, havia de um lado o partido governista com sua liderança dividida entre as duas oligarquias e de outro a sigla oposicionista, restando assim poucas opções para os militares.

A solução encontrada foi fazer valer o mecanismo autoritário das eleições indiretas. Nascido em Laguna-SC, Colombo Machado Salles era engenheiro civil e fez carreira na burocracia estatal: de 1951 a 1964, entre outras atividades desempenhadas, trabalhou no Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, foi Superintendente da Administração do Porto de Laguna, chefe do 18º Distrito de Portos e Vias Navegáveis, e Chefe de Gabinete da administração do Porto do Rio de Janeiro. Em 1964 mudou-se para Brasília e lá ocupou diversos cargos administrativos (SILVA, 1996, p. 230-231).

O currículo recheado de experiência no aparelho estatal, com o *plus* dos trabalhos realizados na capital do país em proximidade geográfica com o governo federal, tornou Colombo Salles o nome ideal para assumir a cadeira de governador de Santa Catarina. Escolhido pelo general presidente Médici e pelo diretório nacional da ARENA, foi aprovado pela Assembleia Legislativa do estado e nomeado em 1971.

O novo governador teve dificuldades em lidar com a política oligárquica tradicional, especialmente com os Konder-Bornhausen, por não prestigiar os acordos políticos com os clãs dominantes e seus apoiadores: “Em linhas gerais, esta ala

buscou defender-se das acusações de que tais famílias formariam uma *oligarquia* e contrapôs-se a qualquer noção de *renovação política* que não prestigiasse as lideranças locais” (DUWE, 2016, p. 148). Não nos interessa aqui o aprofundamento nas disputas pela hegemonia política no estado, mas sim a resposta dos órgãos de segurança e informação ao modo com que os clãs lidaram com o novo governo estadual imposto pelos militares.

Como também aponta Duwe (2016), a ala favorável ao domínio das famílias Ramos e Konder-Bornhausen valeu-se de diversas estratégias para minar a gestão de Colombo Salles, com destaque para a tentativa de voltar a opinião pública contra o então governador por meio da imprensa local. Sendo então explícita a oposição ao modelo “tecnoburocrático” estabelecido, não era preciso muito esforço para visualizar o enfrentamento das oligarquias ao planejamento do governo federal para o estado. O curioso é que, ao menos no que tange ao alto escalão da política catarinense, o uso da repressão para conter os ataques das famílias tradicionais ao governador indicado por Médici foi inexistente.

Dentro do conjunto documental disponível para esta pesquisa, foi possível observar que os órgãos de segurança e informação apenas esboçaram uma tímida resposta às ações dos “mandachuvas” locais, se limitando a levantar pequenas suspeitas envolvendo possíveis casos de corrupção dos membros destas famílias. É o que indica um relatório produzido em dezembro de 1969 pelo comando do 5º Distrito Naval – anexado ao dossiê de Francisco Dall’igna, versava sobre supostas irregularidades de diversos políticos de Santa Catarina e era endereçado ao Chefe do Estado-Maior da Armada.

Entre os sujeitos mencionados está Paulo Konder-Bornhausen, que àquela altura ocupava o cargo de Diretor da Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil. No documento há a informação de que Paulo teria sido processado em Joinville pela “falência fraudulenta da firma G.H. ADLENBERG S.A., Comércio e Indústria de que era um dos dirigentes. Consta que financiava o contrabando juntamente com seu pai, senador Irineu Bornhausen” (5º DISTRITO NAVAL, 1970a, p. 4). Apesar da grave acusação, e assim como no caso de Ivo Silveira, não há registros de que algum processo tenha sido movido e seguido adiante, tampouco de que qualquer membro do referido clã tenha sofrido perseguições, prisões ou qualquer tipo de repressão por parte da Justiça Militar e dos órgãos de segurança.

Mais do que isso, o caso do deputado Lecian Slowinski é exemplar de como as entidades de segurança e informação de Santa Catarina jogavam de acordo com as intenções do governo federal. Diferentemente do que aconteceu com Francisco Dall'Igna e Doutel de Andrade, o deputado arenista foi inocentado de suas acusações e teve sua postura moral reverenciada. Mais do que a simples justificativa de que se tratava de um membro do partido do regime – partidários da ARENA também foram perseguidos ao longo da ditadura – a “sacada” aqui está em perceber o contexto do nicho eleitoral de Slowinski.

É evidenciado no dossiê produzido em 1970 sobre o deputado que a região de Araranguá era dominada pelos Konder-Bornhausen e vivia intensa disputa política (5º DISTRITO NAVAL, 1970b, p. 7), justamente no período em que os militares buscavam se afastar da política das oligarquias. Sendo Slowinski apontado como o responsável pelo desenvolvimento da localidade e o nome forte da região, tendo histórico de intensa oposição aos governos da referida família, nada mais interessante para o governo federal do que bancar a inocência do mesmo e enfraquecer a influência oligárquica na localidade.

Isto posto, fica evidente o modo com que órgãos como o 5º Distrito Naval, a DOPS-SC, as polícias Militar e Civil e os diferentes batalhões militares espalhados pelo estado “dançavam conforme a música” tocada pelo governo federal. Vimos no primeiro capítulo as alegações do Núcleo de Agência do SNI de Florianópolis sobre a falta de ocorrências para serem averiguadas no estado, levando agentes a criarem situações pouco (ou nada, em alguns casos) realistas para suprirem a demanda exigida. Eis o complemento para tal situação: pelo que indicam os casos dos políticos aqui descritos e outros exemplos que poderiam ser citados, na ausência de grandes focos *locais* de “subversão”, as narrativas eram construídas de acordo com a “moda nacional” da época.

No entanto, não eram alheias ao contexto da política estadual, já que as figuras dominantes não foram tocadas pela repressão, sobrando esta para políticos de menor envergadura ou opositores. A estratégia para o combate aos membros das famílias oligárquicas era o enfraquecimento da base eleitoral e não a violência direta – ainda que não possamos confirmar empiricamente esta hipótese, podemos supor que, na busca por legitimidade que acompanhou os governos militares desde o golpe

até o crepúsculo da ditadura, o enfrentamento bruto com os clãs locais poderia acarretar na desconfiança generalizada da população catarinense para com o regime.

Nestas circunstâncias, os órgãos de segurança e informação funcionavam mais como ferramentas para exaltar uns e difamar outros, atestando a boa conduta de certos políticos ou criando suposições sobre irregularidades cometidas por eles ao longo da vida pública. Atingir um oligarca atacando a imagem de seus coligados (ainda que a circulação de ofícios e relatórios de órgãos como o 5º DN se desse majoritariamente no interior dos órgãos de segurança e informação, as cassações de mandatos eram embasadas pelas “investigações” presentes nestes materiais, como vimos), ou fortalecendo opositores em regiões sob seu domínio, por exemplo, poderia ser mais eficaz em termos de opinião pública do que confrontá-lo diretamente, fosse pela violência ou pela criação de anedotas em torno da sua trajetória. E é importante ressaltar que este trabalho era realizado com base naquilo que se divulgava enquanto perigoso em cada período da ditadura militar.

Mais do que isso, como fica evidente nos exemplos de Slowinski, Dall'igna e Doutel de Andrade, para além da associação do PTB com grupos entendidos enquanto subversivos, é possível observar que os agentes do 5º Distrito Naval descreviam com certo grau de detalhe as características dos investigados; era comum, inclusive, irem além dos relatos acerca das atividades de tais sujeitos e produzirem julgamentos morais sobre os mesmos, como ocorreu com os três políticos citados como exemplo. De acordo com Céli Pinto, os discursos “na medida em que contêm significados incorporados por sujeitos, que os constroem ou que são por eles subjetificados, provocam efeitos concretos, na forma das pessoas se relacionarem entre si, nas formas como a história toma seus rumos” (PINTO, 2005, p. 82). Ou seja, os discursos construídos pelos órgãos de segurança e informação eram tentativas de vincular a imagem do “inimigo da nação” não somente às figuras públicas dos políticos, mas também à sua conduta pessoal.

Outro aspecto importante a ser pontuado em relação a década de 1960 diz respeito ao fato de que, mesmo partidos que expressaram tendência oposicionista ao golpe no restante do país, em Santa Catarina assumiram posturas pouco combativas em relação ao rompimento com a ordem democrática, predominando o discurso dos dois grandes partidos do estado sob liderança das duas famílias que dominavam o cenário político local. Em outras palavras, não houve oposição dos grandes nomes da

política local ao golpe ou ao partido dos militares. Pelo contrário: ambos se uniram para a manutenção de seus poderes e privilégios na política catarinense em torno da ARENA, ficando à cargo das agremiações de menor expressão algum tímido enfrentamento ao regime militar que se instaurava no período. Isto, somado ao fato de que enfrentar com violência estas elites locais poderia ser arriscado, ajuda a explicar os motivos pelos quais a repressão foi direcionada principalmente sobre partidos como o PTB e depois o MDB.

Não escondendo seu posicionamento diante do momento político que se iniciava com a queda de João Goulart, Celso Ramos publicou uma carta na edição do dia 2 de abril do jornal “O Estado”, de Florianópolis, direcionada ao povo catarinense:

O estado que me confiou, em processo democrático, responsabilidades de seu governador, não ignora a posição ideológica em que sempre me mantive, relativamente ao comunismo: repulsa intransigente e formal. (...) Com a certeza e tranquilidade de, neste momento histórico, poder interpretar o pensamento e a vontade da esmagadora maioria dos catarinenses, radicalmente contrária à sovietação da grande Pátria, solidarizo-me, sem reticências no coração, com as gloriosas forças militares que defendem a verdade democrática, confiante em que a solução que desejamos seja ainda uma exaltação da lei. (AO POVO... 1964, p. A1)

O interessante a ser observado é o apoio “sem reticências no coração” dado ao golpe pelo governador eleito em coligação com o PTB – partido de conhecidos nomes da oposição Brasil afora, como Leonel Brizola e João Goulart. Mais do que isso, o próprio presidente deposto havia nomeado no ano de 1960 um de seus aliados para comandar a célula catarinense da sigla: Armínio Doutel de Andrade, sobre quem falaremos mais à fundo logo adiante.

Tal fato é corroborado pelo que traz Sirlei de Souza (1998, p. 22) sobre a repercussão do golpe em Joinville. De acordo com a autora, a câmara dos vereadores do município se manifestou publicamente em apoio à tomada do poder pelos militares, inclusive redigindo uma carta na imprensa nos mesmos moldes daquela escrita por Celso Ramos. O documento foi publicado no periódico local “A Notícia”, em sua edição do dia 02 de abril de 1964, fazendo referências a liberdade do povo brasileiro, ao perigo de doutrinas estrangeiras, à salvação do país, ao roubo da tranquilidade da família brasileira e a todo tipo de elemento típico dos discursos pró-golpe da época.

Foi assinada por dez vereadores, cujos partidos dividiam-se entre a UDN, o PSD e o PRP – a autora não encontrou manifestações da oposição. Uma carta escrita

em nome da Câmara de Vereadores (e não apenas das siglas em questão, note-se) sem qualquer tipo de resposta por parte daqueles que não assinaram o manifesto demonstra a postura na cidade dos demais partidos em relação à derrubada de João Goulart.

Algo semelhante ocorreu também em Blumenau. De acordo com Edison Fabricio (2011, p. 96-97), foi formada na cidade a chamada “Liga da Defesa Democrática”, um grupo de pessoas de renome no município que se reuniram para efetuar prisões de opositores do golpe. Dentre seus membros, importantes lideranças políticas locais estiveram presentes nas ações empreendidas: Érico Muller, presidente do PRP regional, e Alfred Wolfgang Werner, vereador pela UDN, teriam atuado diretamente nas prisões. Isto porque, de acordo com o autor, os próprios membros da Liga efetuaram as buscas e levaram para o cárcere os supostos “subversivos” locais.

Mais do que isso, o autor afirma que a tal Liga foi criada especialmente pelo fato de que as tropas do 23º Regimento da Infantaria da cidade haviam se deslocado para regiões próximas visando realizar operações de busca de “subversivos”, deixando a cidade praticamente sem guarnição – quando os soldados retornaram, foram recebidos calorosamente pela população. Na oportunidade, discursou em agradecimento o prefeito udenista Hercílio Deeke, ao passo que Wilson Gomes Santiago falou em nome do legislativo local, do qual era presidente. Não há registros no trabalho de Fabricio sobre qualquer manifestação de repúdio tanto aos atos quanto ao golpe em si.

Obviamente, há de se considerar que a onda de prisões ocorrida no início de abril pode ter intimidado a oposição, levando seus representantes a pensarem cautelosamente antes de expressarem discordância em relação ao que estava acontecendo. Entretanto, é possível que outro fator intrínseco às características da política catarinense tenha interferido na (falta de) reação dos setores contrários ao golpe. Diga-se, os partidos menores também possuíam íntima ligação com as duas grandes famílias do estado, muitos deles inclusive desde sua fundação.

É o caso, por exemplo, do PTB, cuja célula em Santa Catarina foi estabelecida sob a liderança de Saulo Ramos em 1945; aliás, ao se retirar da sigla, também fundou o Partido Social Trabalhista (PST) estadual em 1959 (SOUZA, 1998, p. 19). Sem grande expressão no estado, a manutenção dos mesmos no jogo político se dava somente quando aliados a UDN e ao PSD. Não à toa, mesmo com a chegada de

Doutel de Andrade ao PTB em 1959, que foi enviado para Santa Catarina pelo próprio João Goulart, os dois governadores seguintes foram do PSD (Celso Ramos e Ivo Silveira) e eleitos pela coligação entre os dois partidos.

De acordo com Valdir Silva (1996, p. 221), a própria configuração da ARENA-SC concentrou ambas as forças mais influentes do estado, oportunidade em que as duas famílias “rivais” na política se uniram para organizar a célula estadual do partido governista. Fundada em 1966 após a imposição do Ato Institucional nº 2 (AI-2) que, dentre outras medidas autoritárias instaurava o bipartidarismo, a sigla surgiu em parte pelo temor do então governador do estado, Ivo Silveira, de ter seu mandato cassado por ter sido eleito pela união do seu PSD com o PTB. Assim, buscou contato com as lideranças da UDN, ficando acordado entre as partes que Valério de Assis (indicado por Ivo Silveira) seria o presidente da ARENA-SC, com Celso Ramos e Irineu Bornhausen sendo os representantes na Comissão Diretora Nacional do partido (SILVA, 1996, p. 221).

A política catarinense do século XX foi caracterizada por um sistema oligárquico composto por duas famílias, as quais dominaram o cenário da máquina pública estadual: os Ramos e os Konder-Bornhausen. Os primeiros, oriundos da região serrana de Santa Catarina, construíram seu poderio econômico a partir da agropecuária e comandavam o PSD, enquanto os outros representam a união de duas famílias influentes do norte de Santa Catarina, os Konder (eleitoralmente fortes, com longa experiência na política local) e os Bornhausen (conhecidos industriais da região), que estavam à frente da UDN. Para Duwe (2016), ambos os clãs se estruturaram e se mantiveram no poder por meio de relações clientelísticas com as populações das regiões das quais se originam, de tal modo que mesmo quando não possuíam membros diretos ocupando cargos, certas figuras foram eleitas sob tutela de ambos os clãs.

O ano era 1958 e as eleições para o senado se aproximavam. Jorge Lacerda, então governador de Santa Catarina, veio a falecer neste mesmo ano – o sucessor foi seu vice, Heriberto Hülse. Industrial do ramo carbonífero e fundador da UDN em Criciúma, Hülse foi Secretário da Fazenda de Irineu Bornhausen no ano de 1954, até ser lançado como vice-governador de Lacerda. Nos anos de 1958, faleceram também os pessedistas Nereu Ramos (ex-governador do estado) e Leoberto Leal; para Silva (1996), as mortes destas duas lideranças desestabilizaram o PSD, enquanto o

falecimento do popular Carlos Lacerda teria impulsionado o candidato udenista nas eleições para o senado em 1958. Contra o PSD ainda havia a dificuldade em se articular com um emergente PTB que, apesar de pequeno, poderia desequilibrar a disputa a favor de seu candidato; o petebista Carlos Gomes de Oliveira se recusou a abrir mão de sua candidatura em prol de Celso Ramos, candidato do PSD. Assim, este último foi derrotado por Irineu Bornhausen, o qual se elegeu senador por Santa Catarina (SILVA, 2016, p. 183).

Mas a revanche não tardaria a chegar. Ambos se encontrariam novamente no pleito de 1960, agora disputando o cargo de governador do estado. Desta vez não seriam as mortes de figurões de cada partido o fator de desequilíbrio eleitoral – os partidos menores, principalmente o PTB, é que assumiram de vez o posto de “fiel da balança”. Assim surgiu a “Aliança Social Trabalhista”, a coligação partidária PSD-PTB que levou Celso Ramos ao governo de Santa Catarina naquela disputa. Aproveitando suas relações de proximidade com industriais, madeireiros e exportadores numa época em que o “ciclo da madeira” estava forte no Planalto Catarinense (devido em especial à construção da capital do país, Brasília), tornou-se renomado entre a classe produtora no estado. Nesta condição, fundou a Federação da Indústria do Estado de Santa Catarina (FIESC) e tornou-se o principal representante dos interesses dos industriais catarinenses (SILVA, 1996, p. 186). Era este o governador em 1964, à altura do golpe-civil militar de março/abril do mesmo ano.

Mais do que isso, as conversas envolveram o pedido de Ivo Silveira para que o presidente da nova sigla fosse Valério de Assis e o candidato ao senado fosse Celso Ramos; o pedido foi aceito em troca da autonomia da UDN para escolher o ocupante do cargo de vice-governador. O escolhido foi o filho de Irineu Bornhausen, Jorge Konder Bornhausen. Jorge tinha 25 anos à época, sendo que o cargo de vice-governador possuía como idade mínima para sua ocupação 35 anos, de acordo com a legislação estadual. Ivo Silveira então protocolou uma emenda constitucional que baixava este requisito para 25 anos. (SILVA, 1996, p. 222).

Enquanto isso, as figuras oriundas destes partidos menos influentes se reuniram no MDB-SC. Ao contrário do partido do governo, o MDB catarinense teve grandes dificuldades em se articular. Com as cassações e perseguições (somadas ao agravante de ser um estado que não possuía grande inclinação revolucionária ou contestatória, sendo escassa a quantidade de figuras dispostas a engrossarem as

fileiras da oposição) restaram os políticos que já estavam fora da vida pública – em alguns municípios o partido chegou a comparecer às urnas mesmo sem candidatos para concorrer. Doutel de Andrade era seu presidente, tendo como outros nomes mais conhecidos Pedro Ivo Campos e Evilásio Caon (SILVA, 1996, p. 223).

Este era o contexto político geral de Santa Catarina na década de 1960 e durante o desenrolar do processo de estabelecimento do regime ditatorial militar. Mas uma coisa é a leitura política e as articulações feitas pelas lideranças das duas grandes famílias do estado acerca do momento em questão, outra é o entendimento do próprio governo federal em relação ao que poderia estar não tão evidente no território catarinense. Motivados pela Doutrina de Segurança Nacional e pelo frenesi inicial causado pela suposta necessidade de encontrar aqueles que poderiam se opor ao estabelecimento do novo governo, os órgãos de segurança e informação, especialmente a DOPS-SC, as polícias Militar e Civil e os batalhões militares espalhados pelo estado, encabeçados pelo 5º Distrito Naval, iriam enxergar o contexto local para além das movimentações feitas no topo da pirâmide política.

Sendo assim, e como vimos nos exemplos mencionados, o foco repressivo caiu sobre figuras de menor expressão, localizadas na base desta pirâmide, majoritariamente caracterizadas como opositoras do regime. Mais do que isso, mesmo que conectadas a supostos “subversivos” e levantassem algum tipo de suspeita, os nomes mais influentes da política catarinense não foram perseguidos, presos ou punidos de qualquer maneira. Os alvos eram bem claros: políticos da oposição, especialmente aqueles que eram ou foram ligados ao PTB em algum momento, e os integrantes do MDB, após a consolidação do bipartidarismo em 1966.

Aliás, a década de 1970, pelo menos no que tange aos limites da documentação consultada para esta pesquisa, pouco teve de diferente daquilo que pudemos observar nos supracitados exemplos referentes aos anos 1960. Entretanto, é justamente o aspecto concernente aos discursos construídos que chama a atenção no que diz respeito à época. Em fevereiro de 1979, por exemplo, foi elaborado um enorme relatório denominado “Parlamentares eleitos em 1978”, o qual continha “Relação Nominal dos Parlamentares eleitos em 1978, 152 Juízos Sintéticos, e Cópia dos Prontuários” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 1). Elaborado pela Agência Curitiba do SNI, seu conteúdo trazia informações sobre o histórico e situação atual (de 1979)

dos vencedores do Paraná e de Santa Catarina daquelas eleições, visando servir como termômetro político para o governo militar em ambos os estados.

As primeiras 22 páginas do relatório contêm quadros listando os cargos dos eleitos, seus nomes, seus estados, a data de suas eleições, seus partidos, seus números de prontuário e de juízo sintético¹⁶. Ao fim desta listagem, se inicia o montante de informações individuais de cada um, sendo os documentos são compostos pelos seguintes tópicos: 1. Dados de qualificação (nome, filiação e local/data de nascimento); 2. Registros (dividido em duas subseções: a. Antecedentes e b. Atividades atuais) e 3. Juízo Sintético (dividido em sete subseções: a. Posição ideológica, b. Ligações Políticas, c. Atitude frente a Revolução de 31 de março de 1964, d. Atividades Subversivas, e. Proibidade Administrativa, f. Proficiência Profissional ou Funcional, g. Conduta Civil).

Tomemos como demonstrativos os casos de Jaison Barreto e de Francisco Oreste Libardoni, dois parlamentares bastante atuantes na oposição ao regime em Santa Catarina. Tendo sido ambos eleitos pelo MDB-SC e possuindo carreiras construídas no PTB, no tópico “2. Registros”, subseção “c. Atitude frente a Revolução de 31 de Março de 1964” de seus prontuários individuais, a informação que consta é “Contrário, sempre combateu os atos revolucionários” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 28-29). Ao mesmo tempo, na subseção “d. Atividades Subversivas”, consta que “Não há registros que comprovem sua participação direta em movimentos subversivos” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 28-29).

Conforme aponta Marcos Napolitano (2014), o período da chamada reabertura política no Brasil é marcado pela necessidade dos “castelistas”, que ocupavam o comando do país naquele momento através de figuras como Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e João Batista Figueiredo, de dar certa margem de liberdade para a oposição. No entanto, tratava-se de uma “liberdade controlada” em que o espaço participativo era concedido às figuras políticas do MDB, recaindo a repressão sobre setores populares como a classe trabalhadora e os estudantes.

É aqui que se inserem Jaison Barreto e Francisco Oreste Libardoni – diferentemente do que pudemos observar nos exemplos referentes ao início da ditadura militar, quando um político opositor era quase que automaticamente ligado a

¹⁶O chamado “Juízo Sintético” era uma espécie de mini relatório, contendo de forma bastante resumida informações sobre as pessoas, normalmente políticos e funcionários públicos.

casos de subversão, existe em 1979 marcadamente a diferença entre ser contrário ao golpe de 1964 e estar envolvido em “movimentos subversivos”. Os dois deputados estavam dentro do limite do aceitável pelo governo militar do final da década de 1970, que era a oposição realizada nos pleitos eleitorais.

Entretanto, outras estratégias eram utilizadas para controlar os políticos não alinhados com o regime, como é perceptível em certos relatórios individuais presentes no referido documento. O próprio Libardoni, no tópico “3. Juízo Sintético – c. Probidade Administrativa” é acusado de “corrupção financeira” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 89). Juarez Rogério Furtado, nos seus “2. Registros – a. Antecedentes”, há a informação de que era “Ex-Prefeito de LAGES/SC, eleito pelo MDB em 1972. Fez uma administração tumultuada, havendo registro de várias irregularidades” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 90). Sobre Luiz Antônio Cechinel, que era advogado e professor, é dito que “teve sua entrada impedida na Faculdade de Direito de ITAJAÍ/SC por ser considerado elemento agitador” (AGÊNCIA CURITIBA, 1978, p. 91). Ou seja, apesar de ser evidenciado o fato de que não se tratavam de opositores subversivos, havia sempre um *porém* em relação aos políticos da oposição.

Se em 1964 as narrativas que embasavam as perseguições aos mesmos eram referentes a temas como Grupos dos 11, ligações a figuras conhecidas do campo progressista, apoio a países como Cuba, pregação de ideologias estrangeiras e afins, no final daquela década e início dos anos 1970 este discurso é acrescido de elementos típicos do momento, como a suposta associação às guerrilhas e a setores da igreja católica. Já em 1979, período da reabertura política, há o cuidado em diferenciar a oposição consentida daquela considerada ilegal, sendo as narrativas constituídas de elementos ligados a falta de capacidade dos opositores para gerirem o país: corrupção, histórico de agitações e falhas administrativas surgem como os principais fatores apontados pelos órgãos de segurança e informação em sua papelada.

Diante de tudo que foi exposto ao longo deste subcapítulo, podemos inferir que o trabalho das entidades de segurança e informação em Santa Catarina frente aos partidos e políticos locais refletiu as características dos diferentes períodos da ditadura militar, sem que, para isso, deixasse aspectos típicos do contexto do estado de fora de sua percepção. Isto é mais uma prova de que elementos regionais influenciavam diretamente não apenas no sentido político e administrativo do modo militar de conduzir o país, como também no próprio funcionamento do aparato repressivo

ditatorial. Assim sendo, estudos que considerem de forma mais aprofundada as circunstâncias dos diferentes espaços do território brasileiro se fazem cada vez mais necessários e de grande valia.

3.2 A LÓGICA DA SUSPEIÇÃO: PODERIA SER EU, VOCÊ, O SEU VIZINHO...

Vimos até o presente momento que os anos 1970, na concepção dos próprios órgãos de segurança e informação atuantes em Santa Catarina, foi marcado pela dificuldade em se atingir a meta estipulada pelo governo federal em relação às ocorrências contra a Segurança Nacional. No entanto, o trabalho seguia... Relatórios, prontuários e dossiês continuavam sendo produzidos. Se a escassez de supostos casos envolvendo atividades “subversivas” era real, com o que se ocupavam as entidades do regime no estado? Qual era a “matéria-prima” para a construção de sua papelada? Este subcapítulo será dedicado a analisar os casos que, em princípio, nada tinham a ver com questões ideológicas ou se quer políticas, mas que por algum motivo chamaram a atenção dos agentes de segurança no estado catarinense.

Era por volta das 19h30min do dia 23 de outubro de 1971 na cidade de Xaxim, no oeste de Santa Catarina, quando uma multidão de mais de duas mil pessoas lideradas por Frei Joel marchou em direção à casa de Eduardo Verdi, pastor dos chamados “Testemunhas de Jeová”. Portando em mãos um megafone, Frei Joel incitava a multidão a expulsar Verdi e mais três companheiros, também membros de sua igreja, do pequeno município. Após ameaças de atear fogo na residência do pastor, os sujeitos foram convencidos e se retiraram do local em uma Kombi, ao passo que a multidão se dispersou e seus componentes marcharam de volta para casa, entoando cânticos religiosos da igreja católica (AGÊNCIA CURITIBA, 1973).

A confusão teria sido o estopim de uma sequência de desentendimentos entre as partes que vinha se desenrolando ao longo dos dias anteriores. O pastor Eduardo Verdi teria vindo de São Paulo juntamente com os também pastores Epaminondas Silveira Lima, Nelson Ribeiro e Cassiano Rodrigues dos Santos, e na companhia ainda do diácono Lorival Borges e do músico Delmo Tartarotti (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 23). Segundo os Padres Franciscanos de Xaxim, dentre os quais Frei Joel, os “Testemunhas de Jeová” teriam desrespeitado as práticas do catolicismo na cidade e não reconhecido a autoridade de seus representantes, convocando toda a população para ser batizada na igreja evangélica a qual pertenciam. A questão tornou-

se calorosa e insultos teriam sido proferidos pelos pastores, que teriam dito que Frei Joel “até poucos dias usara saia e agora a havia tirado e queria ser homem” (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 28).

Para resolver o disparate foram acionadas as forças de segurança da região, especialmente a Polícia Militar. Houve o deslocamento de contingentes da corporação vindos de Chapecó para reforçar o trabalho da delegacia de Xaxim, terminando o conflito com a negociação entre as partes sendo mediada pelos policiais (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 24-29). A questão, que parecia tão simples e fácil de ser resolvida, mobilizou muito mais esforços por parte do Estado do que a leitura inicial dos documentos pode dar a entender.

Como era de praxe no período da ditadura militar, sujeitos envolvidos em distúrbios da ordem pública tinham seus antecedentes averiguados durante as investigações – com os envolvidos em questão não foi diferente. O singular aqui vem do fato de que a inquirição tomou proporções maiores do que disputas religiosas ou mesmo do que as ações individuais dos participantes. Tendo os documentos acerca do caso chegado à Divisão Central de Informações da Secretaria de Segurança e Informações de Santa Catarina (DCI/SSI/SC), localizada em Florianópolis, se iniciou um processo de averiguação que saiu do histórico de vida daqueles pastores vindos de São Paulo para adentrar o âmbito da igreja das “Testemunhas de Jeová” como um todo.

Em 10 de outubro de 1972, cerca de um ano após os acontecimentos em Xaxim, a Secretaria de Educação enviou para a DCI-SSI-SC um breve relatório sobre as atividades dos adeptos do referido segmento religioso nas escolas de Santa Catarina. É dito que “nas coordenadorias de Lages e Blumenau, registram-se problemas com adeptos do credo ‘Testemunhas de Jeová’”, listando as escolas Centro Educacional Vidal Ramos Júnior e Escola de Ensino Básico Elza Deecke, de Lages, como instituições de ensino em que estudavam filhos de crentes da religião. Sobre Blumenau há a constatação de que em diversas escolas as crianças “Testemunhas de Jeová” se recusavam a participar de atos e desfiles cívicos. Além disso, outros ofícios foram enviados para complementar a informação, mencionando que em Criciúma, Mafra, Campo Alegre, Três Barras, Canoinhas, São Bento do Sul, Joaçaba, Herval d’Oeste, Videira e Caçador também haveria a presença de fieis (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 43-49).

Mais do que isso, é resgatado um informe de quatro meses antes, datado de 28 de junho de 1972, trazendo mais detalhes sobre algumas das práticas destes religiosos. Neste documento há de cara algo mais grave sendo apontado em torno da situação: o comportamento dos mesmos acerca de circunstâncias que diziam respeito ao patriotismo e às ações cívicas são encarados enquanto transgressões à Constituição Federal (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 48). O tópico “Pregações contrárias a Constituição Federal” detalha sobre o assunto:

- 2.1. Não aceita hierarquia.
- 2.2. Combate o culto a Bandeira, considerando idolatria.
- 2.3. Seus adeptos não podem prestar serviço militar.
- 2.4. São contrários ao ensino de Educação Moral e Cívica.
- 2.5. Não podem cantar o Hino Nacional, por considerá-lo um canto de guerra.
- 2.6. A seita não possui personalidade jurídica nem admite pastores. Não possui igrejas, sendo a doutrinação feita quase que exclusivamente, a domicílio. Não aceitam militares na seita (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 48).

Estas práticas estariam refletindo no comportamento das crianças por influência dos pais, criando conflitos de cunho religioso cuja solução tornava-se difícil (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 48). A recusa em prestar serviço militar viria do mandamento bíblico “Não matarás” – o que é entendido pelo redator do documento como “uma medida preventiva contra o possível emprego do crente em missão de guerra” (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 48).

A crença em questão, mais do que ferir “frontalmente a Constituição Federal”, vinha crescendo entre a população pertencente às camadas de menor instrução. É neste ponto que o verdadeiro temor dos militares vem à tona: este crescimento “representa certa gravidade porque está refletindo nos filhos menores dos crentes, criando nas escolas um movimento de rebeldia que poderá *vir a ser explorado com sucesso pelos comunistas* [grifos meus]” (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 51, grifo nosso). Além de que, “Por outro lado, qualquer medida repressiva que o Governo adote contra a seita, poderá trazer medidas negativas, devido ao baixo nível intelectual dos crentes” (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 51).

Apesar de não constarem documentos que confirmem ou rechacem perseguições mais incisivas sobre as “Testemunhas de Jeová”, a sequência do material é composta por informes que detectam adeptos da religião por todo o território catarinense (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 54-62). Foi encontrado ainda em meio às fontes disponíveis para esta pesquisa um relatório de mesma natureza, datado de 06

de março de 1978 (AGÊNCIA CURITIBA, 1978c) – o que indica que a suspeita sobre o segmento religioso perdurou por anos.

Alguns aspectos podem ser pontuados em relação ao caso. O primeiro deles diz respeito ao fato de que um desentendimento com motivos religiosos, em uma cidade interiorana bastante pequena, foi transformado pela comunidade de segurança e informações do estado em um evento suspeito, digno de ser investigado por mais de um ano. Soma-se ainda o palco dos acontecimentos ter sido um pequeno município em que a igreja católica exercia domínio sobre a fé de seus habitantes, como fica expresso no próprio montante de documentos reunidos pela DCI-SSI-SC.

Uma multidão de cerca de duas mil pessoas não teria se reunido, tampouco expulsado os pastores do local, se não houvesse tamanha influência do catolicismo na região; uma carta escrita pelos Franciscanos do município justificando a ação afirmava que seguidores de outras vertentes do cristianismo eram aceitos na comunidade, mas compreendiam que a principal liderança religiosa advinha da igreja católica (AGÊNCIA CURITIBA, 1973, p. 27). Logo, é possível imaginar que os próprios soldados das corporações envolvidas tenham enxergado as “Testemunhas de Jeová” sob o paradigma do “estrangeiro” e do “diferente”, do mesmo modo que entendiam o comunismo. Não à toa, a investigação se alastra por cerca de um ano e é decidido focalizar mais atenção ao segmento religioso, temendo que suas práticas permitissem a infiltração de comunistas.

Outro aspecto interessante é a observação feita ao fim do documento que expressa tal temor, a qual salienta a importância de se ter cautela no modo de agir contra os “crentes” para não gerar descontentamento na população. Isto significa que as ações repressivas não eram desencadeadas sobre toda e qualquer ocorrência, agremiação ou evento suspeito. Os órgãos de informação não se limitavam a apenas coletar dados sobre possíveis focos de subversão, mas também estudavam a situação e indicavam ações cabíveis para cada caso. Tal fato fica expresso não somente na ocorrência envolvendo os religiosos de Xaxim, sendo corroborado por outros casos citados ao longo da presente dissertação – como, por exemplo, no subcapítulo anterior, em que foi recomendada a aplicação do Ato Institucional nº 5 aos professores da UFSC após a reunião de informes por parte dos órgãos de informação do estado.

Mais um aspecto bastante evidente é a preocupação com a mentalidade das crianças. Facilmente influenciados pelos pais, o medo era que o desrespeito às

atividades cívicas pudesse desencadear nelas uma postura rebelde que pudesse ser aproveitada por “subversivos”. Este temor não estava restrito somente aos acontecimentos em questão e aparecia em outras ocorrências, como demonstrará o caso que observaremos a seguir.

Em 16 de fevereiro de 1976, a Agência Curitiba do SNI enviou para a DCI-SSI-SC um informe sobre a Irmã Flávia Bruxel, freira que àquela altura era diretora do Colégio Coração de Jesus, em Florianópolis. O motivo da correspondência tinha sua origem nas modificações implantadas pela religiosa no cotidiano da escola: adicionou obras do filósofo Herbert Marcuse para leitura e debates, incentivou as alunas a realizarem pesquisas sobre prostituição e drogas, impediu a participação das estudantes nos desfiles do dia 7 de setembro ao suprimir os uniformes de passeio e criou uma sala específica para as fumantes (AGÊNCIA CURITIBA, 1976, p. 2).

As alterações realizadas pela diretora da instituição fizeram com que os órgãos de informação levantassem suspeitas sobre sua conduta, sendo então levantado o histórico de vida da irmã e enviado seu prontuário juntamente com o informe. De acordo com as informações constantes em seus antecedentes, a freira teria sido professora em Curitiba e já havia tentado implantar medidas mais liberais para as meninas do colégio em que lecionava, sendo impedida pela direção do estabelecimento – de acordo com suas colegas, a Irmã Bruxel não teria condições de ser professora e menos ainda de dirigir uma instituição de ensino, por sua postura nada cristã. Ainda no Paraná, teria assinado um manifesto em favor do Prior do Mosteiro da Anunciação, Padre Philippe Leddet, que seria um “subversivo” membro do alto clero. Atuou ainda em Tubarão-SC antes de se dirigir à capital catarinense, sendo considerada contrária ao regime e a então situação do Brasil (AGÊNCIA CURITIBA, 1976, p. 2-3).

Através do depoimento prestado pela religiosa na Delegacia de Polícia da capital, podemos perceber como as justificativas da religiosa para algumas de suas atitudes são pertinentes, embora ignoradas pelos agentes de informação do estado. A primeira delas diz respeito às pesquisas sobre prostituição e drogas que as alunas da escola teriam realizado, quando a Irmã afirmou que conhecer a realidade do homem brasileiro é se integrar “sadia e construtivamente a ela”; mais do que isso, a freira cita um discurso do próprio general-presidente Médici, o qual teria dito que para realizar a libertação dos maiores tormentos do homem brasileiro e “integrar multidões

ao mundo dos homens válidos, convoco a Universidade, chamo a Igreja [grifo no original], aceno à empresa e brado ao povo brasileiro para que me ajude a ajudar o homem a ajudar-se a si mesmo” (AGÊNCIA CURITIBA, 1976, p. 4). Logo, a diretora estaria agindo de acordo com as supostas ideias do governo, expondo parte da realidade do povo brasileiro com o intuito de conscientizar as estudantes sobre a mesma. Apesar da confluência de discursos entre ela e o próprio general-presidente, o relatório segue insistindo no caráter perigoso de suas ações.

O outro argumento ignorado é relativo à participação das meninas do Colégio Coração de Jesus nos desfiles cívicos, especialmente nas festividades do dia 7 de setembro. A freira afirma que a ausência delas em tais oportunidades advém da impossibilidade de se utilizar os uniformes “internos” da escola, sendo permitidos apenas os uniformes de passeio; em tese, isto é uma forma de jogar a culpa para cima das normas exigidas pelo próprio governo. Tal fato também é deixado de lado em detrimento da leitura de que a freira, por ser contrária ao regime militar, se utilizava de artimanhas para não fazer parte das ações cívicas e patrióticas. Com base na opinião de suas ex-colegas de Curitiba, chega-se à conclusão de que “Flávia seja uma subversiva velada” (AGÊNCIA CURITIBA, 1976, p. 4-7) – impactando assim no comportamento de suas alunas, sobre as quais se temia que pudessem também desenvolver comportamentos rebeldes que as tornariam passíveis de serem utilizadas por “subversivos”, semelhante à preocupação relativa aos filhos das Testemunhas de Jeová.

Há de se considerar que talvez a Irmã Bruxel realmente utilizasse de sua inteligência para elaborar maneiras astutas de quebrar a ordem imposta pelo regime, mas fica evidente a associação feita pelos agentes de informação entre a quebra de comportamentos *conservadores* e o perigo da subversão. Mais do que a vigilância política sobre a população, o controle dos corpos, dos hábitos e do pensamento constituía também a agenda dos ditadores do período e de seus subordinados em todo o país.

Para além da preocupação com os jovens, vimos no exemplo das “Testemunhas de Jeová” que a desconfiança sobre o diferente e o estrangeiro enquanto possíveis focos de utilização dos “comunistas” também fazia parte do imaginário dos agentes de segurança em Santa Catarina. Outro caso que reforça a presença deste temor se faz presente no documento de informações nº 0020, de 15

de janeiro de 1973. Em Rio do Sul-SC, foram denunciados Jaber Mahmud Abdel Qadar Kilany, Ahmad Mahmud El Kilany e um terceiro não identificado, sob acusação de pertencerem à organização *Al Fatah* (AGÊNCIA CURITIBA, 1973b, p. 2).

A referida organização tem suas origens na Palestina, tendo sido criada para defender os povos da região na guerra contra Israel. De acordo com o documento, palestinos residentes em outros países também deveriam contribuir financeiramente com a mesma; no caso brasileiro o dinheiro deveria ser enviado para São Paulo, onde os representantes do *Al Fatah* no Brasil enviariam os montantes para seu país de origem (AGÊNCIA CURITIBA, 1973b, p. 15). Os suspeitos apreendidos em Rio do Sul foram levados para Florianópolis e prestaram depoimento na DOPS-SC, alegaram inocência e explicaram que inclusive foram considerados traidores de sua pátria por se recusarem a contribuir com a organização. Por não haver qualquer prova conclusiva do envolvimento deles com o *Al Fatah*, foram liberados; antes disso, entregaram uma lista de nomes de seus conterrâneos que estariam de fato, segundo eles, ligados ao esquema.

O motivo do envolvimento de entidades relacionadas à vigilância e repressão políticas na ocorrência era a automática desconfiança com elementos ou acontecimentos oriundos do mundo exterior. O documento traz a informação de que o objetivo do *Al Fatah* no Brasil era, além de coletar dinheiro, manter “breves contatos com organizações de esquerda” (AGÊNCIA CURITIBA, 1973b, p. 2) – constatação feita sem qualquer indício da proximidade entre as partes, não havendo menções a esta parceria nem mesmo nos depoimentos prestados pelos investigados. Além disso, é referida como “organização *guerrilheira*” em diversas partes do material; a associação entre a agremiação estrangeira com aspectos de guerrilha em 1973 é inevitavelmente ligada ao contexto brasileiro recente, em que o regime havia utilizado os movimentos de guerrilha urbana como justificativa para a intensa e violenta repressão a partir de 1968.

Além daquilo que vimos nos últimos exemplos mencionados, os órgãos de segurança e informação de Santa Catarina estavam atentos a movimentações, agrupamentos, reuniões e atividades que envolvessem conjuntos de pessoas, mesmo que nada além disso pudesse supor ações de oposição ao regime ou contra a Segurança Nacional. No mês de outubro de 1969 o Núcleo Agência de Florianópolis (NAFL/SNI) foi notificado de que em Garopaba, município do litoral norte do estado,

grandes porções de terra haviam sido compradas por cidadãos oriundos do Rio Grande do Sul. Aprofundando as investigações, foi descoberto que pescadores da região teriam presenciado atividades estranhas nos referidos terrenos – os novos donos teriam construído uma espécie de depósito e um “barraco”, ambos em madeira, havendo ainda uma estação transmissora de rádio. Os proprietários teriam um “carro-anfíbio” e roupas de mergulho, fazendo “todo o possível para evitar a presença de estranhos na referida área, e não permitem aproximação ou contatos” (AGÊNCIA CURITIBA, 1970, p. 1-4).

Os compradores teriam ainda solicitado ajuda dos pescadores para descarregarem pequenas caixas pesadas de um carro para uma caminhonete, sendo recomendado cuidado para que não batessem ou deixassem cair, bem como não fumar perto das mesmas; a ação teria iniciado por volta das 23 horas do dia 30 de março e durado até às 2 horas do dia 31. Por ser analfabeto, o pescador que relatou o episódio não pôde identificar os escritos presentes na tampa dos caixotes, mas reiterou o desconforto sentido pelos proprietários dos terrenos ante a sua presença naquele local (AGÊNCIA CURITIBA, 1970, p. 5).

Consta entre a documentação referente ao caso um informe da Secretaria de Segurança, datado de 04 de agosto de 1970, trazendo explicações sobre aquelas circunstâncias. O documento está bastante prejudicado e é de difícil leitura; entretanto, é legível em sua última página o “ponto final” da questão: o principal comprador dos terrenos, Gastão Avelino Werlang, era aviador da companhia aérea Varig, tendo anteriormente uma casa de veraneio no município de Itapirubá-SC. Como o número de vizinhos havia crescido bastante nas cercanias desta casa, solicitou que um conhecido chamado “Ancião Pudico” lhe arrumasse um novo local – como era sogro do prefeito de Imbituba, Pudico conseguiu terrenos para Werlang na cidade vizinha, Garopaba.

O informe diz ainda que o aviador era “pessoa conceituada como profissional e desportista em Porto Alegre”, sendo a tal movimentação em decorrência do desejo dele de cercar sua nova propriedade (AGÊNCIA CURITIBA, 1970, p. 9-10). Um ano inteiro de investigações foi capitaneado pela ramificação local do SNI em Santa Catarina sobre um possível caso de “subversão”, para no fim descobrir se tratar de uma situação completamente inócua.

O que todos estes exemplos possuem como semelhança é a grande preocupação com circunstâncias que, sob a ótica de um olhar inicial, pouco ou nada apresentavam que fosse digno de desconfiança no sentido ideológico. Indo desde a suspeita sobre segmentos religiosos não-católicos até o receio com sujeitos por conta de sua nacionalidade, ficavam explícitas nestas atividades os pré-conceitos dos agentes de segurança e informação que representavam a autoridade do regime em Santa Catarina, demonstrando que suas ações autoritárias não se limitavam apenas à manutenção do poder dos militares. Na ausência de distúrbios da ordem ou de natureza política, evidenciava-se o controle sobre os hábitos, as crenças, as movimentações e ações do dia a dia da população, buscando ditar como cidadãos e cidadãs deveriam se portar mesmo em situações rotineiras.

Tudo isto era operado por aquilo que Marionilde Magalhães (1997) denomina como *lógica da suspeição*. Baseada na ideia de Michel Foucault acerca da figura do delinquente – o “sujeito perigoso” fabricado no século XIX pelas instituições penais – a autora assim analisa o clima de desconfiança generalizado do regime militar:

Mesmo que se trate de uma categoria identificável também em regimes não-autoritários, a designação de um determinado grupo como *elemento perigoso* suscita sentimentos de rejeição e medo, passíveis de serem instrumentalizados politicamente por diversos organismos, sejam ou não de caráter oficial. Desta maneira, atribui-se responsabilidade pela desordem a mendigos, menores de rua, trabalhadores imigrantes, pessoas de outra etnia ou quaisquer outros, de acordo com os diferentes contextos políticos de cada sociedade.

No período da ditadura militar, mais do que em qualquer outro, o comunista representou esse elemento perigoso, perturbador e nocivo; no limite, alguém possuído por forças malignas e incontroláveis. Um elemento a quem se devia temer (MAGALHÃES, 1997, p. 12-13).

Mais do que apenas o comunismo enquanto representante do “elemento perigoso”, como coloca a autora, todos os outros exemplos citados por ela também carregavam o estigma do perigo. Como vimos nos supracitados casos, imigrantes, mulheres e indivíduos de outras etnias, tipicamente encarados como estereótipos do estranho que causa apreensão, eram enxergados durante a ditadura militar brasileira como ameaças à ordem e ao poder também por terem suas características automaticamente atreladas ao comunismo.

Isto porque, se esta doutrina era o “suprassumo” do terror, a lógica da suspeição colocava aqueles que já carregavam tais estereótipos enquanto comunistas em potencial. Não à toa os palestinos de Rio do Sul, as “Testemunhas de Jeová” de

Xaxim e as meninas do Colégio Coração de Jesus, representadas pela Irmã Bruxel, foram todos encarados como subversivos e potenciais adeptos do comunismo, mesmo que nada em suas ações indicasse qualquer tipo de motivação ideológica.

Por falar na freira mencionada anteriormente, as mulheres eram ainda mais marcadas pela questão da desconfiança. Magalhães também coloca que a mulher subversiva é compreendida a partir de sua moral sexual, afastando-se do ambiente do lar e do papel de mãe/esposa para ser aproximada de comportamentos tipicamente masculinos, considerada assim como degradada e perigosa – “amasiam-se, prostituem-se, usam drogas” (MAGALHÃES, 1997, p. 12). Podemos corroborar com a afirmação da historiadora através das situações envolvendo a diretora do Colégio Coração de Jesus, considerada subversiva por, além de afastar as meninas das ações cívicas impostas pelos militares, supostamente tentar incutir comportamentos inadequados em suas alunas como fumar, aprender sobre prostituição e acerca do uso de tóxicos.

Ou seja – e reforçando o que foi dito antes – era considerada perigosa por fugir dos padrões aceitos em torno das práticas femininas, atrelando à vigilância ideológica a desconfiança sobre os costumes das sociedades catarinense e brasileira. É necessário observar as ações de religiosos e religiosas de maneira distinta ao longo da ditadura militar, atentando para as disparidades de gênero que envolviam suas ações. Ainda que padres, bispos e afins também tenham sido fortemente reprimidos pelo terror dos tempos ditatoriais, a conduta moral de uma freira enquanto *mulher* é colocada em xeque e marcada pela promiscuidade, mesmo que se tratasse de alguém pertencente ao nicho religioso, relegando ao segundo plano o possível caráter político de suas ações.

Para Ana Rita Fonteles Duarte (2014, p. 83), o contexto histórico do período era marcado por transformações nas identidades e relações de gênero tradicionais por meio de embates e rupturas. Ainda de acordo com a autora, tal fato estava relacionado com o processo de modernização da sociedade brasileira entre os anos 1960 e 1980, o qual teria trazido consequências diretas para o modelo tradicional de família. Desta maneira:

A entrada maciça de mulheres de classe média no mercado de trabalho, a disseminação da pílula anticoncepcional, as influências de modelos de comportamentos vindos de fora e reforçados pelos meios de comunicação e pelos movimentos sociais de contestação, incluindo o feminismo, conflitos de

gerações estabelecidos, a aprovação da Lei do Divórcio, em 1977, desestabilizaram as ideias correntes sobre feminilidade e masculinidade, possibilitando a revisão dos valores morais tradicionais e permitindo, aos sujeitos históricos, a construção de novas formas de sociabilidade e comportamento (DUARTE, 2014, p. 83).

Neste sentido, as ações promovidas pela Irmã Bruxel caracterizavam não apenas comportamentos entendidos como “inadequados” para o período, mas também representavam o abalo das estruturas tradicionais em termos de gênero e família – levando, inclusive, as meninas para caminhos que as afastavam do lar e da proteção dos pais. Isto porque, segundo Duarte (2014, p. 84), as mulheres e os jovens tornaram-se alvos declarados de preocupação por parte do regime, sendo este temor demonstrado nos próprios textos da Escola Superior de Guerra (ESG), que reconhecia a evolução feminina no trabalho e a “consequente” desestabilização da coesão familiar. E mais:

A participação dos jovens na força de trabalho remunerado, que lhes facilita prematura emancipação financeira e a possibilidade de se afastarem cedo do lar paterno, encurta o convívio familiar e facilita, não raras vezes, efêmeras ligações, nas quais as ligações afetivas são totalmente desprovidas de qualquer compromisso ético e moral. Por via de consequência, podem-se enfraquecer, sub-repticiamente, os laços familiares e a influência educativa dos pais, com graves consequências sobre o equilíbrio emocional dos filhos, que irão crescendo com possíveis desajustamentos e conflitos (BRASIL/ESG, 1981, p. 54 *apud* DUARTE, 2014, p. 84).

Duarte (2014, p. 81) afirma ainda que as questões gênero durante a ditadura militar podem ser estudadas a partir da Doutrina de Segurança Nacional – mais especificamente, daquilo que nela é conceituado como “estratégias psicossociais”, que conformariam uma das expressões do Poder Nacional ao lado das estratégias política, econômica e militar. Dentro das estratégias psicossociais, as bases do Poder Nacional seriam a população, o meio ambiente e as instituições sociais, sendo que os valores básicos dos deveres que se pretendia desenvolver em relação a estes três elementos carregavam fortes valores religiosos; não à toa, nas produções da ESG, encíclicas papais eram citadas como maneira de fortalecer seus argumentos (DUARTE, 2014, p. 81). Assim, pode ser considerado como agravante o fato de uma freira, representante de uma instituição religiosa cristã, promover condutas fora do “tradicional” da época. Além de “desvirtuar” jovens estudantes, feria as bases de duas das principais instituições da sociedade brasileira dos anos 1960 e 1970: a família e a igreja católica.

Para Rodrigues (2020, p. 82), a negação do diferente enquanto prática social torna-se mais forte em contextos como o da ditadura militar. Por suas bases eurocêntricas e valores conservadores, o Brasil tendia a encarar sob a ótica da subversão aspectos da cultura e do comportamento que “não se enquadrariam nas práticas sociais de várias minorias políticas, dentre as quais destaco negros (divergência étnica), pessoas ligadas à esquerda política (divergência ideológica), LGBTTT (divergências de hábitos sexuais) e mesmo as mulheres” (RODRIGUES, 2020, p. 82).

Adiciono ao raciocínio do autor os preceitos da Doutrina de Segurança Nacional que estimulavam a busca por inimigos invisíveis e de difícil percepção, agravando ainda mais as circunstâncias excludentes típicas da sociedade brasileira. O Estado militarizado, que se colocava enquanto guardião do povo, frisava que “o inimigo pode ser qualquer um e recomenda que se suspeite de tudo e todos, sejam estudantes, brincadeiras inocentes, hospitais, advogados, jornalistas, professores, até mesmo seus vizinhos: daí a ideia da lógica de suspeição” (RODRIGUES, 2020, p. 81). Aliás, mais do que guardião, o Estado militarizado portava-se enquanto um *tutor* da sociedade, que como demonstramos visava também instruir as práticas do dia a dia da população.

Em um estado como Santa Catarina, em que as ocorrências de maior magnitude estariam escassas a partir do início dos anos 1970, o ambiente de desconfiança provavelmente tornava-se ainda mais intenso. Afinal, o “silêncio” do inimigo poderia significar tanto sua derrota quanto o sucesso de sua infiltração camuflada entre a população; por via das dúvidas, era melhor manter a vigilância como maneira de encontrar o adversário caso estivesse escondido, ou de impedi-lo de se articular novamente se houvesse sido subjugado. Isso pode ajudar a compreender do que os órgãos de segurança e informação catarinenses se ocuparam ao longo da referida década – trabalho nunca faltou, independentemente do grau de periculosidade (ou de veracidade) das ocorrências atendidas. Afinal,

Para mentes obcecadas pela segurança, não havia fatos sem relação: todos eram pistas para tramas da oposição. Um gigantesco aparato de segurança observava todas as fontes de possível oposição: salas de aula das universidades, sedes de sindicatos, seminários, associações de advogados, escolas secundárias e grupos religiosos (SKIDMORE, 1988, p. 261).

Sendo assim, em Santa Catarina as ações repressivas eram por vezes movidas por uma *lógica da suspeição*. Mariana Joffily (2008, p. 70-71), ao discorrer sobre os alvos do DOI-Codi de São Paulo, traz exemplos de pessoas que foram perseguidas muito mais pela desconfiança dos agentes do que necessariamente por terem cometido algum delito evidente ou sinalizado com algum comportamento que denotasse “perigo”. Um rapaz que procurou a 36ª Delegacia de Polícia (onde ficava localizado também o DOI-Codi) por ter tido seu carro roubado por um casal armado, foi questionado pelos agentes do órgão se pertencia a alguma organização de esquerda ou se conhecia alguém que pertencesse; algo semelhante aconteceu com um industrial que se dirigiu à mesma delegacia para esclarecer fatos relacionados ao assalto da esposa. Mesmo que fugisse do estereótipo “típico” do militante, não sendo jovem ou estudante, foi questionado se exercia militância política – fato negado pelo homem.

Entre outros casos, a historiadora afirma ainda que prisões por engano, motivadas por “atitudes suspeitas” das pessoas, também ocorriam. Os militantes políticos estabeleciam senhas para identificarem aliados, evitando serem pegos de surpresa por policiais em trajes civis. Aconteceu de indivíduos serem presos por replicarem de forma não intencional estes códigos, como estarem circulando próximos a lugares utilizados para encontros de militantes, estarem parados com jornais embaixo do braço ou simplesmente serem parecidos com alvos (JOFFILY, 2008, p. 71). E mais:

Essas histórias revelam a prática de primeiro deter para depois perguntar. O que leva a pensar que nem os agentes repressivos de outras forças nem os membros das equipes de Busca e Apreensão do DOI-CODI sentiam-se aptos a discriminar os “subversivos” dos “cidadãos comuns”. Encaminhavam todos os suspeitos para que os interrogadores e os analistas de informações julgassem seu grau de seu envolvimento com a política (JOFFILY, 2008, p. 71).

Tal comportamento parece ter sido frequente também em Santa Catarina. Conforme podemos observar nos casos mencionados ao longo desta sessão, os motivos mais triviais eram suficientes para desencadear prisões e perseguições. Este clima de desconfiança, pautado pela lógica da suspeição, levava para trás das grades pessoas que não necessariamente possuíam atividade política ou se quer expressavam abertamente sua insatisfação com o regime. O fato é que as detenções, mesmo nos casos em que os alvos eram levados para o cárcere buscando confirmar ou rechaçar as suspeitas, e independentemente de as razões serem bem

fundamentadas ou não, poderiam trazer consequências graves para os atingidos. É sobre isto que trataremos no próximo subcapítulo.

3.3 AS MARCAS DA VIOLÊNCIA NA CARNE E NA VIDA: AS CONSEQUÊNCIAS SOBRE AS PESSOAS ATINGIDAS PELA REPRESSÃO EM SANTA CATARINA

Até o presente momento, tratamos das ações das entidades responsáveis pela “segurança” política de Santa Catarina em diferentes momentos – analisamos documentos, listamos instituições, dialogamos com outras produções, contamos histórias. Para alguns dos personagens que trouxemos para esta dissertação, entretanto, estas histórias não terminaram com sua prisão, com sua soltura ou mesmo com o fim do período ditatorial. Os efeitos da repressão, causados pelas instituições que aqui estudamos, duraram por décadas e condicionaram seus rumos por caminhos dos quais os perseguidos não planejavam, desejavam ou imaginavam percorrer. Se vimos até aqui os órgãos responsáveis pelas ações repressivas no estado, como se articulavam e como agiam, este subcapítulo será dedicado a expor os efeitos que o trabalho de tais instituições causou na vida dos presos políticos de Santa Catarina e a refletir sobre o papel dos historiadores no trato com tais situações.

Penso, inclusive, que este é o sentido desta pesquisa. Afinal, as ações dos órgãos utilizados pelo regime (desde as polícias até seus batalhões militares, somados ainda aos setores de informação) só existiam em função de atividades realizadas por pessoas. Em muitos casos, aliás, pessoas cujas vidas duraram mais do que o recorte de 21 anos da ditadura militar – contar as histórias dos novos caminhos que seguiram por conta da repressão significa demonstrar como o terror das instituições que lhes trouxeram o braço autoritário do Estado, muitas delas existentes até os dias atuais, também sobrevivem no presente. O problema da violência política não é um problema do passado, não está enquadrado no recorte que vai de 1964 a 1985, tampouco é uma questão que se resolve por completo a partir de leis e indenizações. Como veremos, o dinheiro e as políticas de memória trazem alívio para os que sofreram, mas nem sempre dão conta de reparar aquela que parece ser a parte mais difícil: o tempo perdido e as lembranças dolorosas que insistem em trazer de volta, no íntimo de cada um, os dias de repressão.

Mas não confundam, leitor e leitora, a minha vontade de trazer as memórias dos presos políticos com a ingenuidade de apenas transformar este subcapítulo em

um conjunto organizado de narrativas e testemunhos; escrevo uma dissertação de mestrado e o rigor científico precisa pautar o meu trabalho. Digo isto porque precisamos de certo cuidado ao tratarmos de assuntos relacionados à problemática da memória – não somente, mas especialmente no caso dos relatos apresentados à Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina. Portanto, antes de passarmos aos relatos das consequências da repressão na vida daqueles que sofreram com a mesma, gostaria de tecer algumas considerações.

De acordo com Elizabeth Jelin (2002, p. 97), é necessário “historicizar” os testemunhos individuais. Segundo a autora, existem momentos históricos em que há maior receptividade à escuta dos relatos daqueles que sofreram no passado; há períodos em que a escassez de falas e memórias predomina, enquanto existem outros em que o excesso torna o campo saturado. No caso da Comissão de Indenização, a qual ouviu os perseguidos políticos de Santa Catarina no ano de 1998, o momento da recolha de depoimentos era propício à escuta. Foi ao longo da década de 1990 que políticas de reparação começaram a surgir na área jurídica, ao mesmo tempo em que o *boom* de metodologias como a história oral se intensificava dentro das universidades brasileiras, justamente em função do crescente número de estudos sobre a ditadura militar (FERREIRA, 2018, p. 90).

Este anseio por falar dos dias em que a repressão se abateu sobre parte da população catarinense é expresso em alguns dos testemunhos apresentados à Comissão de Indenização, como nos casos de Ivan Kitto e de Markian Kalinoski. O primeiro afirmou ter sido seu relato a primeira oportunidade que teve de “expressar minhas mágoas e minha revolta, por ter tido tão jovem meus sonhos e projetos de vida destruídos pelas mãos dos homens, em nome de um determinado movimento chamado: GOLPE MILITAR” (KITTO, 1998, p. 8). Já Kalinoski acreditava que a Comissão de Indenização trazia a possibilidade de deixar para as gerações futuras um pedaço da história de Santa Catarina, tanto por evidenciar os “heróis anônimos” da região quanto por reconhecer sua responsabilidade pelas injustiças cometidas contra seus próprios cidadãos (BRAND, 1998, p. 35).

A visão deste último reflete um aspecto fundamental quando trabalhamos com materiais oriundos de espaços de fala como a Comissão de Indenização. O reconhecimento de que o estado catarinense teve participação nas ações autoritárias da ditadura militar veio acompanhado de uma compensação financeira; mais do que

simplesmente contar suas memórias sobre o período, os perseguidos que buscaram a Comissão, fosse pessoalmente ou através de seus familiares, precisavam convencer os membros da Comissão de que tinham o direito de serem indenizados.

Assim, por vezes algumas narrativas traziam artifícios retóricos que objetivavam causar desconforto ou comoção nos comissionários – é o caso, por exemplo, do testemunho escrito por Benjamin Ferreira Gomes. Preso em abril de 1964 na cidade de Joinville, ele conta sua história se utilizando de expressões enfáticas, dizendo ter sido “levado como gado”, que ficou detido em uma “cela infecta”, de maneira “própria para marginais”, etc. (GOMES, 1998, p. 2). Não há como negar que Benjamin realmente foi preso (até porque ele confirma o fato através de documentos anexados ao pedido) e que isso lhe gerou sofrimento, mas devemos estar atentos às estratégias discursivas utilizadas para convencer os membros da Comissão. E isto, por certo, se aplica tanto a ele quanto a todos os outros processos que pretendemos analisar. Afinal, cada testemunho é singular e seus traços particulares devem ser respeitados, mas “a linguagem é um constructo de generalidades, ela é feita de universos. O testemunho como evento singular desafia a linguagem e o ouvinte” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72).

Por outro lado, há também testemunhos mais enxutos e diretos que trazem traços superficiais acerca dos acontecimentos, fazendo com que os pedidos de compensação financeira se ancorem principalmente nas provas documentais das prisões e de suas devidas consequências, como em laudos médicos e notícias de jornal. É possível que a dificuldade em rememorar os dias de cárcere tenha dificultado o ato de narrar; entretanto, há outra hipótese que pode ser levantada a partir das ideias de Marcio Seligmann-Silva. Para o autor, as testemunhas recorrem à imaginação para elaborar seus discursos, e é aqui que “o campo jurídico passa a lançar uma suspeita sobre o testemunho. Ele gostaria de manter a singularidade total do testemunho, que significa a chancela de seu teor de ‘prova’, de fragmento do real” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 72).

Ou seja, o campo jurídico trabalha com aquilo que é literal no testemunho e que pode ser *provado*. Assim, apostar mais na documentação comprobatória do que nos detalhes narrativos é também uma estratégia de convencimento, a qual visa se adequar ao modo de funcionar de elementos como a Comissão de Indenização, a qual

se ampara em exigências definidas em lei para julgar quem estaria apto e quem não poderia ser indenizado (SANTA CATARINA, 1998, online).

Indícios de que a Comissão operava nesta lógica de comprovação são casos como os de Antonio Alberto Soligo, que teve seu pedido negado pelo fato de que foi preso em São Paulo; apesar de ser catarinense e de argumentar que a repressão teve caráter nacional, Antonio investiu na tentativa de convencimento pela história de sua prisão e não conseguiu *comprovar* que o estado de Santa Catarina lhe causou danos (SOLIGO, 1998, p. 4). Outro exemplo é o da viúva de Ardoino Armirquerle Antonioli, que entregou seu testemunho escrito à Comissão sem reunir *provas* sobre o que era dito, lhe sendo concedido um prazo para anexá-las ao pedido. A mulher conseguiu documentos comprobatórios, mas, por não os entregar dentro da data estipulada, seu pedido foi indeferido (ANTONIOLI, 1998, p. 8).

Desta maneira, é preciso compreendermos que de um lado estavam os perseguidos políticos e seus familiares, os quais visavam tanto inserir suas narrativas no embate sobre a “verdade” da ditadura militar quanto conquistar uma compensação financeira, enquanto de outro estava o governo de Santa Catarina, que colhia depoimentos esperando comprovações sobre os acontecimentos relatados – o que poderia diminuir a carga “emocional” dos discursos e amenizar casos que talvez não devessem ser amenizados. Assim, por mais que as partes possuíssem o interesse comum de esclarecer os acontecimentos da ditadura militar brasileira, o próprio trabalho da Comissão de Indenização se insere numa disputa de narrativas.

Devemos então estar atentos para não superdimensionarmos algumas falas, ao mesmo tempo em que precisamos ter o cuidado de não diminuir os fatos narrados (e conseqüentemente invalidar o sofrimento dos depoentes, o qual só pode ser medido por eles mesmos). Pensando em manter este tênue equilíbrio, selecionei os casos que detalham as dificuldades que surgiram após as prisões, mas que possuem também algum tipo de comprovação anexada ao pedido indenizatório, como relatos de testemunhas, atestados médicos e comprovantes emitidos por instituições utilizadas como prisão. Feitas as reflexões necessárias, vamos aos casos.

Marise Lippel ingressou na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) no ano de 1976. De acordo com seu depoimento presente no relatório final da Comissão Estadual da Verdade, “em [19]77 mais ou menos a gente começou a se aproximar de pessoas que já eram do Partido Comunista Brasileiro nos anos anteriores, e com isso

criar uma certa identidade com essas pessoas” (SANTA CATARINA, 2014, p. 140) – tornou-se então militante do PCB, foi vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes, presidente do Diretório Acadêmico Biomédico e representante estudantil no Comitê Feminino para Anistia e Direitos Humanos. Presa em 12 de dezembro de 1979 em sua residência, em Florianópolis, por sua participação no episódio da Novembrada, foi levada para o prédio do Departamento de Polícia Federal da cidade (SANTA CATARINA, 2014, p. 140).

Solta após cerca de dois meses em privação de liberdade, as primeiras consequências de sua prisão deram-se no âmbito profissional: ainda jovem, estudante e com toda uma carreira pela frente, as dificuldades em arrumar emprego foram enormes, mesmo que sua prisão tenha ocorrido já no período da reabertura. Não fosse o contato com políticos que também lutavam contra o regime, talvez sua situação tivesse sido ainda mais dura. Com relação a isso, Marise conta:

Depois daí cada um voltou a suas atividades, a maior parte já estava terminando inclusive a sua faculdade. Todos nós tivemos grandes dificuldades em conseguir emprego, praticamente ninguém conseguiu emprego (...) todos nós fomos violentamente perseguidos, e recebemos informações do próprio governador do estado que nós não conseguiríamos aqui em SC, que desistíssemos de procurar, e eu fui para Blumenau e consegui através do deputado Jaison Barreto um estágio e fui ali fazendo minha vida profissional (SANTA CATARINA, 2014, p. 144).

Além disso, o passar dos anos não curou as feridas abertas pelo autoritarismo da ditadura militar; as sequelas duraram décadas. Ela afirma que por muito tempo as pessoas ficaram caladas, que “a maior sequela que esses tempos deixaram conosco foi o medo e o silêncio” (SANTA CATARINA, 2014, p. 147). Ainda que não expusesse em palavras o que viveu, seu corpo tratou de manifestar aquilo que sentiu e silenciou: Marise desenvolveu síndrome do pânico, teve problemas de memória e chegou a perder 70% das lembranças da juventude. “Isso na cabeça de uma pessoa é muito pesado, a herança psicológica que ela tem desses anos é muito forte. Eu não sei da onde a gente tira essa resistência de ainda hoje estar aqui, durante a vida toda continuar” (SANTA CATARINA, 2014, p. 149).

A Operação Barriga Verde também teve sua cota de consequências posteriores na vida dos atingidos. Alécio Verzola conta que os presos na OBV morreram ainda muito jovens e que praticamente 100% ficou em situação precária. Além das dificuldades profissionais e financeiras, as diferentes formas de depressão que se abateram sobre eles contribuíram para que não tivessem uma vida longa – em sua

visão, é “um pouco misterioso” o fato de que tantos jovens se foram tão cedo (SOUZA, 2016, p. 131).

Para os que conseguiram seguir rumo à velhice, as sequelas acompanharam seus percursos. Osni Rocha, preso em Joinville, levou tantos golpes na região do abdômen que desenvolveu uma úlcera nervosa. Após sua liberdade, conseguiu emprego na Fundação Tupy, cumprindo jornada que ia das 14h às 22h. Quando completava cerca de duas horas de trabalho, sentia uma insuportável dor no estômago – motivo pelo qual foi afastado das atividades laborais. Observando o sofrimento do sujeito, seu médico enxergou como única solução realizar uma cirurgia para remover “aquele sangue magoado que ficou” (SOUZA, 2016, p. 133).

Mesmo após décadas de sua prisão, Edgar Schatzmann não conseguiu mais afastar da mente os dias em que foi encarcerado, torturado e ameaçado de diversas maneiras. Tendo sido preso três vezes (em Curitiba, em 1967, e em Joinville, nos anos de 1971 e 1975) Quando as lembranças vêm com força, Edgar tem uma imensa vontade de cometer suicídio – sua fuga é começar a recitar poemas, ler em voz alta, fazer ginástica (SOUZA, 2016, p. 134). De acordo com Lúcia Schatzmann, sua esposa, as sequelas ficaram em sua família e o temor de que Edgar tire a própria vida é real. Ele é asmático e diversas vezes escondeu a “bombinha” utilizada nos momentos de crise da doença. Em muitas noites Lúcia acordou sem ter o marido ao seu lado, vindo a encontrá-lo atirado ao chão, sem ar; às pressas, ia de táxi para o hospital, onde os médicos diziam não acreditar que um homem naquelas condições ainda conseguiu chegar vivo à emergência. De acordo com ela: “ele tentou várias vezes, várias vezes. Por isso que o meu sono é assim, se estou deitada e cai uma folha lá fora eu já... Tudo sempre de sobressalto, sabe?” (SCHATZMANN, 2009 *apud* SOUZA, 2016, p. 131-132).

Assim como Edgar, Julio Serpa não consegue esquecer o que viveu – foi uma época muito difícil que, de acordo com ele, apesar da prisão ter durado por um curto pedaço de suas vidas, os presos políticos sofreram mesmo após voltarem à liberdade (SOUZA, 2016, p. 158). Para Julio, o trauma ficará para o resto da vida: “não adianta, é interessante, você fica dois, três meses sem pensar nisso, aí depois, começa a pensar quase todos os dias” (SERPA, 2009 *apud* SOUZA, 2016, p. 134). Apesar do desejo e das tentativas de buscar fontes de informação que tratassem sobre a repressão, como livros e documentários, Julio não conseguia dar prosseguimento à

leitura ou assistir os audiovisuais até o fim. “Eu vivi aquilo ali e não são coisas boas que eu vivi, então eu não consigo ver” (SERPA, 2009 *apud* SOUZA, 2016, p. 134).

Lembremos que Abilio dos Santos, o enfermeiro e vereador pelo PTB que teve sua história contada ainda no primeiro capítulo, foi preso numa noite de abril de 1964 por soldados do Exército em sua residência, no município de Criciúma (SANTOS, 1998b, p. 14). Em depoimento por escrito anexado ao pedido de compensação financeira apresentada à Comissão de Indenização aos Ex-Presos Políticos de Santa Catarina, sua esposa Alzira Ana dos Santos declarou ter tido seis filhos com Abilio e que “foi por estes filhos que resisti a todos os sofrimentos vividos após o Golpe Militar de 1964” (SANTOS, 1998b, p. 14). Conta ainda que, quando levado pelos militares, seu esposo ficou incomunicável por vários dias e que ali se iniciou a fase mais dolorosa de suas vidas.

Um detalhe importante é que a prisão de Abilio se deu de forma bastante ruidosa, com aproximadamente duas dezenas de soldados armados pulando os muros de seu quintal e fazendo estrondo, levando-o preso em frente aos vizinhos que vieram averiguar o que ocorria (SANTOS, 1998, p. 14). Este cenário impactou diretamente no cotidiano de Alzira e os seis filhos do casal – conta ela que as crianças não mais queriam ir à escola por estarem sendo chamadas de comunistas. Eram “crianças que não sabiam ao certo o que se passava. Mas morriam de vergonha de sair às ruas. Repetiram ano no colégio e levaram muito tempo para guardar num cantinho da memória – esquecer seria difícil – o horror que viveram” (SANTOS, 1998, p. 14).

Além disso, ela mesma passou a ser hostilizada por vizinhos e colegas de trabalho (não especificado). A situação financeira, segundo ela, piorou. Mas além de tudo, perdeu o crédito no comércio que comprava com frequência, dificultando ainda mais a obtenção de recursos básicos do dia a dia. Se considerarmos que Criciúma possuía uma forte atuação operária e sindical, devido aos trabalhadores das minas de carvão, e que as prisões provisórias foram tantas ao longo do mês de abril de 1964 que os perseguidos eram levados em grupos para os locais de cárcere (TORNIER, 1998, p. 17), podemos imaginar que mesmo as relações comerciais de pequenas regiões podem ter sido afetadas pelas ações repressivas da ditadura militar.

Por fim, após cerca de dois meses privado de liberdade, Abilio voltou para casa; “mas o pesadelo ainda não havia terminado. Pois o trauma vivido teve como

consequência sérios distúrbios mentais que nos faziam lembrar a todo momento pelo que havíamos passado” (SANTOS, 1998b, p. 14). Na “Ficha de inscrição” da Comissão de Indenização, anexada ao processo de Abílio, há a informação que o homem sofreu sevícias físicas e mentais, como agressões, ameaças e torturas psicológicas (SANTOS, 1998, p. 36). Na sequência, a tabela de “Consequências na sua vida” marca “1. Desagregação Familiar (divórcio); 2. Dist. Psicológicos; 3. Incapacidade p/ exercer suas atividades plenamente” (SANTOS, 1998, p. 37). Todo o contexto causado por sua prisão culminou em sua incapacidade de trabalhar e no término de seu casamento, insustentável devido aos efeitos desencadeados pelos dias no cárcere.

Já Inácio Palma Neto, preso em São Joaquim, na serra catarinense, em abril de 1964, por agentes do Exército acompanhados do delegado de Polícia Civil da região, ficou detido no Parque de Exposições do município “por aproximadamente 8 dias, incomunicável e em instalações sem as mínimas condições de higiene e acomodação” (NETO, 1998, p. 2), sendo depois transferido para o 2º Batalhão Rodoviário de Lages. Libertado após um mês, Inácio passou a ser encarado pela comunidade local como “subversivo” e encontrou dificuldades para realizar tarefas simples do cotidiano. Mais do que isso, sofreu “prejuízos na sua carreira bancária, no Banco Indústria e Comércio de Santa Catarina S.A.” (que viria a ser o banco Bradesco)

e, ainda que não especifique a patologia desenvolvida, afirma ter adquirido “transtornos emocionais e psicológicos em geral, tendo que ter acompanhamento médico para poder viver com um mínimo de equilíbrio psíquico” (NETO, 1998, p. 2-3).

Benoni Ramos foi preso em Imbituba no dia 08 de abril de 1964 por soldados do Exército, sendo encaminhado para a Delegacia de Polícia da cidade e posteriormente transferido com outros dezessete presos para a Cadeia Pública, onde todos dividiram uma cela com capacidade para apenas três pessoas. Ao fim daquele mesmo dia, foi enviado para o prédio do Sindicato dos Trabalhadores Portuários de Imbituba, local improvisado como prisão, e lá permaneceu por cinquenta e nove dias (RAMOS, 1998, p. 3).

De acordo com seu advogado, as ameaças eram diárias, principalmente envolvendo transferência para outros cantos do país onde seria torturado e de morte contra ele e sua família. Durante os dois meses que passou encarcerado, Benoni praticamente não dormiu – temia pela própria vida, mas principalmente pela esposa e

pelos filhos, e a incerteza do que estaria acontecendo fora das paredes de sua cela lhe tirava o sono (RAMOS, 1998, p. 3). Este clima de pressão constante deixou o homem com os nervos à flor da pele, levando ao desencadeamento de sérios problemas cardíacos. Pior: quando foi liberado, a situação econômica de seus familiares era complicada. Devido à sua prisão, realizada na Companhia das Docas de Imbituba, seu local de trabalho, Benoni foi temporariamente afastado de suas funções quando readquiriu a liberdade.

Assim como outros colegas que também foram perseguidos, deixou de receber adiantamentos de salários (vales) e remuneração por hora extra trabalhada. Além disso, a empresa era responsável pela geração de energia para as residências de seus funcionários e, como forma de punição, desligou o fornecimento para aqueles que foram presos. Por fim, como um último ato repressivo contra seus próprios trabalhadores, deixou de realizar as doações de leite que costumava fazer para os filhos de Benoni e de seus colegas. O estresse dos dias na prisão lhe concedeu como herança graves problemas de hipertensão; o estigma de preso político, de comunista, de “subversivo” que o acompanhou na comunidade em que vivia agravou seu quadro. Desamparado e mal visto, o homem teve três derrames cerebrais, vindo posteriormente ao óbito em decorrência das enfermidades (RAMOS, 1998, p. 3-5).

No subcapítulo 1.3 contamos a história do militante comunista Dibo Elias, o qual foi preso e torturado com seu filho João Paulo no Batalhão de Polícia Militar de Florianópolis e na Delegacia de Polícia de Criciúma. Não bastasse o terror que alegam terem passado nas dependências de tais instituições, as consequências permaneceram durante suas vidas em liberdade. João Paulo, que estudava no Grupo Escolar Francisco Tolentino, no município de São José, afirma ter sido expulso pelo diretor da escola por ordem da DOPS-SC (ELIAS, 1998, p. 42). Apesar da dificuldade em conseguir trabalho, a insistência pela procura de um emprego o levou para a companhia de energia elétrica CELESC. Após seis dias trabalhados, os diretores descobriram que João Paulo era filho de um conhecido militante comunista e assim foi demitido (ELIAS, 1998, p. 42). Por outro lado, seu pai, Dibo Elias, guarda com orgulho as lembranças de como resistiu às torturas de duas ditaduras (a de Vargas e a militar iniciada em 1964). Ficaram como recordações uma proeminência na face, que prejudicou a visão de um dos seus olhos, e as costas tortas, devido às pauladas recebidas na prisão (ELIAS, 1998, p. 59).

Trabalhador agrícola no ramo de exportação de grãos, Abel Ogliari foi preso em abril de 1964 na cidade de Chapecó, no oeste catarinense. Por ser filiado ao PTB local e ter apoiado a Campanha da Legalidade de Leonel Brizola, era acusado de organizar o Grupo dos 11 da região, tendo ficado detido por cerca de um mês no Quartel de Polícia Militar de Chapecó. Mesmo não tendo sofrido torturas físicas, as ameaças constantes dirigidas a ele e à sua família o submetiam ao clima de incerteza que lhe causava aflição diária – especialmente quando diziam a Abel que ele seria transferido para o presídio de Ilha das Cobras, no Rio de Janeiro, onde apodreceria longe dos familiares (OGLIARI, 1998, p. 5).

A viúva de Abel foi quem recorreu à Comissão de Indenização, afirmando que o ex-marido sempre “se mostrou um homem trabalhador, bom e equilibrado”, tendo com ele três filhos (OGLIARI, 1998, p. 6). Quando voltou da prisão, parecia outra pessoa: tornou-se alcoolatra, violento, desconfiado de todos, com medo constante de ser preso outra vez (OGLIARI, 1998, p. 5). O destempero emocional e o comportamento agressivo passaram a se manifestar no cotidiano de Abel e a afetar também aqueles que conviviam com ele: se antes era um bom marido, passou a agredir fisicamente a esposa. E se não possuía qualquer antecedente criminal ou histórico de perturbação da ordem pública, passou a colecionar problemas com a população local.

No bar que havia aberto antes de sua prisão e que voltou a administrar após ser solto, o homem começou a frequentemente arrumar confusão com clientes por causa de troco, chegando ao ponto de se armar com seu “facão” para expulsá-los do botequim – em um destes episódios, foi detido pela polícia e teve uma crise de pânico ao ver os agentes, caindo em convulsões (OGLIARI, 1998, p. 5). Além do bar, Abel também trabalhava na Cooperativa de Eletrificação Rural. Em certa oportunidade, incomodado com o barulho de uma lanchonete, embarcou no caminhão da companhia elétrica e investiu contra o estabelecimento, destruindo-o (OGLIARI, 1998, p. 5). Faleceu em 1993, aos 65 anos de idade, em decorrência das tensões nervosas de que sofria, de acordo com o neurologista com quem se consultava (OGLIARI, 1998, p. 5).

Um dos casos apresentados à Comissão de Indenização com maior riqueza de detalhes é o de José Adil de Lima. Residente em Itajaí, José fazia parte da Associação dos Sindicatos da cidade, a qual reunia todas as entidades sindicais da região.

Fundada em 1959, havia estabelecido o primeiro supermercado do município, um açougue central e vários outros nos bairros, uma farmácia que atendia os trabalhadores sindicalizados, e ainda recuperou um hospital até então desativado. Além disso, o embrião da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALE), o colégio Pedro Faial, também foi fundado pela Associação (LIMA, 1998, p. 4).

De acordo com o depoimento de José à Comissão de Indenização, tais feitos eram apontados como obras do Partido Comunista Brasileiro – mesmo antes do golpe civil-militar de 1964, as perseguições já ocorriam por decorrência disto, especialmente por parte de “setores reacionários” da cidade. Teriam ocorrido ameaças a ele e à sua família, bem como atentados à sua vida: afirma ter sofrido cerca de quatro acidentes de trânsito bastante suspeitos e cita como exemplo certa ocasião em que estava dirigindo sua motocicleta por uma estrada de mão-dupla do município de Brusque, próximo a Itajaí (LIMA, 1998, p. 4).

Seguia atrás do caminhão de um grupo econômico da cidade, o qual não lhe permitia a passagem; em determinado momento, o motorista sinalizou para que José o ultrapassasse, indicando estar livre a pista de sentido contrário. Nosso personagem confiou na indicação e, para sua surpresa, ao realizar a ultrapassagem, deparou-se com uma fileira de carros que vinham em sua direção, lhe restando apenas se atirar para o acostamento antes que os veículos o atingissem e cair sobre um arrozal com arames farpados (LIMA, 1998, p. 4-5).

Após a prisão em abril de 1964 e sua soltura em junho do mesmo ano, o primeiro impacto sentido foi na vida profissional de José. Ele trabalhava como representante dos trabalhadores junto ao Instituto de Previdência para os Trabalhadores da Indústria (IAPI), na Junta de Julgamento e Revisão daquele órgão, com mandato eletivo. Estava em seu segundo mandato à época da detenção, tendo sido desligado do cargo sob alegação de abandono; estando preso, obviamente não poderia cumprir suas funções, culminando na perda do emprego (LIMA, 1998, p. 5). Sendo pai de 6 filhos, a maioria ainda na infância e havendo um bebê com menos de um ano de idade, José passou a sobreviver de trabalhos informais (os popularmente chamados “bicos”) quando foi liberado em junho daquele mesmo ano. Não fossem a caridade e a solidariedade dos amigos, a situação teria sido ainda pior (LIMA, 1998, p. 6).

Mesmo com o auxílio de pessoas próximas à família, o descontrole do orçamento familiar era uma realidade. A falta de salário fixo e a dificuldade em assumir um emprego condizente com a experiência profissional de José deram início a uma série de sofrimentos – o primeiro deles foi a perda da própria casa, a qual havia sido construída ao longo de 16 anos e que, devido à urgência da necessidade financeira, teve de ser vendida sem muito espaço para negociações. No início de 1965, José conseguiu finalmente um emprego regular no Paraná, para onde se mudou com a família. Mas o alívio duraria pouco... Naquele mesmo ano, surgiu a notícia de que estava sendo processado pela Justiça Militar. Com o desenrolar do processo, foi obrigado a entrar na clandestinidade e, assim, viu-se novamente sem meio seguro de subsistência (LIMA, 1998, p. 6).

Se antes José e sua família residiam em uma casa confortável, construída com orgulho ao longo de anos, a partir de então passaram a viver em um pátio de obras na capital paranaense – foi a “única possibilidade que minha condição de foragido apresentou para tê-los sob um teto” (LIMA, 1998, p. 7). Mais do que o sustento da esposa e dos seis filhos, José dizia ser um expoente, um ponto fora da curva tanto entre seus familiares quanto entre a família de sua companheira. Sendo ambos negros e de origem popular, um homem negro no sul do país ocupando um bom cargo público o alçava a condição de modelo a ser seguido (LIMA, 1998, p. 7). Modelo destruído pela repressão iniciada com a ditadura militar.

Ainda neste sentido, após ser condenado a dois anos de prisão em 1969, José exilou-se na periferia de São Paulo, em bairro não especificado; um trecho do depoimento prestado por seu filho Paulo Rolando de Lima à Comissão de Indenização resume o contexto: “um bairro paulistano onde a miséria e a violência, paradoxalmente, garantiam um mínimo de segurança a um perseguido político” (LIMA, 1998, p. 13). Fator importante: família *negra*. Provavelmente, era só mais uma família em meio a tantas outras naquele local periférico, destinado a todos aqueles que um país marcado pela colonialidade tende a segregar no cotidiano. O fato de uma família negra, perseguida por supostos crimes *políticos*, *se esconder* numa periferia, diz muito sobre a sociedade brasileira tanto do ponto de vista da repressão do regime quanto de seus traços autoritários mais diversos.

E não foi somente nos anos próximos à sua prisão que os efeitos do encarceramento foram sentidos. Em 1998, época em que José solicitou a indenização,

sua realidade era bem diferente daquela que havia planejado quando jovem. Nas palavras do próprio:

Perdi empregos, deixei de exercer as funções e serviços que exercia anteriormente e, portanto, deixei de desenvolver minha capacidade laborativa e criativa, perdendo em ascensão profissional, aquisição de direitos previdenciários. Estas perdas vão determinar o final, de depender, hoje, exclusivamente da aposentadoria da Previdência, por todos conhecida por sua defasagem, desrespeito e desconsideração pela vida do trabalhador. Obviamente que a minha história profissional vislumbrava uma velhice sadia e confortável sem os percalços da prisão, da clandestinidade e respectivos desdobramentos, que ocorreu em minha fase produtiva mais alta – em 1964 completei 39 anos. Não é este o final que hoje tenho. Sem qualquer ideia de lamento, mas sim a da exigência de direitos a serem recobertos, estou relatando o quanto desde a prisão tratada neste documento minhas oportunidades foram tolhidas. (...) tudo a contribuir para uma precoce aquisição de doenças nervosas e depressivas, que culminou com o desenvolvimento da doença de Parkinson, que desde 1989, sou portador (LIMA, 1998, p. 7-8).

Eis aqui a necessidade de se escrever sobre estas histórias e trazer, de forma científica em uma dissertação de mestrado, as consequências da repressão na vida da população catarinense – que vão muito além da morte, da tortura e do desaparecimento. Em 1998, Paulo Rolando de Lima, filho de José, expôs sua visão de que naquele momento, passados mais de trinta anos dos acontecimentos que afligiram sua família, era fácil para as pessoas aproveitarem os benefícios advindos da atuação política de pessoas como seu pai, conquistados entre violências e humilhações; para ele, “Nada mais justo que esta mesma sociedade, agora mais amadurecida, reconheça o débito moral que no passado contraiu com meu pai e seus companheiros” (LIMA, 1998, p. 14).

Diferentemente do que acreditava Paulo Rolando de Lima, esta mesma sociedade não está de todo mais amadurecida; pelo contrário, 23 anos mais tarde, em 2021, ano de escrita da presente dissertação, parte dela clama pela volta do regime e constrói uma narrativa revisionista sobre o mesmo. Sociedade imatura que, se hoje possui a liberdade de ir para as ruas e para as redes sociais clamarem pelos mais diversos absurdos, além de tantos outros direitos, é porque pessoas como José foram perseguidas e tiveram seus rumos alterados para o resto da vida. Usufruem daquilo que foi conquistado à custa de sangue e medo, mas também de sonhos, projetos de vida, tranquilidade, estabilidade emocional e financeira, ao mesmo tempo em que alimentam uma perigosa nostalgia em relação à ditadura. Como afirma Marise Lippel, presa durante a Novembrada:

Está existindo uma repressão às manifestações populares, de uma selvageria, hoje pela internet a gente consegue acompanhar *online* essas selvagerias, e é disso que a gente não pode esquecer, é por isso que estamos aqui, exatamente para que a gente constitua uma memória, para que a gente não esqueça de todo o trabalho que existiu anterior a essas manifestações pra que a gente vivesse num Estado, e eu acho que é um Estado de direito, de democracia, em que pudesse ao menos a liberdade de expressão estar constituída (SANTA CATARINA, 2014, p. 145).

Não só a democracia corre risco com este paradigma atual, mas impera concomitantemente o desrespeito pela luta e pela memória de pessoas como José e tantos outros.

Se nos atentarmos para os detalhes destas e de outras histórias daqueles que tentaram seguir em frente após sofrerem com perseguições políticas ao longo da ditadura militar, perceberemos um ponto bastante importante: a duração das prisões. O tempo que tais pessoas passaram encarceradas variou de caso para caso – Benoni Ramos, Abilio dos Santos e José Adil de Lima ficaram presos por cerca de dois meses; Inácio Palma Neto, por um mês; Edgar Schatzmann, Julio Serpa e Osni Rocha, por cerca de um ano. Ainda assim, as consequências foram duras tanto para uns quanto para outros, e aqui surge aquele que considero o argumento central deste subcapítulo: independentemente de quanto tempo tenha durado a privação de suas liberdades, as consequências da repressão tornaram suas vidas bastante duras, trazendo problemas que os acompanharam pelo resto de seus dias. Isto quando não afetaram a vida de terceiros, como suas esposas e filhos.

Quando pensamos nos efeitos das ações repressivas da ditadura militar na sociedade brasileira, é comum recorrermos aos dados – de acordo com o relatório final da Comissão Nacional da Verdade, foram mais de 400 mortos (BRASIL, 2014). Em Santa Catarina, segundo o relatório final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright, teria ocorrido apenas uma morte em decorrência de tortura (do ex-prefeito de Balneário Camboriú, Higino João Pio), além de que “Não foram constatados desaparecimentos forçados e ocultações de cadáveres no estado de Santa Catarina” (SANTA CATARINA, 2014, p. 15). O fato é que, ao observarmos estas estatísticas, não devemos de modo algum cogitarmos a hipótese de que a ditadura militar tenha sido branda ou inexistente no território catarinense – o relatório da CEV-SC diz ainda que foram apuradas cerca 698 pessoas cujos direitos humanos foram

violados entre 1964 e 1985, a maioria em decorrência de prisões ilegais por motivo político (SANTA CATARINA, 1998, p. 31).

Aqui citamos apenas alguns dos exemplos de perseguidos políticos que tiveram suas vidas chacoalhadas devido às detenções e pudemos perceber as marcas que carregaram até a velhice. Se foram 698 os afetados pela repressão, é difícil mensurar quantas outras trajetórias foram desviadas para caminhos tortuosos. Muitas destas vítimas certamente carregam suas histórias consigo, sem tê-las compartilhado com a Comissão de Indenização, com as Comissões da Verdade, com grupos independentes que lutam pela memória dos perseguidos ou com pesquisadores acadêmicos.

O fato é que, se contando as histórias de modo detalhado e tecendo análises sobre as mesmas, lado a lado com outras fontes que complementam as alegações, não conseguimos transmitir a real profundidade do sofrimento destes indivíduos, menos ainda pode fazer a letra fria dos números. A dureza das ações da ditadura não deve ser vista somente pelo ângulo quantitativo, tampouco analisados apenas dentro do recorte temporal dos acontecimentos. Só teremos a real dimensão do que foi a repressão empreendida pelos militares contra a população catarinense (e brasileira, de modo geral) se a enxergarmos para além do período compreendido entre 1964 e 1985 e para além das estatísticas dos mortos e desaparecidos. Devemos também ter a sensibilidade de perceber aqueles que perderam suas vidas... sem morrer.

E o que entrecorta as trajetórias destas pessoas é o fato de que o presente ainda carrega de maneira muito viva a memória dos sofrimentos passados – tão viva, aliás, que em casos como os de Edgar Schatzmann, Julio Serpa e Inácio Palma Neto, quase se confunde com a realidade, tornando praticamente recentes os acontecimentos de décadas anteriores. O historiador Johnny Rosa, baseando-se na filosofia freudiana, explica que este tipo de trauma é “como uma violação avassaladora cometida sobre a mente, diz respeito à experiência que rompe as proteções da consciência, despertando-a à angustiante dialética da repetição compulsória” (ROSA, 2018, p. 291). Assim, sujeitos que sofreram episódios traumáticos não recordam, não reinterpretam ou traduzem de forma lógica as experiências vividas – são levados por impulso e com muita resistência a reproduzirem no presente os eventos que lhes causaram dor, como se os mesmos não pertencessem ao passado (ROSA, 2018, p. 291).

Neste sentido, Seligmann-Silva faz uma analogia entre o sobrevivente e o tradutor, colocando ambos enquanto submetidos a um duplo vínculo. O tradutor deve se manter simultaneamente fiel às regras da língua que traduz e da língua para a qual está traduzindo; o sobrevivente tenta, sem sucesso, “conciliar as regras de verossimilhança do universo concentracionário com as do nosso mundo” (SELIGMANN-SILVA, 2008, p. 70). Para alguns dos perseguidos políticos que mencionamos, as lembranças vêm e vão, surgem do nada e se vão do nada. No caso de Edgar, há até a vontade de tirar a própria vida; Osni não consegue assistir ou ler materiais relacionados à repressão. O que passaram foi cruel demais para ser enquadrado dentro das características do “nosso mundo”, tornando difícil para que se enquadrem novamente nos modos de vida “tradicionais” e para que compreendamos seu sofrimento.

Este é, sem dúvidas, um dos legados mais cruéis da ditadura militar. Nas esferas social e política estão as heranças mais perceptíveis: elementos como a Justiça Militar que ainda opera dentro dos próprios termos, a ausência de medidas punitivas coerentes aos militares que participaram de ações repressivas e a violência policial (intimamente conectada à proximidade das PMs com o exército, oficializada no período ditatorial), são alguns dos aspectos da sociedade brasileira atual que possuem ligação direta com a ditadura militar, e ainda com o tratamento dado à mesma ao longo das décadas posteriores ao seu fim. Entretanto, existem aquelas marcas subjetivas, as quais residem nos corpos e nas mentes de mulheres e homens anônimos, cujo sofrimento só é conhecido pelos amigos e familiares mais próximos – isto quando a dor lhes permite compartilhar o que sentiram ou ainda sentem.

Jeanne Marie Gagnebin, partindo das reflexões de Paul Ricoeur, defende a substituição da ideia de *referência* pela ideia de *rastro* quando pensamos na construção do discurso histórico. Ao questionar o motivo pelo qual esta perspectiva do rastro é tão cara para as discussões sobre a memória, a resposta da autora é a seguinte: “Porque a memória vive essa tensão entre a presença e a ausência, presença do presente que se lembra do passado desaparecido que faz sua irrupção em um presente evanescente” (GAGNEBIN, 2006, p. 44). Ou seja, a memória se calca nos rastros do passado que restam ainda no presente e não na “referência” do passado – as reflexões sobre a ditadura militar *hoje* não devem se dar pensando em superar, conciliar ou deixar para trás este tenebroso período; o foco não é o período

situado entre 1964 e 1985, mas como os processos extrapolam o recorte oficial do regime através dos rastros que ainda percebemos. Cabe aos historiadores encontrarem, evidenciar e estudarem estes vestígios – e não somente na esfera do macro, como também nas trajetórias daqueles cujas vidas foram condicionadas pela repressão.

Além disso, quando vimos as versões “oficiais” através da documentação produzida pelos diferentes órgãos que atuaram no estado catarinense, percebemos que por vezes havia a ideia de uma escassez de ocorrências, de uma suposta paz em Santa Catarina relacionada ao regime – o que poderia dar margem para interpretações que fundamentassem a ideia de uma “ditabranda catarinense”. Os testemunhos são fundamentais para que atravessemos esta camada superficial construída pela versão dos militares; sabemos através delas que houveram prisões, mas a omissão acerca do que ocorria no interior das celas e salas de interrogatório é uma constante dos documentos oficiais. Se isto é omitido pelos militares, só quem pode fazer contraposição são as próprias vítimas que testemunharam e viveram aquelas situações. Ao mesmo tempo em que precisamos historicizar seus testemunhos, também é preciso historicizar a documentação oficial, compreendendo seus contextos de produção e contrapondo-a com outras fontes.

Ao longo desta dissertação, citei instituições e seus agentes responsáveis pelas ações repressivas no estado de Santa Catarina. De nada me adiantaria apenas mencionar que um dia, há mais de cinquenta anos (a contar pelo ano de produção da pesquisa, finalizada em 2021), instituições como as polícias militar e civil, bem como os batalhões militares e o 5º Distrito Naval, por exemplo, atentaram contra parte da própria população que deveriam proteger – “erros do passado”, alguns diriam. Eis o motivo pelo qual optei por deixar este subcapítulo sobre as consequências futuras para o fim do trabalho: erros do passado, talvez, mas que condicionaram o presente de muitas pessoas. Enquanto historiadores, não devemos fazer um trabalho militante, mas devemos utilizar das ferramentas metodológicas de nosso ofício para analisarmos as conexões entre o passado e o presente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos então ao fim de nossas discussões. Ao longo destas páginas, conhecemos um pouco mais sobre o funcionamento das instituições responsáveis pelas perseguições políticas no estado catarinense. No primeiro capítulo, identificamos e discorremos sobre a atuação das mesmas, trazendo as principais atividades que realizavam, suas hierarquias e áreas de atuação. Como vimos, o estado de Santa Catarina utilizou instituições já existentes antes do estabelecimento da ditadura militar em 1964. Isto pode ter ocorrido pelo fato de o estado compor uma Região Militar juntamente do Paraná, cujas instituições estavam acima daquelas presentes no território catarinense. A própria sede da 5ª Região Militar estava localizada na capital paranaense, bem como a ramificação do SNI responsável pela organização informacional dos dois estados, a Agência Curitiba do SNI (ACT/SNI). Santa Catarina teve seu *boom* de desenvolvimento econômico, demográfico e de infraestrutura justamente entre as décadas de 1960 e 1980; assim, um estado com contingente populacional ainda pequeno em relação a outros estados e com uma estrutura proporcional talvez não estivesse em condições de administrar as próprias ocorrências.

Detalhes como o fato de haver uma *Delegacia* de Ordem Política e Social (e não um *Departamento*) e a criação de um Núcleo Agência do SNI somente por volta de quatro anos após o estabelecimento do regime corroboram com esta hipótese. Mais do que isso, conforme vimos nos documentos oficiais deste primeiro capítulo, o efetivo dos órgãos catarinenses era precário e não conseguia suprir a demanda exigida pelo governo federal, especialmente no início dos anos 1970 com o surgimento do Plano Nacional de Informações (Decreto nº 66.732/70). Aliás, não foi somente o reaproveitamento de instituições preexistentes que marcou a organização da “segurança política” em Santa Catarina. Mesmo com o estabelecimento do Sistema Nacional de Segurança Interna (SISSEGIN) e do Sistema Nacional de Informações (SISNI) em 1970, que organizaram as instituições de segurança e de informação a partir do intuito de endurecer as perseguições políticas, em território catarinense as instituições atuantes permaneceram as mesmas, não sofrendo alterações aparentes em suas estruturas e modos de operar. E o mesmo aconteceu com os locais utilizados como prisão política.

Aliás, é importante lembramos que na década de 1970 foram encontrados registros da prática de métodos de tortura em algumas localidades: em Florianópolis, no prédio do Departamento de Polícia Federal (durante a Operação Barriga Verde, a partir de 1975), nas instalações do 14º Batalhão de Infantaria e no quartel de polícia da capital; em Biguaçu, na Cadeia Pública; em Blumenau, na delegacia do município. E como vimos, há ainda os estabelecimentos dos quais não se pode confirmar, mas que possuem indícios de que presos tenham sido torturados em seu interior: a DOPS de Florianópolis e unidades do exército na capital, em Joinville e em Tubarão.

O segundo capítulo teve como conteúdo a participação dos órgãos que compunham o Sistema de Segurança e Informações de Santa Catarina nos eventos mais conhecidos do estado. Em 1964, as buscas ocorreram em especial aos indivíduos que possuíam algum tipo de conexão com o PTB, com os Grupos dos 11 Companheiros e com os “figurões” do partido, como Leonel Brizola e o ex-presidente João Goulart. Esta característica marcou especialmente as ocorrências das regiões sul, oeste e da serra catarinenses, devido ao seu contexto de apoio à fatos como a Campanha da Legalidade e à proximidade com o Rio Grande do Sul – estado onde Brizola havia sido governador e possuía força política.

As ações repressivas daquele mês de abril de 1964 foram encabeçadas pelo 5º Distrito Naval, com a execução das prisões sendo realizada por diferentes instituições do estado. Chama atenção o fato de as polícias Militar e Civil terem participado nas detenções em diversas regiões, sendo os principais contingentes atuantes nas regiões meio-oeste e oeste catarinenses. Isto demonstra o envolvimento das forças policiais com a repressão política desde o início da ditadura militar, especialmente nos municípios menores onde as unidades das Forças Armadas não estavam presentes.

O outro momento analisado é referente à década seguinte. Quando a oposição deu sinais de reação nas eleições de 1974, os militares precisavam mostrar que ainda eram necessários no governo para a segurança do país. Assim, após terem encontrado materiais referentes ao PCB em uma residência em São Paulo, incluindo supostas listas de células do partido, foram desencadeadas operações de caça aos comunistas por diversos estados do Brasil. Neste contexto, no Paraná os presos da Operação Marumbi “confessaram” em seus interrogatórios que em Santa Catarina havia articulações para reorganizar o partido, inclusive nomeando os articuladores; a

partir destas informações, deram início ao processo de investigação dos catarinenses mencionados, surgindo embrião da Operação Barriga Verde.

A narrativa criada pelos militares dizia que a Juventude do MDB (JMDB) seria o meio pelo qual o PCB iria difundir pelo estado a sua doutrina, ligando assim o “inimigo vermelho” que precisava ser combatido ao partido da oposição, que havia retomado força nas eleições do ano anterior. Com base nisso, foram presas e denunciadas 42 pessoas, das quais 33 cumpriam prisão preventiva e 09 respondiam o processo em liberdade em 1976. Em 1978 ocorreu o julgamento dos acusados, sendo condenados 17 deles – todos incurso no artigo 43 da Lei de Segurança Nacional, referente a tentativas de organizar partidos ilegais. Apesar dos pedidos de recurso, o fator que lhes concedeu a liberdade foi somente a Lei de Anistia de 1979.

O último dos três eventos mencionados no segundo capítulo possuiu ligação direta com o meio estudantil. Vimos que os embates entre os estudantes da Universidade Federal de Santa Catarina com órgãos de segurança como a Polícia Militar vinham dos anos anteriores ao golpe de 1964, devido às suas manifestações em locais públicos pedindo melhorias em determinados aspectos do ensino universitário. Com o início da ditadura militar, outras instituições começaram a também acompanhar as atividades dos estudantes, como o 5º Distrito Naval e a DOPS-SC. Tendo a conivência do reitor David Ferreira Lima, seus agentes passaram a circular com maior frequência dentro das instalações da UFSC coletando informações ao fotografarem murais, se aproximarem de estudantes e acompanharem o cotidiano da universidade, fosse de maneira velada ou de modo explícito.

Em 1979, quando surgiu a notícia de que general-presidente João Baptista Figueiredo visitaria Florianópolis em novembro daquele ano, os estudantes começaram a organizar uma manifestação contra o militar. Os motivos eram o alto preço da alimentação básica e da gasolina, além do clima de indignação gerado pela situação dos presos da Operação Barriga Verde. O movimento contestatório teve amplo apoio da população local, especialmente das “donas de casa”, dos taxistas e dos funcionários públicos. Quando Figueiredo deu as caras na varanda do Palácio Cor-de-Rosa, então casa do governador do estado, as vaias e ofensas foram tão grandes que o militar desceu até a rua para discutir com o público – insustentável o clima, se dirigiu ao café Ponto Chic, ainda sendo hostilizado por alguns manifestantes. A placa que homenageava Floriano Peixoto, doada por Figueiredo, foi destruída. O

episódio ficou conhecido como “Novembrada”. As prisões foram efetuadas no dia seguinte por agentes da Polícia Federal, sendo detidos sete estudantes, os quais foram levados para o prédio da Polícia Federal, ficando incomunicáveis por vários dias até serem transferidos para Curitiba. Foram julgados em 1981 e, por falta de provas, foram todos absolvidos.

Por fim, no terceiro capítulo acompanhamos sujeitos nem sempre lembrados, mas que também fizeram parte da história da ditadura militar em Santa Catarina, tendo sido atingidos pela repressão empreendida pelos órgãos de segurança do estado. Vimos que outro alvo bastante visado por estas instituições foram os partidos políticos e seus integrantes. De forma convergente ao que discutimos na sessão sobre a Operação Limpeza, na década de 1960 o PTB e seus partidários foram os mais perseguidos, mesmo após se reunirem no MDB com a instauração do bipartidarismo – este último, por ter reunido em suas fileiras a maior parte dos políticos da oposição, foi o principal alvo também ao longo dos anos 1970. Aliás, a oposição ao golpe de 1964 foi bastante tímida por parte dos políticos catarinenses, sendo o momento marcado pelo apoio de prefeitos e vereadores de diversas cidades ao regime que se instaurava.

Vimos também que os órgãos de segurança catarinenses seguiam o ritmo ditado pelo governo federal, ao mesmo tempo que suas ações eram também influenciadas por seu conhecimento do contexto do estado. Afinal, criar narrativas para incriminar e prender pessoas não era prática rara – o fato de construírem estas histórias sobre os nomes mais importantes da política local e não avançarem nas perseguições, ao mesmo tempo em que este avanço ocorria em relação aos políticos de menor envergadura, demonstra que sabiam quem reprimir e quem não provocar para não causar problemas.

Observamos também aqueles sujeitos que aparentemente nada de suspeito poderiam ter, mas que chamavam a atenção dos agentes de segurança. A politização de acontecimentos “não-políticos” transformava situações inócuas e pessoas anônimas em objetos que precisavam ser acompanhados de perto, como pudemos observar no conflito entre católicos e Testemunhas de Jeová em Xaxim, bem como no caso do terreno comprado por Gastão Avelino Werlang em Garopaba. Esta sessão evidenciou como a repressão se abateu não somente sobre os que se levantaram abertamente contra a ditadura militar, mas também sobre figuras anônimas que pouco

ou nada tinham de suspeito em suas condutas. A lógica da suspeição interferiu assim em práticas e hábitos cotidianos, como discordâncias entre membros de comunidades, o ensino religioso, mudanças de residência e o simples fato de se ter outra nacionalidade ou fé. Quando esta desconfiança levava indivíduos ao cárcere, independentemente de os motivos terem ou não algum fundamento, as consequências poderiam trazer consequências que os acompanhariam pelo resto de suas vidas.

Não importava se tivessem sido presos naquele abril de 1964, durante a Operação Barriga Verde, após a Novembrada ou em qualquer dia comum nos tempos da ditadura militar; os momentos vivenciados atrás das grades transformaram algumas vidas de forma profunda. O mais importante a ser retirado deste capítulo é a compreensão de que, independentemente de terem sido cinco horas, cinco dias ou cinco anos em cárcere, o sofrimento poderia acarretar na perda de sonhos, bens, direitos, saúde, pessoas queridas. Percebemos que a crueldade dos tempos da ditadura militar, empreendida em Santa Catarina pelos órgãos listados ao longo deste trabalho, foi muito maior quando observamos também os sobreviventes, muitos deles anônimos e vivendo discretamente em lugares pouco explorados pela historiografia.

Como vimos, as sequelas foram diversas: Mal de Parkinson, depressão, câncer, tendências suicidas, hipertensão, derrame cerebral, desemprego, dificuldade em encontrar trabalho, falta de moradia, desestabilidade emocional, pânico constante... E a incapacidade de esquecer o que (não) passou. O trauma carregado por estas pessoas dificulta até mesmo sua compreensão da sociedade – as regras que garantem o bem-estar social, em períodos de autoritarismo, não garantem que violações diversas não venham a ocorrer. Para os que sobreviveram, seu presente é a extensão de um passado que os acompanha. E mais: a própria indenização recebida por alguns deles, mesmo que auxilie e sirva como uma espécie de pedido de desculpas por aquilo que o Estado lhes causou, não é suficiente para reparar por completo os danos sofridos.

Estas foram as conclusões e os resultados que obtive com a presente pesquisa, aqui apresentados através da síntese das principais ideias de cada capítulo da dissertação. Gostaria agora de fazer um “gancho” com o assunto desta última sessão e aproveitar para sugerir um tema sobre o qual fiquei pensativo ao longo do processo de pesquisa, mas que não coube no trabalho por sua densidade: as políticas de

reparação realizadas pelo estado de Santa Catarina em contraste com a realidade política e ideológica do estado. Compartilho a seguir algumas das minhas reflexões com o intuito de deixar para outros pesquisadores uma possibilidade de produção dentro de uma temática que considero importante.

De acordo com o artigo 8 da Declaração Universal dos Direitos Humanos: “Todo ser humano tem direito a receber dos tribunais nacionais competentes *remédio efetivo* [grifo meu] para os atos que violem os direitos fundamentais que lhe sejam reconhecidos pela constituição ou pela lei” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2018, online). A eficácia desse remédio, no caso das ações posteriores à referida comissão, pode ser questionada quando posta em contraste com a situação presente de Santa Catarina em relação à memória do regime. Primeiramente, apenas em 2013 o governo catarinense se envolveu de forma direta com outra medida que tratava do assunto – a Lei nº 16.186, de 5 de dezembro de 2013, instituiu a Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright (CEV-SC), tendo por função auxiliar a Comissão Nacional da Verdade a examinar violações de direitos humanos com motivações exclusivamente políticas (SANTA CATARINA, 2014).

Entre as duas comissões (a de indenização e a CEV), os trabalhos realizados em sentido reparatório e que tratavam da memória sobre a ditadura foram iniciativas de caráter nacional (como as Clínicas do Testemunho e as Caravanas da Anistia) ou de grupos independentes, como o Coletivo Memória, Verdade e Justiça – mas nada que tenha partido diretamente do governo estadual. O esforço em buscar constituir comissões neste sentido deve ser considerado e exaltado, mas devemos pensar no alcance e visibilidade das mesmas em relação ao povo catarinense de modo geral. Precisamos nos perguntar se estas medidas alcançaram a população como um todo e se efetivamente causaram impacto suficiente para gerar reflexões coletivas. O trabalho de reparação não é algo exclusivo daqueles que sofreram com a ditadura; é um trabalho coletivo que visa impedir que novas violações venham a ocorrer.

Em segundo lugar, a necessidade de políticas de reparação e do trabalho de memória é intensificado pelo caráter bastante conservador de Santa Catarina. Ao longo do século XX, a política local fora amplamente dominada por grandes famílias que compunham os grupos hegemônicos do estado, ligadas à partidos mais próximos ao lado direito do espectro político. Mais do que isso, essa tendência se mantém quando observados, respectivamente, os partidos dos governadores eleitos desde a

redemocratização e dos prefeitos de algumas das maiores cidades catarinenses escolhidos nas eleições de 2016¹⁷.

Diante disso, é possível levantar a hipótese – confirmá-la demandaria espaço maior do que o limite da presente produção – de que a sociedade catarinense, em termos políticos, seria pouco afeita a ideias reformistas, mantendo certa tendência eleitoral ao longo do tempo¹⁸. Soma-se a isso o fato de que uma suposta identidade europeia caracterizaria as raízes do estado, calcada em valores como a ordem e o apeço pelo trabalho. O ponto a que se quer chegar com essa pequena discussão é o seguinte: a escassez de políticas de reparação e do amplo trabalho de memória em um contexto conservador, tanto no sentido identitário quanto político, com forte apeço ao civismo e à ordem (termos constantemente atrelados à ditadura militar) pode contribuir para o estabelecimento de permanências do regime autoritário em período democrático, não atendendo assim aos objetivos da justiça transicional e minando a eficácia do trabalho da comissão. Alguns exemplos podem ajudar a compreender tal tese.

Abrimos a introdução falando sobre Jair Bolsonaro. Como dissemos, foi eleito presidente da República em 2018 fazendo uso de retórica saudosista em relação à ditadura militar, ressaltando ter sido um período ordeiro, de honestidade e de segurança. Vimos ainda que o estado em que mais recebeu votos foi justamente Santa Catarina, onde mais de 75% dos eleitores teriam apoiado o então candidato (PORTAL, 2018). O que acrescento agora é o fato de que, dentro desse contexto, houve exaltação ao aspecto identitário europeu em algumas cidades, como nos casos de Treze de Maio e Blumenau. Naquela, grupos bolsonaristas viviam fortemente armados à época das eleições, clamando pelo reconhecimento da ascendência italiana da região (CANZIAN, 2018); nesta, um entrevistado na tradicional festa alemã Oktoberfest, cuja edição daquele ano teria sido recheada de exaltações a Bolsonaro,

¹⁷São eles: Pedro Ivo Campos (PMDB), Vilson Kleinünbing (PFL), Paulo Afonso Vieira (PMDB), Espiridião Amin (PPB), Luiz Henrique da Silveira (PMDB), Raimundo Colombo (DEM/PSD), Carlos Moisés (PSL). Prefeitos: Florianópolis (Jean Loureiro-MDB), São José (Adeliana Dal Pont-PSD), Balneário Camboriú (Fabrício Oliveira-PSD), Joinville (Udo Döhler-MDB), Criciúma (Clésio Salvaro-PSDB), Lages (Antônio Ceron-PSD), Chapecó (Luciano J. Buligon-PSD), Blumenau (Napoleão B. Neto-PSDB), Laguna (Mauro Candemil-MDB).

¹⁸Tal fato não caracteriza julgamento sobre o trabalho desses políticos ou suas posições ante a ditadura militar. O que se pretende é demonstrar como aparentemente o eleitorado de Santa Catarina não promoveu grande rotatividade de seus representantes em termos de posicionamento político.

afirmava que gente *honesto e trabalhadora* não precisaria ter medo dele (SAYURI, 2018).

Um último exemplo a ser citado remete a Joinville, cidade industrial de colonização alemã. No ano de 2014, antes de passeatas pedindo intervenção militar virarem moda em 2020, parte da população da cidade reeditou a Marcha da Família com Deus pela Liberdade (SEGUINDO..., 2014), evento que apoiou o golpe civil-militar de 1964 e o comemorou em várias partes do país nos dias seguintes a sua execução. Na reedição da passeata, o grupo marchou em direção ao prédio do 62º Batalhão de Infantaria – como vimos, uma das entidades mais ativas durante a ditadura no estado. Como se não bastasse, em 2018, o batalhão foi homenageado na Assembleia Legislativa pelos seus cem anos, onde houve solenidade agradecendo pelos serviços prestados ao longo desse século de existência, bem como afirmações sobre terem defendido as maiores bandeiras da cidade e serem a instituição a que o povo dedica maior apoio (COSTA, 2018). Soa absurdamente como se em Santa Catarina a ditadura militar tivesse sido um período de bem-estar social.

Diante de fatos dessa natureza, evidencia-se a necessidade de trazer para a população catarinense o debate sobre o que foi a ditadura militar no estado. É a noção de justiça que dá à memória o sentido de dever e, ao extrair valor exemplar das lembranças traumatizantes, a memória é colocada enquanto projeto e atribui a esse dever a forma do futuro; “pagar a dívida, diremos, mas também submeter a herança ao inventário” (RICOUER, 2007, p. 101). Ou seja, é mister que se pense nos resultados à longo prazo das políticas de reparação e aonde se quer efetivamente chegar com sua implementação. Ações reparadoras que garantam a não repetição das ocorrências do período autoritário e o direito à memória que respeite o sofrimento das vítimas são urgentes em contextos como o de Santa Catarina, onde os exemplos supracitados constituem novas violações, ainda que veladas, aos que sofreram com a repressão no estado. Neste sentido, estudos que aprofundem estas reflexões (ou mesmo que as refutem, comprovando a eficácia das tentativas de reparação empreendidas no estado catarinense) podem ser de grande valia.

Enfim, encerra-se aqui a presente dissertação de mestrado. Acredito que algumas discussões poderiam ter sido mais profundas, como as relações entre os órgãos de Santa Catarina com as instituições de segurança de outros estados, as perseguições perpetradas contra o clero e os trabalhadores, a participação de

estudantes “não-universitários” (como os secundaristas) na luta contra o regime... Mas, dentro das limitações impostas por fatores externos, como uma pandemia global que impossibilitou o acesso à arquivos e documentos diversos, além de ter tornado ainda mais solitária a experiência da pós-graduação, penso ter conseguido produzir algo com o qual outros pesquisadores possam dialogar em seus trabalhos, seja para concordar, refutar ou aprender com o conteúdo destas páginas. Afinal, na perspectiva da História do Tempo Presente, “o historiador que (...) vai esclarecer de maneira parcial uma sequência do passado, vai, ele também, criar um vestígio, deixar uma marca, uma mediação” (ROUSSO, 1996, p. 4).

Mais do que isso, realizei esta pesquisa em um período de retomada do autoritarismo no Brasil. Autoritarismo este que se reflete não somente em pedidos de encerramento das atividades do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal, nas marchas clamando o retorno da ditadura militar, nas más-apropriações dos símbolos nacionais ou nos desfiles exibindo tanques de guerra fumacentos. O embate contra a produção de conhecimento é também traço típico de governos autoritários, se evidenciando na desvalorização das universidades e no consequente cerceamento da produção científica – o que tem sido uma constante no Brasil desde as eleições presidenciais de 2018. Acredito que tais circunstâncias coloquem a presente dissertação de mestrado em um lugar muito importante, que vai além de titulações ou da complementação da lista de bibliografias sobre a ditadura militar: este trabalho é também uma forma de resistir e de se opor à escalada autoritária que ocorre no Brasil em 2021. Isto tanto por evidenciar as crueldades de um período perigosamente glorificado por parte da população, quanto por ser fruto da ciência, tão temida por aqueles que desejam governar de maneira centralizadora.

Neste sentido, a História do Tempo Presente, talvez mais do que outros campos da historiografia, possui um papel muito importante. Meu trabalho foi pensado, pesquisado e escrito dentro deste campo, com a preocupação de demonstrar que o presente carrega ainda fortes traços de um dos períodos mais sombrios da história do Brasil. Principalmente porque, ao contrário daquilo que pode ser observado no cotidiano, naquelas conversas carregadas das “verdades do senso comum” do dia a dia, em Santa Catarina a repressão política ocorreu ao longo de toda a ditadura militar, violando diversos direitos até então garantidos aos cidadãos e às cidadãs catarinenses. Quando um candidato aparece com discursos pedindo a volta

do regime e recebe votação expressiva no estado, o sinal de alerta precisa tocar. Não queremos que os jovens de hoje trilhem os mesmos caminhos que os jovens dos anos 1960 e 1970 – que sejam considerados novos Josés, Osnis, Marises, Rosângelas, Dibos e tantos outros por suas condutas e apreço pela democracia, não pelos trajetos cheios de espinhos que estas figuras trilharam em decorrência da repressão.

Em suma, esta dissertação é antes de tudo um convite à reflexão sobre a perigosa realidade que Santa Catarina apresenta em 2021, em que a memória da ditadura militar vem sendo sistematicamente floreada e distorcida, colocando o estado como um dos principais suportes eleitorais de um governo que em muito tem de semelhante ao regime militar. São tempos estranhos e as amarras do autoritarismo estão cada vez mais apertadas, mas o conhecimento é libertador. Assim, espero ter podido contribuir não apenas com a produção historiográfica, mas também com aqueles que sofreram com os eventos ocorridos durante o período ditatorial e com os que hoje sentem a necessidade de resistir.

FONTES

5º DISTRITO Naval. **Armindo Marcílio Doutel de Andrade**. Documento: br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_0424_d0001de0001. 1970c. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 18 de maio de 2021.

5º DISTRITO Naval. **Carta enviada ao Chefe do Estado-Maior da Armada sobre Lauro Pereira e Oliveira, pertencente ao escopo documental do dossiê de Dante Martorano**. Documento: br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_0786_d0001de0001. 1969, p. 5. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

5º DISTRITO Naval. **Dossiê acerca das atividades de Osmar Conte**. Documento: br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_2733_d0001de0001. 1964. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em 15 de jun. de 2021.

5º DISTRITO Naval. **Dossiê sobre Addo Vânio de Aquino Faraco**, 1965. Documento: br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_0027_d0001de0001. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em 9 de mar. de 2021.

5º DISTRITO Naval. **Francisco Roberto Dall'Igna**. Documento: br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_1189_d0001de0001. 1970a. Disponível em:

<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

5º DISTRITO Naval. **Lecian Slowinski**. Documento: br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_2181_d0001de0001. 1970b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 15 de maio de 2021.

5ª Região Militar. **Relatório Especial de Informações nº 2/75 Operação Barriga Verde**. Documento: ACT_ACE_1137_81. 1975. Disponível no Arquivo Público de São Paulo.

AGÊNCIA Brasília/SNI. **Wanderley Herculano Hack**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_rrr_83005177_d0001de0001. 1972. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Coleta de dados da Ficha Individual de Armen Mamigonian**. Documento: AC_ACE_SEC_3462_69. 1969b. Disponível no Arquivo Nacional, em Brasília.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Comitê Brasileiro pela Anistia/Florianópolis-CBA Florianópolis – Dia Nacional de Luta pela Anistia em Florianópolis**. Documento: ACT_ACE_93_79. 1979. Disponível no Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH-Florianópolis), acervo Serviço Nacional de Informações-PR/SC.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Dossiê sobre Dalmo Bastos Silva**. Documento: br_dfanbsb_n8_0_pro_pai_0776_d0001de0001. 1969a. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 16 de mar. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Dossiê sobre Manoel Marchetti**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_69038179_d0001de0001. 1969b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 15 de mar. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Encaminhamento de informações sobre Nelson Wedekin**. Documento: AC_ACE_52802_72. 1969e. Disponível no Arquivo Nacional, em Brasília.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Encaminhamento de informações sobre Waldemiro Cascaes**. Documento: AC_ACE_SEC_18663_69. 1969c. Disponível no Arquivo Nacional, em Brasília.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Homenagem às vítimas da repressão – Florianópolis/SC**. Documento: ACT_ACE_1377_81. 1981. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Irmã Flávia Bruxel**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001610_d0001de0001. 1976. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Movimento Estudantil – 4.5 Associação Catarinense de Estudantes – 4.5**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_ggg_84010094_d0001de0001. 1974. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Organização terrorista “AL FATAH” no Brasil**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_eee_80002638_d0001de0001. 1973b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Parlamentares eleitos em 1978**. Documento: BR_DFANBSB_V8_MIC_GNC_NNN_79000034_d0001de0019. 1978. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 20 de maio de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Prontuário de David Ferreira Lima**. Documento: ACT_ACE_3117_82. 1969, p. 7. Localizado no Arquivo Nacional, em Brasília.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Prontuário de Marcio Luiz Guimarães Collaço**. Documento: AC_ACE_SEC_12819_69. 1969c. Disponível no Arquivo Nacional, em Brasília.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Sistemas de Segurança e Informações nos estados**, 1978a. Documento: AC_ACE_8751_80. Localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Testemunhas de Jeová 4.6.1. Conflito Religioso em Xaxim/SC. 4.6.1**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_73067336_d0001de0001. 1973. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 2 de jun. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Testemunhas de Jeová**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001610_d0001de0001. 1978c. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 02 de jun. de 2021.

AGÊNCIA Curitiba, SNI. **Wilson Vidal Antunes Sênior – Juiz de Direito de Lages/SC**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001216_d0001de0001. 1978b. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

AGUIAR, Itacir Cardozo. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento ITACIR CARDOZO DE AGUIAR 12129711**. Florianópolis, 1998.

ANDRADE, Ronaldo. **Depoimento prestado à CMV-UFSC**. 2018.

ANTONIOLI, Ardoino Armirquerle. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento ARDOINO AMIRQUERLE ANTONIOLLI 12116311**. Florianópolis, 1998.

BRAND, Antonio. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento ANTONIO BRAND 12124911**. Florianópolis, 1998.

BRUGGER, Carlos Simão. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento CARLOS SIMAO BRUGGER 12130911**. Florianópolis, 1998.

CISA. **Associações de classe da área de Educação**. Documento: BR_AN_BSB_VAZ_011_082. 1982. Disponível no Arquivo Nacional, em Brasília.

DETOFOL, Domenico Giuseppe. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento DOMENICO GIUSEPE DETOFOL 12120011**. Florianópolis, 1998.

ELIAS, Dibo. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento DIBO ELIAS 12099111**. Florianópolis, 1998.

ESG – Escola Superior de Guerra. **O papel das Elites Locais no quadro da Guerra Revolucionária**. 1965. 1º Ciclo de Estudos Sobre a Segurança Nacional. Documento: BR_SPAPESP_DEOPSOS000205, p. 52-53. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

ESPÍNDOLA, Célio. Entrevista concedida à Comissão Memória e Verdade da UFSC. **Depoimentos à CMV-UFSC**. 2018. Disponível em:

<<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/620>>. Acesso em 30 de maio de 2021.

FILHO, Heitor Bittencourt. Depoimento concedido à Comissão Memória e Verdade da UFSC. **Depoimentos à CMV-UFSC**. 2018. Disponível em:

<<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/collections/show/7>>. Acesso em 28 de maio de 2021.

GOMES, Benjamin Ferreira. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento BENJAMIN FERREIRA GOMES 12114311**. Florianópolis, 1998.

KITTO, Ivan. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento IVAN KITTO 12117611**. Florianópolis, 1998.

LIMA, Gil Braz de. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento GIL BRAZ DE LIMA 12108811**. Florianópolis, 1998.

LIMA, Maria Bernadete. Entrevista concedida a Comissão Memória e Verdade da UFSC. **Depoimentos à CMV-UFSC** Disponível em: <<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/633>>. Acesso em 18 de mar. de 2021.

MINISTÉRIO da Justiça. **Fatores que afetam a eficiência dos órgãos federais e estaduais responsáveis pela segurança pública e segurança interna**.

Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_83035977_d0001de0001. 1983, p. 2.

Disponível em:

<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em 13 de mar. de 2021.

NETO, Inácio Palma. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento INACIO PALMA NETO 12133111**. Florianópolis, 1998.

NÚCLEO Agência de Florianópolis, NAFL/SNI. **6ª Reunião do Conselho de Defesa Interna (CONDI) da ZDI/C**. Documento:

br_dfanbsb_v8_mic_gnc_aaa_71047838_d0001de0001. 1971. Disponível em:

<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em 16 de mar. de 2021.

NÚCLEO Agência de Florianópolis, NAFL/SNI. **Elias Adaime**. Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_82003101_d0001de0002. 1970. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em 21 de mar. de 2021.

OGLIARI, Abel. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento ABEL OGLIARI 12126911**. Florianópolis, 1998.

OLIVEIRA, João Rath de. Inquérito Policial Militar anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento JOAO RATH DE OLIVEIRA 12607811**. Florianópolis, 1998.

PADILHA, Eustácio Odorico. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento EUSTACIO ODORICO PADILHA 12097211**. Florianópolis, 1998.

QUEIROZ, Rogério. Entrevista concedida a Comissão Memória e Verdade da UFSC. **Depoimentos à CMV-UFSC**. Disponível em: <<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/630>>. Acesso em 17 mar. de 2021.

RAMOS, Geni de Oliveira. Descrição das ações repressivas direcionadas a Benoni Ramos, marido da requerente, em requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento GENI DE OLIVEIRA RAMOS 12092611**. Florianópolis, 1998.

SANTOS, Abilio dos. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento ABILIO DOS SANTOS 12104411**. Florianópolis, 1998b.

SANTOS, Helio dos. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento HELIO DOS SANTOS 12124211**. Florianópolis, 1998a.

SATICO, Telmo Vieira. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e**

presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento TELMO VIEIRA SATICO 12128611. Florianópolis, 1998

SECRETARIA de Estado dos Negócios da Segurança Pública. **Bispo de Tubarão cita “Che Guevara” como exemplo.** Documento:

br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_82003275_d0001de0001. 1969, p. 1. Disponível em: <https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

SECRETARIA de Segurança e Informações de Santa Catarina. **Assalto em Criciúma.** Documento: BR_SPAPESP_DEOPSOS000205. 1973b. Localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SECRETARIA de Segurança e Informações. **Carta do deputado – Jaison Barreto.** Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001758_d0001de0001. 1978.

Disponível em:

<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

SECRETARIA de Segurança e Informações de Santa Catarina. **Entrevista de Felício Mascaro Neto a repórter.** Documento: BR_SPAPESP_DEOPSOS000205. 1973a. Localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SECRETARIA de Segurança e Informações de Santa Catarina. **I Conclave Nacional sobre o Ensino Universitário.** 1973c. Dossiê nº 50-Z-319, Ordem nº 00201-00383, pasta nº 002. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SECRETARIA de Segurança e Informações. **Programa Político das Oposições.** Documento: br_dfanbsb_v8_mic_gnc_nnn_81001911_d0001de0001. 1981.

Disponível em:

<https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp>. Acesso em: 14 de mar. de 2021.

SECRETARIA de Segurança e Informações de Santa Catarina. **VI SESAC.** 1979. Dossiê nº 50-D-19, Ordem nº 861-1008, pasta 10. Disponível no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SECRETARIA de Segurança Pública de São Paulo. **Odair Lúcio.** Documento: BR_SPAPESP_DEOPSOS000205. 1980. Localizado no Arquivo Público do Estado de São Paulo.

SERPA, Julio Adelaido. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento JULIO ADELAIDO SERPA 12119111.** Florianópolis, 1998.

SILVA, Sadi Silveira da. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e**

presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento SADI SILVEIRA DA SILVA 12128011. Florianópolis, 1998.

SOLEDADE, Cassiano da. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento CASSIANO DA SOLEDADE 12125011.** Florianópolis, 1998.

SOAR, Manoel. Entrevista concedida à Comissão Memória e Verdade da UFSC. **Depoimentos à CMV-UFSC.** 2018. Disponível em: <<https://www.memoriaedireitoshumanos.ufsc.br/items/show/635>>. Acesso em 25 maio de 2021.

SOUZA, Brigitte Buchli. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento BRIGITTE BUCHLI DE SOUZA 12089811.** Florianópolis, 1998.

TORNIER, Carlos Gonzaga. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento CARLOS GONZAGA TORNIER 12116411.** Florianópolis, 1998.

UNGERICHT, Alberto André. Depoimento por escrito anexado à requisição indenizatória. In: Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento ALBERTO ANDRE UNGERICHT 12130211.** Florianópolis, 1998.

WEDEKIN, Nelson. Depoimento escrito por Nelson Wedekin anexado à requisição indenizatória. In: BRAND, Antonio. Instituto de Documentação e Investigação em Ciências Humanas (IDCH). **Acervo Ditadura em Santa Catarina – Processos de anistiados, desaparecidos e presos políticos catarinenses (Lei nº 10.719/98) – documento ANTONIO BRAND 12124911.** Florianópolis, 1998.

REFERÊNCIAS

AO POVO... **O Estado**, Florianópolis, 2 abril, 1964, p. A1.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984.** Tradução de Clóvis Marques. 3 ed. Petrópolis, Editora Vozes, 1985.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul.** Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2006.

BRANCHER, Ana e LOHN, Reinaldo L. (org) **Histórias na ditadura**: Santa Catarina: 1964-1985, Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014.

BRASIL. Lei nº 1.802, de 5 de janeiro de 1953. **Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências**. Rio de Janeiro, RJ, jan. 1953. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1802-5-janeiro-1953-367324-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 1 ago. 2021.

BRASIL. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. **Define os crimes contra a Segurança Nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências**. Brasília, DF, dez. 1983. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm. 1969>. Acesso em 28 ago. 2021.

BRASIL. **Relatório final da Comissão Nacional da Verdade**. Vol I. Brasília: CNV, 2014.

CANZIAN, F. Rincão bolsonarista em SC vive fortemente armado e rejeita passado negro. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/rincao-bolsonarista-em-sc-vive-fortemente-armado-e-rejeita-passado-negro.shtml>>. Acesso em 01 set. 2021.

CARNEIRO, Alan. Armindo Marcílio Doutel de Andrade. In: Alzira Alves ABREU et al (coords.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 18 maio de 2021.

COSTA, L. 62º Batalhão de Infantaria recebe homenagem pelo centenário. **Agência AL**. 28 de Março de 2018. Disponível em: <http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/62-batalhao-de-infantaria-de-joinville-recebe-homenagem-pelo-centenario>. Acesso em 08 set. 2020.

DIRETORIA do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha. **Contra-almirante Átila Franco Achê**. Disponível em: <<https://www.marinha.mil.br/dphdm/sites/www.marinha.mil.br/dphdm/files/Contra-Almirante%C3%81tilaFrancoAch%C3%AA.pdf>>. Acesso em 13 de mar. de 2021.

DOSSE, François. História do tempo presente e historiografia. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 4, n. 1, p. 5 – 22, jan/jun. 2012).

DUARTE, Ana Rita Fonteneles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. **Revista Diálogos**. Maringá, v. 18, n. 1, p. 75-92, jan.-abr./2014.

DUWE, R. **Entre a técnica e a tradição**: Relações e Culturas Políticas na ARENA Catarinense (1971-1975). 2016. 280 p. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

FABRICIO, Edison Lucas. **A produção do espectro comunista**: imprensa, política e catolicismo (1960-1964). Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2011.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, 2018.

GAGNEBIN, Jean Marie. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Ed. 34, 2006.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. São Paulo : Cia. das Letras, 2002.

GIGANTE Brasileiro. **Correio Lageano**, Lages, ed. 74, p. A1, 30 de agosto de 1961.

HANAUER, Luis Fernando Perondi. **A inobservância dos direitos humanos na cidade de Chapecó no contexto da Ditadura Militar**: Análise de depoimentos judiciais de presos políticos. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

IERI, Maurício. Sinais de decadência: a derrota do Regime Militar na Novembrada. 2011. **Revista catarinense em História**, Florianópolis, v. 5, n. 2, 2011.

ÍTEGRA da Mensagem do Governador Celso Ramos. **Correio Lageano**, Lages, ed. 74, p. A1, 30 de agosto de 1961.

JELIN, Elizabeth. **Los trabajos de la memoria**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2002.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem**: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975). 1. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Arquivo Nacional/Edusp, 2013. v. 1. 348p.

JOFFILY, Mariana. Repressão: parceria público-privada. **Revista História Viva**. São Paulo, p. 66-71, 15 dez. 2008.

MOTTA, Rodrigo P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. 1ª Ed. São Paulo: Editora Schwarcz, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **A UFSC na ditadura civil-militar: um projeto de desenvolvimento com segurança**. Dissertação (mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Marechal Cândido Rondon, 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 08 set. 2020.

PACHECO, Diego. **Ecos da resistência: os Grupos dos 11 Companheiros e os trabalhistas em Santa Catarina (1961-1964)**. Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

PORTAL. Santa Catarina registra maior votação para Bolsonaro. **Notisul**, 28 de outubro de 2018. Disponível em: <<https://notisul.com.br/politica/santa-catarina-registra-maior-votacao-para-bolsonaro/>>. Acesso em 03 set. 2021.

RICOUER, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François et al. Campinas: Unicamp, 2007.

RODRIGUES, Stanley Amarante. “Quem é o inimigo? Quem é você?”: a lógica da suspeição da ditadura militar como prática de epistemicídio. **Brazilian Journal of development**. Curitiba, v. 6, n. 9, set. 2020.

ROSA, Johnny Roberto. Trauma, história e luto: a perlaboração da violência. **Revista Tempo e Argumento**. Florianópolis, v. 10, n. 25, p. 289-327, jul./set. 2018.

ROUSSO, Henry. O Arquivo ou o indício de uma falta. **Revista Estudos Históricos**. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: v. 9, n. 17, 1996.

SANTA CATARINA. Lei nº 10.719, de 13 de janeiro de 1998. **Dispõe sobre o direito à indenização pelas pessoas detidas sob a acusação de terem participado de atividades políticas, entre os dias 02 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, que hajam ficado sob a responsabilidade ou guarda dos órgãos públicos do Estado de Santa Catarina e adota outras providências**. Santa Catarina, SC, jan 1998. Disponível em: <http://leis.alesc.sc.gov.br/html/1998/10719_1998_Lei.html>. Acesso em 03 set. 2021.

SANTA CATARINA. **Relatório Final da Comissão Estadual da Verdade Paulo Stuart Wright**. Florianópolis: CEV-SC, 2014.

SANTOS, Clarissa G. Repressão e ‘operação Limpeza’ em Santa Catarina no limiar da Ditadura Militar. **Revista Santa Catarina em História**, v. 9, n. 1. Florianópolis, 2015.

SAYURI, J. Por dentro da Oktoberfest Blumenau, o maior reduto bolsonarista do Brasil. **Vice**, 17 de outubro de 2018. Disponível em:

<https://www.vice.com/pt_br/article/9k7ja8/por-dentro-da-oktoberfest-blumenau-o-maior-reduto-bolsonarista-do-brasil>. Acesso em 08 set. 2020.

SEGUINDO movimento nacional, Marcha da Família com Deus pela Liberdade é realizada em Joinville. **NDMais**, 22 de março de 2014. Disponível em: <<https://ndmais.com.br/noticias/seguindo-movimento-nacional-marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-e-realizada-em-joinville/>>. Acesso em 08 set. 2020.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Narrar o trauma – a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 65-82, 2008.

SILVA, Marcília Gama da. **Informação, repressão e memória: a construção do Estado de Exceção no Brasil na perspectiva do DOPS-PE**. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2007.

SILVA, Rodrigo Pereira da. **Os informantes da polícia política e o anticomunismo durante a ditadura civil-militar** (Paraná, 1964-1985). Dissertação (mestrado em História) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

SILVEIRA, Paola Vieira da. **Novembrada, revolta catarinense contra a ditadura: das impressões do momento as interpretações posteriores**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2013.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Castelo a Tancredo**. 8ª ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1988.

SOUZA, Eliton Felipe. **“Eu também fui torturado”**: as memórias dos militantes comunistas de Joinville sobre o Regime Militar brasileiro. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

SOUZA, Rosângela de. Entrevista concedida a Luis Felipe Falcão In.: BRANCHER, Ana e LOHN, Reinaldo L. (org) **Histórias na ditadura**: Santa Catarina: 1964-1985, Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2014, p. 359-391.

SOUZA, Sandra Regina Barbosa da Silva. **Ousar lutar, ousar vencer: história da luta armada em Salvador (1969 – 1971)**. Salvador: UFBA, 2013.

SOUZA, Sirlei de. **Ecos da resistência na desconstrução da ordem: uma análise da “Revolução de 64” em Joinville**. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1998.

TORRES, Mateus Gamba. **“A justiça nem ao diabo se há de negar”**: a repressão aos membros do Partido Comunista Brasileiro na Operação Barriga Verde (1975-1978). Dissertação (mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 2009.

VARGAS, Mateus Bandeira. **Dossiê UFSC: As ações da ditadura na Universidade Federal de Santa Catarina**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Jornalismo) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.

VIEIRA, Jaci Guilherme. **O PCB em Santa Catarina – da sua gênese até a Operação Barriga Verde – 1922 a 1975**. Dissertação (mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

ZACHARIADES, Grimaldo. **Ditadura militar na Bahia**. Novos Olhares, Novos Objetos, Novos Horizontes. vol. 1. p. 127-150. Salvador: EDUFBA, 2009.